

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**ECOLOGISMO DOS GERAIS:  
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS  
NO NORTE DE MINAS GERAIS**

**Isabel Cristina Barbosa de Brito**

Tese de Doutorado

**Brasília – DF, Fevereiro de 2013.**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ECOLOGISMO DOS GERAIS:  
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS  
NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Isabel Cristina Barbosa de Brito

Orientador: Elimar Pinheiro Nascimento

Tese de Doutorado

**Brasília – DF, Fevereiro de 2013.**

[ficha catalográfica]

Brito, Isabel Cristina Barbosa de

Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais./ Isabel Cristina Barbosa de Brito

Brasília, 2013.  
268 p.: il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável  
Universidade de Brasília. Brasília

- |                               |                              |
|-------------------------------|------------------------------|
| 1. Conflitos Socioambientais. | 2. Comunidades Tradicionais. |
| 3. Sustentabilidade.          | 4. Pesquisa Participante     |

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

---

Isabel Cristina Barbosa de Brito

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ECOLOGISMO DOS GERAIS:  
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS  
NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Isabel Cristina Barbosa de Brito

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

---

Professor Doutor, Elimar Pinheiro do Nascimento, CDS/UnB, (Orientador)

---

Professor Doutor, Thomas Ludewigs, , CDS/ UnB, (Examinador Interno)

---

Professor, Doutor, Eric Sabourin, CDS/UnB e CIRAD/França, (Examinador Interno)

---

Professor Doutor, Othon Henry Leonardos, CDS/UnB, (Examinador Externo)

---

Professora Doutora, Andrea Zhouri, UFMG, (Examinador Externo)

Brasília-DF, Fevereiro de 2013.

Dedico esta tese ao querido amigo e professor Carlos Eduardo Mazzetto Silva, Mazzan, uma inspiração neste trabalho e para toda a vida. Ele nos deixou antes da finalização deste trabalho, em Junho de 2012, fiquei com o coração apertado de saudades. Esta tese trata de uma das tantas sementes que ele plantou como socioambientalista pioneiro e pesquisador dos Cerrados e suas gentes. Valeu Mazzan!

## AGRADECIMENTOS

Quando iniciei o curso de doutorado, em 2008, meu filho estava com dois anos e mal sabia andar. Hoje, com sete anos, ele corre, nada, joga futebol, lê e escreve fluentemente. A alegria de vê-lo crescer e aprender animou-me a todo o instante no percurso deste trabalho, onde foram percorridos mais de 100.000 quilômetros de estradas pelo Brasil, viagens para Brasília e para as comunidades, Rio Pardo de Minas, Montezuma, Taiobeiras, entre outros municípios visitados. Porém, não obstante os quilômetros percorridos, a maior viagem realizada foi a de buscar compreender as transformações nas diferentes dimensões deste trabalho, transformações, como pesquisadora, como aprendiz. Obrigada Antônio pela força e pela alegria de ver a vida e suas transformações.

Agradeço a todas as pessoas e instituições que colaboraram com a construção deste trabalho que apesar de ter sido materializado por mim, foi realizado a partir das construções de muitos outros.

Álvaro, companheiro de muitas caminhadas, que contribuiu de todas as formas para a realização deste trabalho, obrigada por todos os aspectos de nossa intensa convivência.

Ao professor Elimar Pinheiro Nascimento, orientador desta tese, obrigada pela generosidade, sabedoria e o cuidado a mim dispensados. Um orientador que fez diferença, e que ousou considerar as diferenças sem medos. Sua confiança e solidariedade foram bases sólidas para a construção deste trabalho.

Às comunidades de Vereda Funda, Raiz e Santana e todas as outras comunidades geraizeiras que sempre me receberam de portas e corações abertos.

Ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, Rita, Elmir, Eliseu, Moisés e todos os companheiros que contribuíram de forma incondicional para a realização deste trabalho. Companheiros de caminhada e de aprendizagens.

Ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, pelo apoio e incentivo. Um lugar a ser estudado, como celeiro de inovações e valorização das riquezas do norte de Minas, aos amigos do CAA sempre dispostos na luta pelo Cerrado e pelo ser humano.

À Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes e FAPEMIG-Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais que possibilitaram a realização deste trabalho via bolsa do PCRH.

Aos pesquisadores dos projetos que participei durante a realização do doutorado e que muito contribuíram para este trabalho. Projeto Mapa dos conflitos ambientais mesorregião Norte e Noroeste, Prof. Rômulo Soares Barbosa, prof<sup>a</sup>. Felisa Anaya; Luciana Ribeiro; ao GESTA - Grupo de estudos em temáticas Ambientais da UFMG e NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Unimontes. Grandes interlocutores na construção deste trabalho.

Projeto Opará tradições, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no sertão roseano: profª Andréa Narciso; profª Ana Thé, prof. Carlos Rodrigues Brandão, profª Cláudia Luz de Oliveira, prof. João Batista de Almeida Costa; Elisa Cotta.

Ao CDS-UnB - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, especialmente aos professores: Frederic Adelin Georges Mertens, José Aroudo Mota, Laura Maria Goulart Duarte, Marcel Bursztyn, Saulo Rodrigues Pereira Filho, Thomas Ludewigs, Othon Henry Leonardos, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, Fernando Paiva Scardua, Vanessa Maria de Castro.

A todos os colegas do curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Ilda, Odete, Vânia, Alyson, Cristiane, Gisela, Renata, Leandra, Marta, Mônica, Neuza, Kilma, Aldemir, Lilian, Maurício.

Agradecimento especial a sempre presente amiga Lucíola que apoiou a realização desse trabalho em seus vários momentos e de várias formas, principalmente com incentivo, carinho e atenção.

Em diferentes momentos contei com o apoio e incentivo da querida mestra Luciene Rodrigues, do professores João Batista Costa e Rômulo Soares Barbosa, amigos que compartilharam comigo o caminho percorrido durante este trabalho, pelo incentivo e apoio agradeço a, Aline, Anderson Sevilha, Helga, Bárbara, João d'Angelis, Carlos Dayrell, Elisa Cotta, Leninha, Luciana Ribeiro, Felisa Anaya, Rógeres Gusmão, Felipe Teixeira, Rogéria Silveira, Márcia Bicalho, Padre João, Selva Telles, Laura Ferreira, Moira Adams, Cláudia Souza, Dieter Garowa, Mary Jane e Rogério, Telma Borges, Alessandro Dominoni e Gabriel Veloso.

Ao final agradeço a minha família, aos meus pais Raimundo Cordeiro de Brito e Jerônima Barbosa de Brito incentivadores primeiros dos meus estudos, apoiadores em todos os momentos.

## RESUMO

Esta tese analisa os conflitos socioambientais envolvendo as diversas comunidades tradicionais de geraizeiros e as empresas do complexo florestal-industrial, monocultura de eucalipto, que se instala na região Norte de Minas Gerais na segunda metade do século passado. Os geraizeiros da região de Rio Pardo de Minas constituem comunidades rurais agroextrativistas-pastoris, que se estruturaram nos domínios do cerrado em contato com a caatinga. O trabalho objetiva compreender a relação entre as comunidades tradicionais e conflitos socioambientais, suas principais características e conseqüências assim como as transformações pelas quais passam estas comunidades tradicionais, posteriormente à entrada da monocultura de eucalipto em parte de suas áreas, que foram consideradas terras públicas e muitas delas arrendadas para empresas. A pesquisa participante foi o eixo condutor dos trabalhos, articulando aspectos qualitativos e quantitativos necessários à leitura e interpretação dos agentes sociais, comunidades e empresas, e da dinâmica de conflitos socioambientais na qual estão inseridos. Foram realizados três estudos consecutivos. O primeiro no alto rio Pardo, região onde se encontra a maioria dos conflitos socioambientais que envolve a monocultura de eucalipto. O segundo foi o trabalho em profundidade em três comunidades: Vereda Funda, Raiz e Santana, onde foi realizada pesquisa-ação no contexto de conflito socioambiental. Finalmente, o terceiro, foi um monitoramento dos conflitos socioambientais no Norte de Minas Gerais, identificando-se os componentes da rede dos geraizeiros e da rede do complexo industrial-florestal. Os resultados da pesquisa apontam como a participação nos conflitos produz um aprofundamento na identidade das comunidades tradicionais. O seu “modo de identificação” se faz na consciência sobre a forma diferenciada que possuem na relação com a natureza. Sinalizam, também, como as comunidades tradicionais vêm realizando, por meio da rede da qual fazem parte e a partir de sua resistência, um ecologismo popular na busca de impedir que a monocultura de eucalipto liquide com o cerrado e com seu estilo de vida. No âmbito desse ecologismo a principal estratégia consiste na reapropriação territorial, com a criação ou retomada de territórios de uso comum com base no projeto de reconversão agroextrativista e a criação de uma reserva extrativista. Ele revela que a noção de justiça ou injustiça ambiental é um componente importante que explica a realidade das comunidades tradicionais geraizeiras e de diversas comunidades do norte de Minas Gerais. Outro elemento identificado na tese é a interseção entre as questões ambientais e agrárias.



## ABSTRACT

This thesis analyses the socio-environmental conflicts between *geraizeiros* traditional communities and the companies of the forest-industrial complex, eucalyptus monoculture that was installed in northern Minas Gerais in the second half of the twentieth century. The *geraizeiros* from Rio Pardo de Minas area constitute agroextractivist-pastoral communities that are structured in Cerrado domain in contact with the caatinga. This work aims to understand the relationship between the traditional communities and the socio-environmental conflicts with its main characteristics and consequences like the transformations the traditional communities go through after the eucalyptus monoculture was introduced in part of their area that were considered public land and a big part of it was rented to companies. The participant research was the conductor axis of the works, articulating qualitative and quantitative aspects necessary to the reading and interpretation of the social agents, communities and companies and the dynamics of socio-environmental conflicts where they are inserted. Three consecutive studies were performed. The first one was performed in the high Rio Pardo region where the majority of the socio-environmental conflicts that involve the eucalyptus monoculture can be found. The second was a deep work performed in three communities: Vereda Funda, Raiz and Santana, where a research-action was performed in context of socio-environmental conflicts. Finally, the third study was a monitoring of the socio-environmental conflicts of northern Minas Gerais, identifying the components of the *geraizeiros* net and the forest-industrial complex net. The results of the research show how participating in the conflict produce deepening in the identity of traditional communities. Their way of identification is made through conscience of the different form that they possess related to nature. They also signal how the traditional communities, through a networking they partake in and starting from its existence, perform a popular ecologism trying to prevent the eucalyptus monoculture to destroy the Cerrado and their lifestyle. The main strategy consists of territorial reappropriation, with the creation or taking of territories of common use having a agroextractivist reconversion project and the creation of an extractivist reserve as a base. They reveal that the notion of environmental justice or injustice is an important component that explains the reality of *geraizeiras* traditional communities and other northern Minas Gerais communities. Finally, another identified element in the thesis is the intersection of the environmental and agrarian questions.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização do Norte de Minas.....	25
Mapa 2 – Microrregiões do Norte de Minas .....	26
Mapa 3 – Biomas do Estado de Minas Gerais .....	27
Mapa 4 – Polígono da seca, segundo a SUDENE.....	34
Mapa 5- Comunidades do Alto Rio Pardo, segundo formas de resistência à monocultura do eucalipto. .....	72
Mapa 6 – Mapa de conflitos ambientais ocorridos em Minas Gerais entre os anos de 2000 e 2010. 102	
Mapa 7 – Mapa de conflitos ambientais ocorridos na mesorregião Norte de Minas.....	103
Mapa 8 – Mapa de conflitos ambientais ocorridos em Minas Gerais entre os anos de 2000 e 2010, gerados por atividade agrícola/pecuária/florestal.....	104
Mapa 9 – Mapa de conflitos ambientais ocorridos na mesorregião Norte de Minas entre os anos de 2000 e 2010, gerados por atividade agrícola/pecuária/florestal.....	104
Mapa 10- Vegetação do Norte de Minas Gerais, 2007.....	116
Mapa 11- Localização das comunidades de Vereda Funda, Santana e Raiz, município de Rio Pardo de Minas.....	127
Mapa 12 – Delimitação do território da comunidade de Raiz.....	148
Mapa 13 - Mapa da área de Vereda Funda, feito pela comunidade .....	179
Mapa 14 – Mapa de Vereda Funda georreferenciado.....	180
Mapa 15 – Croqui da proposta de uso e ocupação do território de Vereda Funda.....	181
Mapa 16 – levantamento da vegetação da área da comunidade de Vereda Funda.....	182
Mapa 17 – Localização da Reserva Extrativista Areião e Vale do Guará.....	184
Fotografia 1- Chapada degradada pelo eucalipto, comunidade de Vereda Funda. Isabel Brito, 2011.	58
Fotografia 2- Carrasco degradado (ao fundo monocultura de eucalipto). Isabel Brito 2010. ....	59
Fotografia 3- Cabeceira (alto) na região de Santana, Isabel Brito 2010.....	60
Fotografia 4- Encontro de Brejinho. Fonte: Arquivo CAA/ STR de Rio Pardo de Minas. ....	74
Fotografia 5- Comissão local de organização do encontro das comunidades encurraladas pela monocultura de eucalipto – outubro de 2004.....	75
Fotografia 6 - Pedra fundamental do Santuário do Areião, assentada no final da Romaria do Areião.	76
Fotografia 7 - Vista da RESEX do Areião – dia da Romaria .....	76
Fotografia 8- Exercício de produção da árvore genealógica feito pela comunidade de Vereda Funda, em 2004.....	129
Fotografias 9 - Exercício de linha do tempo genealógica feito pela comunidade de Vereda Funda, em 2010. ....	129
Fotografia 10 – Fotografias dos cartazes de apresentação dos dados da pesquisa na comunidade.	130
Fotografia 11 – Reunião da Comunidade Vereda Funda no caramanchão.....	130
Fotografia 12 – Caramanchão da comunidade de Vereda Funda destruído.....	131
Fotografia 13 – Foto do acampamento no primeiro dia de ocupação.....	132
Fotografia 14 – Terreiro de secagem de café.....	137
Fotografia 15 – Colheita de café na “chacra”, Vereda Funda, 2010.....	138
Fotografia 16 – Culto ao final de reunião do grupo de jovens da comunidade de Vereda Funda, 2010. .....	139
Fotografia 17 – Mutirão para construção de estruturas para abastecimento hídrico na comunidade. Vereda Funda, 2010. Fonte: CAA-NM.....	140
Fotografia 18 – Coordenadora do grupo de produção na unidade de produção de doce e desidratação de frutas da comunidade de Vereda Funda, 2010. ....	141
Fotografia 19 – Reunião na sede da comunidade de Vereda Funda, 2010. ....	142
Fotografia 20 – Reunião de planejamento do diagnóstico na Comunidade Raiz, realizada na escola da comunidade.....	143
Fotografia 21 – “Linha do tempo” da comunidade de Raiz.....	144
Fotografia 22 – Mapa do território da comunidade de Raiz.....	145
Fotografia 23 – Capela e sede da associação da comunidade de Raiz, 2009.....	147
Fotografia 25 – Comunidade de Raiz impedindo o avanço do trator sobre seu território.....	149
Fotografia 26 – Mapa da comunidade Santana .....	150
Fotografia 27 – Linha do tempo da comunidade Santana .....	150
Fotografia 28 – Calendário sazonal.....	152
Fotografia 29 – Lavoura de mandioca na comunidade de Santana.....	153

Fotografia 30 - Casa gerazeira típica.....	161
Fotografia 31 – Primeiro encontro das CEB's do município de Rio Pardo de Minas, em Vereda Funda. .....	175
Fotografia 24 – Quadro de atividades desenvolvidas por grupo de mulheres da comunidade de Raiz .....	262
Ilustração 1- Feições dos ambientes a partir das definições dos agricultores da comunidade Água Boa 2, sub-bacia do rio Água Boa; município de Rio Pardo de Minas, MG.....	58
Ilustração 2 – Rede dos Gerazeiros.....	171
Ilustração 3 – Rede da Monocultura de Eucalipto. ....	197

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais culturas em comunidades geraizeiras de Rio Pardo de Minas, 2011. ....	62
Tabela 2 – Dados sociodemográficos dos municípios norte-mineiros do alto rio Pardo, onde estão localizadas comunidades com processos de resistência ou conflitos relativos à monocultura de eucalipto .....	68
Tabela 3 – Áreas com Florestas Plantadas Existentes no Brasil (2010) .....	112
Tabela 4 – Contratos de arrendamento de terras públicas em Rio Pardo de Minas, realizados a partir de 1975.....	114
Tabela 5 – Renda monetária dos moradores de Vereda Funda em R\$ (sem agropecuária) no ano de 2004. ....	253
Tabela 6 – Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Vereda Funda, 2004. ....	254
Tabela 7 – Condição de posse da terra na comunidade Vereda Funda, 2004.....	255
Tabela 8 – Número de famílias que cultivam determinadas culturas na comunidade de Vereda Funda, 2004. ....	256
Tabela 9 – Renda monetária agropecuária dos moradores de Raiz, em R\$, no ano de 2008.....	259
Tabela 10 – Renda monetária (sem agropecuária) dos moradores de Raiz, em R\$, no ano de 2008 .....	259
Tabela 11 – Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Raiz, 2008. ....	261
Tabela 12 – Condição de posse da terra na comunidade Raiz, 2008.....	261
Tabela 13 – Número de famílias que cultivam determinadas culturas na comunidade de Raiz, 2008. ....	261
Tabela 14 – Tempo de Migração das famílias – Comunidade de Raiz.....	263
Tabela 15 – Renda monetária agropecuária dos moradores de Santana, em R\$, no ano de 2008...265	265
Tabela 16 – Renda monetária dos moradores de Santana, em R\$ (sem agropecuária), no ano de 2004. ....	265
Tabela 17 – Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Santana, 2008. ...	266
Tabela 18 – Condição de posse da terra na comunidade Santana, 2009.....	266
Tabela 19 – Número de famílias por culturas que plantam na comunidade de Santana, 2009. ....	267

## LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Principais produtos beneficiados ou produzidos em comunidades geraizeiras de Rio Pardo de Minas.....	63
Gráfico 2- Percentual dos domicílios por fontes de abastecimento de água domiciliar na comunidade Vereda Funda, 2004. ....	252
Gráfico 3- Percentual dos domicílios por forma de esgoto sanitário, na comunidade Vereda Funda, 2004. ....	253
Gráfico 4- Participação percentual na renda da comunidade, de acordo com a atividade na comunidade de Vereda Funda, 2004.....	254
Gráfico 5 – Distribuição da ocupação das terras na comunidade de Vereda Funda, 2004.....	255
Gráfico 6 – Percentual por tipo da condição de posse da terra na comunidade de Vereda Funda, 2004. ....	255
Gráfico 7 – Percentual de domicílios por fontes de abastecimento de água na comunidade de Raiz, 2008. ....	258
Gráfico 8 – Percentual de domicílios por forma de esgoto sanitário na comunidade de Raiz, 2008. .	259
Gráfico 9 – Participação percentual na renda da comunidade, de acordo com a atividade. ....	260
Gráfico 10 – Condição de posse da terra na comunidade Raiz, 2008. ....	261
Gráfico 11 – Percentual de famílias com membros que migram, 2008.....	263
Gráfico 12 – Percentual dos tipos de fontes de abastecimento de água domiciliar na comunidade Santana, 2009. ....	264
Gráfico 13 – Percentual dos domicílios por formas de esgoto sanitário.....	264
Gráfico 14 – Participação percentual na renda da comunidade, de acordo com a atividade. Santana, 2009. ....	265
Gráfico 15 – Percentual das propriedades por condição de posse da terra na comunidade de Santana, 2009. ....	267

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Regiões do norte de Minas, Vegetação e ocupação.....	43
Quadro 2- Espécies arbóreas cultivadas nas chácaras de café e quintais. ....	64
Quadro 3 – Comunidades com conflitos relativos à monocultura de eucalipto no Norte de Minas. ....	69
Quadro 4 - Quadro de tensões sócio-ambientais do norte de Minas Gerais. ....	89
Quadro 7 – Histórico da comunidade de Vereda Funda.....	133
Quadro 8 – Quadro comparativo da situação das transformações relacionadas à reapropriação territorial – Comunidade de Vereda Funda. ....	137
Quadro 11 – Comunidades e estágios dos conflitos, segundo fases dos dramas sociais de TURNER. ....	157
Quadro 12 – Relato dos grupos.....	177
Quadro 5 – Dados gerais sobre a comunidade de Vereda Funda, 2004. ....	252
Quadro 6 – Calendário das atividades ligadas à agricultura, da comunidade de Vereda Funda, 2004. ....	257
Quadro 9 – Dados gerais sobre a comunidade de Raiz, 2008. ....	258
Quadro 10 – Dados gerais sobre a comunidade de Santana, 2009.....	264

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ABRAF** - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas  
**AGE** - Advocacia Geral do Estado  
**ALMG** - Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais  
**AMA** - Articulação Mineira de Agroecologia  
**AMAMS** - Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE  
**AMS** – Associação Mineira de Silvicultura  
**ANA** - Articulação Nacional de Agroecologia  
**APP** - Áreas de Proteção Permanente  
**ASA** - Articulação do Semiárido Brasileiro  
**ASA/MG** - Articulação do Semiárido de Minas Gerais  
**CAA-NM** - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas  
**CEB's** - Comunidades Eclesiais de Base  
**Cedraf** - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar  
**CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
**CNCD** - Conselho Nacional de Combate a Desertificação  
**CNDSPCT** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
**CNPT** - Conselho Nacional de Populações Tradicionais  
**CODEVASF** – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco  
**Conacer** - Conselho Nacional do Cerrado  
**Conaflor** - Conselho Nacional de Florestas  
**Condraf** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar  
**CONSEA Nacional** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar  
**Contag** - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
**Coosarp** - Cooperativa de Silvicultura e Agropecuária do Alto Rio Pardo Ltda.  
**COPAM – MG** - Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais  
**CPT** - Comissão Pastoral da Terra  
**DRP** - Diagnóstico rural participativo  
**FAO** - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
**FEAM** - Fundação Estadual do Meio Ambiente  
**FISET** - Fundo de Investimentos Setoriais  
**FJP** - Fundação João Pinheiro  
**GESTA** - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais  
**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis  
**IBDF** - Instituto Brasileiro de Defesa Florestal  
**IEF** - Instituto Estadual de Florestas  
**IGAM** - Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
**MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens  
**MAPA** - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

**Mastro** - Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Organizados

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MMC** - Movimento de Mulheres Camponesas

**MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PNPCT** - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

**RDS** - Reserva de desenvolvimento sustentável

**Resex** – Reserva extrativista

**Ruralminas** - Fundação Rural Mineira

**SBS** – Sociedade Brasileira de Silvicultura

**SIF** – Sociedade de Investigações Florestais

**SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**STR** - Sindicato de trabalhadores rurais

**STR/RPM** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares do Município de Rio Pardo de Minas

**SUDENE**- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**SUPRAM/NM** – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas

**UC** - Unidade de conservação

**Unesco** - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

**VBPF** - Valor bruto da produção do setor florestal



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. CAPÍTULO 1. “NORTES” DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>22</b>
1.1 PERÍODO DE FORMAÇÃO – O NORTE DE MINAS NO CONTEXTO COLONIAL.....	22
1.2 O NORTE DE MINAS E OS GERAIS.....	25
1.2.1 A ocupação regional .....	28
1.3 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NORTE-MINEIRA.....	32
<b>2. CAPÍTULO 2. COMUNIDADES TRADICIONAIS GERAIZEIRAS NO ALTO RIO PARDO .....</b>	<b>45</b>
2.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS NO NORTE DE MINAS .....	45
2.1.1 Comunidade Tradicional e Identidade .....	45
2.1.2 Direitos dos povos e comunidades tradicionais.....	51
2.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS GERAIZEIRAS.....	53
2.2.1 Os geraizeiros.....	54
2.2.2 Os Tempos de Antigamente.....	56
2.3 MUDANÇAS NO TERRITÓRIO GERAIZEIRO.....	65
2.4 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES.....	73
<b>3. CAPÍTULO 3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>78</b>
3.1 A ABORDAGEM DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS .....	78
3.2 A DISPUTA NAS MICRORREGIÕES.....	90
3.3 CONFLITOS E MAPAS: FORMAS DE EXPOR FATOS, PODERES E DISCURSOS.....	98
3.3.1 Conflitos relacionados à monocultura de eucalipto no norte de Minas Gerais .....	105
3.4 A MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO BRASIL .....	108
3.5 A MONOCULTURA DE EUCALIPTO E A REGIÃO NORTE DE MINAS.....	114
<b>4. CAPÍTULO 4. OS GERAIZEIROS NO SÉCULO XXI: COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA, COMUNIDADE DE RAIZ, COMUNIDADE DE SANTANA.....</b>	<b>118</b>
4.1 A PESQUISA E A MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DE DISPUTA TERRITORIAL.....	118
4.2 A COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA.....	128
4.2.1 A pesquisa de 2004 – Vereda Funda: Histórico .....	128
4.3 A COMUNIDADE DE RAIZ.....	142
4.4 A COMUNIDADE DE SANTANA.....	149
4.5 O DRAMA SOCIAL DOS ENCURREALADOS.....	155
4.6 GERAIZEIROS E SUAS RECRIAÇÕES .....	157
<b>5. CAPÍTULO 5. MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES E O COMPLEXO INDUSTRIAL FLORESTAL .....</b>	<b>164</b>
5.1 A REDE MOVIMENTO SOCIAL DOS GERAIZEIROS.....	166
5.1.1 Formação da Rede dos Geraizeiros .....	168
5.2 A MOVIMENTAÇÃO DAS COMUNIDADES.....	175
5.2.1 A estratégia de reapropriação territorial via retomada de áreas arrendadas pelas empresas .....	178
5.2.2 A reapropriação territorial via a criação da RESEX .....	183
5.2.3 Reserva extrativista no cerrado .....	186
5.3 O COMPLEXO INDUSTRIAL-FLORESTAL .....	189
5.3.1 As empresas de base “florestal” na região de Rio Pardo de Minas .....	190
5.4 AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS .....	198
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>200</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>211</b>
<b>8. ANEXOS .....</b>	<b>224</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese trata do conflito socioambiental entre geraizeiros<sup>1</sup> do Norte de Minas Gerais e o Complexo Florestal-Industrial. A partir da relação de um grupo social específico com seu território, adentramos um universo onde se explicita o conflito em suas várias dimensões. O conflito socioambiental na disputa por terra, território, água, significado de natureza se revela no contexto do histórico bloqueio do acesso a terra para as camadas populares no Brasil, promovido pelas elites agrárias, via Estado, que mantém o modelo da grande propriedade. Parte dos problemas sociais do Brasil tem origem nesse modelo agrário baseado na desigualdade e na assimetria de poder.

É na dialética desse conflito socioambiental que se organiza esta tese, tecida a partir do que se convencionou denominar Norte de Minas. A própria construção deste território é revelador dos conflitos socioambientais. O conceito de conflitos socioambientais estabelecido foi o de disputa pelo espaço natural, pelo território e seus recursos, e pelo significado de natureza. Portanto, de caráter material e simbólico.

A finalidade principal deste trabalho era buscar compreender a relação entre comunidades tradicionais e conflito socioambiental, assim como as principais características e consequências dessa relação. As questões centrais que orientaram a investigação dessa relação foram a respeito do ecologismo popular promovido por essas comunidades na sua relação com os conflitos socioambientais e o fortalecimento da identidade de “comunidade tradicional”.

O estudo das comunidades tradicionais envolvidas em conflitos socioambientais foi realizado com a intenção de compreender quais as características centrais dessa relação, em que esse conflito socioambiental se diferencia de outros tipos de conflitos. Busca-se compreender a realidade dinâmica das comunidades tradicionais “encurraladas” pela monocultura de eucalipto. Como essas comunidades vêm tentando furar o bloqueio do acesso à terra como meio de produção, lugar de vida sustentável e reprodução de seu imaginário, tradições e estilo de vida.

A consideração da sustentabilidade como um novo campo, na acepção de Bourdieu, permite compreender as diferentes formas, lugares e recursos dos agentes sociais presentes nos conflitos. A compreensão do universo geraizeiro e de sua forma de contribuir para a sustentabilidade, sua visão de mundo e de natureza serve de marco para se entender como operam essas comunidades geraizeiras nos conflitos analisados.

---

<sup>1</sup> Determinar características que definam “geraizeiro” está entre os objetivos deste trabalho. Este início de leitura, no entanto, pode se beneficiar da informação preliminar que “geraizeiro” se refere ao habitante do gerais, palavra esta dicionarizada como “Substantivo masculino plural. 1. Campos do Planalto Central brasileiro. 2. Grandes extensões de campos sem plantações nem moradias. 3. N.E. No Nordeste brasileiro, áreas desérticas de difícil acesso” iDicionário Aulete, [http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital), acessado em 29/07/2012.

Será que os conflitos experienciados pelas comunidades tradicionais geraizeiras têm fortalecido sua identidade, atualizado suas formas de organização e mobilizado diversos setores da sociedade para questionar o pensamento dominante, além de explicitar outras possibilidades de viver e de produzir? Será que apresentam a possibilidade, na prática, de formas mais adequadas de produção, em conformidade com os ecossistemas em que as comunidades vivem?

O Norte de Minas Gerais é uma região privilegiada para analisar conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais, porque ali vários grupos tradicionais permaneceram nas suas comunidades e resistiram à pressão da grande propriedade monocultora. De certa forma, as comunidades tradicionais se organizaram para reverter a situação que, provavelmente, os levaria à extinção.

A expansão capitalista no Norte de Minas foi sustentada pelo Estado, que estabeleceu as condições necessárias e concedeu incentivos fiscais e financeiros fundamentais para o capital privado na região. Com esta finalidade, na década de 1960, foi criada a Fundação Rural Mineira – Ruralminas - responsável pela política de utilização das terras e das águas do Estado. A Ruralminas associada à gestão das terras do Norte de Minas para a expansão capitalista, ignorou grupos estabelecidos na região, como os de geraizeiros, veredeiros<sup>2</sup>, pescadores, vazanteiros, ilheiros, barranqueiros, caatingueiros, quilombolas e índios, que construíram suas formas de vida tendo como parâmetro a memória de seus ancestrais e os ambientes em que habitavam. Como as comunidades tinham apenas a posse da terra, mas não tinham o reconhecimento jurídico, suas terras foram consideradas públicas ou expropriadas.

Um dos projetos capitaneados pela Ruralminas a partir da década de 1970 foi o da introdução da monocultura do eucalipto nas áreas de chapadas do cerrado do Norte de Minas, e a produção de carvão vegetal. De 1983 a 1990, foram liberados pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF – para desmate e carvoejamento cerca de 300 mil hectares. As áreas, consideradas terras públicas, foram cedidas pelo Estado para empresas que implantaram a monocultura, denominadas de reflorestadoras. A utilização dos termos reflorestamento e reflorestadoras para denominação da atividade da monocultura de eucalipto já foi criticada diversas vezes, pois esta não pode ser considerada floresta. No caso, o eucalipto foi implantado com a destruição das matas, que foram transformadas em carvão. Nos anos 2000 ocorreu um novo movimento desenvolvimentista com apropriação privada dos recursos naturais. As comunidades tradicionais, por seu turno, passaram a se

---

<sup>2</sup> Definidos aqui, de forma preliminar, consoante com a nota anterior, como habitante da vereda, dicionarizada como “Regionalismo: Minas Gerais, Centro-Oeste do Brasil. Na região dos cerrados, curso de água orlado por buritizais” (Dicionário Houaiss).

organizar para garantir territórios e preservar os recursos naturais, essenciais para o seu modo de vida.

O reconhecimento jurídico formal dos geraizeiros, como comunidades tradicionais, é uma confluência das reivindicações de diferentes movimentos sociais materializados na Constituição de 1988, na criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (2006) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (2007). Os geraizeiros da região de Rio Pardo de Minas constituem comunidades rurais agroextrativistas-pastoris, que se estruturaram nos domínios do cerrado em contato com a caatinga.

Esta tese analisa as tensões entre justiça ambiental e justiça social no Norte de Minas, presentes no conflito socioambiental do movimento dos–“atingidos pela monocultura de eucalipto” ou “encurralados pela monocultura de eucalipto”, expressão dos geraizeiros contra a expropriação de suas terras pelo complexo siderúrgico-florestal, via Estado. De fato, no final do século XX e início do século XXI, os geraizeiros passaram a se organizar e a constituir redes internas e externas de articulação em defesa dos seus territórios e da retomada das terras expropriadas, diante do vencimento dos contratos entre as empresas e o Estado.

Para melhor entendimento da dinâmica dos conflitos socioambientais, foi utilizada a noção de rede social – estrutura social aberta, integrando nós que compartilham os mesmos códigos de comunicação – que, por sua abertura, permite captar a dinâmica de diferentes processos sociais. O movimento socioambiental das comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto se manifesta por meio de uma rede - a rede dos geraizeiros -, que busca enfrentar o avanço da monocultura e conseguir de volta o domínio de suas terras. Por outro lado, as empresas eucaliptocultoras também acionam uma rede para planejar e executar suas estratégias, na busca de manter e expandir suas áreas.

A escassez de terra e de água são os principais problemas enfrentados pelos geraizeiros da região, que identificaram a monocultura de eucalipto como causadora desses problemas. A principal estratégia de enfrentamento estrutural desta situação foi a reapropriação territorial, com retomada de áreas comuns, inclusive a proposta de criação de uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável. A reapropriação territorial significa retomar as terras que faziam parte das comunidades antes da entrada da monocultura de eucalipto, terras de usufruto individual e coletivo (terras de uso comum). As comunidades passam a cobrar seus direitos sobre essas terras; entende os motivos pelos quais perdeu o domínio sobre as mesmas e ganha uma visão prospectiva com sua retomada. Este processo encontrou a pesquisa participante como importante canal de investigação orientado pela ação, pela produção de conhecimento e auto - conhecimento emancipatório.

A sistematização desse processo na forma de mapas foi uma forma de consolidação da ideia da reapropriação territorial. Como se verá, a pesquisa participante se apresenta, nesta tese, enfrontada no contexto de conflitos socioambientais vivenciados pelas comunidades tradicionais.

Algumas comunidades da rede de geraizeiros pleitearam a criação de uma reserva extrativista - tipo de Unidade de Conservação - UC classificada como de uso sustentável - na região do Areião e Vale do Guará. Esta unidade abrangeria 47.000 ha entre os municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo e teria o intuito de resguardar uma das poucas áreas remanescentes de cerrado da região.

Assim, os geraizeiros, ao confrontar o projeto de desenvolvimento e, ao requerer seu direito de reocupar as terras que lhes foram expropriadas, se posicionam num conflito socioambiental e promovem o ecologismo dos pobres, o ecologismo popular cunhado por Alier, processo que desencadeia a construção de uma visão crítica em relação à distribuição e utilização de recursos naturais. O conflito socioambiental e o fortalecimento da identidade geraizeira têm, nesta perspectiva, uma relação dialética e direta. As comunidades geraizeiras fortalecidas na sua identidade – como forma de representação coletiva relacionada ao pertencimento – desencadeiam um tipo de reordenamento territorial diferenciado na região com a sua luta pela terra e território.

### **Aspectos Teórico-Methodológicos**

A construção deste estudo foi delimitada pela realidade das comunidades tradicionais em conflito socioambiental e sob questionamentos em torno da relação entre ambos – conflitos socioambientais e (construção identitária das) comunidades tradicionais. À procura de tensionar a teoria e o método, buscou-se trilhar um percurso interdisciplinar a partir da sociologia, empreendendo uma análise sistemática das lutas do movimento dos geraizeiros e do conflito em torno do território, que refletem, de certo modo, a dinâmica da construção do campo socioambiental.

Na busca de iluminar a realidade social no contexto conflito socioambiental - comunidades geraizeiras, num percurso para além das fronteiras das disciplinas, foram se delineando e justapondo conceitos e metodologias. Os principais conceitos referenciais das diferentes áreas de conhecimento no desafio de construção de uma análise interdisciplinar utilizados neste trabalho são: o de território, que desde sempre esteve presente na análise das ciências sociais, mas que neste contexto de conflito frisa a territorialidade e a desterritorialização tornando-se um conceito-chave para a articulação interdisciplinar; a noção de campo, de Bourdieu, tão cara à teoria dos conflitos socioambientais por conceber distintos campos sociais de disputa e de poder, que se interpenetram; a noção de “visão

processual da sociedade” sistematizada por Turner a partir de vários autores das Ciências Sociais; a ideia de Ecologismo Popular cunhada por Alier e que aqui é sintetizada com o significado de resistência de grupos populares ao avanço das atividades que degradam e expropriam territórios e naturezas; a noção de Identidade, imbricada com resistência cultural e relacionada a um modo de vida diferenciado em um ecossistema específico, ao sentido de territorialidade.

A trama conceitual construída para buscar o entendimento da realidade social e a própria realidade social delinearam a opção metodológica pela pesquisa participante, forma ampla de tratar diferentes tipos de pesquisa que contemplam a participação dos pesquisados na pesquisa. Nesta tese a pesquisa participante constituiu-se como o desafio de transcender as dicotomias, tais como: objetividade e subjetividade; qualitativo e quantitativo; conhecimento científico e conhecimento popular. A pesquisa participante praticada nas comunidades tradicionais envolvidas em conflito socioambiental tem um caráter investigativo de autoconhecimento e reconhecimento crítico da realidade vivida por essas comunidades, em um contexto de disputas de diferentes naturezas, mas principalmente na disputa pelo território. O processo auto-investigativo, e suas consequentes reflexões vivenciados pelas comunidades, revelou-se peça importante de um processo mais amplo de reapropriação territorial e de capacitação, para que essas comunidades pesquisem e interpretem sua própria realidade de maneira autônoma.

Esta tese se insere no contexto de consolidação da abordagem socioambiental, que vem se constituindo em elemento transformador do campo científico. Tensionar o campo teórico-metodológico está inscrito neste processo, pois a compreensão da perspectiva dos geraizeiros em conflito demanda uma perspectiva multidimensional. A pesquisa participante, eixo condutor dos trabalhos, articulando aspectos etnológicos com métodos e técnicas, foi realizada em duas frentes. Uma buscou captar a dinâmica do conflito, por meio do acompanhamento de eventos sociopolíticos motivados pelos conflitos socioambientais em questão. Outra frente privilegiou a pesquisa em três comunidades para levantamento de dados e entendimento de como a “construção” do conflito refletiu-se na dinâmica das comunidades e vice-versa, com procedimentos metodológicos inspirados no estudo de caso.

Foram utilizadas, também outras fontes primárias, como levantamentos socioeconômicos quantitativos. Recorreu-se, igualmente, a técnicas adaptadas da caixa de ferramentas de diagnósticos rurais participativos, enriquecidas com o censo da comunidade e mediadas, também, por membros da própria comunidade, para chegar a uma compreensão mais profunda de aspectos importantes dos fenômenos sociais.

O trabalho realizado nas comunidades aconteceu como parte dos processos de reapropriação e de atividades desenvolvidas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio

Pardo de Minas - STR / RPM e pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA-NM e visava produzir informações para mobilizar, sensibilizar e produzir subsídios à reflexão coletiva sobre passado, presente e futuro das comunidades. Elas consistiram em: (a) construção de seu histórico, um exercício de memória e história oral realizado de forma coletiva com a participação de todas as gerações, permitindo um compartilhamento de "histórias"; (b) elaboração do mapa da comunidade - mapeamento participativo - que se apresentou como um instrumento de reconstrução simbólica de seu território e de assimilação dos direitos ao território ancestral; (c) calendários de produção, para entender a dinâmica produtiva e extrativista; (d) rotinas diárias, para averiguar o cotidiano de seus membros; (e) construção da agenda dos eventos e festas, para demarcar as principais atividades culturais e religiosas durante o ano; e (f) produção da árvore genealógica das famílias, para entender a dinâmica familiar, seus aspectos de ancestralidade e antigos locais de morada.

Entre 2008 e 2011 foi realizado acompanhamento sistemático dos eventos<sup>3</sup> relacionados aos conflitos socioambientais envolvendo a rede dos geraizeiros. Estes eventos consistiram em reuniões das comunidades, seminários, audiências públicas, oficinas, conferências e acompanhamento de confronto direto entre geraizeiros e empresas monocultoras. Nestas ocasiões, foi possível melhor conhecer como se dá a mobilização das comunidades e, também, identificar estratégias das comunidades e das empresas eucaliptocultoras.

Outro elemento importante a ser observado é a distinção das comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto daquelas atingidas e em conflito. A tese restringe sua análise a comunidades em conflito manifesto e explícito, a partir do qual se percebe o discurso construído da rede dos geraizeiros e ouve-se a voz das comunidades e das organizações que as apoiam.

A tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro é descrito o contexto sócio-histórico-ambiental do Norte de Minas Gerais e o processo de modernização da região, desde a segunda metade do século XX. Esta modernização, sob o signo do desenvolvimentismo, tem como principal característica a expansão capitalista no campo e a consequente perda de território dos geraizeiros. A imposição do "desenvolvimento" é um processo de violação simbólica e material na vida das comunidades rurais norte-mineiras.

O segundo capítulo parte de uma revisão sobre a categoria "comunidades tradicionais" para a sua identificação como sujeitos políticos constituídos de direitos e protagonistas de disputas territoriais. Analisa as comunidades geraizeiras do alto rio Pardo em conflito com a monocultura de eucalipto; expõe uma caracterização dos geraizeiros por meio de seu modo

---

<sup>3</sup> Quadro de eventos em anexo.

de vida e de seus costumes e informações sobre os municípios onde foram detectados esses conflitos.

No capítulo três são apresentados aspectos teóricos que delineiam a abordagem de conflitos socioambientais, a construção do conceito de conflitos socioambientais no Brasil e de sua leitura a partir das noções de justiça ambiental e do ecologismo popular. Trata também sobre a monocultura de eucalipto, e são apresentadas experiências de mapeamentos participativos dos conflitos socioambientais, assim como, um quadro das tensões socioambientais regionais.

O capítulo quatro analisa as comunidades de Vereda Funda, Raiz e Santana, com seu modo de vida e os conflitos que vivenciam. Assim como, apresenta o processo de pesquisa participante, seus pressupostos, processos e desafios.

O quinto e último capítulo estuda as redes sociais dos geraizeiros. Na mesma perspectiva dinâmica das redes estuda-se o complexo florestal industrial. O enquadramento teórico das redes é um relevante auxiliar na interpretação do conflito. Finalmente, identifica-se a estratégia de reapropriação territorial, com a reconversão agroextrativista e a criação de unidade de conservação de uso sustentável.



## **CAPÍTULO 1. “NORTES” DE MINAS GERAIS**

Este capítulo apresenta o Norte de Minas Gerais em sua dimensão histórico-social, política e ambiental, com o objetivo de proporcionar o entendimento do contexto das comunidades tradicionais e dos conflitos socioambientais vivenciados por tais comunidades.

Contém um breve histórico da dinâmica territorial brasileira e do bloqueio ao acesso a terra no Brasil imposto às camadas populares. Esse é o contexto em que nasce o Norte de Minas. Uma região que se forma desde os primórdios da colonização portuguesa, com os currais de gado do São Francisco, os gerais, as veredas e as caatingas. Características socioculturais, econômicas e ambientais, e os principais grupos que construíram a história regional são apresentados em paralelo à dinâmica territorial.

O processo de modernização por que passa a região desde a segunda metade do século XX, sob o signo do desenvolvimentismo, tem como principal característica a expansão capitalista no campo. Ele muda a face e a estrutura da região e vai de encontro às formas diferenciadas de sociabilidade e modos de vida que foram configuradas ao longo da formação histórica regional. Formas diferenciadas de sociabilidade que foram subterradas diante da perspectiva de modernidade e que se reorientam sob a categoria político-cultural de comunidade tradicional.

### **1.1 PERÍODO DE FORMAÇÃO – O NORTE DE MINAS NO CONTEXTO COLONIAL**

As terras apropriadas no norte de Minas Gerais, no início do século XVI, pertenciam à coroa portuguesa, que buscou consolidar a colonização por meio do que denominou capitânicas hereditárias, concessões de vastos territórios para nobres portugueses. Eles tinham o dever de defender e de desenvolver suas áreas e, nelas, a autoridade para governar em nome do rei e o poder de conceder terras a outros. Eram chamadas de sesmarias e tanto elas quanto as capitânicas eram propriedades do rei. As capitânicas foram extintas em 1754, permanecendo o regime de sesmarias. Sobre este regime, Guimarães (1989) destaca que, desde o início da colonização, a condição social foi fator decisivo nas “doações” de terra feitas apenas a nobres e a plebeus ricos, que arrendavam pequenas parcelas para colonos pobres cultivarem. Essa é a origem da figura do “agregado”, apontado pelo autor como a primeira forma de trabalho livre agrícola no Brasil.

As concessões no norte abrangiam em geral uma maior extensão territorial do que no sul (...) as sesmarias do sul não excediam de três léguas de

extensão, quando do norte havemos de encontrar concessões de 20, 50, e mais léguas<sup>4</sup>. Basta assinalar as concessões de Garcia d'Ávila e seus parentes que se estendiam da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas (...) Em geral os concessionários eram a nobreza da capital da capitania, muitos deles órgãos e representantes do próprio governo. Iniciou-se então, o regime do arrendamento aos pequenos colonos (...) criando-se assim a classe dos agregados agrícolas, que tanto contribuiu para a prosperidade do agricultor. (FREIRE, 1906, p. 21, *apud* GUIMARÃES, 1989, p. 51).

Os portugueses inicialmente tentaram escravizar os indígenas para a exploração das terras, porém, diante da dificuldade desta tarefa e do domínio do território pelos povos autóctones, passaram a importar escravos da África que, segundo Guimarães, constituíam a mão de obra trabalhadora da época, junto com os agregados.

As sesmarias geraram dois tipos de domínios territoriais: os engenhos de cana-de-açúcar nas faixas litorâneas e as fazendas de gado, visando à penetração do sertão. No século XVI, surgiram as primeiras fazendas no interior da Bahia, que representaram uma forma de exploração diferenciada, permitindo o acesso à terra de uma parcela mais pobre da população (GUIMARÃES, 1989).

As fazendas se estendiam através de intermináveis vastidões de terra. Ao senhor seria impossível controlar diretamente a produção. Aí a fazenda repelia a escravidão, abrindo caminho para o trabalho livre, utilizando o índio numa atividade como o pastoreio, mais adequada a sua condição. E nascia na fazenda uma classe de arrendatários, de um nível de vida mais elevado que o dos rendeiros e lavradores obrigados, existente nas culturas canavieiras. (GUIMARÃES, 1989, p. 62).

O gado, de início utilizado apenas como fonte de energia para mover engenhos e equipamentos agrícolas, passou depois a ser criado para fornecer couro e alimento. O sistema de produção da fazenda, com vaqueiros, fábrica de couros e pastores, entre outras atividades, abre espaço para uma sociedade diferente daquela estabelecida nos engenhos de cana de açúcar da zona litorânea. A criação de fazendas cresceu com rapidez devido à própria natureza dos criatórios de gado, e às condições mais “livres” dos trabalhadores, assim como suas remunerações, melhores que as dos trabalhadores “livres” dos engenhos. Dentre as distintas atividades da fazenda, a do vaqueiro é ressaltada, pois

contribuiu ainda para a multiplicação das fazendas o sistema de pagar o vaqueiro, que é quem dirige os estabelecimentos, com  $\frac{1}{4}$  das crias; pagamento que só se efetua decorridos cinco anos, acumuladas as cotas de todos eles. O vaqueiro recebe assim, de uma só vez um grande número de cabeças, que bastam para ir-se estabelecer por conta própria. Falo em terras que adquire, ou mais comumente arrendando-as dos grandes senhores de sesmarias do sertão. (PRADO Jr., *apud* GUIMARÃES, 1989, p. 70).

As atividades de vaqueiro contribuíram para a proliferação de várias posses e arrendamentos, que deram origem a pequenos sítios de produção familiar que não

---

<sup>4</sup> Uma légua de sesmaria corresponde a aproximadamente sete quilômetros.

utilizavam a mão de obra escrava e tinham relativa autonomia em relação às grandes fazendas, ainda no período das sesmarias.

As sesmarias foram extintas em julho de 1822, como forma de deter a ameaça à propriedade latifundiária e proteger a classe dominante do “acontecimento da maior significação para a história do monopólio da terra no Brasil: a ocupação, em escala cada vez maior das terras não cultivadas ou devolutas, por contingentes da população rural” (GUIMARÃES, 1989, p. 59).

O vácuo foi aproveitado pelos agricultores pobres e houve proliferação de sítios por meio da posse, que deram origem às pequenas propriedades. Uma “lei de terras”, a lei nº 601, de 1850, extinguiu o regime de posse (pois só permitia a aquisição de terra por compra); elevou o preço da terra e determinou que os recursos obtidos com a venda fossem utilizados para atrair imigrantes estrangeiros para o campo brasileiro (GUIMARÃES, 1989). De acordo com Silva,

matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista. (...) Enquanto a mão de obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de “acesso relativamente livre”. Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios. (SILVA, 1987, p. 25).

Essas condições delinearam a formação do território brasileiro no que tange à ocupação da terra e ao acesso a ela no Norte de Minas Gerais, região de antiga ocupação onde se deu a articulação de duas correntes colonizadoras que intensificaram sua presença na região desde o séc. XVI: os bandeirantes provindos da Bahia e de São Paulo. (PIRES, 1979).

Dois grandes propriedades existiam no Norte de Minas, no século XVII: a de Garcia D'Ávila, na margem esquerda do rio São Francisco e a de Antônio Guedes de Brito, na margem direita do rio e que se estendia do morro do Chapéu, na Bahia, até o rio das Velhas, na atualidade Minas Gerais. A principal atividade dos colonizadores no período das sesmarias, quando houve a prática do arrendamento de extensas terras, era a pecuária extensiva nas fazendas de gado (ANTONIL, 1997; MACHADO, 1991; ALMEIDA COSTA, 1997; RODRIGUES, 2000).

Sobre os domínios de Antônio Guedes de Brito, a segunda maior “propriedade” do Brasil, Pires (1979) afirma que,

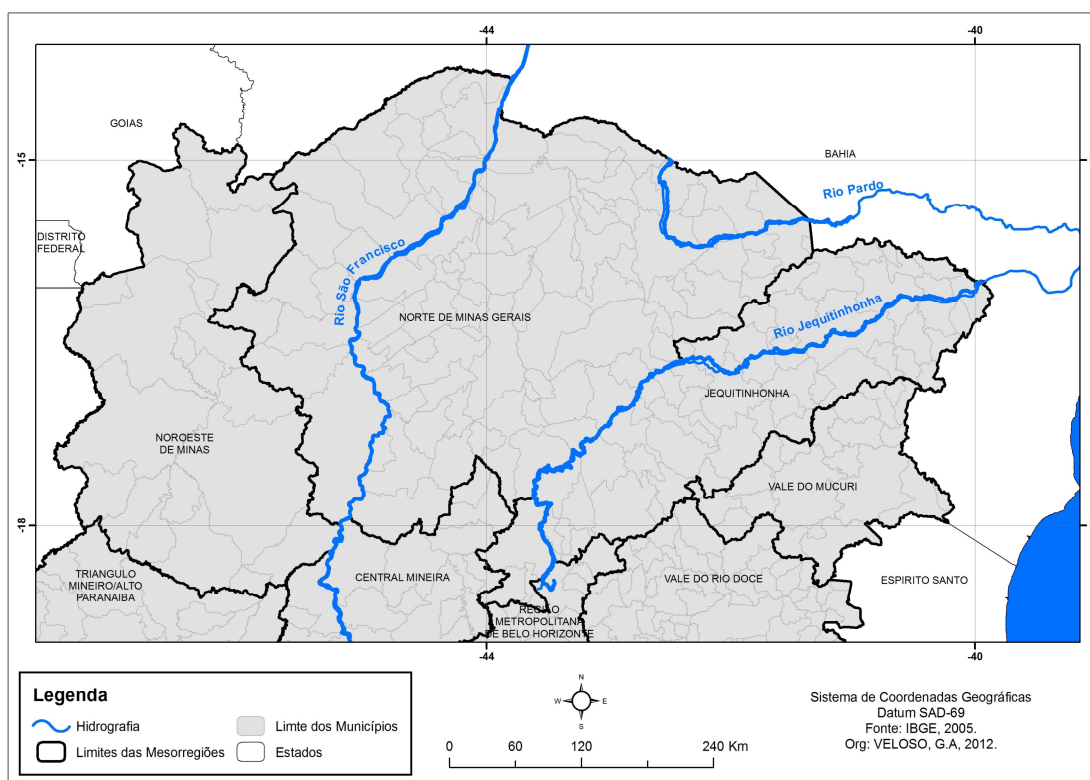
inegavelmente, a primeira região mineira a ser povoada foi a do Norte de Minas através dos currais de gado do São Francisco e do rio Verde. Em uma visão mais ampla cumpre acentuar que todo o lado direito do Rio São Francisco pertencia à província da Bahia e o lado esquerdo à província de

Pernambuco. (...) Muitas léguas de terras foram conseguidas, apenas, segundo o costume da época, com gasto de tinta e papel, ao lado do merecimento e da capacidade financeira, para a construção de engenhos, currais de gado e abertura de roças. Outras foram obtidas por compra e herança. (PIRES, 1979, p. 46).

O governo da capitania da Bahia distribuiu, entre 1670 e 1690, grande quantidade de terras que compõem “os sertões”, às quais “correspondia uma identidade regional moldada pelo comércio e pela circulação de mercadorias e gentes”. (CARRARA, 2007, p. 205). A colonização da região se consolidou com as fazendas de gado, produtoras de alimentos e couro para abastecer os engenhos e, depois, as minas. Os currais da Bahia foram anexados ao território da capitania de Minas em 1720 e compõem em certa medida a região hoje correspondente ao Norte de Minas.

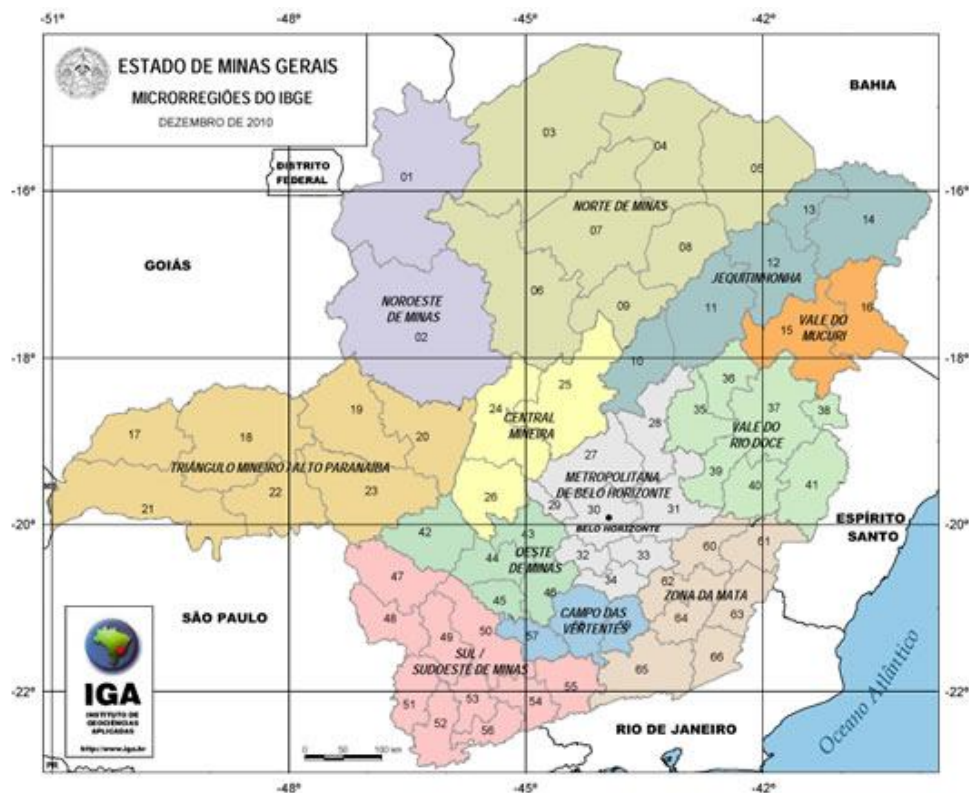
## 1.2 O NORTE DE MINAS E OS GERAIS

O Norte de Minas Gerais compreende uma área de 128.602 km<sup>2</sup> (22% do Estado de Minas Gerais) e é a porção mais ao sul da região do semiárido brasileiro, com chuvas concentradas no verão e cobertura vegetal original de cerrado e caatinga. Três bacias hidrográficas compõem a região: a do rio São Francisco, a do rio Jequitinhonha e a do rio Pardo.



Mapa 1 - Localização do Norte de Minas.  
Fonte: IBGE.

O Governo do Estado de Minas Gerais, em sua divisão administrativa, considera o Norte de Minas como uma das doze mesorregiões do estado, dividindo-a em sete microrregiões (Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas), com 89 municípios.



Mapa 2 – Microrregiões do Norte de Minas

Fonte: IGA, 2010.

Numeração das microrregiões: 3- Januária, 4- Janaúba, 5- Salinas, 6- Pirapora, 7- Montes Claros, 8- Grão Mogol, 9- Bocaiuva.

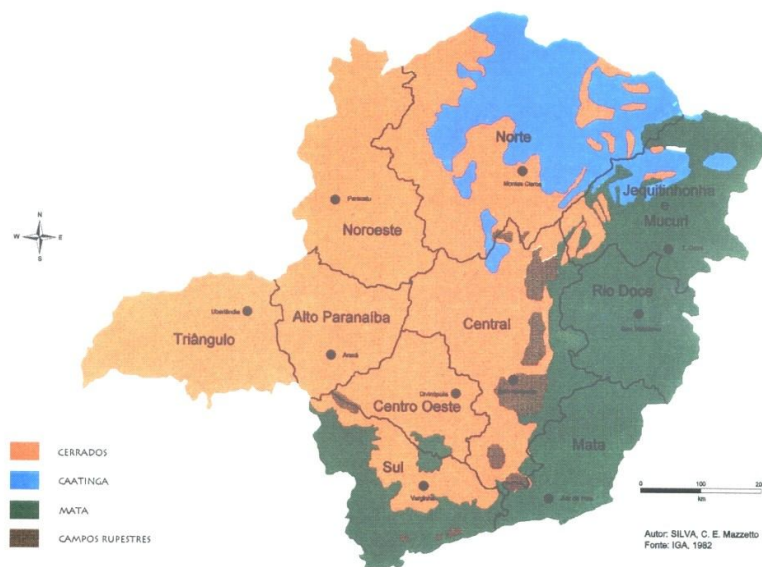
O Norte de Minas, além de uma simples delimitação de uma região geográfica e administrativa, será tratado como fruto de um contexto socioambiental e histórico marcado pela expansão colonial portuguesa, o nordeste açucareiro e as fazendas de gado. Nesse sentido, para compreensão do lugar da região no todo de Minas Gerais, ganha peso a noção de gerais, que é composta por e, ao mesmo tempo, é parte de elementos culturais, históricos e socioambientais. Uma noção que foi criada ao longo do processo histórico; uma construção interna e externa ao local, que não é precisa. A região norte de Minas tem como marca a diversidade em vários aspectos, tanto na paisagem quanto na cultura.

Alguns autores associam gerais a campos gerais, que indica uso comum da terra, ocorrendo em diferentes lugares do Brasil, sem relação com tipo ecológico ou paisagem específica (GONÇALVES, 2000). Outros, ao contrário, associam gerais a um tipo ecológico

ou paisagem específica. A definição de Dayrell parte do entendimento de que seus habitantes têm da palavra: “os planaltos, encostas e vales das regiões dominadas pelos cerrados”. (DAYRELL, 1998, p.73). Esse autor ressalva que, embora a noção inclua o bioma cerrado, gerais “não é a vegetação dos cerrados, mas o ambiente em que” existem “os cerrados em suas diversas formações, inclusive, no caso específico de Riacho, as formações de transição para a caatinga e mata seca” (DAYRELL, 1998, p. 73).

Nogueira fala dos gerais como “imensa região de gado, das chapadas são-franciscanas, os decantados currais da Bahia, produtores de gêneros alimentícios.” (NOGUEIRA, 2009, p. 53). A noção de gerais, neste trabalho, será entendida como sertão, cerrados, vastidão, os gerais da Serra Geral. Os gerais que amoldam a história de gentes e natureza e são por ela moldados.

As fronteiras naturais do Norte de Minas são formadas pelos encontros do cerrado com a caatinga; na região, encontramos ainda fragmentos de mata atlântica, conforme apresentado no mapa a seguir, difundido por Mazzeto Silva na década de 1990.



Mapa 3 – Biomas do Estado de Minas Gerais  
 Fonte: MAZZETTO SILVA, 1999.

O autor busca destacar no mapa que a região é marcada pela transição ecológica, o que implica na potencialização da biodiversidade regional e na diversidade de paisagens características, conforme observa Ab'sáber:

Entre o corpo espacial nuclear de um domínio paisagístico e ecológico e as áreas nucleares de outros domínios vizinhos – totalmente diversos – existe sempre um interespaço de transição e de contato, que afeta de modo mais sensível os componentes da vegetação, os tipos de solo e sua forma de

distribuição e, até certo ponto, as próprias feições de detalhes de relevo regional. Cada setor das alongadas faixas de transição e contato apresenta uma combinação sub-regional distinta de fatos fisiográficos e ecológicos, que podem se repetir ou não em áreas vizinhas e que, na maioria das vezes, não se repetem em quadrantes mais distantes. (AB'SÁBER, 2003, p.12).

O encontro de domínios paisagísticos e ecológicos no Norte de Minas Gerais produziu um ambiente biodiverso e específico, composto de partes de vários biomas e suas transições, e com variada flora e fauna, onde se estabeleceram diversos grupos que passaram a conhecer e a manejar os diferentes ambientes.

As informações existentes sobre a pré-história da região são poucas: sabe-se, a partir de estudos arqueológicos, conforme Mazzetto Silva (2009), que a ocupação das savanas, equivalentes a aproximadamente 25% do território brasileiro (dois milhões de quilômetros quadrados), começou há cerca de onze mil anos.

#### 1.2.1 A ocupação regional

Ribeiro (2005) considera grande a lacuna existente sobre a história indígena de Minas Gerais, sobretudo a respeito das regiões Norte e Oeste, e destaca que as informações disponíveis têm origem, em sua grande parte, no contato com os colonizadores. O autor aponta os povos do tronco linguístico Macro-Jê como os principais que habitaram aquela área de cerrado e caatinga no período pré-colonial:

Um complexo cultural próprio da Savana (Cerrado e Caatinga) teria se constituído ao longo de um processo histórico, envolvendo várias tradições e fases desde o Holoceno. Os grupos indígenas do grupo linguístico Macro-Jê seriam os herdeiros históricos deste complexo cultural e não poderiam ser classificados como arcaicos, caçadores que, só recentemente, receberam a agricultura dos seus vizinhos Tupi e Arwak. (RIBEIRO, 2005, p.104).

A partir de documentos históricos dos viajantes, naturalistas, historiadores e antropólogos, Ribeiro (2005) lista sete grupos indígenas que deixaram registros de sua existência no Sertão mineiro: Cataguá, Araxá, Guaianá, Kaiapó, Bororo e, especificamente no sertão norte-mineiro, os Xakriabá e Akroá.

A corografia do município de Rio Pardo de Minas, escrita em 1908 por Antonino Neves, reproduz a carta do padre João de Aspilcueta Navarro, missionário espanhol na expedição ao sertão norte-mineiro realizada entre 1553 e 1554 por Francisco Bruzza de Espinosa, expedição conhecida por Espinosa-Navarro. A carta, que narra a viagem, descreve o ambiente por onde seu autor passou: a vegetação, o relevo e a abundância de água:

Saberão, irmãos caríssimos, que entramos pela terra a dentro 350 léguas, sempre por caminhos pouco descubertos, por serras mui fragosas que não teem conto, e tantos rios que em partes no espaço de quatro ou cinco léguas passamos cincoenta vezes contada por água e muitas vezes se me

não socorreram houvera afogado. (ASPICUELTA NAVARRO, *apud* NEVES, 2008, p. 25).

A diversidade de indígenas que aparece nos relatos de Aspicuelta dá uma dimensão da população no caminho percorrido de Porto Seguro às margens dos rios Jequitinhonha e Pardo:

No outro dia nos fomos e passamos muitos despovoados especialmente um de vinte e tres jornadas por entre uns índios que chamam Tapuyas, que é uma geração de índios bestial e feros; porque andam pelos bosques, como manadas de veados, nus, com cabellos compridos como mulheres: a sua fala é mui bárbara e elles mui carniceros: traziam frechas ervadas e dão cabo de um homem num momento. Para passar por entre elles juntamos muitos dos que estão em paz conosco, e passamos com espias adiante com grande perigo (...) Os dias aqui eram mui calorosos e as noites frias, as quase passamo sem mais cobertura que a do céu. Neste ermo passamos uma serra mui grande, que corre do norte para o meio dia<sup>5</sup> e nella achamos rochas mui altas de pedra mármore. Desta serra nascem muitos rios caudaes: dois delles passamos que vão dahir no mar entre Porto Seguro e Ilhéos; chama-se um Rio Grande, e outro rio da Orinas. Daqui fomos dar com uma nação de gentios que se chama “Catiguçú”. D’ahi partimos e fomos até um rio mui caudal, por nome “Pará”, que segundo os índios nos informaram é o rio de São Francisco e é mui largo. Da parte onde estávamos são os índios que deixei; da outra se chamam Tamoyos, inimigos delles; e por todas as outras partes Tapuyas. (ASPICUELTA NAVARRO, *apud* NEVES, 2008, p. 26).

Os nativos e o ambiente sofreram transformações acentuadas pelas expedições dos bandeirantes. Seus resultados foram a colonização e a expulsão dos indígenas que, conforme Ribeiro (2005), estavam fadados à aniquilação, à assimilação ou à resistência a partir de estratégias diversas para permanecer índio.

Estudos desenvolvidos por Almeida Costa (1997, 2003, 2006) sobre o Norte de Minas têm evidenciado que a constituição da população regional está vinculada à imbricação de indígenas com quilombolas antes da chegada das bandeiras paulistas e baianas que adentraram o vale do rio São Francisco a partir de meados dos anos 1640<sup>6</sup>. O avanço dos bandeirantes deu origem a um modo específico de ocupação, alicerçado na criação de gado para alimentação e transporte, e na produção de gêneros alimentícios.

Uma particularidade da região, constatada por Almeida Costa (2003), se refere à chegada dos negros. “Desde antes da penetração dos baianos e paulistas no território regional no séc. XVII, negros fugidos de diversas partes do Brasil instituíram um território negro” (ALMEIDA COSTA, 2003, p. 54). Segundo o mesmo autor, a população negra se estabeleceu principalmente no interior da caatinga arbórea, no vale do rio Verde Grande, cultivando mandioca, milho, arroz, feijão e banana nas margens das lagoas formadas na

---

<sup>5</sup> Antonino Neves esclarece no texto que se trata da Serra Geral, nome dado na região à Serra do Espinhaço, um dos mais importantes divisores de águas do Sudeste. A Serra Geral é também o divisor entre a região dos Gerais e a região das Caatingas, no Norte de Minas: rio da Orinas – rio Pardo; e rio Pará – rio São Francisco.

<sup>6</sup> Nesse sentido, vide ALMEIDA COSTA, 2003.



área de abrangência do rio, e criando gado. Esse povoamento inicial deu origem ao território negro da Jahyba e, depois, ao quilombo do Gurutuba e às várias comunidades quilombolas da região, que se articulam no território do Brejo dos Crioulos no rio Arapuim, divisa dos municípios de Varzelândia e São João da Ponte. O autor indica que houve intercâmbio entre índios e negros na região antes da vinda dos colonizadores brancos. Os mineiros só chegaram durante o ordenamento imperial do sertão, com a criação das vilas, cerca de um século e meio após a vinculação de paulistas e baianos. Pouco tempo depois, vieram os imigrantes europeus, com destaque para os italianos, que se localizaram nas cercanias da serra do Espinhaço.

Uma sociedade muito singular emergiu da articulação de indígenas, quilombolas, paulistas, baianos, mineiros e europeus, como discute Almeida Costa (2003). Grupos humanos foram construindo, em diferentes espaços do território regional, modos de vidas específicos, vinculados à forma de apropriação dos diferentes ambientes naturais.

Há que se considerar que, devido à busca da metrópole portuguesa para impedir o comércio dos currais são-franciscanos com as Minas Gerais – que desviava quantidade significativa de ouro para o sertão (ZEMELLA, 1990) – essa região estava relativamente isolada da área de mineração. Considere-se também que, como destaca Gonçalves, “a coroa portuguesa tomou cuidados tentando evitar que a ocupação/povoamento ganhasse o interior da colônia-Brasil e, assim, aumentasse as distâncias do litoral dificultando o controle político e administrativo por parte da metrópole” (GONÇALVES, 2000, p. 19).

Os vários usos sertanejos dos diversos ecossistemas dessa região alteraram a paisagem e permitiram a constituição de uma sociedade com características próprias. Essa interação entre sociedade e natureza está presente nas principais atividades econômicas, na configuração de agricultura e pecuária típicas e na formação de grandes fazendas no sertão. Ela aparece também nas atividades extrativas, como caça, pesca, coleta de frutos, raízes e etc, que asseguravam a reprodução de parte da população pobre, livrando-a das imposições da venda de sua força de trabalho. (RIBEIRO, 1997, p. 31).

A criação de gado foi um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e potencializado pelo abastecimento da região mineradora. A existência de pastagens naturais e terrenos salinos no sertão norte-mineiro facilitou a expansão, ali, da pecuária, que fazia parte de um sistema que concentrava renda e poder político. Esse sistema sofreu modificações no século XIX e na segunda metade do século XX: a chegada da ferrovia na década de 1910, por exemplo, transformou Pirapora num importante centro comercial regional, acessado pelo Rio São Francisco e pela linha férrea.

Pouco depois, em 1935, a expansão da ferrovia entre Minas Gerais e Bahia, passando por Montes Claros, consolidou esta cidade como pólo econômico e político regional, o que

contribuiu para integração e manutenção do território do Estado. Cardoso (2000) aponta que, a partir da ferrovia, o Norte de Minas começou a se integrar ao centro-sul do país, no âmbito de um movimento separatista para criar a província de São Francisco. Desde a anexação dos currais da Bahia a Minas aconteceram várias tentativas de separação, sendo a mais famosa a de 1736, denominada de “motins do sertão”<sup>7</sup>.

Diversos grupos<sup>8</sup> considerados tradicionais viviam nesse contexto:

- Os índios Xacryabás, em São João das Missões.
- Os quilombolas, nos vales dos rios Verde Grande e Gurutuba, e em outros lugares da região.
- Os vazanteiros, que vivem integrados à dinâmica das vazantes e ilhas do rio São Francisco.
- Os barranqueiros, que vivem nos barrancos e margens de outros rios da região, integrados às suas dinâmicas.
- Os veredeiros, que utilizam as veredas como base de sua reprodução social e que, nesse frágil ecossistema, desenvolveram agricultura sustentável e extrativismo associado à utilização do Buriti.
- Os caatingueiros, que moram e produzem nas caatingas do sopé da Serra Geral e têm relação de trocas e comércio com os geraizeiros, habitantes dos gerais.

Assim o norte de Minas é uma região composta por muitas regiões com diferentes ecossistemas, características culturais, entre outras diferenças, mas que são ligadas por semelhantes processos de ocupação e que têm também como semelhança a existência de comunidades tradicionais.

Apesar das sesmarias terem dado origem às grandes propriedades no período colonial e da lei de terras ter bloqueado o acesso dos mais pobres, no norte de Minas muitas terras permaneceram sem ser apropriadas pela oligarquia e ficaram sob a posse desses diferentes grupos; em diferentes ecossistemas forjaram suas formas de vida tendo como parâmetro os ambientes em que habitavam.

A implantação da estrada de ferro trouxe mudanças, mas que não significariam um reordenamento territorial e cultural. Posteriormente a expansão das ferrovias e a abertura de rodovias desencadearam algumas transformações no Norte de Minas, no Século XX, devido

---

<sup>7</sup> Revolta documentada por meio de cartas e documentos guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa e no Arquivo Mineiro. Vide o livro **Motins do Sertão**, de Giselle Fagundes e Nailson Martins, onde foram organizados e publicados os principais documentos.

<sup>8</sup> Informações mais completas sobre esses grupos podem ser encontradas nos trabalhos de Santos (1997) sobre os índios Xacryabás; de Almeida Costa (1999, 2001), Costa Filho (2008) sobre quilombolas; Oliveira (2005), Araújo (2010), Anaya (2012) sobre os vazanteiros; sobre geraizeiros: Dayrell (1998), Brito (2006), Nogueira(2010); e de Martins (2011) sobre os veredeiros.

à diminuição das distâncias, que resultou em maior movimentação populacional e em novas possibilidades de comércio.

Apesar de ter havido expansão de áreas em função do crescimento da pecuária, não houve uma mudança estrutural, mas uma intensificação nas trocas com outras regiões. Contudo, os produtos continuavam os mesmos e havia condições para a reprodução social da pequena propriedade, do camponês, do pescador, das diversas comunidades de agricultores e extrativistas da região. Grandes transformações estavam por vir com a radicalização da modernização.

### 1.3 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NORTE-MINEIRA

Neste trabalho buscou-se reunir dados para possibilitar um olhar mais integrado sobre a região. Para isso aborda o tema sob uma perspectiva que abrange sociedade, natureza, cultura, economia, política, em que a política é um elemento fundador. As mudanças do século XIX tiveram como consequência a expansão das atividades produtivas destinadas ao mercado interno, relacionada a três fatores: “(a) solicitação de novos produtos pelo mercado internacional – o algodão e o couro; (b) melhoria das vias de escoamento da produção; e (c) o crescimento demográfico” (Rodrigues, 2000).

A nova ordem foi estabelecida no século XX pelos países economicamente hegemônicos, a partir da década de 1940, após a Segunda Guerra e

surge sob a influência da reorientação da política estadunidense, que ocorre com o começo da guerra fria, e visa usar a arma econômica para atrair à causa do mundo livre os povos deserdados da África, da Ásia e, é claro, da América Latina. Mais precisamente, o conceito de subdesenvolvimento propriamente dito aparece pela primeira vez no “Discurso sobre o estado da união”, pronunciado pelo Presidente Harry Truman, a 20 de Janeiro de 1949, no qual anuncia o lançamento daquilo que apresenta como sendo uma generosa cruzada contra a pobreza (...). (HERMET, 2002, p. 32).

Na esteira desse discurso sobre subdesenvolvimento vem também a cruzada contra a pobreza e a seca do Nordeste; o Norte de Minas foi incorporado à área de atuação da SUDENE<sup>9</sup> – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em 1963, apesar de ela ter sido criada em 1959. Com a incorporação formal do Norte de Minas na macrorregião do Nordeste, a região passou a ser denominada de área mineira da SUDENE, região mineira do Nordeste ou área mineira do polígono da seca. Vale lembrar que a SUDENE foi idealizada por Celso Furtado, com o objetivo de enfrentar os problemas estruturais do Nordeste, desfocando da seca como problema único e apresentando outras perspectivas

---

<sup>9</sup> A SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada em 1959, no âmbito federal, com objetivo de estimular o desenvolvimento na região Nordeste, coordenar a ação do governo federal e administrar os recursos transferidos para lá. Foi uma das principais agências promotoras do desenvolvimento no Norte de Minas, modernizando as estruturas econômicas da região com incentivos à industrialização e à modernização.

sobre os problemas do Nordeste, da região semi-árida e também sobre o Brasil. Ainda na década de 1970 o economista conclui que

a característica mais significativa do modelo brasileiro é sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular.(FURTADO, 1974, p.109).

Furtado (1998) denuncia a indústria da seca, forma de designar os mecanismos utilizados por alguns políticos e elite nordestina que utilizavam da seca para obter benefícios particulares. O artifício consiste em obter recursos públicos para combater a seca, mas a aplicação dos recursos na maioria das vezes se dava em suas propriedades particulares. Para o autor, não adiantava lutar contra a seca, mas considerar a seca como parte do sistema ecológico nordestino.

A partir dos anos 60, como responsável pelas políticas de desenvolvimento do Nordeste, percebi que os problemas mais graves não são os de natureza econômica, e sim social, ligados a estrutura de poder (...) vendo o Nordeste de perto como superintendente da SUDENE, desde que a criei em 1959 até o golpe militar de 1964, percebi que ou se mudava a estrutura de forma radical ou o crescimento agravaria as deformações sociais. Impressionou-me ver que a estrutura agrária ali era a mais anacrônica que eu conhecesse mundo afora. Era o problema mais grave da região (FURTADO, 1999, p. 81).

Com o golpe militar de 1964, Celso Furtado sai do país e a perspectiva da SUDENE é modificada; mantêm-se alguns projetos, mas as questões relacionadas a mudanças estruturais, como a lei de irrigação, são abandonadas.

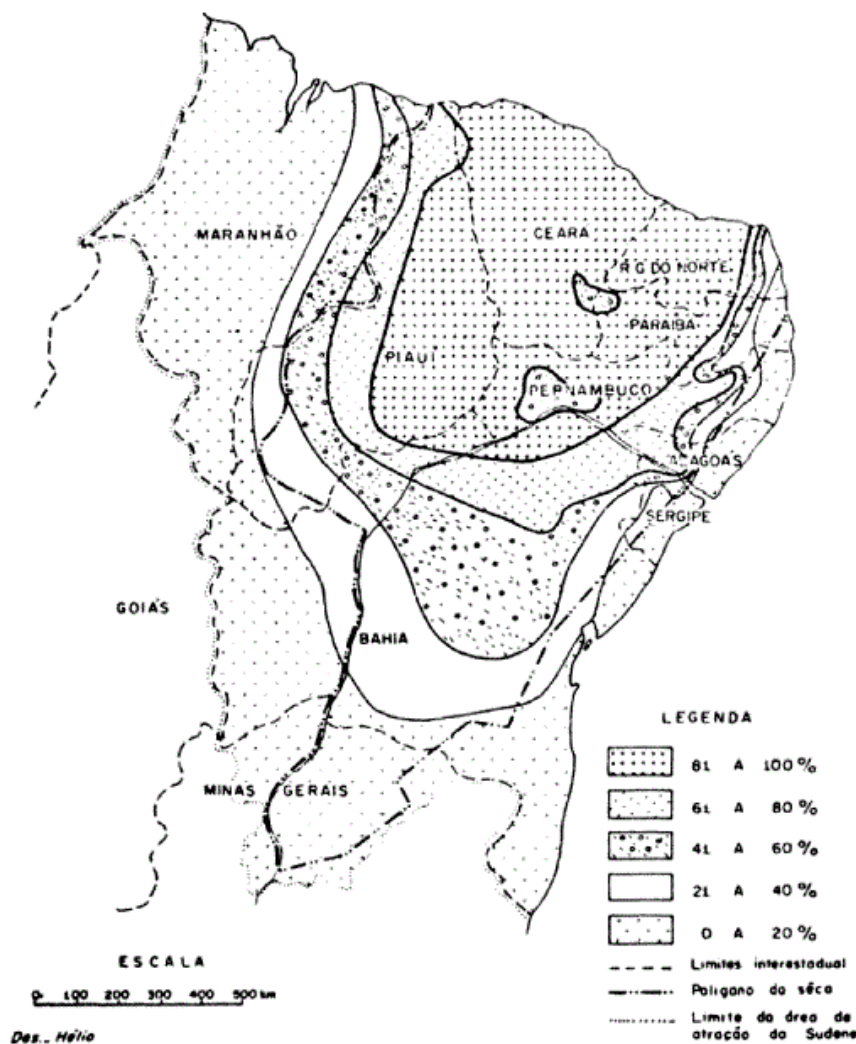
A área mineira do polígono da seca abrange o Norte de Minas e inclui a região do alto rio Pardo, região sobre a qual abordaremos mais profundamente no decorrer deste trabalho. A inserção do Norte de Minas na área da SUDENE, com intervenções, estímulos, subsídios e projetos federais orientados para a modernização e a expansão capitalista, foi um marco no processo desenvolvimentista na região (RODRIGUES, 2000). Vários autores, porém, destacam que o Estado de Minas, governo após governo, teve uma fraca atuação em prol dos interesses da região junto à SUDENE. (CARDOSO, 1996, OLIVEIRA, 2000, RODRIGUES, 1998).

O vale do São Francisco<sup>10</sup> passa a ser uma região de atuação da SUDENE e da CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que constituíram programas de incentivos fiscais e financeiros, visando carrear o desenvolvimento para o Norte de Minas e priorizando quatro eixos: industrialização, agropecuária modernizada,

---

<sup>10</sup> A partir da década de 1940 o estado Brasileiro passa a fazer investimentos públicos para o desenvolvimento do vale do rio São Francisco. Em 1945 cria a Companhia Hidroelétrica do vale do São Francisco – CHESF; em 1948 a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF e em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –SUDENE.

projetos de irrigação e monocultura de eucalipto, denominada de reflorestamento (RODRIGUES, 2000). As ações das agências estatais eram norteadas por uma concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, industrialização e urbanização.



Mapa 4 – Polígono da seca, segundo a SUDENE.  
Fonte: AB'SABER (1999).

Estudos realizados por Cardoso (1996) apontam que durante a década de 1960 foram implantados no Nordeste quatro planos diretores que afetaram diretamente o Norte de Minas. O primeiro (1960-62) e o segundo (1963-65) buscavam criar infra-estrutura e condições econômicas para aproveitar melhor os recursos hídricos e minerais, reestruturar a economia agrícola, promover a colonização e a industrialização, a saúde pública e a educação de base. O terceiro plano diretor (1966-68) visava intensificar os investimentos em recursos humanos, agricultura e abastecimento. O quarto (1969-1973) tinha como objetivo

integrar a economia nordestina ao sistema econômico nacional. Machado (1991) considera que a modernização do Norte de Minas e sua integração ao sistema econômico nacional se deram a partir de três pontos: a) a inclusão na área da SUDENE, b) a política agrícola do governo federal pós-65 e c) o incentivo ao reflorestamento.

A integração econômica justificada pela necessidade de superação da pobreza regional e pela falta de acesso aos serviços públicos de educação e saúde não foi sensível ao modo de vida que havia se estabelecido na região, considerado um estágio a ser superado e associado ao atraso. As formas das pessoas do local cultivarem a terra, as suas relações comunitárias e com o ambiente foram desconsideradas frente à perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico, ideário inquestionável, bandeiras do Estado “desenvolvimentista”. A partir das décadas de 1960/70 o discurso do desenvolvimentismo sobre a região se baseava na aridez, na seca, na fome, na miséria e no vazio demográfico.

O discurso construído sobre o subdesenvolvimento do Norte de Minas ancorava-se no mesmo discurso sobre a pobreza e a seca do Nordeste e a necessidade de integrar aquela região ao desenvolvimento nacional. A SUDENE viabilizou políticas fiscais, de crédito e de subsídios o processo de ocupação das terras ali, por meio de projetos com grande extensão territorial.

A Fundação Rural Mineira – Ruralminas<sup>11</sup> foi criada em 1966 para planejar, promover, executar e coordenar programas de colonização no Estado de Minas Gerais. Ela era também responsável pela política estadual de utilização das águas para irrigação e pelos incentivos à monocultura de eucalipto. Ou seja, tinha o papel de comitê desenvolvimentista e estava diretamente associada à gestão das terras do Norte de Minas com a perspectiva de colonização.

Colonizar é um verbo associado à noção de transformar em colônia, dominar, no caso, as terras da região. A colonização do desenvolvimento, na década de 1970, ancorada na ideia de modernização, se diferenciou daquelas anteriores, buscava mudar as relações de produção, sua base técnica e implantar o modelo agro-industrial.

O processo de modernização do Norte de Minas traz elementos de naturezas diferentes para compreensão da região e pode ser explicado no contexto da modernização brasileira. Barrington Moore Jr. (1983) refere-se aos distintos processos de modernização pelos quais passaram os países e distingue três principais caminhos de modernização: a via

---

<sup>11</sup> Criada em 1966, pelo então governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, a Ruralminas recebeu a missão inicial de oferecer tecnologia e serviços e promover a colonização e o desenvolvimento rural, planejando e executando atividades de natureza fundiária, agropecuária, hidroagrícola, de colonização e de infra-estrutura sócio-econômica. O Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste – Planoroeste, experiência pioneira de planejamento regional integrado, foi o primeiro a ser implantado. Nos anos seguintes, foram desenvolvidos diversos outros programas, como o Provárzea, o Programa da Região Geo-Econômica de Brasília, o Prodemata e o Programa de Desenvolvimento do Vale do Gortuba. (<http://www.ruralminas.gov.br/institucional>).

das revoluções, a revolução pelo alto e a comunista. O rumo tomado pelo Brasil, na classificação de Moore e na visão de Vianna (1978), foi o da modernização via revolução pelo alto ou modernização conservadora, que se caracteriza pela condução do processo, de forma autoritária, pelo Estado; pela aliança entre elites agrárias, burocracia e burguesia industrial; e por uma ideologia de generalização de interesses baseada no corporativismo, no militarismo e na ação modernizante do Estado.

Vianna (1978) afirma que a modernização da sociedade brasileira teve os anos 30 como seu momento principal, pelas mudanças políticas, econômicas e institucionais ocorridas então, que tiveram como características a forte urbanização, o movimento migratório rural-urbano e a expansão industrial. A modernização capitalista no Brasil se deu sem uma ruptura com a estrutura socioeconômica anterior: os setores fundamentais continuaram a ser o agro-exportador e o Estado, o principal agente desse processo.

Uma transformação radical nas esferas sócio-espacial e econômica ocorreu a partir de 1960. A ideia de modernização colocada em prática na expansão capitalista no Norte de Minas baseia-se num modelo inscrito no contexto mundial pós-Segunda Guerra, em que as causas do subdesenvolvimento estão associadas ao modo de viver e de produzir diferente do moderno-industrial. Essa lógica aplicada ao meio rural dá origem à denominada “revolução verde”, que visa substituir as formas tradicionais de cultivo e produção baseadas na diversidade e na complexidade ambientais, com alguma autonomia de produção<sup>12</sup>, por um sistema rural aos moldes da indústria, com vistas a uma produção em escala, ainda que dependente de insumos e de tecnologias externas e incompatíveis com o ambiente no qual são aplicadas.

Gonçalves (2006) destaca que, a partir da revolução verde no Cerrado brasileiro, as chapadas passaram a ter interesse para o agronegócio, com a abertura de estradas e com o desenvolvimento de novas tecnologias, a partir da década de 1970:

Por toda a região quebrou-se a complementariedade que havia entre o grande sertão e a vereda, isto é, entre a chapada e o fundo de vale, entre a agricultura, a pecuária e os extrativismos. A apropriação das chapadas foi, em grande parte, facilitada pela ausência, até mesmo, das casas dos camponeses que, geralmente, estão localizados nos fundos dos vales ou nas encostas, onde estão as nascentes. A monocultura chegou, assim, aos grandes sertões e, com ela a homogeneização de uma região que se caracterizara por sistemas de uso múltiplo dos recursos naturais, de manejo de uma enorme riqueza de diversidade biológica que essas populações camponesas, indígenas, de afrodescendentes, de geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, retireiros (Araguaia) tornaram possível que chegasse aos nossos dias como um verdadeiro patrimônio cultural. (GONÇALVES, 2006, p. 259).

---

<sup>12</sup> Tanto as sementes quanto os adubos e insumos estão acessíveis, são de domínio do agricultor, assim como ele domina toda a cadeia de produção.

A mudança no norte de Minas ocorreu efetivamente a partir da década de 1960, pela articulação de três elementos ou processos de transformação no cenário regional que foram importantes para a consolidação do modelo de desenvolvimento rural preconizado pelo Estado para a região: modernização (tecnificação) das fazendas de gado, projetos de irrigação e monocultura de eucalipto e pinus, chamada de “reflorestamento”.

Um exemplo significativo do processo de desenvolvimento estimulado na região é o projeto Jaíba,<sup>13</sup> que surgiu com as metas de irrigar 100.000 ha, distribuir terras e crédito em grandes fazendas modernizadas. Sobre o projeto Jaíba, Rodrigues (1998) aponta que foi pensado na lógica da revolução verde, e que representa o modelo de desenvolvimento organizado para a região. O projeto Jaíba, que desde o início não apresenta condições de autopagamento, foi projetado para ter quatro etapas, tendo custado “158 milhões de dólares no decurso de oito anos de implementação” (RODRIGUES, 1998, p. 264); depois de mais de 50 anos de seu início ainda encontra-se na segunda etapa. A autora considera três períodos do projeto: o primeiro, que inicia em 1950 com o início da colonização até a construção de grandes obras de irrigação, está centrado em atender grupos privados via agricultura irrigada, alienar terras públicas, o período de experiências. Só na sua segunda fase, a partir de 1987, inicia o funcionamento da agricultura irrigada. O projeto passou a ser monitorado pelo banco mundial (passou a contar com recursos dessa instituição) e teve a CODEVASF como órgão diretor Rodrigues (1998) conclui que não havia preocupação com o custo do projeto, que “o verdadeiro objetivo do projeto era fixar mão-de-obra de forma a reduzir o custo da agricultura de exportação” (RODRIGUES, 1998, p. 302) que, desde o início, o Jaíba foi desenhado para beneficiar o capital privado; o Estado, por sua vez, buscava transformar a agricultura tradicional regional em agricultura comercial.

O projeto Jaíba é simbólico na região, como representação da lógica da intervenção do Estado privilegiando a iniciativa privada, que não foi emergencial ou pontual, mas determinada a alterar o quadro regional, pela imposição de um novo modelo de relações econômicas e sociais. As ações implementadas tinham caráter estrutural e o foram, sobretudo, projetos desenvolvimentistas, como o Jaíba, denominados especiais ou sociais cujo objetivo era o de intensificar a capitalização no campo.

Da mesma forma podemos sintetizar o processo de modernização desenvolvimentista norte-mineiro, que se iniciou na década de 1960; em seu sentido e objetivo, chega até os dias atuais, em três fases: 1ª) o período de transição e de projeções, que começou na

---

<sup>13</sup> Conforme a RURALMINAS, o Projeto Jaíba, maior empreendimento hidroagrícola da América Latina, integrante do Banco de Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e elaborado pela Ruralminas em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) é maior projeto de irrigação da América do Sul e segundo do mundo em área contínua irrigada. Seu objetivo é promover o desenvolvimento regional integrado com base na agricultura, agroindústria e agropecuária, incorporando ao processo produtivo uma área de 100 mil ha, localizada às margens do Rio São Francisco, nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso. Dividido em quatro etapas, o Jaíba cumpre atualmente sua segunda etapa.



década de 1960 e foi até 1980, com a projeção e implantação de programas e projetos liderados pelo Estado; 2ª) os anos 80 e 90, duas décadas de vivência, funcionamento das atividades relativas aos projetos, da experiência de desenvolvimento e 3ª) os anos 2000, consequências da degradação socioambiental do projeto desenvolvimentista e liderança da iniciativa privada.

A primeira fase representa um período de consolidação de transformações iniciadas nas décadas de 1940 e 1950, e tem como principais eventos a inclusão do Norte de Minas na área do polígono das secas e a criação da SUDENE, da Ruralminas e do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF. A sanção de duas leis também se destacou, nesse período: a Lei nº 4.771, de 1965, ou Código Florestal, e a nº 5.106, de 1966, que também regulamentou os incentivos fiscais e possibilitou subsídios para o setor agropecuário.

A consolidação da atuação da SUDENE na região foi efetiva na segunda fase, a partir de 1980, por intermédio do Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste, instrumento do Estado para criar infra-estrutura e meios para o capital empresarial se estabelecer ali. O plano de modernização e a consequente “arrecadação” de terras foram executados de forma centralizada, autoritária e sem controle social.

Cardoso (1996), com base em pesquisa da Fundação João Pinheiro, aponta que entre 1975 e 1985 a região detinha aproximadamente 41.000ha irrigados, o que correspondia a 20% da área irrigada do Estado de Minas Gerais. O Norte de Minas, sobretudo a área da Caatinga, foi incorporado na década de 1980 ao ciclo do algodão e 55% da produção estadual vinha de lá. A região cultivava, ainda, mandioca, feijão e cana-de-açúcar. “No decorrer da década de 1980, a região conseguiu manter uma área média colhida da ordem de 420.000ha, com uma produção média da ordem de 2.200.000 toneladas” (CARDOSO, 1996, p.142). A pecuária bovina manteve-se, no período, como uma das principais atividades produtivas.

A introdução da monocultura do eucalipto, que será tratada com mais aprofundamento no capítulo III, se consolidou no Norte de Minas durante esse período, nas áreas de chapadas dos Cerrados e, junto a esta monocultura, passou a vicejar a atividade do carvoejamento. O Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset, criado em 1977, estabeleceu uma escala de abatimentos no imposto de renda para as empresas dos setores de reflorestamento, pesca e turismo.

O programa de distritos florestais de Minas Gerais foi iniciado também nesse período. Os distritos florestais surgiram no final da década de setenta, quando o governo federal incentivou a implantação de projetos de monocultura de eucalipto. As empresas, para obterem acesso aos recursos, eram obrigadas a provar sua posse da terra. O grande entrave era o fato de que, segundo a Ruralminas, nenhuma empresa possuía documento

comprovando a posse dos terrenos que, portanto, seriam devolutos e, logo, pertencentes ao dono de todas as áreas que não estejam em nome de particulares. O governo do Estado entrou como parceiro, cedendo as áreas para as empresas que, em troca, pagariam uma taxa anual à Ruralminas, como aluguel pelo direito de uso. O Estado, segundo a Ruralminas, cedeu cerca de 250.000ha para 18 empresas de reflorestamento, por meio de 92 contratos de arrendamento. O Instituto Estadual de Florestas – IEF liberou 300 mil ha no Norte de Minas, de 1983 a 1990, para desmate e carvoejamento que, em conjunto com o reflorestamento, tinham como objetivo abastecer de carvão o parque siderúrgico mineiro (CARDOSO, 1996).

Os anos de 1990 são marcados pela crise do setor público, iniciada na década de 1980 e pelo período de redemocratização do país. Após a Constituição de 1988, em 1989, ocorreu a primeira eleição direta para presidente da República pós ditadura militar. Logo no começo da década, em 29 de Setembro de 1992, houve o *impeachment* do presidente por motivo de corrupção. A partir daí, o aprofundamento do processo democrático. Esses anos são marcados, ainda, tanto nacional quanto internacionalmente, pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, conhecida como Eco-92, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, onde o debate ambiental se consolidou na agenda intra e entre nações. Alguns compromissos foram firmados por 108 chefes de Estado: as convenções da biodiversidade, das mudanças climáticas e da desertificação, entre outros mecanismos, com a intenção de alcançar um desenvolvimento sustentável. A noção de desenvolvimento sustentável tem origem na crítica ao desenvolvimentismo; no entanto, o relatório “Nosso futuro comum” surge na busca de reforço do desenvolvimento em conciliação com o crescimento econômico:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas. O conceito de Desenvolvimento Sustentável tem, é claro, limites – mas não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. (CMMAD, 1998, p. 9).

Uma nova era de crescimento econômico, um novo movimento desenvolvimentista teve impulso nos anos 2000: uma nova onda de apropriação privada dos recursos naturais marcou o início de um ciclo de transformações socioambientais e de valorização do capital natural da região, valorização da terra. O cerrado, em meio ao discurso preservacionista da Amazônia, se apresentou como contínua fronteira de crescimento do agronegócio e da exploração de recursos naturais desregulada. A economia regional integrou-se à nacional e à

mundial como exportadora de matérias-primas e *commodities*. O desflorestamento e a expansão das monoculturas, da mineração e da extração de gás esboçaram uma nova reorganização territorial. A região Norte de Minas, em paralelo a esse quadro, permaneceu como a de maior número de agricultores familiares e de comunidades tradicionais em Minas Gerais, assim como manteve uma estrutura agrária concentrada e forte desigualdade social.

Conforme o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006) há 285 estabelecimentos no Norte de Minas que têm 2.500ha a mais. Esses estabelecimentos ocupam uma área de 1.664.006,00ha. Enquanto 36.129 estabelecimentos, que têm até 10ha, ocupam uma área de 129.734,00ha.

As resistências sociais dos camponeses ao processo modernizador, que se concentrou no aspecto econômico-produtivo, foram silenciosas. Apesar da perda de grande parte de suas áreas, esses camponeses resistiram em seus lugares de origem, nas bordas dos projetos, das fazendas, dos empreendimentos. Resistiram nas áreas onde as terras eram menos férteis, onde havia mais dificuldade de acesso à água ou dificuldade na utilização de maquinários, áreas que inicialmente não interessavam aos agentes da modernização tecnificada.

A convivência das duas lógicas de produção, uma centrada na grande propriedade, na produção intensiva, monocultura, na utilização de insumos externos com objetivo de produzir para o mercado externo, regional, estadual, mundial; e outra baseada na produção para sustentação do grupo social e do lugar onde se tirava o sustento, na diversidade da produção, na biodiversidade, nos conhecimentos tradicionais, nas relações familiares, se deu por meio de dominação do espaço e dos aparelhos de estado; de contundente violência simbólica, “uma imposição de categorias de percepção do mundo social” (BOURDIEU, 2003, p. 99); e de relativa adesão social sob justificativa de “alcançar” o desenvolvimento. Apesar de, na década de 1960, não haver possibilidade de reação efetiva devido ao autoritarismo da ditadura militar, instalada em 1964, havia muitas resistências aos novos padrões de vida e produção impostos.

A ação modernizadora do Estado foi centrada na perspectiva econômica e de expansão do capital; os argumentos ideológicos dessa expansão se davam em torno da desqualificação dos atributos naturais e dos que habitavam a região, obscurecendo suas formas de vida e de resistências. Nas várias microrregiões do Norte de Minas diferentes ações modernizantes foram adotadas, porém com o mesmo objetivo, a dominação dos territórios apropriados e sob posse de diferentes grupos com diferentes identidades.

O entendimento da noção de território e das diferentes relações estabelecidas no território são importantes para entender a representação das diferentes lógicas que

convivem na região. Haesbaert (1997, p. 41) apoiado em Lefèbvre, distingue dominação de apropriação. A primeira teria um caráter puramente utilitário e funcional; a segunda teria, além de uma dimensão concreta de caráter “funcional”, uma dimensão simbólica e afetiva, representando efetivamente o processo de territorialização. Dessa forma, para Haesbaert,

o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Nessa acepção de território há uma relação intrínseca com a identidade, de caráter simbólico-cultural, uma categoria complexa quando relacionada às transformações contínuas da sociedade moderna, sociedade mutante. Identidades e representações dessas identidades vividas e compreendidas de formas distintas.

A perspectiva territorial se constitui nas dimensões de terra, território e territorialidade. A terra é o espaço demarcado, o local onde o grupo produz sua existência. O território está relacionado à fronteira concreta, à simbólica ou a ambas e torna o grupo visível na dimensão espaço/tempo. A territorialidade seria a relação coletiva estabelecida com a terra e o território por meio de suas subjetividades e relações de poder (LEITE, 1990).

Haesbaert (2007) considera territorializar-se um processo relacionado ao poder:

significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2007, p. 97).

A identidade Norte de Minas foi constituída historicamente, numa homogeneidade forjada na dinâmica político-cultural-econômica-natural e traz com si elementos de várias identidades e territorialidades desde sua origem.

A idéia de que esses lugares “fechados” – etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade – é uma fantasia ocidental sobre a “alteridade”: uma “fantasia colonial” sobre a periferia, mantida pelo ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como “puros” e de seus lugares exóticos apenas como “intocados”. (HALL, 2004, p. 79).

A identidade norte-mineira está relacionada aos lugares “abertos”, à diversidade e às distintas formas de apropriação dos territórios. O substrato sociopolítico tem mais ênfase na moldagem da região, enquanto o cultural natural tem mais expressividade nas distintas identidades e territorialidades que compõem a região. Saque reconhece a identidade na globalização como “unidade transescalar, entre distintos sujeitos e lugares, ligados unidos pela relação” (SAQUE, 2007, p. 148), destaca o caráter político da identidade, como potencial de transformação social. “o fato é que a identidade, na vida, é multidimensional e,

ambos os processos, de ser e não ser, constituem-se e estão presentes na própria territorialização, nas próprias territorialidades. É no movimento que está a unidade, a interação, a fluidez.” (SAQUET, 2007, p. 155).

Construir uma visão geral sobre a região norte de Minas é sempre um desafio devido à sua heterogeneidade. No quadro a seguir é apresentada a região norte de Minas e suas microrregiões a partir da noção de apropriação pelas comunidades locais e da dominação, ocorrida a partir do processo modernizador. Essas microrregiões não são estanques; estão de várias formas interconectadas. No quadro são apresentados os principais agentes de apropriação e dominação, a vegetação natural preponderante, as principais bacias hidrográficas e os municípios que constituem a microrregião.

<b>Microrregiões do Norte de Minas</b>	<b>Municípios</b>	<b>Bacias hidrográficas</b>	<b>Vegetação natural</b>	<b>Apropriação Identitária</b>	<b>Dominação modernização</b>
<b>Bocaiúva</b>	Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama, Olhos-d'Água	Jequitinhonha e São Francisco	Cerrado	Geraizeiros	Monocultura de eucalipto
<b>Grão Mogol</b>	Grão Mogol, Cristália, Botumirim, Itacambira, Josenópolis, Padre Carvalho	Jequitinhonha	Cerrado	Geraizeiros e quilombolas	Mineração
<b>Janaúba</b>	Catuti, Espinosa, Gameleiras Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas	São Francisco	Caatinga e mata seca <sup>14</sup>	Quilombolas e vazanteiros	Projetos de irrigação Monocultura de algodão
<b>Januária</b>	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões, Uruçuaia	São Francisco	Cerrado, mata seca e caatinga	Quilombolas, vazanteiros Xacryabás	Fazendas modernizadas tecnificadas Monocultura

<sup>14</sup> Mata seca é definida pela legislação ambiental como formação florestal do bioma mata atlântica, porém há controvérsias entre os cientistas e ambientalistas. Ela ocorre predominantemente em áreas no Norte de Minas, de transição do cerrado para a caatinga. É uma mata caracterizada pela predominância de espécies da caatinga arbórea e hiperxerófila (perde parcial ou totalmente as folhas no período seco). Assemelha-se a formações de mata atlântica e é considerada pela lei Federal 11.428 como mata atlântica no que concerne ao status de proteção. Há polêmicas, porém, no que tange aos critérios de uso no âmbito estadual. A lei número 17.353, de janeiro de 2008, estabeleceu novos critérios de utilização, permitindo o desmatamento em até 70% da área das propriedades. A lei foi revogada diante de sua inconstitucionalidade.

<b>Microrregiões do Norte de Minas</b>	<b>Municípios</b>	<b>Bacias hidrográficas</b>	<b>Vegetação natural</b>	<b>Apropriação Identitária</b>	<b>Dominação modernização</b>
<b>Montes Claros</b>	Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia, Verdelândia	São Francisco e Jequitinhonha	Cerrado	Geraizeiros e quilombolas	Fazendas modernizadas, Irrigação
<b>Pirapora</b>	Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaiá, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Várzea da Palma	São Francisco	Cerrado, mata seca e Caatinga	Quilombolas, vazanteiros e geraizeiros	Irrigação, monocultura de eucalipto
<b>Salinas</b>	Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo	Jequitinhonha, Pardo e São Francisco	Cerrado	Geraizeiros	Monocultura de eucalipto Fazendas modernizadas

**Quadro 1:** Regiões do norte de Minas, Vegetação e ocupação.

São setenta municípios que se organizam em torno de três grandes bacias hidrográficas: do rio São Francisco, do rio Pardo e rio do Jequitinhonha, que têm predominantemente Cerrado, mas também Caatinga e porções de Mata Seca, principalmente nas imediações do rio São Francisco.

A leitura dos processos regionais na atualidade, sobretudo quando tratamos de questões relacionadas ao ambiente natural-social, não pode deixar de lado as especificidades da região. Elas interferem de forma direta na trajetória histórica, no desenvolvimento, contribuindo para a emergência de setores da sociedade que, atingidos pela expansão, abrem um quadro de resistências e contendas sobre o território e o projeto e ao processo desenvolvimentista na região, que continua concentrando terra e renda. O número de estabelecimentos com mais de mil hectares no Norte de Minas aumentou cerca de 10%, em dez anos, conforme os censos agropecuários de 1996 e 2006.

O desenvolvimentismo “verde” dos anos 2000 se estabelece diante da crise socioambiental e de um contexto político-econômico diferenciado em sua primeira fase, em que o Estado era mais forte, coordenador do processo e financiador. No século XXI, o Estado continua financiador, mas é a iniciativa privada que passa a coordenar a expansão capitalista. Não se reconhece no âmbito empresarial e estatal a existência de impacto

negativo social ou ambiental dos grandes projetos implantados na região como problema. Por outro lado, também há a emergência de uma nova força política que denuncia esses impactos e pleiteia direitos: as comunidades tradicionais.

Pela sua diversidade de ambientes e de gentes, o norte de Minas são nortes de Minas, que perfaz uma região ímpar, um cenário complexo e multifacetado. Em sua trajetória de constituição inicia pertencendo ao Nordeste – Pernambuco e Bahia- e passa a fazer parte do Sudeste no século XVIII, como uma das regiões de Minas Gerais. Marcada pelas chapadas dos gerais, pelo rio São Francisco, pelo Cerrado, Mata Seca e Caatinga tem uma identidade própria composta por diferentes identidades, dentre elas, os geraizeiros que serão focalizados no próximo capítulo a partir da perspectiva de comunidade tradicional e do contexto sócio-político regional.

## **CAPÍTULO 2. COMUNIDADES TRADICIONAIS GERAIZEIRAS NO ALTO RIO PARDO**

Neste capítulo apresenta-se uma revisão da categoria comunidades tradicionais no Brasil, sua associação a questões identitárias e territoriais, que culmina com o reconhecimento político e jurídico dessas comunidades no Brasil. A seguir apresentam-se as características das comunidades tradicionais geraizeiras, mais especificamente os geraizeiros, e o processo de construção social do seu território. Abordam-se ainda as mudanças no território geraizeiro a partir da introdução da monocultura de eucalipto e o histórico da organização das comunidades decorrente dessas mudanças, buscando protestar e dar visibilidade ao conflito então instalado.

### **2.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS NO NORTE DE MINAS**

A idéia da *tradicionalidade* de grupos sociais no Norte de Minas não é recente. Ela é informada por Donald Pierson (1972) que, em seu estudo sobre o homem no Vale do São Francisco nos anos 1950, afirma a existência de modos de vida diferenciados. O surgimento desses grupos como sujeitos de direito materializa-se na confluência das organizações sociais rurais com os aportes acadêmicos sobre temas de identidade e de etnicidade ecológica e o reconhecimento dos seus papéis para a construção da nacionalidade brasileira. Almeida Costa informa que, em espaços diversos do território norte-mineiro, grupos humanos foram construindo maneiras de vida específicas vinculados à forma de apropriação da natureza; considera que a cultura sertaneja local é “o resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato com o território norte-mineiro” (ALMEIDA COSTA, 1997, p.82.).

#### **2.1.1 Comunidade Tradicional e Identidade**

Comunidade tradicional é uma denominação utilizada no Brasil para classificar diferentes grupos cujas formas de viver são diferentes da forma hegemônica denominada de moderna; têm fortes laços familiares e com os ambientes em que se estruturaram, além de adotarem valores que privilegiam a solidariedade e o compartilhamento. A organização econômica de uma comunidade tradicional apresenta características mais próximas de uma economia da boa fé (BOURDIEU, 2009, p.189) do que de uma economia de mercado baseada em trocas monetárias.

O termo comunidade tradicional é de difícil delimitação na atualidade brasileira: não basta defini-lo pelo modo de vida diferente do moderno ou abordá-la evolucionistamente a partir da noção de sociedade pré-moderna. Nesse contexto de plurimodernidades, nem



como um estado provisório nem como agricultor familiar. É preciso compreendê-lo como o resultado de um processo de sociogênese oriundo do intercâmbio de culturas, tradições, pessoas e lugares. Se, porém, não é um mundo à parte, ou fóssil vivo de sociedades pré-capitalistas, nem coletivo uniforme e sem conflito, o que são as comunidades tradicionais brasileiras, só recentemente reconhecidas como participantes do processo civilizatório de construção nacional?

A produção teórica sobre comunidades tradicionais está associada ao reconhecimento da diversidade de modos de vidas em conjuntos socioambientais diferenciados. Manuel Diegues Jr., em “Etnias e Culturas” (1952), trata da diversidade cultural nas diferentes regiões brasileiras e busca fazer uma síntese sobre a formação nacional, revelando o pluralismo étnico e cultural existente no país. Para ele,

o processo de ocupação humana representou, como vimos, um sistema de adaptação do homem ao meio, integrando-se e criando o que passamos a chamar de ambiente; as variedades desses ambientes (...) criaram experiências que serviam como fatores de adequação do homem ao seu meio: o ambiente surgido já é por si mesmo um processo de criatividade (DIEGUES JR., 1977, p.157).

O autor expõe, assim, de forma “biologizante”, o caráter criativo relacional homem-meio, e a ideia de construção do ambiente ao referir-se ao processo de integração entre homem e meio como processo de ocupação humana. Ele se refere a um processo de simbiose que fez emergir, em cada região, uma sociedade diferenciada e relacionada àquele particular sistema de ocupação.

Diégues Jr. identificou oito regiões culturais no Brasil: nordeste agrário do litoral, mediterrâneo pastoril, Amazônia, mineração do planalto, Centro-Oeste, extremo sul pastoril, colonização estrangeira e do café. O norte de Minas Gerais estaria inserido na região identificada como mediterrâneo pastoril, onde “os currais e depois as fazendas de criação constituem o principal centro social (...), em cujo território outras características se foram desenvolvendo de modo a criar novos aspectos culturais na região”. (DIEGUES Jr., 1977, p. 37). O autor destaca diferentes realidades do panorama sociocultural brasileiro, ainda que de forma genérica, diante da vastidão territorial do Brasil, apesar de uma abordagem com mais centralidade na paisagem que nas culturas, sua contribuição é importante para a construção do olhar a partir da diversidade.

Antonio Candido é outra referência importante, pois ao tratar da cultura caipira paulista transcendeu o olhar homogeneizador sobre o “camponês”, o “pequeno agricultor”, chamando a atenção para as características específicas da cultura desse grupo e da relação entre sua sociabilidade e o meio natural. “Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade”. (CÂNDIDO, 1961, p. 60). O autor afirma que a

relação entre o meio natural, o grupo e as suas transformações é capital para o entendimento desse grupo, sendo este um ponto de partida e de convergência entre os posteriores estudiosos de comunidades tradicionais no Brasil.

Antônio Carlos Diegues, já no final do século XX e, portanto, em um contexto de diagnóstico de crise ambiental, de consolidação do debate socioambiental e de inclusão do meio ambiente na agenda governamental e acadêmica, problematiza a dicotomia homem-natureza ao tratar de populações tradicionais e biodiversidade. Ele aponta a importância, para a relação entre populações tradicionais e a natureza, da noção de território, que tem dimensões mais definidas para sociedades tradicionais camponesas do que para as marítimas, sendo

espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é o locus da representação e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao homem urbano industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância das roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também se constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico. (DIEGUES, 2008, p. 87).

O autor descreve como características das culturas das sociedades tradicionais:

**a)** dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; **b)** conhecimento aprofundado da natureza e dos seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração pela oralidade; **c)** noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; **d)** moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados; **e)** importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; **f)** reduzida acumulação de capital; **g)** importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; **h)** importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; **i)** a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; **j)** fracos poderes políticos que, em geral, residem com os grupos de poder dos centros urbanos; **l)** auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2008, p. 89).

A importância das comunidades para a biodiversidade e sua relação de dependência com a natureza são destacadas por Diegues, que relata, a partir de suas pesquisas e de vários outros cientistas<sup>15</sup>, que a conservação e o aumento da biodiversidade nas florestas

---

<sup>15</sup> Vide estudos de Posey (1986) sobre a agricultura itinerante dos Caiapós.

tropicais estão relacionados com as “práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos”. (DIEGUES 2008, p.152).

Um inventário das comunidades tradicionais no Brasil foi realizado em “Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil” (2001), publicação do Ministério do Meio Ambiente organizada por Diegues e Arruda. Os autores distinguem as comunidades tradicionais indígenas das não-indígenas e destacam, na definição de culturas tradicionais, a existência de manejo de recursos naturais baseado na resiliência como reveladora dos conhecimentos construídos e herdados sobre o ambiente. Neste documento, mencionam os sertanejos vaqueiros entre as comunidades tradicionais pouco estudadas e afirmam que

a cultura sertaneja, especializada na criação de animais de pastoreio, é marcada por certa dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização familiar, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos tradicionais, na visão de mundo, numa religiosidade propensa ao messianismo, na dieta e na culinária. (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 50).

As características apresentadas referentes à cultura sertaneja aproximam mais o foco sobre grupos como os geraizeiros, alvo deste estudo. No entanto, são características ainda muito gerais e distantes dos aspectos identitários e políticos da categoria comunidades tradicionais e da forma que ela é compreendida neste trabalho.

Situando o debate no âmbito do Norte de Minas, região de Cerrado, dos Gerais, proeminente na existência e resistência de comunidades tradicionais, acionamos as características sobre comunidades tradicionais apresentadas por Brandão (2010), a partir de pesquisas e reflexões realizadas sobre e na região, a qual o autor denomina de Sertão Roseano. O antropólogo não adota a inserção dos indígenas no rol de comunidades tradicionais, conforme classificação das comunidades tradicionais feita por Diegues e Arruda (2001).

Brandão focaliza na atualidade algumas das complexidades que envolvem a definição e o entendimento da noção de comunidades tradicionais, principalmente tendo como referência as comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais:

Um dos atributos nem sempre reconhecidos até mesmo por seus pesquisadores de campo, está em que a comunidade não se faz “tradicional” por meio de alguns traços folclorizáveis de sua cultura. Elas se tradicionalizam como uma estratégia de defesa. Como um modo de existir dividido entre a relação dependente com o “mundo de fora” e uma protegida quase-invisibilidade. (BRANDÃO, 2010, p. 360).

Esse ponto é bastante importante no contexto das comunidades tradicionais e também ajuda no entendimento sobre a dinâmica vivida por elas. Little (2002) relaciona o processo de ocupação e reafirmação territorial à questão fundiária no Brasil. Diz que a ressignificação

do termo povos tradicionais está relacionada com sua atual dimensão política no contexto de incorporação ao arcabouço jurídico-governamental.

Comunidades tradicionais seriam, segundo uma síntese da produção sobre o tema realizada no âmbito do projeto de pesquisa Opará<sup>16</sup>, grupos locais que desenvolveram as seguintes características:

- a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram;
- b) um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;
- c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis;
- d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;
- e) a atualização pela memória da história de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecer no território ancestral;
- f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado;
- g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2010, p. 365).

As noções de resistência e de território ameaçado, e as estratégias de acesso a direitos, incluem um grupo de questões constantes no cotidiano dos povos tradicionais, no qual a ameaça de perda ou a perda efetiva do território<sup>17</sup>, o reconhecimento deste como direito e o exercício de direitos são marcantes. Esse foco apresentado por Brandão às tensões territoriais é importante, pois alguns grupos vivem na atualidade essas tensões conjugadas à consciência de serem sujeitos de direitos e, ao acionarem essa face da tradicionalidade, constroem uma mobilização política que aponta perspectivas no que tange ao processo histórico-social de bloqueio ao acesso à terra e aos diversos recursos naturais.

Os povos e as comunidades tradicionais, com suas identidades, emergiram no final do século XX na agenda socioambiental e política brasileira em seus vieses político, jurídico e cultural. Novas abordagens analíticas são necessárias para refletir sobre o caráter e as dinâmicas insurgentes desses grupos sociais. Abordagens iluminem suas diferentes identidades e que referenciem em sua trajetória, geralmente não registrada, não conhecida

---

<sup>16</sup> Projeto Opará – Tradições, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas do sertão roseano. Projeto de pesquisa realizado no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais e Sertão, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

<sup>17</sup> Haesbaert, (2007), ap partir de Deleuze e Guattari apresenta que o território compreende quatro componentes: os agenciamentos maquínicos de corpos, os agenciamentos coletivos de enunciação, a desterritorialização e a reterritorialização. Este ponto é fundamental na obra dos autores: os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização

e subsumida na visão homogeneizante do universal. A articulação entre Identidade, natureza e direito, promovida pelas abordagens relacionadas aos povos e comunidades tradicionais no Brasil, é resultado do processo de democratização e representa o reconhecimento do direito à diferença em distintos aspectos, inclusive o jurídico, e reverbera o conflito entre globalização e identidade.

A identidade é uma das importantes abordagens para adequada leitura da globalização contemporânea, além das dimensões apresentadas em relação ao território. Ela promove uma ruptura com o discurso hegemônico; revela o uso retórico do que seja universal e intriga ao ressaltar sua diferença como valor-ideia. Identidade é um conceito que ajuda na compreensão do mundo norte-mineiro e se associa à ideia de que cada sociedade é diferente de outra no tempo e no espaço e não pode ser explicada por qualquer lei geral. Identidade, mais do que contraponto, é elemento do processo dialético da sociedade humana, até mesmo na globalização contemporânea.

A identidade é produzida nos contextos sociais e culturais e é por meio das representações que se liga aos sistemas de poder (SILVA, 2002). “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e de determinar a identidade. A representação, por isso, ocupa lugar central na teorização contemporânea sobre identidade e os movimentos sociais ligados à identidade” (SILVA, 2002, p. 91).

Castells (2008) considera que a construção da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder e elenca três de seus processos: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto, que resultam, respectivamente, na origem de uma sociedade civil, na formação de comunas ou comunidades e na produção de sujeitos atores coletivos.

A reafirmação das identidades no Norte de Minas dentro da globalização e dos processos de reorganização social, que acontecem em várias dimensões, implicam na revelação, nas comunidades rurais locais, de sua cosmovisão diferenciada enraizada no território, na natureza e estruturada por uma forma de reprodução social que se baseia no ecossistema, na terra e na família. Chayanov (1981), ao apontar a face não capitalista da economia camponesa, nos oferece pistas de como entender a reprodução social que integra produção e cultura centradas na terra, na família e no trabalho. Porém, esta também é associada ao sentimento de pertencimento, afetividade pelo lugar; algo difícil de decifrar.

Essa reprodução social está relacionada dialeticamente à concepção de mundo vinculada à terra, a um território com dimensão simbólica e concreta, e sedimenta o sentimento de pertencimento a um lugar que tem memória coletiva, com interface com o mundo “de fora”, inclusive com o mercado capitalista. Polanyi ressalta que

a função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a

condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e sem pés. E, no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado. (POLANYI, 2000, p. 214).

. A terra para as comunidades tradicionais também tem função econômica, pois um aspecto a se destacar do modo de vida geraizeiro é a não desvinculação da função econômica de outras funções; a interrelação entre elas. Nem desmerecendo, nem supervalorizando, a função econômica se reinventa assim como a comunidade tradicional que dialoga com as sociedades envolvidas a partir de questões que mobilizam o mundo atual, como sustentabilidade, diversidade, biodiversidade e formas de sociabilidade, entre outras.

Sabourin (2009), ao tratar da economia camponesa e reciprocidade, problematiza a questão da troca e da reciprocidade e da articulação das economias camponesas com outras formas de mercados. Para o autor, a

coexistência dialética entre princípio de troca e princípio de reciprocidade confirma a natureza híbrida, de tantas situações; mas confirma também a esterilidade do híbrido. A reciprocidade não se mistura à troca e vice-versa. No melhor dos casos elas convivem; e muitas vezes uma domina a outra (SABOURIN, 2009, p. 268).

A economia das comunidades tradicionais apresenta essa natureza híbrida apontada por Sabourin; são diferentes formas econômicas com diferentes relações com diferentes mercados. Os circuitos econômicos vão desde a vizinhança e comunidade até os mercados Internacionais. O hibridismo é diferenciado e complexo, mas a partir das comunidades estudadas, o princípio da reciprocidade permeia as relações mais próximas, diretas, não só em termos espaciais, mas de identidade: camponês, comunidade tradicional.

### 2.1.2 Direitos dos povos e comunidades tradicionais

Shiraishi Neto (2007) considera que o reconhecimento jurídico formal dos povos e comunidades tradicionais é uma confluência das reivindicações de diferentes movimentos sociais materializados na constituição de 1988, fortalecidos pelos dispositivos constitucionais, impulsionados pela pressão popular e reforçados por convenções e protocolos internacionais no âmbito da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco e Organização das Nações Unidas – ONU. A Constituição Brasileira de 1988, na seção II, sobre cultura, reconhece que o processo civilizatório nacional tem a participação de vários grupos; reconhece a diversidade e se propõe a protegê-la. No artigo 215, capítulo 1º institui: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988, p.127).

Dezoito anos se passaram da carta de 1988 à criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. O decreto nº 6.040, de 7/2/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT foi consequência do trabalho desta comissão. Conforme Neto, essa política pode representar a possibilidade de uma “nova maneira de pensar as relações e as estruturas do Estado Brasileiro” (2007:51). O processo de construção da noção de comunidades tradicionais<sup>18</sup>, partindo dos movimentos sociais, desde o período pré-constituição de 1988 até o decreto nº 6.040, foi permeado por debates nos movimentos sociais, nas universidades e no Estado. Esse debate se concretizou na definição de povos e comunidades tradicionais e territórios tradicionais apresentado no decreto:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:  
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;  
II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e  
III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (BRASIL, 2007).

O fato de o Estado ter reconhecido e delimitado um conceito de comunidades tradicionais em um decreto é de grande importância, sobretudo política. É um avanço para o reconhecimento da diversidade nacional orientado pelos movimentos sociais. Mas quem e o que são as comunidades tradicionais brasileiras, dificilmente caberia em uma simples definição.

Para termos uma ideia da diversidade que constitui os povos e comunidades tradicionais no Brasil, na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

---

<sup>18</sup> Conforme esclarece Shiraishi, Neto “o termo “comunidade”, em sintonia com a ideia de “povos tradicionais”, deslocou o termo “populações” – reproduzindo uma discussão que ocorreu no âmbito da OIT em 1988-89, e que encontrou eco na Amazônia através da mobilização dos chamados “povos da floresta”, no mesmo período. O “tradicional” como operativo e como reivindicação do presente ganhou força no discurso oficial, enquanto o termo “populações”, denotando certo agastamento, tem sido substituído por “comunidades”, as quais aparecem revestidas de uma dinâmica de mobilização, aproximando-se por este viés da categoria “povos”. Verifica-se, deste modo, uma ruptura não apenas terminológica com os princípios elementares da ação dos legisladores dos anos 90 – que adotaram a expressão “populações tradicionais” na legislação competente – e do governo federal que a adotou na definição das funções dos aparatos burocrático-administrativos, tendo inclusive criado, em 1992, o Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), no âmbito do IBAMA”. (SHIRAISHI NETO, 2007, p.14).

Comunidades Tradicionais há representação dos seguintes povos e comunidades: Agroextrativistas da Amazônia; Caiçaras; Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia; Comunidades de Terreiro; Comunidades Remanescentes de Quilombos; Faxinais; Pantaneiros (MT); Pescadores Artesanais; Pomeranos; Povos Ciganos; Povos Indígenas do norte; Povos Indígenas do Nordeste; Quebradeiras de Coco-de-Babaçu; Retireiros; Seringueiros.

Há muitos grupos com processos históricos e culturais distintos, mas conseguiram demarcar um espaço conjunto de contra-hegemonia diante do discurso homogeneizante da modernidade urbano-industrial. Avançar do reconhecimento para o conhecimento dessa diversidade é um desafio.

Outro ponto importante relativo ao reconhecimento jurídico das comunidades tradicionais diz respeito à possibilidade de disputa pelas terras por essas comunidades. Terras que sofrem contínuas invasões pelos empresários capitalizados, pelo agronegócio e pelo próprio Estado.

O poder analítico do termo comunidades tradicionais está relacionado, no contexto da problemática ambiental, à relação com a natureza e à forma ambientalmente sustentável de vida e produção. Uma das vertentes analíticas que envolvem as comunidades tradicionais é a abordagem de conflitos socioambientais.

## 2.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS GERAIZEIRAS

Os geraizeiros formam comunidades tradicionais no Norte de Minas, que assim se constituíram no processo sócio-histórico, cultural e político de formação daquela região e de reconhecimento das identidades diferenciadas que formam o povo brasileiro. São comunidades que permaneceram com seu modo específico de viver, mesmo com as fortes pressões advindas das transformações do século XX.

Descrever povos, comunidades, grupos como os geraizeiros é uma tarefa que vai além de registrar seu modo de vida peculiar. Requer estudar atitudes, crenças, comportamentos, valores compartilhados e transmitidos e também as transformações resultantes da relação dialética entre identidade e globalização. Entender como vivem essas pessoas na realidade, no mundo contemporâneo globalizado, de disputas de epistemes e de lógicas é também compreender a perspectiva dessas pessoas sobre si mesmas.

O que é a comunidade geraizeira? O que é ser geraizeiro(a) nos dias de hoje, em situação de conflito? Como pensar a noção de comunidade tradicional no contexto do cerrado norte-mineiro, tendo como perspectiva o conflito socioambiental?

Este texto buscará compreender, a partir do contexto histórico e socioambiental, o uso social do espaço e do ambiente pelos geraizeiros; os registros de memória sobre a história; os saberes tradicionais; as organizações sociais; os sistemas de valores; as elaborações



nativas sobre territorialidades, espacialidade, etnociência e o papel de tais povos no diálogo entre saberes sobre a complexa relação entre natureza e cultura.

Os geraizeiros da região de Rio Pardo de Minas constituem comunidades rurais agroextrativistas-pastoris; estruturaram seu modo de vida nos domínios do cerrado em contato com a caatinga: diversidade de paisagem e de origens, que vêm se conformando desde o início da colonização do Brasil. Antonino Neves, em 1908, descreveu a paisagem:

O território rio-pardense divide-se principalmente nas duas zonas que se denominam: Geraes, região sobremaneira conhecida em Minas, campos geraes ou da congonghas (cãa-mato, nhonha-sumido), e catingas (cãa-matto, tinga-branco, esbranquiçado). Póde ser separado também nas seguintes 4 faixas principais: catingas, campos geraes, carrascos e mattos de cipó.

Os geraes subdivide-se em “campos”, “tabuleiros”, “carrascos”, “mattas”, “veredas”, “brejos”, “várzeas”, “encôstos”, etc., e as catingas em “catungas baixas”, “catungas altas”, “catungas mestiças”, “mattos de cipó”, “carrascos”, “veredas”, “vargens”, “panascos”, “furados”, “catandubas”, etc., subdivisões todas estas trivialmente conhecidas conforme a variedade do aspecto físico do solo e da vegetação que o cobre; por isso é geralmente desigual a face do terreno. (...) As ilhas de matto ou bosques isolados que aparecem no meio do campo chamam-se particularmente capões (corruptela de cahã-matto, e puan – ilha, redondo), sítios cheios de frescor e humidade. Os mattos que ensombram as nascentes dos cursos d’água são também conhecidos por “cabeceira” e “pindahyba”.

Os carrascos ocupam a menor parte do solo e quase ordinariamente os terrenos de transição entre os campos (geraes) e as florestas (caatingas ou mattas de cipó). (NEVES, 2008, p. 47).

Antonino revela a diversidade de denominações construídas e utilizadas pelos nativos da região para as diferentes fitofisionomias, as relações entre elas e os usos que delas eram feitos. São símbolos significantes e assumem sentido comum no processo de construção da identidade geraizeira, de seu ethos e de seu território.

### 2.2.1 Os geraizeiros

Não há homogeneidade étnica que caracterize os geraizeiros, pois se trata de um modo de ser e de viver. Os geraizeiros ocupam diversas regiões no Norte de Minas Gerais. Existem vários estudos que têm como foco os geraizeiros e sua cultura, sua economia e agricultura.

Os geraizeiros que vivem próximo à Serra Geral foram descritos e estudados mais recentemente por Dayrell (1998), Pozo (2002), Fiúza (2004), Correia (2005), Brito (2006) e Nogueira (2009), entre outros. Um dos escritores que proporcionou a apresentação desse povo e de seus códigos e linguagem foi João Guimarães Rosa, ao falar, na década de 1950, dos “sertões dos gerais” e ao abordá-lo no romance *Grande Sertão: Veredas*. Ele foi um dos que buscou apreender e descrever a noção de gerais para o próprio geraizeiro e apresenta esse universo em várias passagens da obra:

Vimos pelo rio Urucuia. Rio meu de amor é o Urucuia. O chapadão – onde tanto boi berra. Daí os Gerais, com o capim verdeado. Ali é que o vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açôite de movimento, o tempo-das-águas de chegada, trovoada trovoando. Vaqueiros todos vaquejando. O gado esbraçava. (ROSA, 2006, p. 73).

Me deu saudade de algum buritizal, na ida duma vereda em capim tem que verde, termo da saudade. Saudades dessas que respondem ao vento; saudade do Gerais. O senhor vê: o remôo do vento nas palmas dos buritis todos quando é ameaço de tempestade. Alguém esquece isso? O vento é verde. Aí no intervalo, o senhor pega o silêncio e põe no colo. (ROSA, 2006, p. 290).

Guimarães Rosa traduz esse sentimento do gerais em que não há a separação entre o homem e a natureza, entre os tempos de uma e os ritos do outro. O olhar diferenciado de Rosa apresenta um sertão diferenciado da ideia de aridez, sofrimento e miséria construída para ele: os gerais.

Os geraizeiros de Rio Pardo de Minas fazem referência a esses gerais evocando as ideias centrais da representação que deles fazem, como eles o sentem e vivem:

Aqui no Rio Pardo tudo é Gerais, o Gerais tem várias partes, a Catanduba, o Cerrado, a Pirambeira, o povo mora nas Grotas.

Gerais é o campo, a larga, tudo fora a rebimboca (casa e arredores), o povo mora tudo nas grotas e o Gerais fica pra cima, dantes tinha gente que criava de cem cabeças pra mais, tudo solto, no Gerais tinha muito capim nativo, uma beleza pra engordar o gado, tinha o capim agreste, minha primeira casa foi rebuçada com o agreste e a parede, de enchimento (armação de madeira com barro).

Gerais, terra sem limite, sem dono, parto da vida de geraizeiro, o ponto de vida do geraizeiro é o Cerrado.

O Gerais é vida, o Gerais trazia alimento para as pessoas, cagaita, pequi, trazia remédio, o Gerais refrigera.

Tudo do nosso Gerais é tão bacana, tão lindo, o carcunda de nebrina<sup>19</sup> não morreu, através da herança dos avôs, dos eternos avôs...

De tudo se tirava de lá, frutas, alimentos, remédios e sempre tinha pra todo mundo, uns mais, outros menos, mas tinha pra todos. O capim para a criação, quase todos criavam, água e pasto bom. Era uma beleza... rufão, pequi, cagaita.

Terra de solta é onde se soltava o gado, ninguém cercava, de primeiro os gados tinham dono, mas a terra era de todo mundo. Na solta o gado não come só capim, come rama, tudo quanto é rama que dá leite ele come, come macambira. Aqui o povo criava mais solto, se soltava o gado sempre na mesma área, mas era muito grande. Se visse o gado do outro com problema, socorria ou avisava.<sup>20</sup>

O gerais, nas suas diferentes representações, traz associada a noção de vastidão. O valor do compartilhamento está presente nas falas, assim como a ideia de um gerais

<sup>19</sup> “Carcunda de nebrina”, apelido dado aos geraizeiros.

<sup>20</sup> Falas coletadas em entrevistas fornecidas à pesquisadora durante a III Conferência Geraizeira, realizada na comunidade de Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas, de 31 de agosto a 2 de setembro de 2009.

provedor. Não havia cercas, mas havia um entendimento sobre onde cada um poderia pegar frutas e frutos e criar o gado nas “terras de solta”. Não havia cercas e nem proprietário, mas sim uma organização complexa, conforme aparece nas práticas retratadas pelos geraizeiros quando falam do passado. “A identidade do geraizeiro é o gerais”.

### 2.2.2 Os Tempos de Antigamente

“Os tempos de antigamente” ou “os tempos dos pais, avós” é como alguns, sobretudo os mais velhos, se referem ao vivido pelos antepassados, que emerge em um conjunto de histórias guardadas na memória, contadas por avós e pais, e de novo recontadas. Os ancestrais vivem a história da construção do território de diferentes maneiras e em diferentes posições, que vão das avós índias capturadas no laço aos avós escravos que compraram a liberdade trabalhando na mineração, passando por vaqueiros, tropeiros e garimpeiros, estrangeiros que ocuparam a Serra Geral, às margens do rio Pardo e do rio Preto.

O processo de construção social do território geraizeiro, conforme os relatos dos moradores das comunidades, não se deu de forma pacífica, como muitas vezes aparenta; foram “acomodações” conflituosas, às vezes impregnadas de violência, e que levaram ao extermínio de parte dos nativos indígenas, cuja cultura foi apropriada e reproduzida em nomes, costumes, técnicas de trabalho com a terra e modo de vida, ainda que as comunidades indígenas tenham sido dissolvidas. Não se tem informação da existência de nenhuma comunidade indígena na região de Rio Pardo de Minas na atualidade. Várias histórias sobre um grupo de mulheres índias, que moram em uma caverna na serra, foram relatadas nas incursões pela região e pelas comunidades; parece que na região de Serra Nova, mas a informação não pôde ser confirmada.

A viagem pela história do território geraizeiro demanda, de início, o entendimento de que não se trata de um território, mas de territórios construídos por cada comunidade, cada uma com suas especificidades e semelhanças; a forma de organização do território tem o parâmetro ambiental e social. Um dos pontos de destaque na formação do território geraizeiro é a forma diferenciada de propriedade que surge em todas as comunidades visitadas: “a terra de solta”, propriedade de uso comum em que, nas chapadas, se soltava o gado e se praticava o extrativismo de frutas e frutos do cerrado.

Características específicas da paisagem de cada comunidade muitas vezes inspiraram o seu nome. A maioria dos nomes das comunidades, de fato, está relacionada ao aspecto natural preponderante em suas proximidades. Existem muitas comunidades com prenome como brejo, vereda, lagoa, barra e cabeceira, pois é ponto comum a referência à água, já que, segundo relatos dos moradores, a região tinha fartura desse recurso. O uso da água

como fonte de energia para mover moinhos e rodas d'água era comum entre os geraizeiros, que também conferiam utilidade a lugares encharcados, denominados *pantânos* por eles.

“Eu me lembro de meu avô contando da força da água. Era tão forte que tudo funcionava com ela, a gangorra... sempre lembro de história da fatura da água, como pode né, mudar tanto?” (Geraizeiro da comunidade de Vereda Funda, Rio Pardo de Minas, 2009).

O recenseamento realizado em 1920 pela Diretoria Geral de Estatística<sup>21</sup> traz vários nomes de localidades do município de Rio Pardo de Minas. Cachoeira; Estiva; Largo; Brejo; Barra da Alegria; Engenho; Malhada Grande; Lobeiro; Ribeirão; Passagem de Pedras; Cabeceira do Marçal; Paredão; Curral Novo; Córrego Seco; Brejo Grande; Veneza; Chácara; Raiz; Poções; Becco Grande; Água Boa; Água Choca; Chácara; Barreiro; Alto da Belleza; Cabeceira do Jaci; Bella Vista; Boa Vista; Riacho dos Cavalos; Riacho; Mangue; Ponte do Riacho; Vereda do Riacho; Capoeira; Cercado; Brejo do Muniz; Brejinho; Taquaras; Atoleiro; Três Barras; Olhos D'água; Cambaúba; Água Fria; Pé da Ladeira; Tamboril; Ribeirão e Riacho do Ribeirão.

A água em suas diversas modalidades sempre é referência para o território. A malha hídrica (nascentes, rios e riachos) é a espinha dorsal das comunidades, a partir da qual se estruturam e se organizam os espaços domésticos, a casa, o quintal, as *chácras* de café. Ao seu redor as chapadas, partes altas onde se criava o gado e se realizava o extrativismo. Assim, o geraizeiro é agricultor, extrativista e criador de gado, assim como fabrica farinha, goma, rapadura e cachaça.

Um morador da comunidade de Vereda Funda relata que “não existiam cercas; antigamente, em vez de marcação de cerca era uma pedra graúda, uma árvore, as águas vertentes, a coisa mais certa; com esse negócio de cerca complicou.” Nas áreas de chapada, que são áreas extensas, onde se praticava o extrativismo e solta do gado, existia a ideia de domínio, construído por meio do uso.

A territorialidade geraizeira, em termos de como o coletivo constrói e vivencia o território, é marcada pelo Cerrado e pela diversidade. O profundo conhecimento (vivência) dos diferentes componentes do seu território tem criado e recriado as formas de uso dos diferentes ambientes pelo geraizeiro. Essa construção é complexa e dinâmica e envolve elementos do ecossistema, do trabalho e da família.

Um desenho que viesse a sintetizar o território de uma comunidade geraizeira contaria com pelo menos as seguintes partes: chapada para solta de gado, cabeceiras, vazantes e carrascos (DAYRELL, 1998). Essa é a forma generalizada a partir da qual os geraizeiros fazem a leitura de sua paisagem, seu ambiente. Esses ambientes fazem parte de um mesmo sistema, o sistema geraizeiro de viver e organizar seu território. Dayrell(1998) e Correia (2005) construíram modelos dos ambientes.

---

<sup>21</sup> Diretoria Geral de Estatística – recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado de Minas Gerais. V. 3. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1924.

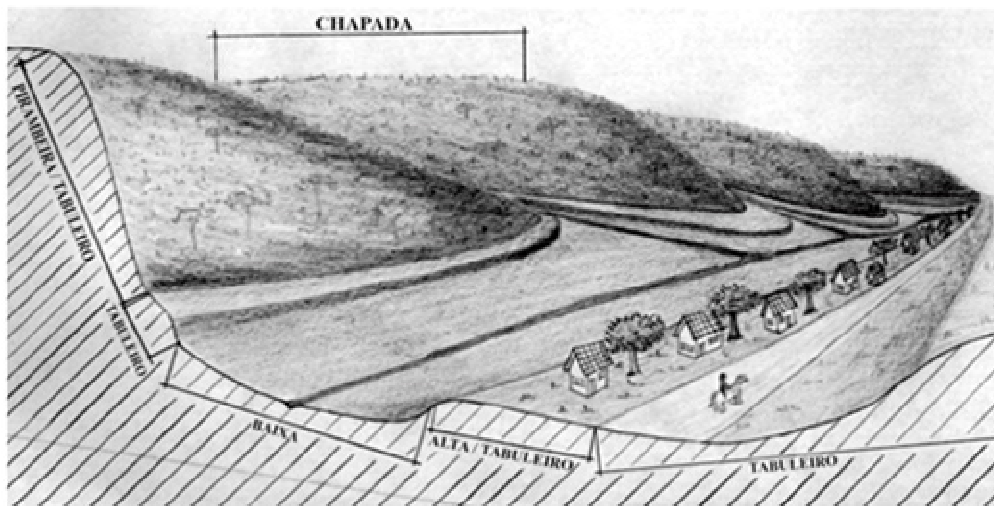


Ilustração 1- Feições dos ambientes a partir das definições dos agricultores da comunidade Água Boa 2, sub-bacia do rio Água Boa; município de Rio Pardo de Minas, MG.  
Fonte: CORREIA, 2005, p.163.

As chapadas são as partes mais altas e planas, onde o cerrado é pródigo: fornece pasto natural, plantas medicinais, madeiras, frutos e frutas. É um componente estratégico do modo de vida geraizeiro.



Fotografia 1- Chapada degradada pelo eucalipto, comunidade de Vereda Funda. Isabel Brito, 2011.

Nas chapadas encontram-se diversas espécies nativas como o Pequi (*Caryocar brasiliense*); a mangaba (*Hancornia speciosa*); o araticum ou panã (*Annona crassiflora*); o Murici (*Byrsonima crassa*); a cagaita (*Eugenia desynterica*); a faveira (*Dymorphandra mollis*); o rufão (*Trigania nívea Camb.*) e o jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*). Essas espécies produzem frutos bastante utilizados pelas populações locais. O Jatobá, além do fruto, tem

também importância enquanto espécie madeireira de ampla utilização. Podem-se citar outras espécies madeireiras, como o Massambé (*Terminalia sp.*); o Vinhático (*Plathyenia reticulata*); o Gonçalo Alves (*Astronium fraxinifolium*); a sucupira (*Bowdichia virgilioides*); o pau terra (*Qualea spp.*) e carvoeiro (*Sclerobium aureum*), utilizadas para construção de cercas e benfeitorias.

Diversas outras espécies compõem a vegetação da chapada e são utilizadas pelas comunidades locais para diversos outros fins como: lenha, remédio para uso humano e animal. O rufão é um exemplo de planta medicinal muito utilizada pelos geraizeiros de Rio Pardo de Minas. Dele se produz um óleo com grande valor curativo e econômico. O pequi (*Caryocar brasiliense*) é um dos patrimônios do geraizeiro, um de seus alimentos prediletos, cozido e comido com farinha ou no arroz. Seu óleo é também muito apreciado. Além de alimento, o pequi é, para os geraizeiros, um símbolo de resistência, de fartura e de fertilidade. Além da coleta de frutos, produtos madeireiros e não madeireiros, a chapada era largamente utilizada para a criação de gado pelos moradores locais. Mesmo moradores que não possuíam terra criavam animais à solta, em meio a outros criadores que mantinham códigos tácitos de conduta e manejo da criação no território das comunidades.

As cabeceiras, áreas próximas às nascentes, chamadas também de minadouros, são referências no território, pois as casas dos geraizeiros quase sempre são acomodadas perto delas e de cursos d'água. A prática da agricultura ocorre na parte baixa e nessa área.

Os carrascos são áreas de transição entre a parte mais baixa, próxima às cabeceiras, e as chapadas.



Fotografia 2- Carrasco degradado (ao fundo monocultura de eucalipto). Isabel Brito 2010.

Descendo da chapada em direção às cabeceiras, baixadas e vazantes, encontram-se as encostas, chamadas de carrascos, cuja vegetação de cerrado varia em suas diversas fitofisionomias, desde cerrado *strito sensu*, mais arbóreo, conforme descrito acima, até campo limpo, com poucas árvores esparsas e predominância de arbustos e gramíneas, dependendo das condições químicas e físicas do solo. A topografia mais acentuada ou mais suave das encostas varia também de uma região para outra.

Entre as encostas e baixadas, nessa faixa de transição ocorre normalmente vegetação de Mata Seca ou Floresta Estacional que, por sua vez, margeia as Matas Ciliares e de Galeria de baixadas e vazantes. São áreas de transição entre a parte mais baixa, próxima às cabeceiras e as chapadas. Dependendo das condições químicas, físicas e principalmente da profundidade do solo, as Matas Secas são caracterizadas por diferentes níveis de caducifolia durante a estação seca, podendo ser de três subtipos: Sempre-verde, Semi-decídua e decídua. São utilizadas pelos agricultores locais para extração de madeira para construção civil, móveis e equipamentos agrícolas como moinhos, engenhos, etc.

Nesse ambiente ocorrem as espécies madeireiras de maior durabilidade e usos mais nobres como: *Amburana cearensis* (imburana); *Cariniana estrellensis* (jequitibá); *Cassia ferruginea* (canafístula-preta); *Cedrela fissilis* (cedro); *Anadenanthera colubrina* (angico); *Tabebuia* spp. (ipês). Outras espécies que ocorrem na Mata seca são: *Terminalia* spp. (capitão); *Guazuma ulmifolia* (mutamba); *Jacaranda caroba* (caroba). As espécies da Mata Seca são eretas com altura que varia de 20 a 30 metros.

As cabeceiras, áreas próximas às nascentes, chamadas também de minadouros, são referências no território, pois as casas dos geraizeiros quase sempre são acomodadas perto delas e de cursos d'água.



Fotografia 3- Cabeceira (alto) na região de Santana, Isabel Brito 2010.

A prática da agricultura ocorre nas partes baixas até a encosta; nessa área se encontravam geralmente as Matas de Galeria (junto aos rios de menor porte) e Mata Ciliar (junto aos rios de maior porte), circundadas pelas Matas Secas e formações de cerrado e campestres. Nessas matas ocorrem as seguintes espécies nativas: *Anadenanthera* spp. (angicos); *Enterolobium contortissilium* (Tamboril); *Inga* spp. (Ingás); *Myracrodruon urundeuva* (aroeira); *Tabebuia* spp. (ipês); espécies das famílias Apocynaceae (*Peroba* e *Pau Pereira* – *Aspidosperma* spp.); Leguminosae (*Copaifera langsdorffii* – pau d’óleo, *Hymenaea courbaril* – jatobá da mata); Lauraceae (*Nectandra* spp., *Ocotea* spp. – canelas); Myrtaceae (*Myrcia* spp., *Gomidesia lindeniana*) e Rubiaceae (*Alibertia* spp., *Amaioua* spp., *Ixora* spp. e *Guettarda viburnoides*).

Além dessas espécies destacam-se também: *Callisthene major* (tapicuru); *Cariniana rubra* (jequitibá); *Croton* spp e *Trema micrantha* (crindiúva); *Xylopia sericea* – pindaíba vermelha). Nas áreas mais inundáveis destacam-se as espécies de *Calophyllum brasiliense* (landim); *Protium* spp., o cedro (*Cedrela odorata*); a pindaíba preta (*Xylopia emarginata*) e canela amarela (*Ocotea aciphylla*).

Algumas espécies podem ser encontradas indistintamente tanto na Mata de Galeria inundável quanto na Mata de Galeria não inundável, tais como: almécega (*Protium heptaphyllum*); pau pombo (*Tapirira guianensis*) e *Virola* (*Virola sebifera*). A maior parte das espécies listadas acima é utilizada como madeira para construções de diversos fins: civis, movelaria, engenhos e moinhos, carroções, entre outros.

Com o aumento da concentração fundiária e a pressão sobre os espaços e ambientes que restaram para as comunidades viverem, a utilização das áreas foi intensificada e muito das vegetações originais de Mata de Galeria, Mata Ciliar e Mata Seca foi eliminada para implantação de roças e pastagens. Observam-se atualmente fragmentos isolados dessas formações florestais na região.

A agricultura é uma das atividades centrais do modo de produção gerazeiro, além do extrativismo e o criatório de gado. Mesmo depois do encolhimento das áreas, o gerazeiro continuou tanto com a prática da criação de gado quanto com o extrativismo e a agricultura. Uma pesquisa recente sobre as “chácras de café”(2011), realizada em 16 comunidades do município de Rio Pardo de Minas<sup>22</sup>, aponta que as principais culturas cultivadas nas propriedades pesquisadas foram o milho, o feijão, a mandioca, a cana e o arroz, conforme quadro apresentado a seguir:

---

<sup>22</sup> Diagnóstico das Chácras de café, do município de Rio Pardo de Minas, realizado pelo Sindicato de Trabalhadores rurais de RPM, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, em parceria com o FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente.



Tabela 1 – Principais culturas em comunidades geraizeiras de Rio Pardo de Minas, 2011.

Culturas	Qtd. Propriedades			Média de ha por propriedade	Total de ha plantados
	Não cultiva	Cultiva	Vende		
Milho	42	134	4	0,83	110,82
Feijão	45	131	17	1,19	156,50
Arroz	159	17	0	3,18	54,01
Mandioca	62	114	17	1,35	153,97
Cana	138	38	2	1,01	38,56

Fonte: Diagnóstico Chácra de Café, CAA, STR-RPM, 2012.

Outras culturas cultivadas e identificadas na pesquisa foram o andu; a mamona; o alho; o maracujá; a banana; a abóbora; o girassol; o capim; o eucalipto, entre outras. Tanto o homem quanto a mulher se dedica ao trabalho da criação e cultivo, cabendo ainda à mulher o trabalho de cuidar da casa, da alimentação da família e dos filhos.

O preparo da terra para plantio é feito na grande maioria das vezes de forma manual, com a utilização de enxadas e máquinas manuais de plantio, como a conhecida Matraca, para plantio de milho, feijão e outros grãos. Utiliza-se também a tração animal para preparo da terra e plantio. O encoivramento do mato capinado e o fogo também são utilizados como prática de limpeza e preparo da área, embora muitas famílias tenham deixado de fazer para conservar a capacidade produtiva da terra, evitando a degradação do solo. A época de cultivo estende-se de outubro/novembro a março/abril. Porém é tradição na região o cultivo do feijão de Santana, realizado nas partes mais úmidas no período mais seco do ano, que se estende de abril até outubro.

Em relação aos produtos beneficiados e produzidos na propriedade, destacam-se a farinha e a goma, com 45% e 40%, respectivamente, do número total de propriedades pesquisadas que se beneficiam dos produtos. Em seguida surge a rapadura, com 11% das propriedades (20 propriedades) envolvidas na produção, além da cachaça produzida em 5% das propriedades (08 propriedades).

Do total das famílias que produzem goma e farinha, 49% e 39%, respectivamente, comercializam o excedente da produção. Apenas 15% das famílias comercializam a produção de rapadura, sendo a maior parte da produção destinada ao consumo familiar. Diversos outros produtos são produzidos pelas famílias, principalmente para o auto-abastecimento familiar, seja nas hortas, quintais e chácra de café, cujo cultivo a pesquisa identificou ocorrer em 91% das propriedades da agricultura familiar.

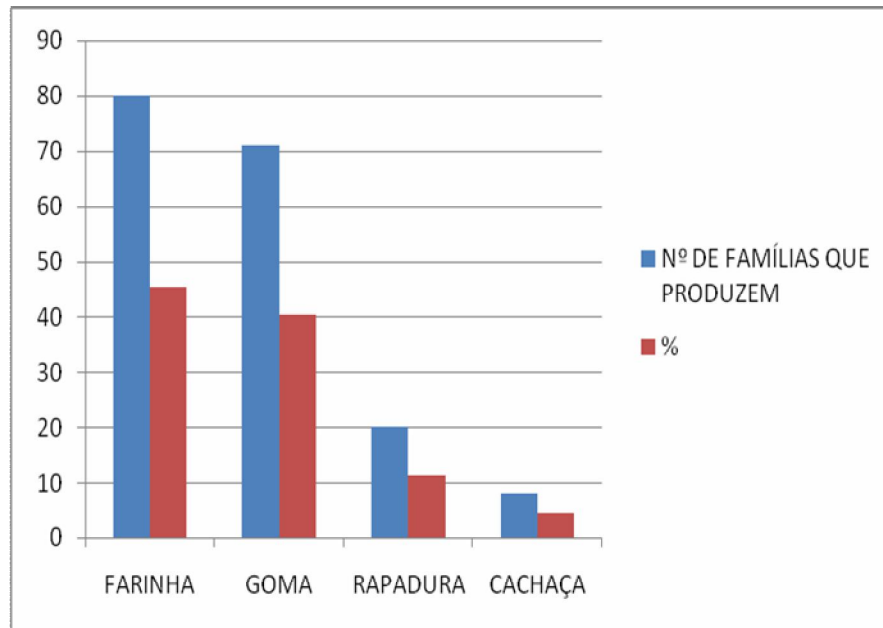


Gráfico 1 – Principais produtos beneficiados ou produzidos em comunidades geraizeiras de Rio Pardo de Minas  
 Fonte: Diagnóstico Chácra de Café, CAA, STR-RPM, 2012.

Destaque deve ser feito ao sistema de cultivo de chácaras de café do município de Rio Pardo de Minas que, por mais de um século, o cultiva sob sistema diversificado, consorciado e sombreado com espécies nativas das Matas de Galeria e Mata Seca, como o Cedro, a Carne de vaca e o Ingá, conhecido também nas ciências agrárias como sistema agroflorestal.

A prática do extrativismo, associada à criação de gado nos cerrados das chapadas foi amplamente utilizada pelas famílias no passado recente, conforme descrito anteriormente. Onde o Cerrado permanece, a prática do extrativismo para a coleta de frutos e produção de óleo de pequi ainda é bastante utilizada. E em outros locais, onde a regeneração do cerrado avança, essas práticas vão sendo retomadas pelas famílias do lugar, sob novo contexto político, agrário, sócio-econômico e ambiental.

Como exemplo, temos a diversidade de plantas encontradas nas chácras de café e quintais que existem nas propriedades geraizeiras, conforme pesquisa de 2011. Foram pesquisadas 176 propriedades em 16 comunidades rurais do município de Rio Pardo de Minas. 74% das chácras têm área de no máximo 0,5 ha, sendo que 34% das chácras têm tamanho em torno de 0,1 e 0,25 ha. Nesses pequenos espaços destinados à chácra de café e quintais há grande diversidade de plantas associadas, conforme apresentado no quadro a seguir:

**ESPÉCIES ARBÓREAS FRUTÍFERAS, MADEIREIRAS, ADUBADEIRAS  
E SOMBREADORAS CULTIVADAS NAS CHÁCRAS DE CAFÉ E QUINTAIS**

Acácia	Ipê
Ameixa	Jambo
Amendoeira	Jambre
Amora	Jamelão
Araçá	Jatobá
Aroeira	Jenipapo
Araticum	Maçaranduba
Cagaita	Maracujá
Cajá	Mexerica
Cajá manga	Mussambe
Caqui	Pau ferro
Carambola	Pequi
Cedro	Pêssego
Cereja	Pindaíba
Côco	Pinha
Côco da Bahia	Pinhão
Coquinho Azedo	Pitanga
Embiríça	Pitomba
Fruta do conde	Romã
Genipapo	Seriguela
Graviola	Sucupira
Imbaúba	Tamburiu
Imburana	Umbu
	Uva

Quadro 2- Espécies arbóreas cultivadas nas chácras de café e quintais.  
Fonte: Diagnóstico Chácras de Café, CAA, STR-RPM, 2012.

Os principais elementos que delinearão as formas de propriedade geraizeira são: o contexto histórico de formação da região, que tem o regime de posse por uso como o mais utilizado; a forma de se organizar espacialmente, baseada no conhecimento do cerrado e no acesso à água; e a estrutura social, com base na família. A solidariedade, como valor, é forte na relação com a natureza e na ideia de que todos têm direito à água e à terra para trabalhar.

Enquanto os gerais não foram objeto de interesse das empresas e do Estado para a expansão do capital, os geraizeiros permaneceram no seu modo de vida próprio, sem muitas imposições externas. Mesmo com a dificuldade de transporte e da quase inexistência de estradas até a década de 1960, mantinham relações entre comunidades e com as cidades onde vendiam seus produtos. Apesar da fartura de alimento e de água, tinham muitos problemas, sobretudo de acesso à educação e a serviços de assistência à saúde.

O avanço estatal-empresarial sobre suas terras, a partir da década de 1970, com a promessa de melhores condições de saúde e educação, transformou o modo de vida dos geraizeiros, ao abalar seus territórios e sua conduta quanto a eles. A base de vida do

geraizeiro foi afetada e os geraizeiros reorganizaram sua conduta territorial, resignificando espaços e práticas.

Os territórios geraizeiros passaram a ser comprimidos e restringidos, o que originou o conflito em relação ao território. A dominação pelas empresas das áreas apropriadas pelos geraizeiros secularmente pelo trabalho familiar na terra colocou o sistema de organização de vida do geraizeiro em crise. Apesar da restrição de área, da perda de grande parte das chapadas, os geraizeiros recriaram os espaços de diversidade e produção na nova conjuntura de “encurralamento” pela monocultura, referenciados na sua identidade. Identidade que é base de uma cosmologia que considera a terra mais do que um local de reprodução material; possuidora de valor simbólico, por ser um bem familiar e comunitário, uma dádiva divina. Apesar da força e do poder das empresas eucaliptocultoras, os geraizeiros resistiram e passam a disputar espaços com as empresas, gerando uma série de conflitos.

### 2.3 MUDANÇAS NO TERRITÓRIO GERAIZEIRO

A monocultura de eucalipto foi implantada no norte de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980, a partir de um modelo de produção baseado na grande propriedade, ocupando as chapadas em áreas utilizadas tradicionalmente pelas comunidades. As áreas se tornaram propriedade privada de empresas siderúrgicas e de grupos empresariais apoiados pelo Estado. A monocultura de eucalipto atingiu territórios construídos por várias comunidades geraizeiras que, com suas especificidades e semelhanças, foram afetadas no substrato de sua existência afetando diretamente as áreas de uso comum.

Pozo (2002), que realizou um estudo sobre os regimes de propriedade em Rio Pardo de Minas, constatou que

a privatização das áreas comuns impossibilitou às populações locais poder continuar criando gado na solta já que as empresas de reflorestamento não permitem que pastem nos escassos pastos que existem nos bordos das plantações de eucalipto, de maneira que não existe mais gado de solta. O pouco gado que existe está nas áreas cercadas (mangas). A inexistência de áreas de solta provocou mudança nas normas dos posseiros – *“hoje mudou”* – as áreas de cultura não estão mais cercadas, *“hoje o domínio é da cultura, é o gado que tem de estar cercado”*. Não existe mais gado na solta. De maneira que, nos casos em que o gado invade e destrua uma área de cultura é dever do proprietário dos animais pagar o prejuízo, *“agora o direito é da cultura”*. (POZO, 2002, p.155).

A área de solta/extratativismo, conforme apontou Pozo (2002), era de uso comum, de posse e de cuidado comunitário, com suas regras e princípios estabelecidos pela tradição de uso em consonância com as possibilidades ecológicas.

A existência de terrenos de posse e uso comum talvez seja uma das justificativas para que houvesse tantas terras públicas naquela região, pois não existe, nem existiu no sistema

jurídico nacional, o reconhecimento dessa forma de propriedade: há somente terras públicas e privadas. Tais áreas, porém, estão associadas à forma de viver das comunidades tradicionais, ao seu *ethos*, e compõem sua identidade.

Com o comprometimento das áreas – e não, como afirma Pozo (2002), a sua extinção<sup>23</sup> algumas comunidades passaram a buscar alternativas, tanto para substituir as áreas e as práticas de criação “à solta”, quanto para o extrativismo. Elas começaram a processar o acontecido como “perda”, gerando resistência ao monocultivo, o que afetou também o regime hídrico local, a flora e a fauna. As principais formas de sustentação física e simbólica do povo geraizeiro foram atingidas: o extrativismo, a criação de gado e a agricultura.

Processos de resistência e de reação são verificados, ao longo da década de 2000, em diferentes localidades no Norte de Minas. Eles trazem à tona a falta de sustentabilidade ambiental e social do projeto monocultor na região e uma gama de reflexões sobre desenvolvimento, modelo de produção e direitos territoriais. O processo de reconhecimento de direitos dos atingidos pela monocultura de eucalipto tem dimensões identitária, territorial e legal, que se dão num contexto de injustiça ambiental e violação de direitos humanos, sociais e ambientais.

No âmbito da elaboração deste trabalho, foi realizado um acompanhamento sistemático com diversas incursões em campo entre 2008 e 2011 para captar e entender a dinâmica da reação dos geraizeiros. Ele incluiu eventos, reuniões e seminários relacionados às comunidades tradicionais geraizeiras e aos conflitos com a monocultura de eucalipto. Porém o acompanhamento das movimentações dos geraizeiros do alto rio Pardo vem sendo feito desde 2003.

Diversas comunidades foram localizadas a partir desse acompanhamento e de informações obtidas junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, a associações de trabalhadores rurais, e ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, a CPT – Comissão pastoral da Terra em diferentes municípios que vivenciaram situações de conflitos explícitos na região do alto rio Pardo entre 2008 e 2011: Fruta de Leite; Indaiabira; Montezuma; Novorizonte; Riacho dos Machados; Rio Pardo de Minas; Santo Antônio do Retiro; São João do Paraíso; Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo.

A tabela a seguir sintetiza dados sociodemográficos dos municípios onde foram localizadas comunidades em conflito com a monocultura.

Conforme dados da Fundação João Pinheiro – FJP – em 2000, a maioria dos municípios do Norte de Minas apresentou, em 2000, IDH-M abaixo da média mineira. Os

---

<sup>23</sup> Pozo (2002) utiliza a expressão - “inexistência de áreas de solta”.

municípios da Tabela 2 compõem parte do território rural<sup>24</sup> do Alto Rio Pardo, que conta com 15 municípios, onde prevalece a agricultura familiar e com IDH- médio de 0,65.

Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), todos esses municípios têm a população rural maior que a urbana, com exceção dos municípios de Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo, o que caracteriza uma região predominantemente rural. Os municípios encontram-se na microrregião de Salinas, área denominada também de Alto Rio Pardo, bacia do rio Pardo de Minas, que nasce no município de Montezuma, microrregião de Salinas, tem extensão de 384 km e foz localizada na cidade de Canavieiras – BA.

Os dados revelam a incidência de pobreza na região estudada, em média 55% nos municípios listados. A maior média foi verificada no município de Fruta de Leite (mais de 70%), que apresentou uma das maiores taxas de analfabetismo: 34%. A taxa de analfabetismo na região estudada como um todo também é alta: 26%. A menor taxa de analfabetismo dos municípios listados deu-se no que tem maior população urbana, Taiobeiras: 17,7%, mais do que o dobro da taxa do Estado de Minas, que é de 8%.

---

<sup>24</sup> Os territórios rurais, identificação utilizada no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, são 164 em todo o país, caracterizados por um conjunto de municípios com perfis econômico, ambiental e cultural semelhantes. O território rural Alto Rio Pardo – MG foi homologado em 2004 e é composto por 15 municípios: Curral de Dentro; Fruta de Leite; Indaiabira; Rio Pardo de Minas; Santa Cruz de Salinas; Santo Antônio do Retiro; Berizal; Montezuma; Ninheira; Novorizonte; Rubelita; Salinas; São João do Paraíso; Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo. Fonte: Sistema de Informações Territoriais: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 15/10/2011

**Tabela 2** – Dados sociodemográficos dos municípios norte-mineiros do alto rio Pardo, onde estão localizadas comunidades com processos de resistência ou conflitos relativos à monocultura de eucalipto

<i>Municípios</i>	<i>População total*</i>	<i>População Urbana*</i>	<i>População rural*</i>	<i>Área total (Km²)*</i>	<i>Taxa de analfab. (15 anos ou +)*</i>	<i>Incidência de pobreza (%)**</i>	<i>PIB 2009 (Mil reais) ***</i>	<i>IDH-M (2000) ****</i>
Fruta de Leite	5.940	2.036	3.904	762,8	34,0	71,45	28.000	0,586
Indaiabira	7.330	2.742	4.588	1.004,1	32,1	49,30	32.595	0,571
Montezuma	7.464	3.079	4.385	1.130,4	22,6	53,30	29.339	0,589
Novorizonte	4.963	1.717	3.246	271,9	21,9	51,39	20.143	0,648
Rio Pardo de Minas	29.099	11.692	17.407	3.117,4	23,4	57,32	150.917	0,633
Santo Antônio do Retiro	6.955	1.590	5.365	796,2	31,4	64,22	25.569	0,602
Taiobeiras	30.917	25.060	5.857	1.194,5	17,7	53,60	160.162	0,700
Vargem Grande do Rio Pardo	4.733	2.421	2.312	491,5	25,3	58,20	21.606	0,598
<b>Região norte de Minas</b>	1.610.413	1.118.294	492.119	128.160	-	-	11.943.407	-
<b>Minas Gerais</b>	19.597.330	16.715.216	2.882.114	586.520,4	8,3	-	-	0,773

Fontes: \*IBGE – Censo Demográfico, 2010. \*\*IBGE – Mapa de Pobreza e Desigualdade, 2003 \*\*\*Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2010 \*\*\*\* Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, Fundação João Pinheiro, 2000.

O quadro e o mapa a seguir identificam os municípios e respectivas comunidades com conflitos relacionados à monocultura de eucalipto no Alto Rio Pardo, bem como suas formas de resistência.

A resistência das comunidades de agricultores familiares à monocultura de eucalipto existe desde sua implantação, apesar de também ter havido algum apoio no início, sobretudo devido às promessas de melhorias nas condições de vida. A ideia de desenvolvimento estava associada, nas décadas de 1970/80, à industrialização e à mecanização, quando predominavam as ideologias da revolução verde e do desenvolvimentismo.

<b>Município</b>	<b>Comunidade(s)</b>	<b>Empresa(s)</b>	<b>Formas de resistência</b>	<b>Movimentos institucionais</b>
Montezuma	Mandacaru, Cercado, Alto do Pequizeirão, Roça do Mato	Italmagnésio	Reserva para barrar o eucalipto	Movimento Pequizeirão
Vargem Grande	Vale do Guará	Rio Dourado/Procel	Assentamento agroextrativista	Reserva agroextrativista
Fruta de Leite	Barra, Mumbuca, Riacho, Caiçara	Gerdal Meneghetti	Reapropriação	
Indaiabira	Chapada e Brejo	Gerdal Replasa Meneghetti	Reapropriação	
Taiobeiras	Areião	Sidersa	Reserva para barrar o eucalipto	“Movimento pela reserva do Areião”
Novo Horizonte	Caixão, Lagoinha	Meneghetti, União	Reserva para barrar o eucalipto	
Rio Pardo de Minas	Riachinho, Raiz, Santana, Vereda Funda, Buracão, Taquara, Olhos d’Água, Araçá, Traíras, Curralinho, Muquém, Barra de Santa, Jaguaripe, Água Boa 1 e 2, Água Fria, Santa Maria, Sobrado	Rio Dourado Replasa Meneghetti Gerdau Vale	Reapropriação Reconversão agroextrativista	“Encurralados pela monocultura de eucalipto” “Movimento pela reserva do Areião”
Santo Antônio do Retiro	Barreira, Boqueirão	Calset Procel	Reapropriação	

**Quadro 3** – Comunidades com conflitos relativos à monocultura de eucalipto no Norte de Minas.

Fonte: BRITO, Isabel. Levantamento preliminar da pesquisa de doutorado – conflitos com comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto no norte de Minas Gerais, 2009-10.

Esse é um quadro dinâmico em relação às comunidades, pois há uma rápida adesão das comunidades. Também é dinâmico no que tange às empresas, que mudam de nomes,



de proprietário, se fundem, são incorporadas por outras. Nas comunidades elas não são bem identificadas. Por exemplo, a Gerdau incorporou a Cosigua, que foi a empresa que mais arrendou terras públicas na época dos arrendamentos<sup>25</sup>. A Italmagnésio faz parte do grupo Italmagnésio de siderurgia; a Rio Dourado e a Procel são a mesma empresa, porém utilizam nomes distintos em diferentes regiões. A Replasa faz parte do grupo Itaminas de siderurgia, do qual também faz parte a Usifer e Itasider.

A mobilização dos geraizeiros em relação à monocultura de eucalipto se deu mais na região do Alto Rio Pardo e em torno das terras que foram consideradas devolutas, as terras de uso comum das comunidades geraizeiras, que não eram documentadas e foram cedidas pelo Estado de Minas Gerais às empresas. Não se tem registro fidedigno do processo de aquisição de terras pelas empresas de eucalipto na região. Existem polêmicas em relação às terras consideradas públicas e não foi levantada a cadeia dominial das terras do Alto Rio Pardo. Há conflitos nos municípios apresentados tanto em relação às terras públicas quanto às ocupadas por empresas, inclusive sobre as ditas compradas: existem vários relatos sobre agricultores que assinaram papéis transferindo o direito sobre suas terras sem saber o que estavam fazendo e de retificações fraudulentas de limites entre áreas. Relatos sobre como as empresas chegavam cercando as frentes, subindo e apoderando-se das chapadas. Existem várias formas de apropriação de terras que aparecem nos depoimentos, como estes, feitos em audiência pública:

**Sr. José Gonçalves Dias** – Bom dia a todos os companheiros e companheiras. Meu nome é José Gonçalves Dias e sou da comunidade da Fazenda Cercado de Baixo, do Município de Rio Pardo de Minas. Represento essa comunidade, que hoje vive um conflito com a Replasa. Nas décadas de 70 e 80, a empresa Usita apoderou-se das terras da chapada, deixando a comunidade toda encurralada e, com o passar do tempo, todas as nascentes, córregos e riachos secaram. Por outro lado, o número das famílias da comunidade aumentou, mas essas pessoas ficaram sem terra, sem espaço para a sobrevivência e sem água para se manter. Portanto, hoje a comunidade se encontra em conflito com essa empresa. De um lado, o Estado tem um contrato da terra. Do outro, a empresa tem um documento de retificação, no mínimo, duvidoso. A comunidade, que tanto luta por sua sobrevivência, está sofrendo as consequências desse conflito. Muito obrigado.

(...)

**Sr. Alvin Francisco Ribeiro** – Boa tarde a todos. Agradeço muito aos senhores da lei. O que ocorre em nossa região é que essa empresa chegou e se apropriou das terras, mesmo as que possuíam documento; não procuraram os proprietários para negociar. É difícil terra que não tenha documento. Essa empresa chegou, plantou, fez reflorestamento. Hoje, o contrato está vencendo, alguns já venceram. A população, os moradores e os proprietários precisam retomar suas terras, trabalhar, porque não têm onde trabalhar, pois a área é pequena. Agora, mesmo que a área esteja desocupada, as empresas não querem abrir mão da terra para seus proprietários. Mesmo que o proprietário tenha documento em mãos, não querem abrir mão da terra. Gostaria que a empresa deixasse claro para

---

<sup>25</sup> Ver Tabela 3, página 89.

nós, para todos os proprietários, qual é o motivo por que não abrem mão de parte da terra para os pequenos.

**Sr. Presidente** – Onde é isso?

**O Sr. Alvinio Francisco Ribeiro** – Na Fazenda Mandacaru, no Município de Montezuma. A empresa não quer ceder a terra para os proprietários, a empresa de magnésio (Italmagnésio). Construímos cerca na área, mas foram lá e cortaram a cerca, desrespeitando nosso direito. Conversamos com eles, pedimos documentos, mas eles não têm documento. Temos documento antigo; na época em que a terra foi devastada, o documento garantia. Agora estamos só com aquela área pequena e não temos onde trabalhar e movimentar. A área da empresa está vaga, mas ela não abre espaço, não aceita irmos lá fazer nada. Fizemos cerca, mas derrubaram tudo e deixaram a área limpa para eles. Queria que deixassem claro qual é a maneira de chegarmos ao ponto de adquirir essa terra novamente. Qual é a maneira de procurarmos nossos direitos; por meio de documentação, que caminho seguiremos para adquirir a terra novamente. Muito obrigado. (ALMG, 2010).

Diferentes formas de atuação para garantir às empresas a terra a elas necessária vêm sendo empregadas desde a década de 1980. Os agricultores, no início, foram simplesmente expulsos de suas terras sem poder reclamar; no período de autoritarismo político não havia como contestar as ações apoiadas pelo Estado. As empresas mudaram suas táticas, com o processo de democratização, mas as “grilagens”<sup>26</sup> continuaram, conforme os relatos colhidos na mesma audiência pública:

**Sr. Dete** – Tenho apenas uma denúncia a fazer. Como acabei de ouvir falar aqui, para a pessoa adquirir mais de 100 ha de terras é necessário passar pela Assembleia Legislativa. Quero dizer que na nossa região, (Inaudível.), com mentira, ele passou para trás 12 famílias de lá, dizendo que queria a assinatura deles.

**Sr. Presidente** – O senhor pode dizer o nome de sua comunidade e de seu Município?

**Sr. Dete** – O meu nome é Dete, sou do Município de Novo Horizonte.

**Sr. Presidente** – Nomes da denúncia que o senhor está apresentando. Não é para ter receio. Temos de construir, sem medo.

**Sr. Dete** – Continuando, sobre a denúncia, eu gostaria de dizer que o malandro lá, sendo bem claro, foi o ex-Prefeito, que muitos aqui conhecem. O Eliseu conhece de perto a situação. Ele, com mentiras, adquiriu 492 ha de terras de pessoas que moram lá na grota. Então, à frente do povo, com mentira, ele adquiriu isso. Fez uma retificação de área e a documentou em nome de um laranja, que depois se mudou para Santos, interior de São Paulo. Ultimamente, dizem que ele voltou lá e passou o documento para um filho dele. Nem para ele é ainda.

Se isso é verdade, não passou pela Assembleia Legislativa. O Padre João, com certeza, não assinou isso lá. Eu quero pedir às autoridades que olhem com carinho para essa situação. Eu estive no escritório do Dr. Manoel, no

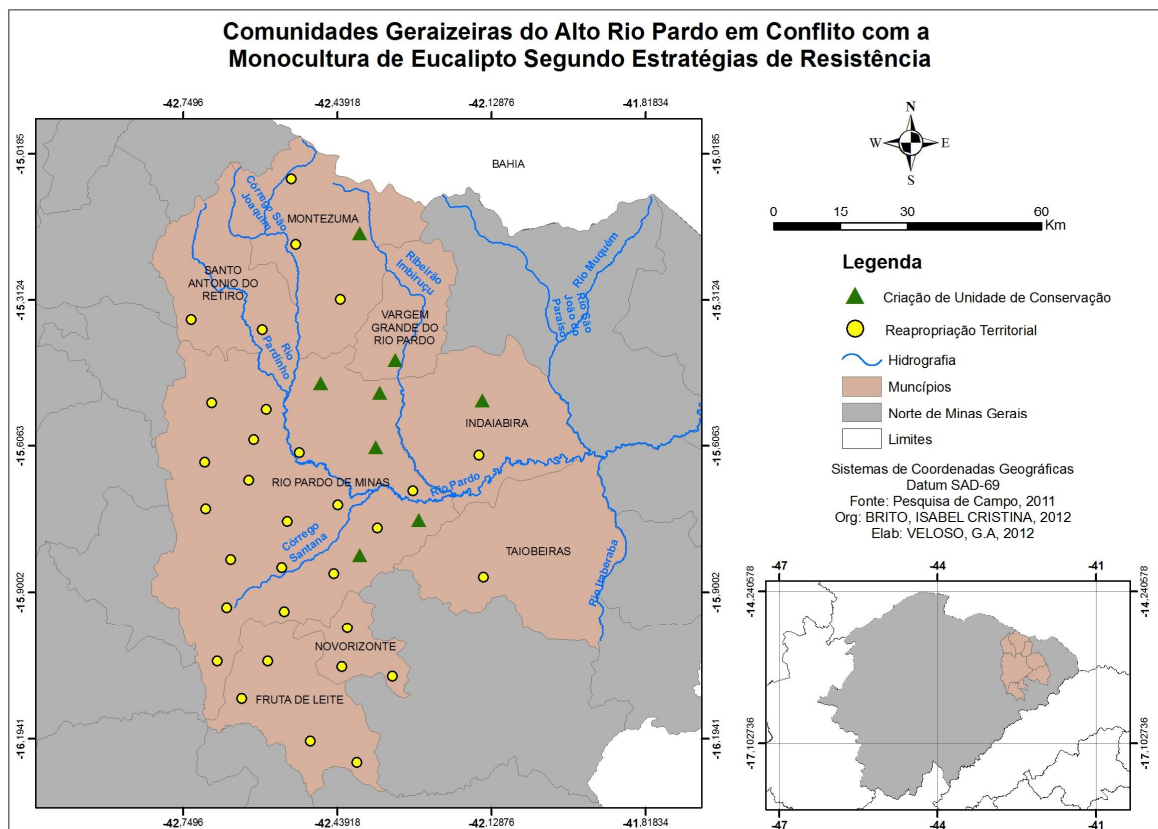
---

<sup>26</sup> Uma ação denominada “Operação Grilo”, da Polícia Federal, do Ministério Público e da Polícia Civil de Minas Gerais, descobriu, em setembro de 2011, uma fraude envolvendo Manoel Costa, Secretário de Estado do governo estadual. A notícia foi manchete nas primeiras páginas dos principais jornais mineiros. O *Hoje em dia* publicou que “O esquema de apropriação ilícita de terras públicas, chefiado, segundo as investigações do Ministério Público (MPE), pelo ex-secretário estadual extraordinário de regularização fundiária, Manoel Costa (responsável pelo Instituto de Terras de Minas Gerais – Iter), utilizava-se de paraísos fiscais para operar (...). Em um dos depoimentos de um empresário preso nas investigações, o empresário é acusado de promover, por meio de violência, a saída de uma família de uma fazenda de Rio Pardo de Minas para que servidores do Instituto Estadual de Terras – Iter providenciassem o registro da mesma em nome de integrantes da quadrilha. A investigação mostrou que a empresa Floresta Empreendimentos LTDA atuou para desalojar outras famílias que ocupavam 5 mil hectares de terras no norte de Minas”. (HOJE EM DIA, 22/09/2011, p. 1)

dia 7/1/2009, para pedir que resolvesse esse nosso problema. Ele respondeu: "Por enquanto eu não posso porque não temos verba liberada para essa viagem. Mas você me liga, daqui a 30 dias, que eu darei um retorno". Eu liguei várias vezes para ele, que sempre estava ocupado. E não conseguiu nos atender. Peço, mais uma vez, que olhe com carinho para essa situação porque o nosso problema parece ser bem maior do que o dele, que está lá, na sede do estado, junto com o poder maior. Era isso o que eu queria dizer. Obrigado. (ALMG, 2010).

As comunidades, nos anos posteriores à implantação da monocultura de eucalipto, buscando protestar e dar visibilidade ao conflito e aos problemas dele decorrentes, se organizaram e se articularam a movimentos sociais existentes, como aconteceu com o movimento dos Encurralados pela Monocultura de Eucalipto, que tomou impulso ao conectar-se à Rede Alerta Contra o Deserto Verde, que atua em vários estados.

A ideia de encurralamento está presente nas falas dos agricultores do Alto Rio Pardo e representa de forma bastante real o que aconteceu com os agricultores da região. Essa expressão, que se tornou usual, demarca o contexto do conflito socioambiental, além de ter sido importante na construção da identidade desse movimento; e acabou se reproduzindo em outros conflitos socioambientais no Norte de Minas.



Mapa 5- Comunidades do Alto Rio Pardo, segundo formas de resistência à monocultura do eucalipto. Fonte: pesquisa de campo.

Além do conflito direto com a monocultura de eucalipto, instalada desde as décadas de 1970/80, existe o conflito em relação ao seu avanço em áreas preservadas de cerrado, que são zeladas por comunidades geraizeiras e ainda consideradas “terras de solta”. Uma das alternativas encontradas por essas comunidades, diante da pressão de empresas eucaliptocultoras, foi pleitear que tais áreas sejam reservas ou unidades de conservação ambiental, processo que está em andamento no Ministério do Meio Ambiente e que será tratado no próximo capítulo. Outra alternativa, mais recorrente, é a de reapropriação territorial orientada, que consiste na retomada das terras por meio de mobilização, ocupação e por vezes confronto com as empresas com objetivo de reestabelecimento, de diferentes formas, do Cerrado.

As ações das comunidades são complementares: buscam empurrar a monocultura para fora de suas comunidades e livrar dela as áreas de nascente, para poder recuperá-las; os ameaçados pelo eucalipto visam proteger suas áreas de solta, coleta e manutenção do sistema hídrico por meio da criação de uma Reserva Agroextrativista. O número de comunidades que aderem aos processos cresce de forma constante, principalmente pela questão da proteção da água.

## 2.4 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

Quando a monocultura de eucalipto chegou à região, havia comunidades estruturadas, com dinâmicas estabelecidas e vivências de décadas e até de séculos. Elas haviam se estabelecido a partir de uma experiência no território, a territorialidade. O território geraizeiro é produto do *habitus*, que é produto da história. Conforme Bourdieu,

produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob forma de esquemas de percepção, de pensamento e ação, tendem de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2009, p. 90).

As terras de solta, o extrativismo, a reciprocidade e a religiosidade são práticas, entre outras, que estruturam o modo de vida geraizeiro, garantindo sua conformidade e constância no tempo. Essas comunidades, abaladas e confrontadas com a entrada da monocultura de eucalipto em suas terras, vão delinear a resistência e o conflito, colocando os geraizeiros em movimento.

A história da organização das comunidades tradicionais tem como seu contexto mais amplo os movimentos sociais do campo, de expansão do capital e de expropriação camponesa. As perspectivas mais próximas são a do vínculo do geraizeiro com o cerrado e a da prática da vivência coletiva nas terras de solta, no extrativismo e na religiosidade, que

forjaram uma identidade que é acionada como resistência pelos movimentos sociais do campo, no jogo social do conflito.

A movimentação das comunidades para retomar seu território é registrada desde o final da década de 1990 e do início dos anos 2000, épocas de vencimento dos contratos de arrendamento das terras pelas empresas. Essa movimentação toma forma no encontro realizado na comunidade de Brejinho, em 2003, quando aconteceu a “1ª Assembléia das comunidades atingidas pela monocultura do eucalipto de Rio Pardo de Minas”, com a participação de 26 comunidades de vários municípios.



Fotografia 4- Encontro de Brejinho. Fonte: Arquivo CAA/ STR de Rio Pardo de Minas.  
Fonte: CAA-NM.

Essa foto documenta um dos momentos mais importantes do movimento das comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto e que depois passou a utilizar o nome de “encurralados pela monocultura de eucalipto”. Importantes lideranças de diferentes comunidades, municípios, sindicatos e organizações estiveram presentes nesse encontro, onde é materializado o projeto de “reconversão Agroextrativista” e fortalecidos laços do “movimento dos geraizeiros”.

Um encadeamento de eventos e ações organizadas pelo movimento dos geraizeiros para a retomada do território aconteceu a partir de então. A ação inicial foi empreendida pela comunidade de Muselo, município de Indaiabira, onde um grupo de famílias paralisou e ocupou um viveiro de mudas de eucalipto, reivindicando a área. A comunidade de Vereda Funda retomou a posse de seu território em 2004, por cujo reconhecimento oficial começou a lutar. Ele só veio em dezembro de 2009, com a aprovação pela Assembléia Legislativa do

Estado de Minas Gerais, o início da recuperação da degradação deixada pela empresa eucaliptocultora e a implementação de projetos produtivos.

Vários elos foram se formando entre algumas comunidades nos últimos anos, a partir de encontros, intercâmbios, confraternizações, visitas e ações conjuntas. O “Encontro de comunidades encurraladas pela monocultura de eucalipto” foi realizado em outubro de 2004, com a participação da Rede Alerta contra o Deserto Verde; nele estiveram presentes representantes de diversas comunidades de diferentes regiões do Brasil, também representantes do governo Estadual e Federal.



Fotografia 5- Comissão local de organização do encontro das comunidades encurraladas pela monocultura de eucalipto – outubro de 2004.

Fonte: Arquivo STR de Rio Pardo de Minas; CAA.

Vários intercâmbios e reuniões de natureza político-organizativa e produtiva aconteceram de 2006 a 2009 entre comunidades, como o “II encontro de comunidades tradicionais do Norte de Minas”. Três seminários foram realizados em 2009, envolvendo as comunidades de Vereda Funda; Raiz; Santana I; Santana II; Tapera; Cocos; Coruja; Travessa de Santana Buracão; Taquara e Riachinho, além de representantes de várias outras comunidades e regiões, com o objetivo de traçar e avaliar estratégias de reapropriação e discutir as questões produtiva e ambiental.

A “I Romaria do Areião”, organizada pelo movimento Pequizeirão, que congrega comunidades rurais que buscam proteger áreas ameaçadas de cerrado, reuniu, em 2010, várias comunidades da região, de outras regiões de Minas e pessoas de outros estados.



Fotografia 6 - Pedra fundamental do Santuário do Areião, assentada no final da Romaria do Areião. Data: 3/06/2010. Fonte: Isabel Brito.



Fotografia 7 - Vista da RESEX do Areião – dia da Romaria  
Fonte : Isabel Brito, 2010

As comunidades suscitaram a realização de várias audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em suas comissões de Direitos Humanos, de Meio Ambiente e de Política Agropecuária e Industrial. Essas têm cumprido um papel importante na mobilização, proteção e fortalecimento da rede de agricultores e de suas ações, de ocupação ou de impedimento do trabalho de máquinas em áreas de cerrado em geral, e de nascentes em particular, terras que consideram suas.

Essas audiências representaram o reconhecimento do conflito e o tornaram de conhecimento público; concretamente, melhoraram a situação das comunidades em relação ao poder policial local, minimizando abusos de poder por meio do esclarecimento sobre direitos fundamentais do cidadão. A criminalização das ações desencadeadas pelas reivindicações dos geraizeiros retrocedeu a partir da realização das audiências, o que fez diminuir as perseguições. As disputas sobre as áreas passaram a ser tratadas na Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais.

Diversas situações vivenciadas pelos geraizeiros atingidos pela monocultura de eucalipto, que por vezes se manifestam como conflito e até como confronto, foram apresentadas nessa seção, numa primeira focalização sobre os geraizeiros do norte de Minas. No percurso histórico-organizativo-identitário dos geraizeiros se desvela uma nova forma de conflito, o conflito socioambiental, uma nova abordagem de conflito que enfocaremos no capítulo a seguir.



### **CAPÍTULO 3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Este capítulo desenvolve a noção de conflito socioambiental, mediante sua aproximação da noção de justiça ambiental, visando ao entendimento desse tipo de conflito no contexto brasileiro, da região norte de Minas e em relação às comunidades tradicionais.

A realidade marcada pela desigualdade socioambiental e injustiça ambiental é expressa na produção cartográfica, que se transforma em instrumento de denúncia e de diálogo, tornando mais visíveis os processos socioambientais e territoriais caracterizados por conflitos. Alguns exemplos desse tipo de cartografia são mostrados e também o mapa de conflitos ambientais do Estado de Minas Gerais, com foco em sua região norte. O quadro de recursos naturais e comunidades tradicionais no norte de Minas é reapresentado sob a perspectiva das tensões socioambientais, a partir de uma aproximação que abrange os diversos conflitos existentes na região e especificamente os que envolvem comunidades tradicionais, com destaque para o conflito entre comunidades tradicionais e a monocultura de eucalipto. A lógica da implantação da monocultura do eucalipto no Brasil e sua evolução na região Norte de Minas são expostas para uma compreensão de como se estabeleceram esses conflitos.

#### **3.1 A ABORDAGEM DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

As sociedades humanas são dinâmicas, heterogêneas, contraditórias e conflituosas. Os enfrentamentos constituem elemento importante do processo sociopolítico; são tradicionais na história do pensamento social e nas ciências sociais; constituem uma forma de apreender as sociedades que são munidas da capacidade de adaptação à mudança. O conflito socioambiental, porém, é uma perspectiva de análise de conflito recente e em construção, envolvida em um contexto de esgotamento e de valorização dos recursos naturais, decorrentes dos processos desenvolvimentistas e de culto ao crescimento material das sociedades moderna e contemporânea.

O percurso teórico da noção de conflitos socioambientais parte de uma perspectiva multidisciplinar, com seu enfoque teórico assentado no campo das ciências sociais, que considera o conflito intrínseco à sociedade e à dinâmica social. Esse enfoque é reconhecido na construção da análise social de Marx e Engels, vinculada à noção de dialética e à visão da história como um processo de transformação através também do conflito.

Georg Simmel faz também uma abordagem sobre conflito como parte integrante das relações e interações sociais, ou seja, da sociação:

se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação (...). O

conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes (...) O conflito contém algo de positivo. Todavia seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente. (SIMMEL, 1983, p.122-123).

A visão do conflito como parte do sistema social e não como anomalia, como o consideram os funcionalistas, pode ser o arcabouço interpretativo de diversos tipos de conflitos em diferentes épocas. Nascimento (2001) aponta que, nas sociedades modernas, os conflitos tendem a ser internos e têm de ser resolvidos pela própria sociedade. As características específicas da sociedade moderna requerem uma renovação do conceito de conflito, para que este abarque novas complexidades e tensões.

Os conflitos ambientais estão estreitamente ligados a essas novas complexidades e tensões da sociedade moderna contemporânea e podem ser interpretados de formas diferentes. Na trajetória histórica desse tipo de conflito emergiram distintas visões. Uma que surge a partir do ponto de vista que concebe a possibilidade de conciliação entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental; e a outra que concebe crescimento econômico e sustentabilidade como proposições contraditórias.

Na primeira, há forte ênfase econômica e predominância da visão dissociativa entre sociedade e ambiente. Não existiria uma real contradição entre a economia capitalista e a base ecológica havendo a possibilidade de conciliação de interesses e gestão dos conflitos. O discurso da modernização ecológica é um dos sustentáculos atuais dessa visão. Lenzi (2003) realizou um estudo sobre a modernização ecológica categorizando-a como discurso ecológico e como teoria sociológica. Como discurso ecológico aponta como principal proposição, a partir de vários autores, a ideia da proteção ambiental relacionada com a economia, tendo como central “a idéia do discurso da modernização ecológica de reconfigurar a economia capitalista, de modo a tornar compatível desenvolvimento econômico e proteção ambiental” (LENZI, 2003, p. 65). Além desse aspecto central, o autor relaciona outras proposições da Modernização ecológica em contraste com os pressupostos da política ambiental da década de 1970. Quais sejam:

Eficiência em relação ao controle e redução da poluição por meio de tecnologias; reconhecimento que a manutenção do meio ambiente é uma condição essencial da acumulação econômica e para a legitimidade do Estado; adoção do princípio da precaução para decisões que vão para além da ciência; a necessidade de abordagens sistêmicas ao controle da poluição para superar o deslocamento da poluição; esforço para incluir grupos ambientais na formação da política ambiental. **Novos padrões de corporativismo e processos de resolução de disputa objetivando a administração eficiente de conflitos por meio do Estado;** experimentação com mecanismos e abordagens de mercado; reconhecimento do problema de “déficit de implementação”. (LENZI, 2003, p.66, grifos meus).

Os conflitos socioambientais nessa perspectiva são administráveis e solucionáveis, porém subordinados às necessidades econômicas do mercado capitalista globalizado. As noções de eco-eficiência e de internalização das externalidades estão na base das ações sociais inspiradas nessa visão da modernização ecológica, além de uma aproximação na qual se considera que o desenvolvimento sustentável com objetivo de crescimento econômico é possível a partir de uma “boa” gestão ambiental.

Outra forma de ver os conflitos ambientais é contextualizá-los na relação sociedade capitalista-ecologia, focalizando suas contradições. A ecologia política abre o campo de visão dessa perspectiva a partir dos conflitos relativos à distribuição ecológica e às relações de poder. Ecologia política também se reconfigura em termos dos problemas ecológicos do século XXI e em termos de contraposição ao pensamento único e ao eurocentrismo; um flexionamento às diferentes identidades e culturas marca a reconfiguração da ecologia política.

Martinez-Alier (2007) ao tratar das origens e campo da ecologia política credita ao antropólogo Eric Wolf em 1972 a introdução da expressão “ecologia política”, utilizada por Bertrand de Jouvenel no ano de 1957. Para o autor, na atualidade

a ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte de vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. (ALIER, 2007, p.113)

Alier pontua o significado de distribuição ecológica relacionando-a à desigualdade: “refere-se às assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais na utilização pelos humanos dos recursos e serviços ambientais” (ALIER, 1999, p. 216). Os estudos relativos aos conflitos, oriundos da distribuição ecológica, constituem a ecologia política e consideram como conflitos ambientais aqueles travados pelo acesso aos recursos naturais. A partir dessa perspectiva busca-se avançar para o entendimento dos conflitos socioambientais relacionados às comunidades tradicionais no Brasil.

A abordagem de conflitos sócio-ambientais vem sendo trabalhada na literatura brasileira desde, pelo menos, a última década do século XX, e apresentou um adensamento à medida que a temática se consolidou e as diferentes perspectivas de conflito foram emergindo. Destaca-se aqui a contribuição de alguns autores no processo de construção da noção de conflitos socioambientais.

Conflitos socioambientais são aqueles conflitos sociais que têm elementos da natureza como objeto e que expressam as relações de tensão entre interesses coletivos e espaços

públicos *versus* interesses privados e tentativa de apropriação de espaços públicos. (CARVALHO; SCOTTO, 1995, p. 7).

Fuks (2001) aponta a incorporação da preocupação ambiental por amplos setores da sociedade, para os quais essa perspectiva passa a articular uma nova modalidade de interpretação dos problemas e conflitos urbanos e também a disputa pela definição de meio ambiente como problema social.

Lopes (2004) trabalha com a ideia de ambientalização dos conflitos sociais relativa à construção de uma nova questão social. Uma nova fonte de legitimidade e argumentos aparece em conflitos: a questão ambiental.

Acseirad (2004) que considera o meio ambiente como um terreno de disputa material e simbólica, e entende como conflitos ambientais

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos, ou de bases distintas, interconectadas pelas interações ecossistêmicas. (ACSEIRAD, 2004, p. 26).

Essas definições de conflito ambiental nos ajudam a compreender o processo de amadurecimento e elaboração da noção de conflito socioambiental no Brasil, que está imbricada com a histórica forma desigual de apropriação e uso dos territórios no país e, conseqüentemente, com as formas desiguais de acesso, uso e controle sobre os recursos naturais no país.

Os conflitos socioambientais não representam somente uma tensão relacionada à apropriação de espaço, nem uma ambientalização dos conflitos sociais. Apresentam uma disputa de racionalidade relacionada à noção de natureza, revelando as diferenças entre lugares, naturezas e as multidimensões que compõem a vida social. A dimensão simbólica da natureza relacionada às diferentes cosmologias é um aspecto importante ao tratarmos do conflito socioambiental que envolve comunidades tradicionais.

Acseirad (2004b) capta a multidimensionalidade dos conflitos socioambientais e tem sintetizado as construções sobre eles e seus desdobramentos, contribuindo teoricamente para a consolidação do campo. Ele destaca as dificuldades e desafios que encontra para caracterizá-los; associa-os à apropriação dos recursos do território, apontando para mudanças, a partir dos anos de 1990, nos padrões de apropriação do meio biofísico e, ao mesmo tempo, a acentuação da desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, considerando a disputa pelo significado de natureza.

Zhourí e Laschefski (2010) classificam três tipos de conflitos ambientais: 1) os distributivos, que, “manifestadamente, indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.18). São associados aos grandes debates ambientais de apropriação e disputas por recursos naturais entre países e dentro de países, relacionadas aos modos de produção, circulação e consumo; 2) os conflitos sociais e espaciais, que “abrange aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam o limite entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água etc.” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 21); e 3) os territoriais, que “marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Para os autores,

os conflitos ambientais territoriais surgem, então, quando esse sistema de apropriação do espaço, com suas consequências sociais e ambientais, choca-se com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. Com frequência, tais formas de uso são vinculadas a uma socialização do grupo em princípios de reciprocidade e coletividade mais do que competitividade. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

Os autores destacam a relação dialética entre os diferentes tipos de conflitos que enumeram. Eles coexistem, em muitas ocasiões, e podem ter consequências de natureza espacial, distributiva ou territorial.

A noção de conflitos socioambientais associada à de ecologismo popular ou ecologismo dos pobres (ALIER, 2007) produz um viés interpretativo que dá conta de abarcar as características dos conflitos ambientais que envolvem comunidades tradicionais, considerando o dinamismo local-global. Para o ecologismo popular, o crescimento econômico implica em maior impacto no meio ambiente e advém da ética da necessidade de justiça ambiental.

A ideia de justiça ambiental nasce da luta contra o racismo ambiental, novo enfoque utilizado pelas populações das periferias das grandes cidades atingidas pela poluição e pela contaminação por resíduos industriais. O movimento de justiça ambiental começou em 1982 no Estado da Carolina do Norte, Estados Unidos, com protestos contra a instalação de um aterro com produtos tóxicos que geraram um estudo em oito estados do sudeste dos EUA. O estudo revelou que 75% dos aterros comerciais de resíduos tóxicos se encontravam localizados nas imediações de comunidades afro-americanas, que representavam apenas 20% da população. Esse movimento veio a se espalhar pelo mundo, disseminando a ideia de que todos, independente de raça, etnicidade ou classe, têm o direito de estar ao abrigo da destruição ecológica e direito de igual proteção de seu ambiente, moradia, saúde etc. (BULLARD, 2004). A ideia de justiça ambiental ultrapassou fronteiras e se estabeleceu em

diferentes partes do planeta. No Brasil, em 2002, surgiu a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que tem como objetivo a identificação e denúncia de casos de injustiça ambiental, estabelecimento de alianças de diferentes atores coletivos e apoio e desenvolvimento de ações que visem a combater a injustiça ambiental. A Rede definiu como injustiça ambiental

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 41).

Os casos de conflitos socioambientais envolvendo a monocultura de eucalipto e comunidades tradicionais no norte de Minas Gerais podem ser enquadrados como casos de injustiça ambiental, pois a monocultura da produção de carvão para abastecer as siderúrgicas foi implantada onde residiam comunidades com pouco poder econômico e político, gerando impactos ambientais que atingiram diretamente o sustento dessas comunidades.

A justiça ambiental é um tema afim ao ecologismo popular; denominação, de início, aplicada aos movimentos sociais rurais de países subdesenvolvidos impactados pela expansão do capitalismo. Essa definição, porém, a partir de 1985, passou a identificar o “agrarismo ecologista”, que “implicava um vínculo entre os movimentos camponeses de resistência e a crítica ecológica para o enfrentamento da modernização agrícola” (ALIER, 2007, p. 37).

A justiça ambiental e o ecologismo popular têm em comum sua questão central ligada às ideias de distribuição e justiça, além de verem a degradação ambiental também como fruto da desigualdade, isto é, da pobreza e da riqueza geradas pela sociedade capitalista consumista. A desigualdade não se relaciona apenas à distribuição dos resultados, mas também à apropriação dos recursos naturais.

A “convergência entre a noção rural terceiro-mundista de ecologismo dos pobres e a noção urbana de justiça ambiental, tal como é utilizada nos Estados Unidos, foi sugerida por Guha e Alier” (ALIER, 2007, p. 37). O autor faz uma análise das diversas correntes de ecologismo e destaca como principais: a corrente associada ao “culto da natureza”; a ligada à ecoeficiência e a mais recente, conectada à justiça ambiental. O ecologismo popular ou ecologismo dos pobres é denominado, ainda, de “ecologismo da *livelihood*”, de subsistência ou de ganha-pão.

O caráter ambivalente da palavra subsistência precisa ser sublinhado. Os diferentes matizes ideológicos impregnados da ideia de que subsistência tem sentido pejorativo, de sub-existência, encontram na ideologia da sustentabilidade o outro sentido de subsistência,

o sentido de resiliência na utilização dos recursos naturais. Alier aponta que “Grupos indígenas e camponeses têm co-evolucionado sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade” (ALIER, 2007, p. 34). A lógica do modo de produção industrial embasada no saber tecnocientífico, por sua vez, tem degradado a natureza, gerando problemas de ordem socioambiental, que se tornaram centrais. O autor aponta casos em que grupos que têm na natureza a fonte de seu modo de vida, sociabilidade e produção entram em conflito pela base natural com empreendimentos capitalistas.

Alier (2007) cita alguns desses casos como: pescadores artesanais e povos que dependem do mangue para viver, em conflito com a pesca industrial; a aquicultura, carcinicultura no Equador, Honduras, Colômbia, Tailândia, Malásia, Índia, Vietnã, Venezuela, Brasil, Tanzânia; a questão do petróleo, do gás natural; o Movimento Chipko na Índia; os seringueiros do Acre. Os geraizeiros em estudo neste trabalho são mais um grupo que reivindicam direitos.

São vários os movimentos, que com o mote da defesa de seus territórios e dos recursos naturais, do qual dependem para sua existência, constroem novas forças sociais para o enfrentamento dos riscos gerados pelo modo de produção industrial; riscos advindos de interesses econômicos com aporte científico-tecnológico e que têm como suporte a racionalidade científica que se baseia numa visão que aliena o homem da natureza regida pela lógica custo-benefício-lucro. Como exemplo citamos a “silvicultura científica” (na atualidade se utiliza da clonagem, transgenia, agroquímicos), base da monocultura de árvores que têm como principal espécie o eucalipto e que emoldura o conflito em foco neste trabalho.

Uma característica importante a destacar sobre o conflito socioambiental envolvendo comunidades tradicionais e grandes empreendimentos de eucalipto, e que ajuda a entender o que é específico nos conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais, está em torno da relação natureza-cultura. Latour (2004) chama a atenção para a divisão que distingue natureza no singular e culturas no plural: nem naturezas e nem culturas são estáticas. Sociedade e natureza, para ele, devem ser tratadas num mesmo plano, sob a perspectiva de interação, e não separadamente. Não existe natureza de um lado e culturas de outro, mas naturezas-culturas.

As concepções sobre a relação entre natureza e cultura diferem para cada sociedade e cultura. Descola (1997) constrói tipos ideais para analisar as diferentes formas de relação entre o homem e o mundo natural, denominadas por ele de ontologias: o naturalismo, o animismo, o totemismo e o analogismo, que considera coexistirem mesmo com diferentes

ênfases. O naturalismo predomina nas sociedades modernas, nas quais seu o principal traço é o dualismo entre natureza e cultura. O autor considera que

um traço característico de todas as conceptualizações de meio ambiente é que elas se baseiam num referencial antropocêntrico. Esta propriedade gera modelos nos quais as categorias e as relações sociais servem de gabarito mental para ordenar o cosmos, ou modelos nos quais as descontinuidades entre não-humanos só se tornam plenamente significativas como significante do social, ou enfim, modelos como o nosso, em que a natureza é definida negativamente, como o segmento ordenado da realidade que se desenvolve independente da ação humana. Em todos os casos, quer ela opere por inclusão, quer opere por exclusão, a objetivação social dos não-humanos não pode ser dissociada da objetivação dos humanos. Ambos os processos apóiam-se na configuração das idéias e das práticas que, no interior de cada sociedade, define as concepções de si e de outrem; ambos os processos implicam que fronteiras sejam traçadas, que identidades sejam atribuídas e que mediações culturais sejam elaboradas. Foi o que denominei de modos de identificação. (DESCOLA,1997, p. 260).

Os modos de identificação ressaltam as diferentes formas de definir e de classificar o mundo natural. O autor sinaliza para a crise do naturalismo como ontologia, decorrente de a noção de natureza estar inscrita, nesse modo de identificação, associada à ideia de natureza intocada. Esses modos determinam o que é ambiente ou natureza para cada sociedade, apesar de não existir a pura natureza ou a pura cultura (LATOURETTE, 2004). Uma das complexidades da sociedade moderna é que nela existem várias concepções de sociedade e de natureza em constante intercâmbio.

É esse aspecto que torna o conflito envolvendo comunidades tradicionais na disputa por manutenção ou reconquista dos seus territórios como conflitos socioambientais, pois o que está em disputa não é apenas a posse de recursos naturais e o território, mas também o modo de identificação que revela diferentes ontologias inscritas na identidade dessas comunidades. Essa especificidade do conflito socioambiental, que envolve comunidades tradicionais, expressa as dinâmicas dos diferentes locais no mundo globalitário<sup>27</sup>.

A construção da noção de crise ambiental, a partir dos modos de identificação das comunidades tradicionais e da sua posição marcada por influência de diferentes cosmologias, se apresenta como uma interface diferenciada com essas sociedades. Essas comunidades, além de terem a reprodução social associada à natureza e sua identificação própria de natureza, fazem a tradução do ambientalismo construído fora de seu universo, apropriado da sociedade envolvente.

A abordagem a partir dos conflitos socioambientais é um dos caminhos que possibilita a apreensão da socionatureza<sup>28</sup>, relação indissociável entre sociedade e natureza, nas ciências sociais, não como uma imposição externa, mas antes como uma consolidação de

---

<sup>27</sup> Globalitarismo: expressão utilizada por Santos (2000) para caracterizar o modo de como a globalização atual se apresenta, baseada num totalitarismo econômico, social e cultural. Uma globalização perversa de imposição do "pensamento único".

<sup>28</sup> Socionatureza: destaca a relação indissociável sociedade natureza.



horizontes analíticos desprivilegiados diante do dualismo sociedade/natureza, do economicismo e do medo do determinismo biológico. Essa abordagem possibilita uma construção analítica com base na sociónatureza como integrante das relações sociais e uma reflexão nas ciências sociais sobre o conflito.

Os novos desafios contemporâneos, marcados pela valorização do “natural”, demandaram quadros explicativos com mais proximidade dos novos contextos e da interação entre as realidades locais-globais na dinâmica de um mundo globalizado. A “Valorização do natural”, no contexto da história recente da sociedade brasileira, se deu num momento em que a sociedade estava profundamente marcada pelo despotismo do regime militar que se instaurou em 1964 e consolidou um modelo de modernização conservadora baseado no autoritarismo. A constituição da sociedade civil na luta pela democratização redefiniu a noção de cidadania que, a partir da década de 1980, passou a apontar para uma sociedade mais igualitária, baseada no reconhecimento e efetivação de direitos. Assim, o meio ambiente é reconhecido como um direito na constituição de 1988 (DAGNINO, 2002).

Uma visão panorâmica regional ajuda no entendimento da dinâmica espacial e política. A emergência de identidades coletivas e territorialidades específicas revela diversas mobilizações em torno da disputa territorial, buscando impedir os deslocamentos compulsórios impostos às comunidades tradicionais. Almeida considera deslocamento compulsório como sendo

o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos. (ALMEIDA, 1996, p. 30).

A noção de deslocamento compulsório é representada adequadamente pelo que passam as comunidades tradicionais no norte de Minas Gerais e na maior parte do país. Por sua forma de vida e produção mais integradas aos ecossistemas em que vivem as comunidades tradicionais permaneceram com suas áreas ambientalmente mais equilibradas, maior abundância de água e de mata. Tornando as áreas cobiçadas em tempos do “esverdeamento” do desenvolvimento, as comunidades passaram a travar lutas para manutenção, preservação e recuperação de suas áreas, sendo inclusive, na atualidade, consideradas no campo do ecologismo e do ambientalismo.

Castells (2008) distingue o movimento ambientalista como uma das fortes expressões dos movimentos sociais nas últimas décadas e apresenta uma tipologia desses movimentos, adaptada da tipologia clássica de Alain Touraine: identidade, adversário e meta social, os três identificados pelo que é declarado pelos próprios movimentos. Para o autor, “a mobilização das comunidades locais em defesa de seu espaço, contrária à introdução de

usos indesejáveis do meio ambiente, constitui a forma de ação ambiental que mais vem se desenvolvendo nos últimos tempos, e talvez seja capaz de estabelecer a relação mais direta entre as preocupações imediatas das pessoas a questões mais amplas da degradação ambiental. A aplicação da tipologia dos movimentos ambientalistas ao quadro de recursos naturais e comunidades tradicionais, apresentada no capítulo anterior, é realizada com a intenção de apresentar a partir de outra perspectiva e com mais profundidade o Norte de Minas no contexto dos conflitos socioambientais .

Castells, ao tratar de identidade, adversários e metas sociais, relaciona identidade à autodefinição do movimento; adversários ao principal inimigo do movimento e meta social à ordem ou organização social almejada.

As tensões entre justiça ambiental e justiça social no Norte de Minas são delineadas no quadro a seguir, que utiliza a tipologia de Castells para construir uma visão panorâmica e geral da região. O cenário nele apresentado revela uma caracterização socioambiental do Norte de Minas a partir da perspectiva do conflito socioambiental, embora se trate do retrato de um quadro em movimento, pois existem transformações constantes, tanto pela emergência e afirmação contínua das identidades invisibilizadas pelo processo modernizador quanto por meio do avanço do agronegócio sobre os recursos naturais da região.

O quadro do norte de Minas sob o foco dos conflitos socioambientais apresenta uma gama de identidades distintas, que se produzem vinculadas ao ambiente natural em que vivem as comunidades, e aí se fortaleceram. Esse quadro reflete a biodiversidade da região ligada ao Cerrado, à Serra do Espinhaço e às bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. Considerada fronteira de expansão do agronegócio, essa região possui atributos naturais que, na atual conjuntura planetária, são recursos estratégicos que despertam os mais variados interesses: água, terra cultivável, vasta flora medicinal e minerais<sup>29</sup> em abundância.

---

<sup>29</sup> “Foi descoberta no município de Rio Pardo de Minas, de 28,2 mil habitantes, a 681 quilômetros de Belo Horizonte, no Norte de Minas, uma grande jazida de minério de ferro, que poderá modificar completamente a realidade da região, até então uma das mais carentes de Minas. O anúncio foi feito quinta-feira, em Montes Claros, pelo diretor do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi), Jamil Habib Cury. Segundo ele, estudos indicam que as reservas de minério de ferro do Norte do estado estão entre as maiores do mundo, com a estimativa de concentração de 10 bilhões de toneladas, podendo ser comparadas com as jazidas do quadrilátero ferrífero mineiro, que abrange a região metropolitana e municípios do Vale do Aço, como João Monlevade e Itabira. Segundo Habib Cury, do Indi, o minério de ferro da Região de Rio Pardo está localizado logo abaixo da superfície, até uma profundidade de 120 metros. Isso vai possibilitar a exploração com a instalação de minas a céu aberto. Ele disse que as reservas se estendem por uma área extensa, que alcança também os municípios de Grão Mogol e Salinas. “Mas a maior concentração está mesmo em Rio Pardo”. O diretor do Indi informou que o governo do estado está providenciando a assinatura de um protocolo de intenções com a Votorantim, Miba e Mitsubishi, visando ao início das atividades da mineração no Norte de Minas. O investimento previsto ainda não foi anunciado.” (Jornal *O Estado de Minas*, 4 de julho de 2008, p. 7).

<b>Microrregiões do Norte de Minas</b>	<b>Municípios</b>	<b>Bacias hidrográficas</b>	<b>Vegetação natural</b>	<b>Recurso natural em disputa</b>	<b>Identidade</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Adversário</b>	<b>Metas sociais</b>
<b>Bocaiuva</b>	Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaracia-ma, Olhos-d'Água	Jequitinhonha e São Francisco	Cerrado	Terra e água	Geraizeiros	Atingidos pela monocultura do eucalipto	Empresas de eucalipto e siderúrgicas, nacionais e multinacionais	Manutenção e retomada de território
<b>Grão Mogol</b>	Grão Mogol, Cristália, Botumirim, Itacambira, Josenópolis, Padre Carvalho	Jequitinhonha	Cerrado	Terra e água	Geraizeiros e quilombolas	Atingidos por barragens Atingidos por parque	Empresas plantadoras de eucalipto; CEMIG e Unidade de Proteção Integral	Manutenção do território
<b>Janaúba</b>	Catuti, Espinosa, Gameleiras Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteira, Pai Pedro, Porteira, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas	São Francisco	Caatinga e mata seca	Terra Ilhas e vazantes <sup>30</sup>	Quilombolas e vazanteiros	Remanescentes de Quilombos Vazanteiros	Grandes fazendas, grandes irrigações e Unidade de Proteção Integral	Reconhecimento identitário e retomada de território
<b>Januária</b>	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões, Uruçuia	São Francisco	Cerrado, mata seca e caatinga	Terra (ilhas e vazantes)	Quilombolas, vazanteiros e indígenas	Remanescentes de quilombos e os Xackriabá	Grandes fazendas e Unidades de Proteção Integral <sup>31</sup>	Reconhecimento identitário, manutenção e retomada de território
<b>Montes Claros</b>	Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da	São Francisco e Jequitinhonha	Cerrado	Terra e água	Geraizeiros e quilombolas	Movimento dos Sem Água, MST e Remanescentes de Quilombos	Irrigantes e grandes fazendas	Direito à água Retomada de território

<sup>30</sup> Ilhas são porções no São Francisco formadas pelo acúmulo de sedimento e ocupadas com moradias e cultivos. Vazantes são parcelas de terra formadas nas beiras de rios e ilhas e periodicamente cobertas pelas cheias, que as fertilizam, possibilitando a agricultura de vazante: áreas potenciais de produção de alimentos, cujo manejo e uso vêm sendo restringido pela ação de órgãos ambientais: Ibama e IEF.

<sup>31</sup> Criadas como compensação ambiental ao Projeto Jaíba.

<b>Microrregiões do Norte de Minas</b>	<b>Municípios</b>	<b>Bacias hidrográficas</b>	<b>Vegetação natural</b>	<b>Recurso natural em disputa</b>	<b>Identidade</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Adversário</b>	<b>Metas sociais</b>
	Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia, Verdelândia							
<b>Pirapo-ra</b>	Buritzeiro, Ibiaí, Jequitaí, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Várzea da Palma	São Francisco	Cerrado, mata seca e caatinga	Terra, subsolo (gás) e ilhas do rio São Francisco	Quilombolas, vazanteiros e geraizeiros	Atingidos pela monocultura do eucalipto; quilombolas	Empresas plantadoras de eucalipto e Ibama.	Reconhecimento identitário, manutenção e retomada de território
<b>Salinas</b>	Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo	Jequitinhonha, Pardo e São Francisco	Cerrado	Terra, água e subsolo (minério)	Geraizeiros	Atingidos pela monocultura do eucalipto Atingidos por barragens	Empresas de eucalipto e siderúrgicas nacionais e multinacionais	Reconhecimento identitário, manutenção e retomada de território

Quadro 4 - Quadro de tensões socioambientais do norte de Minas Gerais.

Fonte: Dados organizados a partir de levantamentos da pesquisadora.

O processo de modernização e o avanço sobre os recursos naturais da região podem ser divididos, como visto anteriormente, em três estágios: o terceiro estágio, que se inicia a partir do final da década de 1990, é marcado pela emergência de identidades em disputa pelo território. No contexto socioambiental no Norte de Minas tais disputas refletem várias questões de cunho local, regional, nacional e internacional.

A demanda por produtos primários (minérios e grãos) cresceu dentro e fora do país, mas, contraditoriamente, a retórica de conservação ambiental avançou, diante da preocupação com o regime climático, o que ocupou um espaço importante na agenda internacional, levando à popularização e institucionalização da noção de desenvolvimento sustentável.

A relativa atenção dispensada à conservação da natureza foi, assim, centralizada na Amazônia e na vasta região de mata atlântica, que possui apenas 5% de sua cobertura vegetal original. O cerrado e a caatinga não são reconhecidos na Constituição Brasileira de 1988 como patrimônios nacionais, como a mata atlântica e a floresta amazônica; estão, portanto, “mais liberados” para servir de área de expansão na produção de commodities, agrocombustíveis etc. Almeida (2010), ao mencionar os conflitos sociais do campo, descreve a reconfiguração das agroestratégias da expansão do agronegócio e aponta

Um novo capítulo dos conflitos sociais do campo, marcado de um lado pelo aquecimento do mercado de terras, por agroestratégias muito agressivas e pela visão triunfalista dos agronegócios. Segundo seus intérpretes, a (re)primarização da economia brasileira tem sido o grande motor do crescimento econômico e “nós deveríamos agradecer” às agroestratégias pela maneira como ela está se dando. De outro lado, encontram-se as interpretações que evidenciaram a importância da agricultura de base familiar, do uso comum dos recursos naturais e das formas de solidariedade intrínsecas às comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2010, p. 37).

As disputas em torno dos recursos naturais, nas quais as comunidades tradicionais são protagonistas, são focalizadas a partir das microrregiões, dos municípios, das principais bacias hidrográficas e dos biomas; constituem, portanto, as principais matrizes de conflitos.

### 3.2 A DISPUTA NAS MICRORREGIÕES

#### Microrregião de Bocaiúva

Na região de Bocaiúva existem comunidades geraizeiras impactadas pela monocultura de eucalipto, mas que não se integraram às lutas empreendidas por outros movimentos, embora o conflito tenha provocado o assassinato de um geraizeiro.

A implantação de extensas áreas de monoculturas de eucalipto na região de Bocaiúva, voltada para a produção de carvão e abastecimento siderúrgico é o principal motivo desencadeador dos conflitos, haja vista o isolamento de famílias em diminutas glebas de

terras e, sobretudo, impactadas pela diminuição dos recursos hídricos disponíveis e pela restrição de acesso a áreas anteriormente utilizadas para produção.

Além do impacto na diminuição de área para uso e para reprodução social da família, ocorre ainda a eliminação da vegetação nativa, de modo que as famílias são obrigadas a conviver com os efeitos e impactos ambientais da monocultura do eucalipto, em sua grande parte desprovida de controle ambiental, seja em relação aos processos erosivos, contaminação por agrotóxicos, seja pelo assoreamento das áreas de baixadas e cursos d'água.

Além dos efeitos acima, a implantação de extensas monoculturas de eucaliptos provocou desequilíbrio nos regimes hidrológicos locais, que são bastante sensíveis em uma região caracterizada como semi-árido brasileiro. Isso ocasiona a diminuição do volume hídrico, o secamento de nascentes e cursos d'água, sendo um dos maiores motivos de preocupação e objeto de conflito.

Junto à ação coercitiva de vigilância sobre suas áreas e região, as empresas exercem ações sociais junto às comunidades rurais, como projetos de apicultura, abastecimento hídrico por meio de poços tubulares, ações de fomento, geração de renda e “políticas de boa vizinhança”. No âmbito da responsabilidade social, essas ações envolvem moradores e organizações do campo e da cidade.

#### Microrregião de Grão Mogol

Nesta região encontram-se mais de mil famílias atingidas diretamente pela construção da barragem de Irapé, no vale do rio Jequitinhonha. O propósito de investimento em infraestrutura e crescimento para a região cria previsão de geração de milhares de empregos, qualificação de mão-de-obra, royalties e receitas para os municípios, ativação do comércio e serviços.

A CEMIG elaborou um plano de ações voltado para a preservação das comunidades de origem, das relações de vizinhança e da base produtiva existente. O Projeto previa, ainda, que os grupos atingidos recebessem terras de qualidade, assessoria e assistência técnica nos reassentamentos.

Foram afetadas em torno de 3.564 pessoas, residentes em 47 comunidades ribeirinhas, localizadas em áreas dos municípios mineiros de Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina, Grão Mogol, Cristália e Botumirim. Nas novas propriedades, as famílias deveriam receber, em média, 40 ha de terras, todo o apoio e recursos para a reconstrução de suas casas e, no caso de haver, serem indenizadas em dinheiro pelas demais benfeitorias da propriedade de origem. Constava no documento, ainda, que os reassentados receberiam verba de manutenção e fomento, sementes e

mudas para a primeira safra, os títulos de propriedade de seus novos lotes titulados e assistência técnica da Emater durante oito anos, com equipes exclusivamente constituídas para isso.

Conforme trabalho de Filho e Salcides (s.d.)<sup>32</sup> que envolveu a participação de 61 moradores de nove reassentamentos localizados em 3 municípios, os resultados revelaram que, apesar dos investimentos feitos, os reassentamentos ainda não estão dotados de toda a infra-estrutura, créditos e serviços necessários para produção, beneficiamento, armazenamento, comercialização e a qualidade de vida esperada.

Além da Usina Hidroelétrica de Irapé, a região de Grão Mogol enfrenta conflitos decorrentes da criação do Parque Estadual de Grão Mogol - PEGM. O parque foi criado em 1998 sob muitos questionamentos sobre sua delimitação. Mais recentemente, os conflitos na região de Grão Mogol estão se dando em torno do projeto de Mineração com a intensificação dos investimentos em torno das minas de minério de ferro do Vale do Rio Pardo. O projeto prevê a extração de 25 milhões de toneladas de minério de ferro, envolvendo a construção de um mineroduto abastecido com as águas da Usina de Irapé para levar o produto até o porto, no sul da Bahia. Um investimento que envolve municípios da microrregião de Grão Mogol e Salinas, cujos passos iniciais para o licenciamento ambiental já estão sendo realizados.

#### Microrregião de Janaúba

Na microrregião de Janaúba há um conflito com o projeto Jaíba envolvendo os posseiros assentados (1.300 famílias), que receberam glebas de 5 ha de terra e não conseguiram se inserir e se organizar num sistema de alto uso de insumos externos: irrigação, energia, sementes, fertilizantes, adubos e agrotóxicos. Muitos têm constantemente o abastecimento de água e de energia cortados, em função do não pagamento das taxas cobradas pela administração do projeto. A maior parte do projeto é constituída de glebas de tamanhos maiores, ocupadas por produtores e empresários das áreas de fruticultura, sementes, entre outros produtos. O projeto prevê a irrigação de 100.000 há; possui atualmente, nas etapas I e II, em torno de 37.000 ha irrigados.

O procedimento de visibilização das comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos e de Gurutuba desencadeou um processo de auto-demarcação e auto-reconhecimento étnico na região da Jaíba. Em função disso, tem início o conflito em torno dos territórios quilombolas, que vai ganhando contornos mais fortes até a demarcação dos mais de 46.000 ha de terra, reconhecidos e em processo de demarcação pelos órgãos federais, no quilombo Gurutuba.

---

<sup>32</sup> <http://www.sober.org.br/palestra/15/135.pdf>. Acesso em: 21/07/2012

No âmbito do avanço da mineração, a microrregião de Janaúba ganha expressão por meio dos municípios de Janaúba, Serranópolis de Minas, Porteirinha e Riacho dos Machados, onde já se encontra em processo de licença de instalação o empreendimento Carpathion Gold Mineração Riacho dos Machados, que prevê um volume anual de extração 7(sete) vezes superior à antiga mina de ouro antes operada pela Vale do Rio Doce, no município de Riacho dos Machados. Até a fase atual, as condicionantes envolvidas no processo de licenciamento foram substancialmente ampliadas nos processos de discussão e julgamento do projeto, nas reuniões públicas e junto às instâncias e órgãos de licenciamento. Os riscos de vazamentos e contaminações (poeira tóxica) de metais pesados nocivos à saúde humana estiveram fortemente presentes nas avaliações, sendo uma das preocupações da sociedade e dos governos locais, uma vez que a barragem de abastecimento de água de Janaúba e de Nova Porteirinha está localizada à jusante da área de mineração. Essa reação levou a empresa a modificar o projeto com a impermeabilização da barragem a dejetos, não prevista originalmente.

Diversos outros impactos previstos, como o aumento de trabalhadores vindo de outras regiões e o aumento da pressão sobre os serviços públicos de saúde, educação e segurança, riscos à integridade física e moral das crianças e adolescentes, entre outros, foram objetos de debate e levaram à criação das mais de 20 condicionantes. Em 2013 deve ser realizada a terceira etapa do processo de licenciamento, etapa de operação e de funcionamento do empreendimento.

Outras companhias já estão na região para a exploração mineral. Há pesquisas em andamento e projetos em curso, como a construção do minerioduto ligando Minas ao porto da Bahia, alcançando em grande medida a microrregião de Salinas, nos municípios de Fruta de Leite e Rio Pardo de Minas. Já é notório e público, embora sem a participação dos povos e comunidades tradicionais da região, os termos de acordo e cartas de intenções assinadas entre governo e empresas para investimento na área de mineração no norte de estado, processo em fase de licenciamento ambiental.

#### Microrregião de Januária

Na região de Januária, precisamente no município de São João das Missões, está localizada a Terra Indígena Xakriabá, atualmente com 50.000 ha de tamanho; a comunidade indígena reivindica a ampliação do território para além de 75.000 ha, pois existem atualmente áreas ocupadas por fazendas, o que gera um conflito na região. São 9.000 habitantes que ocupam 33 aldeias. O direito por parte dos índios Xacriabá a terras que hoje estão ocupadas por fazendeiros no Norte de Minas foi reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia



Legislativa de Minas Gerais, realizada no dia 4/10/11, na sede da reserva indígena localizada no município de São João das Missões (Norte de Minas). A reunião contou com a presença de representantes indígenas que relataram ameaças de morte sofridas devido a sua luta pela ampliação da reserva<sup>33</sup>.

Ainda na mesma microrregião de Januária, nas proximidades do Território Indígena Xakriabá, nos municípios de Manga, Matias Cardoso e São Francisco, há diversas comunidades quilombolas e povos tradicionais, como os vazanteiros e ribeirinhos do alto-médio rio São Francisco, que vivem há muitos anos na região de influência do rio como as margens, lagoas e ilhas ao longo do seu curso. Com a chegada das fazendas e grandes projetos de irrigação, pecuária e reflorestamento essas populações se viram ameaçadas e expulsas de seus antigos territórios, tornando-se isoladas em pequenas glebas de terras. Frente à ameaça de despejo tanto pelas fazendas quanto pela criação de unidades de conservação de proteção integral, medida compensatória à implantação de grandes projetos na região como o projeto de Irrigação da Jaíba, as famílias se mobilizam e conquistam maior visibilidade na luta pelos direitos territoriais e de cidadania.

As negociações atuais envolvem organizações de povos e comunidades tradicionais, órgãos de governo federal como a SEPPIR, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o INCRA, o Ministério Público Federal, a Secretaria Geral da Presidência da República e órgãos de governo estadual como o IEF, o Ministério Público Estadual, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Além do direito territorial, a questão do uso sustentável é tema central no processo de discussão e negociação estabelecida.

São diversos parques, como o da Mata Seca, que foram criados sem levar em conta a existência de famílias e comunidades localizadas nas unidades de conservação criadas sem ampla consulta, sobretudo aos moradores locais. As comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais reclamam seus direitos territoriais de viver de forma sustentável nas áreas reivindicadas.

A região também foi impactada pela implantação da eucaliptocultura nos anos de 1970/1980. Hoje em dia, porém, há diversas áreas de plantio de eucalipto abandonadas pelas três principais companhias de siderurgia na região. Há companhia mudando seus plantios para outras regiões, mas há aquelas que insistem em permanecer com novos plantios. O carvoejamento na região também é acentuado e envolve desmatamento e queima de vegetação nativa do Cerrado e da Mata Seca. Essa situação, acrescida da implantação de diversas unidades de conservação que conformam o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, unidades de conservação ambiental, constitui parte do cenário que envolve os conflitos territoriais na região. As ligas operárias camponesas também estão

---

<sup>33</sup> Fonte: [http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2011/10/04\\_comissao\\_funai.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2011/10/04_comissao_funai.html). Acesso em: 20/12/2011.

presentes nessa microrregião, sobretudo na região da Jaíba, e atuam reivindicando o direito à terra.

#### Microrregião de Montes Claros

A microrregião de Montes Claros representa a área do norte de Minas onde surgiram os primeiros conflitos agrários a partir dos processos desenvolvimentistas instalados na região, alicerçados na produção de carvão e implantação de pastagens e pecuária, irrigação e monoculturas de eucalipto. Um dos conflitos históricos foi a ocupação da Fazenda Caitité, na região de Cachoeirinha, no município de Verdelândia, envolvendo comunidades tradicionais e as fazendas que se estabeleceram em territórios de comunidades tradicionais. Essa resistência mobilizou, à época, o apoio do Presidente Tancredo Neves, que visava à garantia dos direitos ao território. Isto não impediu que famílias locais – homens, mulheres, crianças e idosos – fossem brutalmente agredidas e mortas pela força de fazendeiros apoiados pelo aparato militar do estado. Assim, Verdelândia, Varzelândia, Capitão Enéas, Coração de Jesus, São João da Ponte, Montes Claros e outros municípios na microrregião se viram como parte de diversos conflitos de ocupação de terras, como a reivindicação de reforma agrária, a criação de assentamentos. Atualmente o município de São João da Ponte configura-se como o município de principal preocupação em relação ao conflito agrário, tendo em vista o processo de desapropriação do Quilombo Brejo dos Crioulos. Tal conflito envolve os moradores e a milícia dos fazendeiros. Com a visibilização das comunidades quilombolas, diversas outras comunidades iniciaram um processo de autoreconhecimento e de identificação. Essas comunidades passaram a reivindicar seus direitos, sobretudo territorial, uma vez que vivem a realidade mais dura em relação às demais famílias do meio rural da região no que diz respeito aos direitos sociais básicos como saúde, saneamento básico, educação, trabalho, entre outros. Outras situações de conflito existentes nessa microrregião têm a mesma natureza e envolve não somente as comunidades quilombolas, mas também lavradore(a)s, agricultore(a)s e posseiros cujas famílias sempre viveram na região. Excluídas do direito à posse da terra e do território que ocupavam originalmente, passam a reivindicar o direito à terra levando à criação de diversos assentamentos rurais como o Estrela do Norte, em Capitão Enéas; Senharol e Mocambo Firme, em Montes Claros; Coração de Jesus; Jequitá e outros.

#### Microrregião de Pirapora

Os conflitos da região de Pirapora estão relacionados à luta pela terra e a questão do território ribeirinho; envolvem posseiros, comunidades tradicionais, quilombolas, trabalhadores rurais sem terra e áreas de fazendas, monoculturas de eucalipto. A criação de unidades de conservação e de proteção integral ao longo do rio São Francisco, como

medidas compensatórias à implantação de grandes projetos agropecuários na região afetou diretamente a vida das comunidades tradicionais que vivem no entorno do rio, nas Ilhas, nas vazantes.

Outra atividade que vem causando transformações na região é a exploração de gás.

No dia 17 de outubro de 2005 foi realizada a sétima rodada de licitação para pesquisa e prospecção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). Em Minas Gerais, foi licitada a Bacia do São Francisco, com 128 mil quilômetros divididos em 43 blocos, dos quais 39 foram comprados. As reservas da região do São Francisco já foram estimadas, por empresas especializadas, em 1 trilhão de metros cúbicos de gás. (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE, 2005)

A exploração das reservas de gás natural da bacia do São Francisco vem gerando muita expectativa e é mais um fator de pressão sobre as áreas das comunidades tradicionais na região de Pirapora.

#### Microrregião de Salinas

Na microrregião de Salinas está a maioria dos conflitos de terra que envolve a monocultura do eucalipto. Há diversas empresas e inúmeras comunidades rurais impactadas e envolvidas nos diversos conflitos. Além da questão territorial, as comunidades reivindicam a recuperação das nascentes e cursos d'água, cuja consequência do esgotamento do recurso é atribuída aos grandes maciços de eucalipto que ocupam as chapadas e adentram os vales e cabeceiras de nascentes, até onde foi possível arrecadar terras e realizar o plantio.

Da mesma forma que na região de Bocaiúva, as comunidades se viram isoladas e as famílias encurraladas em meio à monocultura de eucalipto e atingidas pelos diversos impactos provocados pela plantação. Diferentemente da microrregião de Bocaiúva, na microrregião de Salinas as comunidades vêm resistindo e se organizando na defesa de seus territórios e recursos naturais. Realizam encontros, visitas de intercâmbio, conferências entre comunidades e ações de proteção à entrada das empresas e maquinarias para desmatamento e preparo de áreas, como as comunidades de Raiz, Cambaúba, Roça do Mato e Água Boa, nos municípios de Rio Pardo de Minas, Montezuma, Fruta de Leite e Novorizonte. Essas e dezenas de outras comunidades reivindicam a devolução de seus territórios expropriados pelo estado e arrendados a empresas de reflorestamento, cujos contratos encontram-se vencidos ou prestes a vencer.

Nessa microrregião, a questão da água é um dos fatores essenciais na mobilização, motivação e organização das famílias de agricultores e agricultoras na resistência ao avanço das monoculturas de eucalipto e destruição da vegetação nativa. A preservação da água extrapola a ação empreendida pelas famílias atingidas pela monocultura do eucalipto e é assumida também por outras famílias da região que, com a mesma preocupação, resistem e

desencadeiam conflitos envolvendo outros atores e propostas, como a criação das Reservas Extrativistas, em tramitação nos órgãos federais.

A construção de barragens também tem provocado conflitos na região. A construção da Barragem de Berizal, uma das principais nessa microrregião, foi retomada. A obra encontra-se embargada pelo Tribunal de Contas da União, em função de irregularidades no processo de licenciamento ambiental. Diversas outras barragens estão projetadas para serem construídas na região. Por fim, e mais recentemente, a mineração no Vale do Rio Pardo tem também gerado conflitos envolvendo moradores locais, empresas de pesquisa e exploração de minério, comerciantes, fazendeiros e órgãos de governo.

O contexto de disputas no norte de Minas encontra-se neste ponto, em que alguns grupos locais, como comunidades tradicionais e associações de agricultores e indígenas, vêm se fortalecendo e se contrapondo aos interesses da economia de mercado global, contestando e pleiteando direitos, apesar da grande assimetria de poder.

Geraizeiros, ribeirinhos, vazanteiros e quilombolas do norte de Minas inserem, nesse processo, no grupo denominado ecologismo popular ou ecologismo dos pobres. Eles visam à manutenção de seus territórios, que apresentam alta potencialidade para a sustentabilidade nos ecossistemas da região, e a reprodução social das comunidades. Contudo, essas comunidades estão sendo pressionadas pela degradação ambiental promovida pelo agronegócio, que se reproduz muito rápido por sua associação com a pobreza e a desigualdade que gera.

O crescimento da vulnerabilidade das populações locais do Norte de Minas é proporcional ao da degradação ambiental e da perda de seus territórios. A monocultura de eucalipto é um dos principais vetores de conflitos socioambientais na região e dá origem a muitas disputas territoriais com comunidades tradicionais, principalmente as comunidades geraizeiras da região do Alto Rio Pardo. Nessa perspectiva, é importante compreender como se deu a opção pela monocultura de eucalipto, sua origem e histórico.

A referência a um território, relativa a um recorte espacial que existe objetivamente e subjetivamente, é um elemento recorrente nas definições de conflito ambiental ou socioambiental. Uma dialética entre território<sup>34</sup> e territorialidade, ambos interpenetrados através de agenciamentos (HAESBAERT, 2007, p. 123) nos quais acontece o evento, resultado da ação humana que materializa a relação tempo/espaço (SANTOS, 1999). “Os eventos também são ideias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizado pelo aporte de um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar, ou de entender a realidade.” (SANTOS, 1999, p. 117).

---

<sup>34</sup> O capítulo anterior apresentou a relação entre território e territorialidade.

### 3.3 CONFLITOS E MAPAS: FORMAS DE EXPOR FATOS, PODERES E DISCURSOS

O espaço, segundo Santos (1988), passou a ser uma forma privilegiada de pensar e agir no fim do século XX. Para o autor, “é de pensar que as representações sociais do espaço adquiram cada vez mais importância e centralidade analíticas” (SANTOS, 1988, p. 140). Esse anúncio confirmou-se na primeira década do século XXI.

A construção de mapas sob o prisma do conflito socioambiental e num contexto das disputas é, portanto, um evento inovador, se apresenta como “um modo de fazer, de organizar e entender a realidade”. Os mapas produzidos diferem da leitura hegemônica da realidade e a contestam, colocando-se, assim, em perspectivas inovadoras, e dando expressão visual ao lugar e ao conflito.

A espacialização dos conflitos socioambientais, por meio da construção de mapas sociais têm caráter participativo, pois envolvem o conhecimento e a representação dos grupos locais. Mapas de conflitos tornaram-se recorrentes nas dinâmicas de explicitação e dos embates socioambientais, a partir da década de 1990, e vem se consolidando como tática de denúncia da injustiça ambiental e de luta pela garantia de direitos sociais, culturais, e ambientais, dentro de uma estratégia argumentativa.

Conforme Acserald (2009), as primeiras experiências de mapeamento participativo aconteceram no Canadá, em um projeto de uso e ocupação de terras pelos esquimós na década de 1960 e, depois, com a união dos chefes índios da Colúmbia Britânica. Tais experiências proliferaram e geraram diversos aprendizados. O autor cita várias delas por todo o mundo, destacando os contextos conflitivos nos quais os mapeamentos participativos foram realizados.

Os mapeamentos participativos no Brasil surgiram a partir de pesquisas participativas difundidas por agências internacionais de desenvolvimento e organizações não-governamentais. A construção de mapas das comunidades por seus moradores era um dos instrumentos metodológicos de pesquisa que eles passaram a utilizar no denominado “Terceiro Mundo” ou países “subdesenvolvidos”, a partir da década de 1980, para conhecer a realidade e refletir sobre ela, em geral visando uma intervenção. Tais metodologias eram denominadas “abordagens participativas para o desenvolvimento”, das quais um exemplo é o diagnóstico rural participativo – DRP.

É importante ressaltar, nesse ponto, que o Diagnóstico faz parte de uma perspectiva de pesquisa não só visando a produção de conhecimento, mas também de valorização e interlocução de distintas formas de conhecimento, que se consolida no Brasil a partir das organizações e movimentos sociais que atuam em áreas rurais.

Uma das primeiras experiências na produção de mapas desta natureza no Brasil, com a intenção de produzir uma “nova cartografia”, apresentando uma perspectiva diferenciada,

que explicita disputas territoriais e ambientais, ocorreu a partir do projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”,

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas, sobretudo, uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas. Estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. A força deste processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto. (...)

Este tipo de cartografia social vem se consolidando desde as experiências de mapeamento social realizadas na área correspondente ao “Programa Grande Carajás”, em 1991-93, e na região ecológica de babaçuais, em 2005. O primeiro mapeamento resultou no livro-mapa intitulado Guerra dos Mapas (1993), e, o segundo, no Guerra Ecológica nos Babaçuais (2005). (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2011).

Projetos e ações de mesma natureza e com diferentes formatos, envolvendo organizações, institutos de pesquisa e universidades vêm proliferando pelo Brasil na confluência dos movimentos sociais de base identitária, étnica e territorial, gerando mapas sobre diferentes regiões e temas.

Acserald (2010) afirma que é importante entender a natureza das tramas territoriais implícitas nos mapas e chama de tramas territoriais ao “movimento configurado pelos diferentes meios de produção social dos territórios e suas relações constitutivas – por apropriação direta, por instrumentos legais, por projeções identitárias, por mapas e outros meios representacionais” (ACSERALD, 2010, p. 10).

As cartografias dos conflitos socioambientais exprimem a materialização e a espacialização das experiências nos territórios – a territorialidade –, o que evidencia as disputas sobre eles associadas à injustiça ambiental e à disputa por seu uso.

O Mapa dos Conflitos Ambientais do Rio de Janeiro é produto do projeto de mesmo nome, realizado em 2006 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ – e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. Através do mapa, foram identificados 480 casos de conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1993 a 2005. Carneiro (2005), ao analisar as informações nele contidas, classifica os conflitos em três categorias: apropriação capitalista do espaço e/ou das condições naturais, ausência de investimentos públicos no provimento de condições ambientais saudáveis e conflitos entre populações pobres e movimentos conservacionistas gerados pela apropriação de territórios.

A Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ – e a FASE, com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, desenvolveram, em 2011, o “Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”.

Em consonância com os princípios da justiça ambiental, o Mapa busca sistematizar e socializar informações disponíveis, dando visibilidade às denúncias apresentadas pelas comunidades e organizações parceiras. Os casos foram selecionados a partir de sua relevância sócio-ambiental e sanitária, seriedade e consistência das informações apresentadas. Com isso, esperamos contribuir para o monitoramento de ações e de projetos que enfrentem situações de injustiças ambientais e problemas de saúde em diferentes territórios e populações das cidades, campos e florestas, sem esquecer as zonas costeiras. (FIOCRUZ/FASE, 2011)

O mapa registrou trezentos casos em todo o Brasil a partir de relatos registrados nos debates realizados em fóruns de justiça ambiental, sobretudo no âmbito da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

Um projeto de pesquisa sob a liderança do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA – da Universidade Federal de Minas Gerais, que buscou parceria com a Universidade Federal de São João del-Rei e com a Universidade Estadual de Montes Claros, envolvendo cartografia social, resultou no mapa elaborado a partir dos conflitos ambientais nas mesorregiões que constituem o estado de Minas Gerais no período de 2000 a 2010. “os processos sociais investigados foram analisados como conflitos ambientais, em virtude da abordagem conceitual sobre conflito ambiental desenvolvida na pesquisa”.

No contexto do projeto, conflito é assim chamado quando há uma situação de disputa consolidada e institucionalizada. Não havia a intenção, na construção do mapa, de registrar todos os conflitos existentes em Minas Gerais, mas os casos exemplares. Apesar de fazer uma varredura de casos nas comarcas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, esse mapa se fixou na dimensão qualitativa dos conflitos e nas suas conexões com situações de injustiça ambiental relacionadas a uma apropriação assimétrica dos recursos naturais. No contexto do projeto,

(...) situações comumente vistas como “problemas ambientais” originados pelo “desenvolvimento” são compreendidas pela noção de “conflito ambiental”. O caráter conflituoso da situação se refere à forma como ela é objetivamente estruturada pelas relações entre as distintas, e, não raro, mutuamente excludentes, pretensões de uso e significados atribuídos por diferentes grupos sociais a um mesmo território em disputa e/ou a territórios ecologicamente interconectados. (GESTA/UFMG, 2008)

A pesquisa inicial foi realizada nos arquivos da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, do Instituto Estadual de Florestas – IEF, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e de regionais do Conselho de Política Ambiental. O objetivo foi identificar e registrar os casos que tiveram desdobramentos jurídicos. Essa etapa incluiu também a coleta de informações sobre

caracterização das condições técnicas do risco; georreferenciamento e descrição das condições socioeconômicas das populações afetadas; histórico da evidenciação pública do evento; identificação dos atores envolvidos; descrição das condições de organização e mobilização, além das estratégias articuladas por elas.

A segunda fase da pesquisa consistiu em consultas a movimentos sociais e entidades da sociedade civil, na forma de oficinas nas mesorregiões e visitas às localidades, o que permitiu identificar os casos em que houve risco ou dano ambiental e mobilização política das populações afetadas, ainda que sem encaminhamento jurídico, ou mesmo averiguar algumas onde aconteceram desdobramentos políticos.

O “Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais”, resultado, foi organizado por mesorregiões e contém ficha de informação de cada caso, com município, coordenadas geográficas, atores envolvidos, atividades causadoras do conflito e seus desdobramentos. A pesquisa levantou os conflitos e situações de disputas relacionadas a questões socioambientais em todas as doze mesorregiões do estado. A seleção dos 541 casos, cujas informações estão disponíveis no sítio eletrônico do Mapa, foi realizada com base nos procedimentos administrativos instaurados no Ministério Público e em outros órgãos relacionados, nas oficinas realizadas com movimentos sociais nas mesorregiões, em entrevistas, pesquisas em mídia impressa e eletrônica e em informações de pesquisadores.

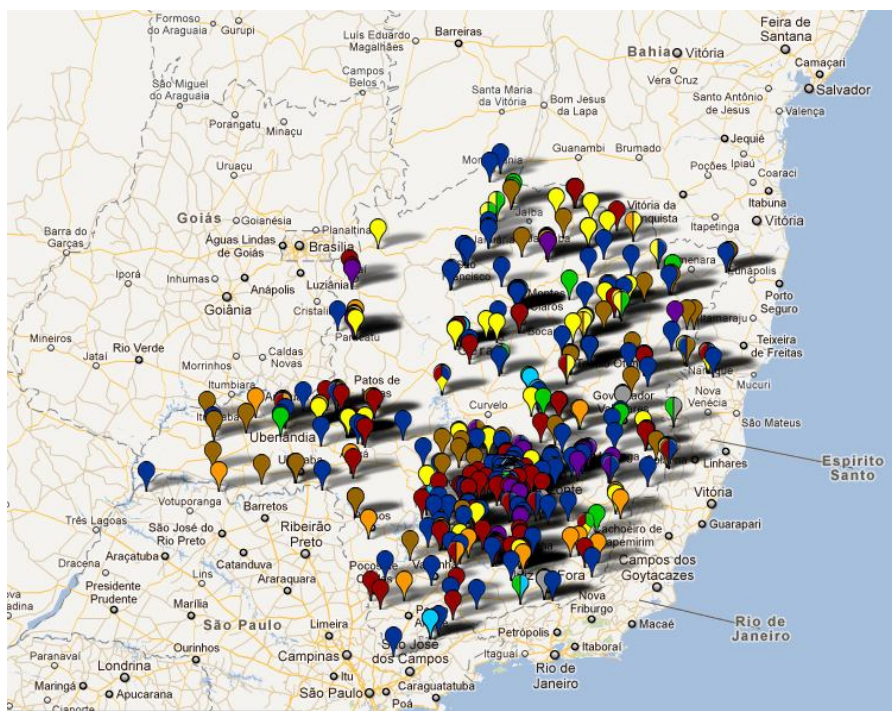
A análise de Zhouri e Laschefski (2010) sobre o “Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais” explicita a ameaça à reprodução social de diferentes grupos em consequência das atividades econômicas e também do Estado, que apresenta dubiedade em sua ação perante os conflitos.

A presença do Estado, nos diferentes casos, mostra-se carregada de dubiedade: de um lado, surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram conflitos ambientais; de outro, surge como mediador que, por vezes, posta-se ao lado das populações atingidas. Essa dubiedade pode ser interpretada como expressão da incidência dos conflitos ambientais sobre o campo institucional das chamadas “políticas ambientais”, fato que evidencia a presença de brechas de contestação no interior da dominação exercida pelo paradigma do desenvolvimento. Por meio destes conflitos exprimem-se as contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de uso e de apropriação dos recursos territorializados. São conflitos desencadeados pela denúncia da ocorrência de efeitos cruzados entre distintas práticas sociais espacializadas tidas como responsáveis pelo comprometimento da sua reprodutibilidade no tempo. (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p. 5).

O “mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais” dá visibilidade a conflitos ambientais de várias naturezas, revelando e tornando público por meio de dados de fácil acesso as consequências do desenvolvimentismo nas diversas regiões do estado, por meio dos conflitos, conforme Barbosa “espera-se que o mapa exerça efeitos sobre os modos de pensar o espaço e, portanto subsidie agentes sociais em suas lutas e disputas pelas



possibilidades de definição e imposição de suas formas de apropriação material e simbólica dos espaços de vida (BARBOSA, R. S. et al, 2011,p.101).



#### Legenda

<b>Atividade/Processo Gerador de Conflito Ambiental</b>	
	<b>Infra-estrutura:</b> saneamento, energia, transporte, comunicação, barragem.
	<b>Comércio e serviços:</b> eventos de impacto, turismo, comércio, prestação de serviços.
	<b>Atividades industriais:</b> mineração, metalurgia / siderurgia, cimenteiras, automobilística, têxtil, químicas, petroquímica, eletroeletrônico, cerâmica e marmoraria, construção civil.
	<b>Atividades agroindustriais:</b> alimentícias, papel e celulose, agrocombustíveis, madeira, curtume.
	<b>Atividade agrícola/ pecuária / florestal:</b> monoculturas, irrigação, pecuária, lavoura, extrativismo vegetal, extrativismo animal, uso de agrotóxico, desmatamento.
	<b>Áreas protegidas:</b> Unidades de Conservação de Proteção Integral, Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal.
	<b>Demanda territorial:</b> assentamento / acampamento rural, terras indígenas, terras quilombolas, povos tradicionais, outras demandas territoriais.
	<b>Uso e ocupação do solo:</b> parcelamento / loteamento em área rural, parcelamento / loteamento em área urbana
	<b>Dinâmicas urbanas:</b> trânsito, criação de pólos / distritos industriais, ocupações em áreas de risco, lutas por moradia

Mapa 6 – Mapa de conflitos ambientais ocorridos em Minas Gerais entre os anos de 2000 e 2010.  
Fonte: GESTA/UFMG – Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais.

Setenta casos de conflitos ambientais foram selecionados na mesorregião Norte de Minas e análises preliminares indicaram que seus focos geradores estão relacionados à infra-estrutura, às atividades industriais e às atividades agrícolas, florestais ou pecuárias. Entre eles estão a destinação irregular de resíduos sólidos, com ausência de aterro sanitário controlado em praticamente todas as cidades da região, prevalecendo os lixões; a ausência de rede de captação e tratamento de esgoto e diversos outros como: construção de barragens, desmatamento, carvoejamento, monocultura de eucalipto, poluição do rio São Francisco, criação de unidades de proteção integral, poluição gerada por atividades agroindustriais, poluição sonora urbana e espaços públicos privatizados.





Os casos representados no mapa acima se referem aos seguintes conflitos:

- Reapropriação territorial da comunidade de Raiz, Alto Rio Pardo;
- Italmagnésio desmata área de nascente do rio Curral Novo – município de Itacambira;
- Comunidades rurais no norte de Minas contra a monocultura de eucalipto;
- Rese x Água Boa – Vale do Guará – Rio Pardo de Minas, Montezuma e Vargem Grande do Rio Pardo;
- Desmate e plantio de eucalipto em área de nascente, em fazenda da Calsete Siderurgia Ltda; município de Gameleiras;
- Desmatamento no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, com apreensão de madeira de lei;
- Poço tubular no rio dos Cochós – Januária;
- Destruição de Vereda para construção de barragem para criação de búfalos – município de São Francisco;
- Luta pela água na bacia do Riachão, irrigação – Montes Claros;
- Desmatamento e carvoejamento na fazenda Granjas Reunidas do Norte da Lucape Siderurgia e Empreendimentos Florestais – municípios de Bocaiúva e Olhos D'água – queimada de 1.200 ha de áreas de veredas.
- Transbordamento de barragem provocando o assoreamento dos cursos d'água da RVR Siderurgia e Empreendimentos Florestais – município de Francisco Dumont;
- Encurralamento de Cana-Brava pela monocultura de eucalipto da V&M Florestal Ltda;
- Desmatamento e carvoejamento da Fazenda Rio Preto – Francisco Dumont;
- Monocultura causa morte de nascentes e erosão de solos em Jequitaiá – Rio Doce Manganês Reflorestadora;
- Monocultura de eucalipto causa assoreamento de córrego, atinge área de vereda e ocasiona mortandade de peixes – Buritizeiro – Empresa TTG Brasil Empreendimentos Florestais Ltda;
- Parque Estadual da Serra do Cabral e o avanço da monocultura de eucalipto sobre os campos de coleta tradicional – municípios de Buenópolis, Santos Dumont e Joaquim Felício;
- Coletoras de sempre vivas X reflorestadoras de eucalipto.

### 3.3.1 Conflitos relacionados à monocultura de eucalipto no norte de Minas Gerais

Dentre os conflitos relacionados à monocultura de eucalipto no norte de Minas, envolvendo comunidades tradicionais, analisaremos no âmbito do mapa dos conflitos

ambientais de Minas Gerais o caso da comunidade de Canabrava, no município de Guaraciama, região de Bocaiúva. Esse caso nos servirá de comparação em relação aos conflitos da região do alto rio Pardo, foco deste trabalho.

Esse conflito se notabilizou em 2007 pelo assassinato de um dos membros da comunidade, um agricultor tradicional, por um segurança que prestava serviço para a empresa Vallourec & Mannesman – V&M Florestal Ltda, ligada à V&M tubes, uma holding de capital francês, com sede na Europa. Em Minas Gerais, a empresa possui 22 fazendas em diversas regiões e municípios do estado que têm a finalidade de abastecer de carvão as siderúrgicas da empresa.

O assassinato do geraizeiro, motivado por coleta de lenha em área da empresa, se deu quatro meses depois do início de investigações lideradas pela Promotoria de Justiça, conforme aponta Maia (2008) a partir do Grupo de Combate aos Delitos Ambientais no Norte de Minas – GDA e via projeto denominado Raízes, que tinha o objetivo de fazer um levantamento do passivo ambiental decorrente do “reflorestamento” na região e de apurar danos praticados por empresas de reflorestamento e que desencadearam a recomendação do MPE – Ministério Público Estadual. Conforme aponta ficha sobre o caso no Mapa dos Conflitos Ambientais do Norte de Minas Gerais:

Em dezembro de 2006 o MPE recomendou que o IEF procedesse à suspensão de todas as DCC's [Declaração de Colheita e Comercialização] já autorizadas para as propriedades Fazenda Extrema, Pé do Morro, Vargem Grande e Corredor, da V&M Florestal Ltda, onde houvesse vegetação nativa em regeneração, até que se concluísse o procedimento de realocação de reserva legal em curso naquele instituto e o encaminhamento à Promotoria de Justiça da Comarca de Bocaiúva de informações ou cópia dos atos administrativos referentes à suspensão recomendada (Mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais, 2011).

Segundo Maia (2008), o projeto Raízes identificou os seguintes vetores do conflito na comunidade de Canabrava:

- Falta de contato produtivo entre a empresa e a comunidade;
- Escassez de empregos gerados pela empresa à comunidade;
- Escassez de recursos naturais antes disponíveis na natureza e que determinavam a subsistência da comunidade, principalmente a escassez de recursos hídricos;
- Perda da biodiversidade;
- Conflitos gerados pela aquisição de sobras de lenha por moradores da comunidade, dada como fator de sobrevivência. (MAIA, 2008, p. 134).

Entre os anos de 2007 e 2011 várias ações foram desenvolvidas na perspectiva da mediação do conflito. Além da iniciativa do ministério público, foi realizado um “experimento metodológico” de gestão de conflitos socioambientais pela Fundação Futuro Latino-Americano – FFLA executada pelo Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS, em 2008.

A perspectiva dessa experiência teve como foco a gestão pacífica de conflitos socioambientais por meio de facilitação para a construção de um espaço de diálogo e discussão entre os diversos grupos envolvidos no conflito. A metodologia empregada previa sete etapas, das quais quatro foram implementadas.

A síntese das questões levantadas pelos atores envolvidos durante entrevistas e oficinas participativas relacionadas ao conflito socioambiental entre a comunidade de Canabrava e a empresa se assemelham às levantadas pelo projeto Raízes e foram: Liberdade de circulação; vizinhança e presença de seguranças na fazenda da empresa; presença de enxurradas na comunidade de Canabrava; Roubo de lenha na fazenda; utilização de adubos, fertilizantes pela empresa (contaminação); falta de trabalho e renda; condições de trabalho precárias das empresas terceirizadas; desrespeito à legislação brasileira; falta de água e secamento do rio Canabrava e nascentes; Destruição do Cerrado e seus recursos naturais. (ASSAD *et al.*, 2007).

Conforme relato dos facilitadores sobre os avanços do processo consideram que os atores conseguiram expressar suas posições, anseios e percepções sobre o conflito; a possibilidade de apresentação da metodologia e possibilidade de caracterização do conflito. (ASSAD *et al.*, 2007).

Iniciativas de mediação e conciliação de conflitos indicaram ações “corretivas” que deveriam ser desenvolvidas pela empresa e pelo poder público. Algumas delas foram empreendidas no sentido de minimizar o conflito que foi, de certa forma, “minimizado” ou silenciado.

No ano de 2012 foi realizada uma entrevista com ex-diretor do sindicato de trabalhadores rurais de Bocaiúva, na qual relata a situação da comunidade de Canabrava, no município de Guaraciama. Essa comunidade passa por problemas graves de desagregação, de envolvimento com drogas e conflitos internos. Foi relatada inclusive a morte de um irmão do agricultor assassinado. Em relação aos “benefícios” acordados entre comunidade e empresa, para melhorar a vida dos moradores da comunidade, nenhum teve o efeito de fortalecimento da comunidade, ou de correção de problemas. Conforme o relato,

A empresa mudou o modo que agia, fez umas ações, quase tudo é terceirizado. Houve uma certa cooptação, uma caixad'água aqui, uma madeira para cerca ali, um emprego temporário e precário acolá. Fizeram um assentamento na comunidade, assentamento de crédito fundiário, onde vieram várias famílias de fora. E as famílias da comunidade estão acabando, a droga entrou... dá pena de ver como está a Canabrava; a firma dominou, até a igreja que era o marco do território da comunidade foi tirada da parte alta e colocada em outro lugar. (liderança do STR de Bocaiúva, 2012)

Dentre os conflitos relatados pelo mapa dos conflitos ambientais, em relação ao eucalipto e com as comunidades tradicionais, esse é um exemplo no qual aconteceram

“mediações” ou “facilitações” de conflito. Analisando a trajetória da comunidade, é visível que não se vinculou mais organicamente a outras comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto. É necessário, portanto, um estudo mais apurado sobre os resultados das mediações, facilitações, sob qual perspectiva e com quais objetivos são aplicados esses métodos.

A perspectiva de mediar, facilitar um conflito socioambiental, não se pauta por um enquadramento no contexto sociocultural e político em que se insere o conflito. A resolução consensual de conflitos ou a utilização de mecanismos de negociação, parte da expectativa de negociação, e se a terra, a água, a memória não forem consideradas como negócio? E se for inegociável? A trajetória de Canabrava<sup>35</sup> aponta que há necessidade de ter clareza dos objetivos e consequências no que tange à mediação de conflitos, principalmente quando se tratam de casos nos quais há assimetria de poder descomunal, como no caso em questão.

O caso de Canabrava ressalta a importância de iniciativas como a do Mapa de Conflitos Ambientais de Minas Gerais, pois além de uma abordagem a partir da ecologia política permite registro dos processos, que temporalmente se verificou o desenrolar dos conflitos socioambientais, impedindo que caiam no oportuno esquecimento; permite que se construam análises de longo prazo tanto sobre os efeitos de políticas públicas quanto sobre as trajetórias dos envolvidos, assim como da degradação ambiental.

O “Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais”, o do Rio de Janeiro e o “Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” reafirmam o que a noção de justiça ambiental tem enfatizado: as consequências negativas do sistema produtivo, sobretudo o passivo ambiental do modo de produção industrial, recaem sobre os mais pobres com uma desproporcionalidade que é reflexo da concentração de poder que, por sua vez, impede também o acesso justo e equitativo aos recursos naturais. Esses estudos confirmam também a existência de um ecologismo popular no Brasil, relacionado ao modo de vida dos grupos que dependem do meio em que vivem para sua reprodução social que têm uma interpretação de natureza que vai além de recursos naturais.

### 3.4 A MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO BRASIL

O Brasil é considerado um dos países com maior diversidade do mundo<sup>36</sup> em espécies florestais, mesmo considerando-se o fato de sua flora não ser ainda toda conhecida. Cento e cinquenta espécies fornecem madeira útil (RIZZINI, 1990).

---

<sup>35</sup> Estudos sobre a comunidade de Canabrava foram realizados por Maia (2008), Paraíso (2010), mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais

<sup>36</sup> Brasil, 55.000 plantas dentre as 280.000 plantas do mundo.  
Fonte: SHEPHERD (2000), SILVA (1995), BRANDÃO *et al.* (1999); COLLI *et al.* (1999); COLLI *et al.* (2002); MITTERMEIER *et al.* (1997).

O cerrado é a savana que tem a maior biodiversidade em todo o mundo, o que inclui cerca de 6.600 plantas, 12% das conhecidas no Brasil. No cerrado, foram registradas 11.046 espécies de plantas vasculares (árvores, arbustos, herbáceas, gramíneas e etc.) nativas, das quais 4.400 são endêmicas<sup>37</sup> de lá (MYERS, 2000).

Por que foi feita a opção pela monocultura de eucalipto como fornecedor de madeira, se a flora brasileira apresenta tamanha diversidade? O eucalipto, em si, nem é a questão: poderia ter sido qualquer outra espécie madeireira exótica. É importante saber o histórico da opção pelo eucalipto porque isso ajuda a entender no âmbito local a relação entre desenvolvimento e injustiça ambiental e sua conexão histórica global.

A expedição do capitão Cook levou da Austrália para a Europa, em 1776, por intermédio do botânico David Nelson e do médico Willian Anderson, as primeiras mudas de eucalipto, introduzidas de forma mais sistemática a partir de 1860, em vários países da Europa e da África. Leão (2000) afirma que os ingleses utilizaram o eucalipto para modificar as condições climáticas e afastar os insetos em suas colônias no Cabo da Boa Esperança. Esse uso do eucalipto fora da Austrália, onde é nativo, e também fora da Europa, serviu para tornar o ambiente mais propício à ocupação pelos colonizadores europeus na África: “uma árvore que cresce com tanta rapidez, retira do solo a cada vinte e quatro horas a água equivalente a dez vezes o seu peso e que espalha eflúvios canforados, só pode sanear terrenos insalubres” (FIGUER, 1908, *apud* LEÃO, 2000, p. 212).

Quase dois séculos se passaram, desde 1776, para que o eucalipto (que tem muitas propriedades, inclusive medicinais) se tornasse o veículo colonizador do cerrado no Norte de Minas, onde foi introduzido a partir da década de 1970. Ele cumpriu várias funções necessárias ao processo de expansão do capitalismo agrário na região, como veículo de inserção de novas relações de trabalho e propriedade, transformador radical da paisagem e, sobretudo, expropriador de terras.

No Brasil, os primeiros exemplares de eucalipto foram plantados por D. Pedro I, em 1824, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Edmundo Navarro, considerado o grande “introdutor” do eucalipto no Brasil e “pai da silvicultura brasileira”, iniciou em 1904 o plantio intensivo de eucalipto, desenvolvendo pesquisas relativas à adaptação da espécie em solo brasileiro, com finalidades econômicas. Navarro de Andrade trabalhava para a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, onde realizou vastos estudos sobre a espécie. No início do século XX, quando Navarro pesquisava, estava em curso um debate sobre florestas, madeiras, políticas florestais e silvicultura.

Inserido neste debate foi realizado um trabalho do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, publicado em 1919: “O corte das matas e a exportação das madeiras brasileiras”,

---

<sup>37</sup> Só ocorrem no cerrado.



no qual é produzido um diagnóstico sobre o mercado de madeira na Europa e no mundo, inclusive considerando a demanda de madeira futura, diante do fim da Primeira Guerra e da falta do produto no mercado europeu. O trabalho destaca a supremacia da América do Sul em termos de reservas capazes de abastecer o mercado mundial e considera o Brasil o país com maior potencial de exploração comercial de madeira. Destaca, ainda, a existência de:

vasta região central no Brasil, em que ainda não é, nem será tão cedo, possível abater e transportar economicamente as madeiras de lei ali existentes; mas em compensação temos várias zonas florestais menores, ao longo de rios navegáveis, ou de estradas de ferro, e sobretudo ao longo da extensíssima costa do Atlântico (...) (SOUTO *et.al.*, 2001, p. 26).

O texto também considera importante a grande quantidade de espécies botânicas brasileiras:

bastante elevado é o número de essências produtoras de boas madeiras, cujos caracteres e aplicações estão já bem estudados. Nenhum outro país dispõe de uma variedade de madeiras que iguale, ou mesmo se aproxime a que possui o Brasil (...). Em regra essa diversidade de espécies se encontra em qualquer das matas do Brasil. (SOUTO *et.al.*, 2001, p. 26).

O trabalho chama a atenção para a necessidade de evitar a depredação das matas e para o fato de que sua exploração racional na América do Sul poderia levar a região à prosperidade mundial e chega a considerar essa exploração numa perspectiva de sustentabilidade:

(...) a exploração metódica dessas florestas permitirá também que os países europeus e os Estados Unidos tenham tempo para reconstruir suas florestas estragadas (...)

(...)

Muito errado estará quem supuser que o corte das madeiras e a conservação das florestas exprimem idéias opostas, actos antagônicos quando são duas cousas perfeitamente conciliáveis. Conservar um patrimônio florestal não implica a obrigação de guarda-lo indefinidamente intacto e intangível, e são numerosos os países adiantados onde a tutela sylvícola exercida pelo poder publico harmonisa perfeitamente o corte contínuo da mattas com a conservação e o melhoramento destas, e até com o progressivo desenvolvimento do domínio florestal. (SOUTO *et.al.*, 2001, p. 29).

Sobre o corte das matas e a exportação das madeiras brasileiras o trabalho supracitado faz referência à inexistência de código florestal no Brasil e declara a expectativa que o seu texto, em elaboração na Câmara dos Deputados, pudesse ser votado ainda naquele ano de 1919. Isto, como se sabe, só aconteceu 46 anos depois, em 1965. Aponta ainda a necessidade de adotar algumas medidas, como a organização de um serviço florestal, a promulgação do código florestal, o estabelecimento de limites dos cortes, a delimitação de reservas florestais e a obrigatoriedade de plantio em parte das áreas devastadas, entre outras medidas que possibilitariam explorar e conservar ao mesmo tempo as matas brasileiras.

O trabalho realizado pelo Ministério da Agricultura em 1919 indicou ao país que o Brasil poderia se instrumentalizar para realizar o plano de manejo sustentável de sua vegetação nativa, cuidando deste patrimônio para as futuras gerações.

Cerca de 30 anos depois da publicação deste documento, a política florestal brasileira se voltou para a exportação de madeira segundo as necessidades do “mundo desenvolvido”, então em nova configuração geopolítica.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO – publicou em 1955 o livro “El eucalipto em la repoblación florestal”, de André Métro, revisto e reeditado em 1981 sob a coordenação do eucaliptólogo M. R. Jacobs. O Brasil aparece com trezentos mil hectares de eucalipto na primeira edição e, na segunda, com um milhão de hectares, estimativa feita em 1973. Os principais estados plantadores eram São Paulo, com 532.000 ha e Minas Gerais, com 325.000 ha. Os números são aproximados.

O Brasil é apresentado como o mais notável plantador de eucalipto, na edição do estudo revista por Jacobs (1981), a qual informa que, à época, as plantações comerciais de eucalipto somavam quatro milhões de hectares, em 58 países. Isso significa que o Brasil possuía, já na década de 1970, aproximadamente 1/4 das plantações comerciais de eucalipto do mundo. O Código Florestal Brasileiro, vale observar, foi aprovado entre a primeira edição e a segunda edição do livro.

O país possuía em 1961 cerca de 560 mil ha plantados de eucalipto, a maior parte no Estado de São Paulo. O incentivo da FAO à plantação dessa espécie no Brasil foi determinante para a sua rápida expansão. Um dos grandes eventos, nesse âmbito, foi a II Conferência Mundial do Eucalipto, realizada em São Paulo, em agosto de 1961. O Código Florestal foi publicado em 1965 e a legislação de incentivos fiscais, em 1966.

A lei nº 4.771, de 15/9/1965, institui o Código Florestal Brasileiro que, especificamente em relação às plantações de eucalipto, destaca no artigo 19<sup>38</sup>:

Visando o maior rendimento econômico é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas, executando o trabalho de derrubada a um só tempo ou sucessivamente, de toda a vegetação a substituir, desde que assinem, antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente termo de obrigação de reposição e tratos culturais. (BRASIL, 1965).

O artigo 20 da mesma lei reza que

As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grande quantidades de matéria prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento. (BRASIL, 1965).

---

<sup>38</sup> O trecho retirado só foi alterado quando da nova redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986. Foi revogada pela Lei 7.803 - 18/07/1989, por sua vez regulamentada pelo Decreto n. 1.282, de 19.10.94.

Ainda no artigo 21 acrescenta ainda que “As empresas siderúrgicas, de transporte e outras à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima vegetal, são obrigados a manter florestas próprias para a exploração racional ou formar florestas destinadas ao seu suprimento”. No artigo 41 define que “os estabelecimentos oficiais de crédito concederão prioridade aos projetos de reflorestamento ou aquisição de equipamentos mecânicos necessários aos serviços, obedecidas as escalas anteriormente fixadas em lei.”. (BRASIL, 1965).

A Lei 4.797, de 20/10/1965, torna obrigatório pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas. O Decreto Lei nº 5.106, de 20/9/1966, dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais que possibilitaram às empresas, entre outras vantagens, abater o valor investido em projetos de reflorestamento do imposto de renda a pagar, até o limite de 50% deste<sup>39</sup>.

O Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF – foi criado em 1967 e, em 1974, foi instituído o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset – que contemplou o setor da eucaliptocultura.

Esse arcabouço jurídico, os incentivos fiscais e outros mecanismos possibilitaram um crescimento anual na faixa de 100 a 250 mil ha de eucalipto, de 1968 a 1973, e de 450 mil ha entre 1974 e 1982. A legislação foi reformulada entre 1970 e 1974 e os benefícios foram extintos em 1987.

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF, a área plantada com *eucalyptus* e *pinus* no Brasil totalizou 6.510.693 ha.

Tabela 3 – Áreas com Florestas Plantadas Existentes no Brasil (2010)

ESTADO	EUCALIPTO	PINUS	TOTAL (ha)
Minas Gerais	1.400.000	136.310	1.536.310
São Paulo	1.044.813	162.005	1.206.818
Paraná	161.422	686.509	847.931
Bahia	631.464	26.570	658.034
Santa Catarina	102.399	545.592	647.992
Rio Grande do Sul	273.042	168.955	441.997
Mato Grosso do Sul	378.195	13.847	392.042
Espírito Santo	203.885	3.546	207.431
Pará	148.656	0	148.656
Maranhão	151.403	0	151.403
Goiás	58.519	12.160	70.679
Amapá	49.369	15	49.384
Mato Grosso	61.950	0	61.950
Tocantins	47.542	850	48.392

<sup>39</sup> Decreto-lei alterado pelos Decretos-Lei 1.134/70 e 1.338/74. O Decreto-Lei 1.503/76 definiu que a partir de 1º de janeiro de 1977 não mais seriam concedidos, a pessoas jurídicas, incentivos fiscais para florestamento ou reflorestamento, nas condições previstas na Lei n. 5.106/66.

ESTADO	EUCALIPTO	PINUS	TOTAL (ha)
Piauí	37.075	0	37.025
Outros	4.650	0	4.650
<b>TOTAL</b>	<b>4.754.334</b>	<b>1.756.359</b>	<b>6.510.693</b>

Fonte: ABRAF, 2011

O Brasil é o maior produtor de carvão do mundo e produziu, em 2010, 11,6 milhões de m<sup>3</sup> de carvão vegetal oriundos da monocultura de eucalipto; 66,2% foram consumidos pelos guzeiros independentes (ABRAF, 2011).

O volume de produção da monocultura de eucalipto no Brasil e a área que ocupa resultam de um investimento que explicita a direção e o estilo de desenvolvimento escolhido pelo país, que se mantém com algumas variações. O maior crescimento de área plantada deu-se no período entre 1970 e 1985, com o crescimento de 4.31 milhões de ha em 15 anos (BACHA, 2004). Segundo Bacha, “no Brasil foram gastos US\$ 1.751,61 de incentivos fiscais para cada hectare reflorestado. No Chile, um programa de incentivos fiscais gastou US\$77,78 por hectare reflorestado” (BACHA, 2004, p. 418).

O Brasil tinha, no ano 2000, a sexta maior área de monocultura de eucalipto do mundo, com 4,98 milhões de hectares (BACHA, 2004). Dez anos depois, eram 6,51 milhões de hectares, um aumento de cerca de 1,5 milhões de hectares. O valor bruto da produção do setor florestal – VBPF –, estimado em 2010 para o setor de florestas plantadas, foi de R\$ 51,8 bilhões (ABRAF, 2011, p. 96).

O prodígio do setor de florestas plantadas teve também alto custo social e ambiental, conforme constatou o “Relatório de Conflitos Socioambientais em Relação a Plantações de Árvores”, resultado do diagnóstico solicitado pela Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas – CONAFLO – para atualizar os conflitos existentes:

as plantações de árvores no Brasil, especialmente aquelas formadas por monoculturas de espécies exóticas (ex. gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*) vêm sendo objeto de severas críticas quanto à contribuição para o êxodo rural, formação de grandes latifúndios, redução da biodiversidade e deterioração de mananciais de água. Estas críticas surgem a partir de situações e relações conflituosas que vêm ocorrendo, por décadas, entre aqueles responsáveis pela implantação e utilização destes plantios de um lado e do outro os moradores das áreas ocupadas e diversas entidades representantes dos interesses da sociedade civil (grupos ambientalistas, sindicato dos trabalhadores rurais, organizações religiosas, etc.). Conseqüentemente a polarização de disputas em relação a este tema é muito grande. (FANZERES, 2005, p. 1).

O relatório faz uma síntese da situação dos conflitos gerados em todo o Brasil pela monocultura de árvores, sobretudo o *Eucalypto* e o *Pinus*. É um estudo abrangente e substanciado, com informações e dados de diversas naturezas, inclusive um mapa dos conflitos por estado.

### 3.5 A MONOCULTURA DE EUCALIPTO E A REGIÃO NORTE DE MINAS

A ordem desenvolvimentista se estabeleceria localmente, orientada pelo processo de modernização e desenvolvimento para a expansão capitalista através de estímulos e subsídios do Estado. Uma das atividades eleitas para carrear esse processo foi a implantação da monocultura de eucalipto para a produção de carvão. Este, associado ao carvoejamento, promoveu no Norte de Minas a desestruturação do cerrado e a expropriação de terras das comunidades rurais, com extrema rapidez. A implementação da monocultura era composta de derrubada por “correntão”, quando uma grande corrente é esticada e suas extremidades fixadas em dois tratores, que avançam juntos na mesma direção, mantendo a tensão da corrente e derrubando as árvores nativas para a produção de carvão. Muitas vezes, não se fazia carvão da vegetação derrubada; ateava-se fogo para implantar mais rapidamente a monocultura e consolidar o domínio sobre a terra. Os incentivos, as facilidades de obter terras e a mão-de-obra barata fortaleceram a atividade na região, que se tornou a maior produtora de carvão do Estado de Minas Gerais. A maior parte das terras consideradas públicas (por não terem sido registradas por seus ocupantes) foi utilizada para a implantação da monocultura, não raro cedida às empresas na forma de arrendamento, a preços simbólicos.

O município de Rio Pardo de Minas, em 1985, possuía aproximadamente 36% de sua área ocupada pela monocultura de eucalipto, o que correspondia a 89.743,23 ha (CARDOSO, 2000, p. 292). Os contratos de arrendamento de terras públicas para as empresas somaram 73.476,591 ha<sup>40</sup>. As empresas que constam nos contratos de arrendamento são: Usifer – Usina Siderúrgica LTDA; Planta7 – Empreendimentos rurais; Replasa Reflorestadora S/A; Companhia Siderúrgica Guanabara – COSIGUA. As áreas arrendadas registradas em contrato relacionadas ao município somam 71.139,71 ha, conforme apresentado em quadro síntese abaixo, onde também são discriminadas as localidades. Aproximadamente 75 mil ha de terras, grande parte de uso comum, mas também de posse de agricultores.

Tabela 4 – Contratos de arrendamento de terras públicas em Rio Pardo de Minas, realizados a partir de 1975.

<b>Empresa/ Local do arrendamento</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Vencimento do contrato</b>
<b>Usifer – Usina Siderúrgica Ltda</b>	<b>1.829,66</b>	
Município Rio Pardo de Minas	1.829,66	31/08/2001 (está na justiça)
<b>Planta 7 – Empreendimentos Rurais Ltda</b>	<b>29.287,24</b>	

<sup>40</sup> Levantamento realizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas junto ao Instituto Estadual de Terras de Minas Gerais.

<b>Empresa/ Local do arrendamento</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Vencimento do contrato</b>
Rio Pardo de Minas	3.000,00	<b>21/06/1999</b>
Rio Pardo de Minas	1.630,17	Jan. 2000
Fazenda Taquaril e Curral Novo	1.559,00	Jan. 2005
Traçadal	1.214,12	Nov. 2003
Fazenda Vaca Velha	2.059,63	Nov. 2003
Fazenda Bom Jesus, Mucambo e Angicos	1.062,71	Nov. 2002
Chapadão São Joaquim	3.717,04	Nov. 2000
Serra Pau	998,29	Set. 2005
Fazenda Morro Redondo, Fazenda Andrequicé, Fazenda Mato Virgem, Fazenda Bom Jesus, Fazenda Pedra Branca, Malha Grande	6.856,14	Jul. 2001
Curral Novo, Fazenda Taquaril	1.102,00	Out. 2004
Barreiro Grande	406,30	Set. 2005
Fazenda Covão	875,60	Nov. 2003
Cabeceira Preta	620,90	Nov. 2003
Fazenda Formosa, Fazenda Cubículo, Fazenda da Mutuca, Fazenda Umbuzeiro (Taiobeiras e Rio Pardo de Minas)	4.185,34	Set. 2004
<b>Replasa reflorestadora S/A</b>	<b>5.699,70</b>	
Brejo Grande VII, Mato dos Macacos	291,20	Mai. 2012
Mato dos Macacos, Fazenda Brejo Grande II, Fazenda Brejo Grande III, Fazenda Belém	1.283,00	Fev. 2012
Fazenda Tombador	924,00	Fev. 2012
Brejo Grande IV, Brejo Grande V, Brejo Grande VI e Fazenda Mariquita	941,20	Fev. 2012
Chapada das Bananeiras	2.260,30	Fev. 2012
<b>Companhia Siderúrgica da Guanabara – COSIGUA</b>	<b>34.323,11</b>	
Fazenda Taperá ou Manoel João	688,23	Out. 2001
Fazenda Taperá ou Manoel João	350,00	Out. 2001
Fazenda Jambreiro	2.664,00	Mai. 2001
Fazenda Santa Bárbara	419,20	Out. 2000
Fazenda Lagoa Vermelha	67,20	Out. 2003
Fazenda Baixa Grande	36,00	Out. 2003
Fazenda Barreiro, Fazenda Atoleiro, Fazenda Duas Barras, Fazenda Santa Maria, Fazenda Muniz, Fazenda Aurora, Fazenda Cercado	8.969,00	Out. 2002
Fazenda Vale do Embaúba	2.741,80	Ago. 2012
Fazenda Glória	2.237,20	Jun. 2000
Município Rio Pardo de Minas	7.000,00	Jun. 2000
Fazenda Glória	4.550,48	Out. 2003
Município Rio Pardo de Minas	5.000,00	Jun. 2000
<b>Área total arrendada pelas empresas</b>	<b>71.139,71</b>	

Fonte: RURALMINAS

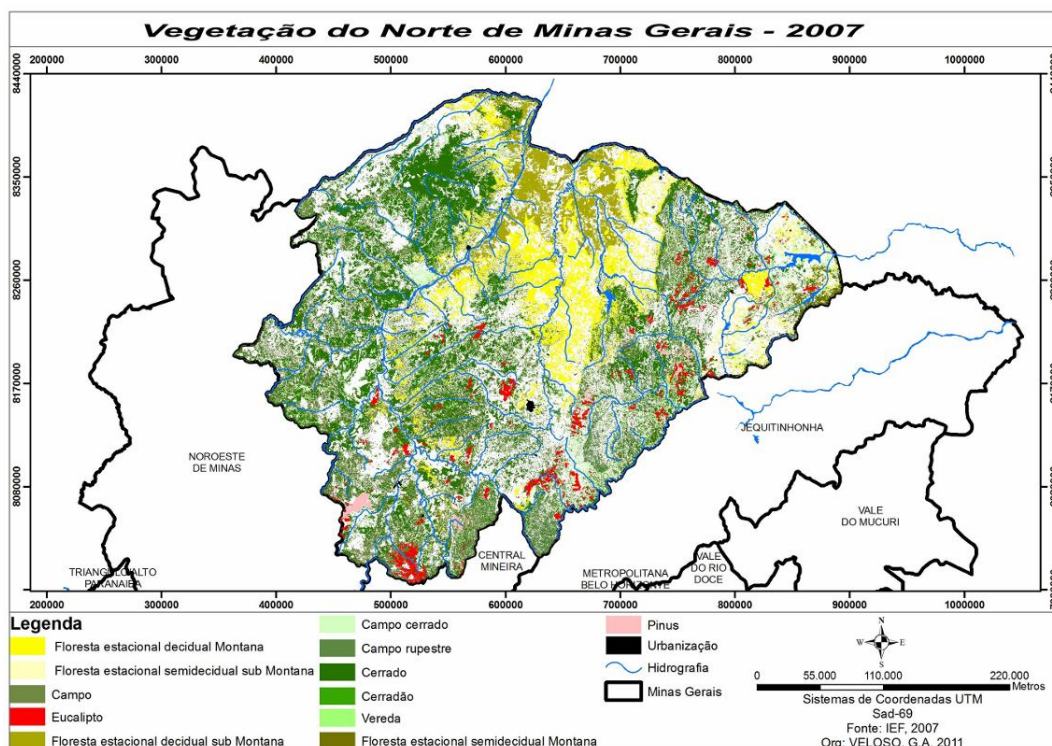
Os contratos realizados entre o poder público e as empresas tinham tempo e duração de 23 a 25 anos. Com início entre 1975 e 1987 e término entre 1999 e 2012. A empresa com maior área arrendada foi a COSIGUA – Companhia Siderúrgica Guanabara, com 34.323,11, quase metade da área arrendada no município que somou 71.139,71 ha.

Rio Pardo de Minas tem uma área total de 3.117 km<sup>2</sup> e é dividido em dois distritos, o de Rio Pardo de Minas e o de Serra Nova. A sede municipal tem altitude de 755 metros. Segundo o Censo do IBGE 2010, a população total do município é de 29.099 habitantes, sendo aproximadamente 60% residentes na zona rural.

O mapa a seguir oferece uma visualização de como a monocultura do eucalipto marcou a história, a geografia e a paisagem da região Norte de Minas.

A monocultura de eucalipto, como se percebe no mapa, está distribuída pela região norte de Minas Gerais. A área onde há a maioria dos conflitos institucionalizados é a do alto rio Pardo, onde também há uma concentração de comunidades tradicionais com maior grau de organização.

A eucaliptocultura representou um transtorno na vida dos moradores das localidades onde foi implantada, sobretudo nas comunidades que dependiam do Cerrado e da terra para sua reprodução social, como as comunidades geraizeiras. Ela causou degradação ambiental, desflorestamento e secagem de rios, afetando as comunidades mais pobres. A eucaliptocultura científica na atualidade utiliza-se de modernas tecnologias como a clonagem, que permite maior homogeneização dos plantios, maquinários que possibilitam cada vez mais o emprego de menos mão-de-obra. Tudo isso e a contínua utilização de agrotóxicos têm levado à perda da biodiversidade, ao desregulamento dos regimes hídricos e à contaminação da água.



Mapa 10- Vegetação do Norte de Minas Gerais, 2007.

Fonte: IEF, 2007. Org. VELOSO, G. A., 2011.

Como vimos anteriormente, a relação entre as noções de justiça ambiental e ecologismo popular são perspectivas complementares para a compreensão dos conflitos socioambientais que envolvem comunidades tradicionais. Essa modalidade de conflitos

apresenta como especificidade o modo de identificação, que aponta que os conflitos socioambientais vão além da disputa por recursos naturais, por território, refletem as diferentes cosmologias numa forma de contra-hegemonia ao globalitarismo.

Os conflitos socioambientais, enquanto disputas materiais e simbólicas, são reveladores das formas de poder. Saber como o poder é produzido e distribuído é necessário para entender a dinâmica do conflito. O nexos entre este e a justiça ambiental se dá pelo poder; o conflito socioambiental é uma forma de conflito que vem estabelecendo padrões diferentes na configuração do poder no século XXI.

A materialização dessa relação de poder no Brasil tem na elaboração de mapas uma forma de expressão que revela realidades e caminhos distintos no contexto socioambiental. Uma produção cartográfica contra-hegemônica vem se desenvolvendo desde a década de 90. Ela consolida o campo do conflito socioambiental como aglutinador de questões territoriais e identitárias.

Os conflitos em torno da monocultura de eucalipto, relacionados a comunidades tradicionais geraizeiras no norte de Minas Gerais, formam uma experiência das relações de poder que vêm apontando para essas novas formas de organização. Entender como essas comunidades vivem e se organizam diante do conflito e como se reproduzem socialmente é importante para entender as configurações de poder em torno desse tipo de conflito.



## **CAPÍTULO 4. OS GERAIZEIROS NO SÉCULO XXI: COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA, COMUNIDADE DE RAIZ, COMUNIDADE DE SANTANA**

O presente capítulo destaca a dinâmica da reapropriação territorial e a pesquisa participante que subsidiou a descrição dos geraizeiros, realizada junto a três comunidades que se destacam no contexto do conflito socioambiental com a monocultura do eucalipto e que se encontram em estágios diferentes de organização. A comunidade de Santana está numa fase inicial de articulação frente ao conflito; a de Raiz, numa etapa de disputa do território, com ocupação de área e bloqueio das atividades da empresa; e a comunidade de Vereda Funda, uma das pioneiras no processo de enfrentamento das empresas monocultoras de eucalipto, que já teve seu território reapropriado e reconhecido pela empresa, pelo Estado.

### **4.1 A PESQUISA E A MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DE DISPUTA TERRITORIAL**

As pesquisas realizadas nas comunidades geraizeiras serão apresentadas para melhor entendimento da dialética entre identidade, territorialidade e conflitos socioambientais.

O escopo metodológico deste trabalho contém dois caminhos paralelos que se complementam: um é a investigação sobre a relação entre comunidade tradicional e conflitos socioambientais; o outro é a pesquisa participante na forma pesquisa-ação, denominada aqui de pesquisa vivida, da qual se produziram muitas das informações e percepções utilizadas neste texto. A pesquisa-ação realizada fez parte do processo de reapropriação territorial na disputa com as empresas de eucalipto. Também foram utilizadas informações coletadas durante o diagnóstico<sup>41</sup> das “chácras” de café no município de Rio Pardo de Minas, pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e Sindicato dos trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Algumas concepções e aspectos da pesquisa-ação serão apresentados a seguir com as informações consideradas importantes para compreensão das comunidades tradicionais geraizeiras de Rio Pardo de Minas, em contexto de conflito socioambiental.

Modelos e modalidades de pesquisa vão sendo construídos afirmando e negando perspectivas de ciência, das quais os objetivos de conhecer e compreender não estão desvencilhados, assim como não estão das visões de mundo que os pesquisadores

---

<sup>41</sup> Investigação realizada em 2011, da qual participei como consultora e colaboradora da pesquisa de campo.

partilham. O que é, então, a realidade? Aquilo que existe de fato? É diferente para cada perspectiva? É possível decifrá-la? Por qual caminho? Para quê?

O caminho considerado mais adequado no âmbito desta pesquisa foi o do compartilhamento da reflexão, da realidade e da produção de conhecimento. Não é um caminho novo: já foram trilhadas diferentes caminhadas. Perspectiva científica, inserida no campo da pesquisa participante, no qual se incluem a etnografia, a observação participante e a pesquisa-ação.

O cerne das pesquisas em tela está em coletar e em sistematizar informações e estimular a reflexividade crítica. Compreender a dinâmica da comunidade, onde quem coleta e constrói as informações é também a própria comunidade. As pesquisas realizadas apontaram que existe uma grande demanda dirigida e qualificada para os pesquisadores a partir dos problemas vividos pelas comunidades. Porém, nós pesquisadores, temos muitas dificuldades de nos desprender de nossos objetos definidos e delimitados e abrir uma perspectiva científica que inclua a demanda dos “pesquisados”. Nossa preocupação acaba limitando-se a responder às nossas perguntas, muitas vezes desvinculadas dos problemas dos “nossos pesquisados”.

Esse amplo campo demarca um estilo de pesquisa que existia muito antes de haver tal denominação. Brandão (1990) observa que Malinowski, com sua imersão nas Ilhas Trobriand, e Marx, com o instrumento da enquete operária de caráter reflexivo, foram precursores da pesquisa participante.

A reflexão de todos é uma característica central da pesquisa participante. A pesquisa etnográfica, inaugurada por Malinowski, compõe esse campo, assim como outras formas que possibilitam adentrar na cultura do outro: pensar com a sua lógica, compreender seus símbolos, compartilhar seu universo. Trata-se de um “mergulho por inteiro na vida do outro (...) e compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro.” (BRANDÃO, 1999, p.12).

A pesquisa participante, que denota o compromisso de pesquisadores com a realidade, foi sistematizada e utilizada na América Latina a partir da década de 1960, acumulou experiências e se consolidou como forma de produção de conhecimento e de articulação entre diferentes formas de conhecer. Ela ocupou seu lugar na comunidade científica ao reforçar seu vínculo com o contexto e com a relação do contexto local com o aquele mais amplo.

A pesquisa participante parte, sobretudo, de uma postura a partir de uma visão processual da sociedade tendo como diretriz a investigação, reflexão, ação. Haguette (1987) aponta a dificuldade de definição deste tipo de pesquisa e na tentativa de defini-la sistematiza elementos desta metodologia que aborda a realidade agrupando-os a partir de

três diretrizes: a) pressupostos sobre a sociedade; b) pressupostos epistemológicos; c) pressupostos metodológicos. Os mesmos serão utilizados com vistas a aproximar-se de uma definição da modalidade de pesquisa participante realizada no âmbito do conflito socioambiental vivenciado pelos geraizeiros.

Como pressupostos sobre a sociedade, além da questão já colocada sobre a visão processual da sociedade que já estava apresentada desde os primórdios da pesquisa participante, destacam-se as complexidades das sociedades contemporâneas num contexto de crise civilizacional, da centralidade da questão ambiental, do avanço da globalização e a emergência de identidades invisibilizadas. Melucci (1989) elabora uma reavaliação teórica dos movimentos sociais pós anos 1970 e identifica novas formas de ação coletiva apontando a necessidade de uma redefinição de categorias analíticas e estruturas teóricas para tratamento dos movimentos sociais. Este mesmo autor indica que “os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p.58).

Enquanto pressupostos epistemológicos-metodológicos, desde a década de 1980 a pesquisa participante apresentava uma crítica à ciência hegemônica, positivista e que se diz neutra. Havia uma distinção entre ciência popular, a sabedora popular, menosprezada diante da ciência dominante, acadêmica (BORDA, 1990, p.45). O novo contexto de sociedade promovido por transformações ambientais políticas e culturais é acompanhado por transformações epistêmicas, paradigmáticas, no campo científico. Conforme explica Leff (2006):

A complexidade dos problemas sociais associados a mudanças ambientais globais abre o caminho para um pensamento da complexidade e a métodos interdisciplinares de investigação, capazes de articular diferentes conhecimentos para abranger as múltiplas relações, causalidades e interdependências que estabelecem processos de diversas ordens de materialidade: física, biológica, cultural, econômica, social, (p.279)

Da mesma forma as perspectivas epistemológicas-metodológicas movimentam-se nesse novo contexto de sociedade reorientando o desenvolvimento do conhecimento. Leff (2006) aponta três níveis dessa reorientação: “a orientação da investigação e a aplicação de saberes científicos e técnicos através de uma demanda social de conhecimento e de políticas científico-tecnológicas; a integração de processos diversos e de um conjunto de saberes existentes em torno de um objeto de estudo e de uma problemática comum, e a elaboração de um conhecimento integrado através de métodos interdisciplinares e de sistemas complexos; e a problematização dos paradigmas teóricos de diferentes ciências, determinando a reelaboração de conceitos, o surgimento de novas temáticas, a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento e a constituição de

novas disciplinas ambientais que ultrapassam os objetivos do conhecimento, os campos de experimentação e os esquemas de aplicação dos atuais paradigmas teóricos (LEFF,2006, p. 283).

Esse quadro atualizado se associa a idéias consolidadas de definições de pesquisas participantes em momentos anteriores, tais como: a realização concomitante da investigação e da ação; a participação conjunta de pesquisadores e pesquisados; a proposta político pedagógica a favor dos oprimidos (opção ideológica); o objetivo de mudança ou transformação social. (HAGUETTE, 1987, p.128).

O DRP- Diagnóstico Rural Participativo se enquadra no campo da pesquisa participante. Ele tem sua origem associada ao DRR - Diagnóstico Rural Rápido, metodologia utilizada no final dos anos de 1970 por “agências de desenvolvimento” na América Latina, África e Ásia para diagnosticar de forma rápida a situação dos grupos com vistas a uma intervenção mais calibrada, com mais proximidade da realidade dos sujeitos estudados. No DRR as informações produzidas tinham o objetivo de atender às necessidades do pesquisador, das agências de desenvolvimento.

Conforme Chambers (1995), o DRP começa a se transformar no final dos anos de 1980 orientado por um viés mais democrático e participativo valorizando a diversidade e contribuição social, os grupos. O autor descreve o DRP como um conjunto de enfoques e métodos para permitir que a população local partilhe, aperfeiçoe e analise seus conhecimentos sobre sua vida e condições com o fim de planejar e agir.

Passa, portanto a compartilhar de alguns dos princípios da pesquisa participante e mais especificamente de uma das modalidades da pesquisa participante, a denominada pesquisa-ação. As técnicas do DRP desenvolvidas e aperfeiçoadas, no diálogo com diferentes disciplinas, no campo das Organizações não governamentais e de alguns organismos governamentais “na prática” tornaram-se mediadoras importantes no processo de pesquisa, de produção de conhecimento sobre a realidade dos grupos pesquisados que também passam a ser pesquisadores.

A pesquisa vivida nas comunidades tradicionais em conflito socioambiental se formatou nesse campo - o de diagnóstico compartilhado de uma realidade com vistas a reflexão e ação. A especificidade desse contexto dá-se em relação ao fato das comunidades terem a experiência de um processo de resistência, estarem articuladas num movimento social identitário, serem sujeitos da pesquisa de sua própria realidade com objetivo próprio e compartilhado.

O diagnóstico rural participativo, que ao longo do tempo teve a contribuição de diferentes atores e disciplinas - e agora conta com novas abordagens, como as etnociências, que possuem potentes instrumentos de auxílio à compreensão da realidade -

constitui-se como importante instrumento metodológico para a pesquisa acadêmica no contexto social e epistemológico atual. Cada pesquisa, cada realidade tem suas especificidades e processo próprio. A pesquisa apresentada foi produzida no contexto do conflito socioambiental e utilizou as ferramentas básicas do diagnóstico rural participativo como a construção de calendário sazonal e o mapeamento participativo. O mapeamento participativo tinha a finalidade de posterior demarcação do território.

A pesquisa participante se reinventou mais uma vez, no início do século XXI, para potencializar sua perspectiva, que já se apresentava transdisciplinar e antipositivista, ao atrelar-se à experiência social e alicerçar-se em uma concepção dialética de conhecimento. Ela tornou-se, a partir daí, uma abordagem privilegiada, com uma perspectiva holística no reconhecimento das diferentes dimensões dos grupos sociais, para tratar aspectos do mundo social contemporâneo, como as identidades no contexto de globalização e as dimensões da relação sociedade-natureza.

A pesquisa participante não tem modelos fechados. Ela pressupõe uma construção pautada pela situação pesquisada e está vinculada ao movimento do processo social vivido pelo grupo em seu contexto. Esse é o elemento determinante da pesquisa. A modalidade de pesquisa realizada nas comunidades de Vereda Funda, Raiz e Santana é parte de um processo de pesquisa participante e de mobilização comunitária em um contexto de disputa territorial. Essas comunidades vivenciam o conflito com a monocultura de eucalipto e a pesquisa também.

A pesquisa-ação, parte da pesquisa participante destas comunidades procurava responder algumas questões práticas de interesse da comunidade: o que são as comunidades? Quais seus componentes? De onde vem sua base de vida? Quantos são em cada comunidade, quais suas condições de vida? O trabalho diagnóstico foi realizado na comunidade de Vereda Funda em 2004<sup>42</sup>; na comunidade de Raiz em setembro de 2008 e na comunidade de Santana em novembro de 2009. Alguns eixos que nortearam os trabalhos serão expostos a seguir.

O primeiro ponto de partida para as pesquisas realizadas nas comunidades é o entendimento da compatibilidade e da complementaridade entre pesquisa quantitativa e qualitativa para delinear a realidade e refletir sobre ela: ambas são visões interdependentes da mesma realidade, e fazem parte da construção e do compartilhamento do conhecer. O segundo é fugir do estereótipo de “comunidade” como um elemento estático e harmônico, tem como antecedente o mito do bom selvagem e, ainda que muitas vezes de forma inconsciente, a postura colonizadora e evolucionista.

---

<sup>42</sup> Em 2010, no âmbito do projeto “diagnóstico das chácras de café no município de Rio Pardo de Minas” foi realizada uma pesquisa semelhante na comunidade como parte do treinamento das equipes trabalhariam em outras comunidades.

Turner (2008) menciona a relutância em usar os termos “comunidade” e “sociedade” por estarem associadas a uma visão estática, que “viola o fluxo real e a variabilidade da vida social humana” (TURNER, 2008, p. 20). O autor associa o mundo social à ideia de “devir”, na tentativa de demarcar a natureza dinâmica dos processos e relações sociais.

As etapas desta pesquisa são apresentadas a partir desses pontos e no contexto da situação de conflito vivida pelas comunidades pesquisadas. Trata-se de uma intensa troca de experiências, pois são investigações realizadas com e a partir das comunidades, inclusive demandadas por estas. A descoberta pela comunidade de uma ciência que dialoga com o mundo externo a ela, mas também com ela, é muito interessante, pois ocorre a desmistificação da ideia de “pesquisa” e ciência, que fica assim ao alcance da comunidade. Percebi que os dados que mais causavam interesse e curiosidade na comunidade eram os de ordem quantitativa.

A pesquisa quantitativa, na forma de um censo, sensibiliza a comunidade para outra forma de enxergar a realidade, que é apropriada por ela desde seu planejamento. Os dados resultantes representam o mergulho da comunidade em uma parte do mundo em que vive, sob outra perspectiva, e têm funções mobilizadoras e de reflexão sobre condições de vida. Os processos que geram informação de caráter qualitativo, como trabalhos em grupo, reuniões e construções coletivas de diagramas, calendários, mapas, linhas históricas e árvores genealógicas são momentos de reflexão e afloramento de sentimentos que possibilitam uma imersão no mundo comunitário e individual.

As pesquisas nas três comunidades, apesar de algumas diferenças entre elas, seguiram o mesmo roteiro: O processo da pesquisa - discussão sobre a demanda, planejamento, treinamento, aplicação das técnicas de DRP, Censo da comunidade, sistematização, seminário de devolução, planejamento

Origem: demanda da comunidade, através do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e da rede dos movimentos sociais e organizações do campo da qual fazem parte o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM – e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre outros integrantes. Essa rede será abordada com mais detalhes no próximo capítulo.

1º - planejamento com lideranças das comunidades, quando se apresenta a necessidade de um momento de sensibilização da comunidade para o trabalho e de um grupo menor, que integre a equipe de pesquisa. Este é composto, em geral, pelas lideranças e por jovens, os com maior escolaridade e que participam da associação ou dos grupos de jovens e de pastorais.

2º - Realização de um primeiro seminário e pesquisa sobre a comunidade com dados quantitativos – o censo da comunidade<sup>43</sup>. Reunião de um a dois dias com toda a comunidade, em que são desenvolvidos trabalhos em grupo, visando a construir o histórico da comunidade, por meio de linha do tempo, de árvore genealógica e de mapa do território antes da entrada da monocultura de eucalipto. Nessa reunião, explica-se que será realizada uma pesquisa de casa em casa, por meio de questionário, para obter informações como número de pessoas, de famílias, de casas, tamanho da terra de cada família e área de que é formada comunidade, entre outras. A equipe de pesquisa é composta por assessores, lideranças e membros da comunidade. Um treinamento é realizado e, na sequência (geralmente nos dias seguintes) aplica-se o questionário em todas as casas da comunidade. Toda a segunda etapa costuma durar de dois a três dias.

3º - As informações coletadas são processadas, tabuladas e analisadas. A equipe de pesquisa se reúne para que toda ela se aproprie dos dados processados.

4º- Um segundo seminário é realizado, em que são apresentados os dados coletados, como o histórico, a árvore genealógica e a rotina diária, entre outros. Quem apresenta os dados são os membros da equipe de pesquisa, que pertencem à comunidade, de forma a que todos possam entender as informações. Essa fase objetiva averiguar, validar e problematizar as informações produzidas e sistematizadas e provocar discussões sobre elas.

5º-Os dados são complementados e entrevistas realizadas, quando uma problematização em relação às informações coletadas ocorre novamente.

Esse resumo/roteiro é uma síntese do que aconteceu nas experiências realizadas<sup>44</sup>.

Tais processos se desenvolveram de forma rápida, visto que ocorreram em comunidades mobilizadas e atendendo a seus interesses, pois a partir dessas informações sistematizadas as comunidades e suas assessorias produzem documentos que subsidiam o pedido legal de reconhecimento de seus territórios pelo Estado.

A comunidade redescobre sua história desde o primeiro encontro. Ela é trabalhada por meio de uma “linha do tempo”, em que seus membros vão relatando momentos que consideram importantes, como datas, secas, chuvas, festas, doenças, acontecimentos, curiosidades; e pela construção da “árvore das famílias” – a árvore genealógica – com o objetivo de encontrar as primeiras famílias que moraram na localidade a partir da memória de seus descendentes. É uma experiência ímpar, que promove profunda reflexão sobre o direito de viver no mesmo lugar dos pais, avós e bisavós, e que expõe as relações de

---

<sup>43</sup> Ver Anexo 2: O mesmo questionário aplicado nas três comunidades pesquisadas.

<sup>44</sup> Esquema dos trabalhos desenvolvidos nas comunidades no anexo 12, pág.269.

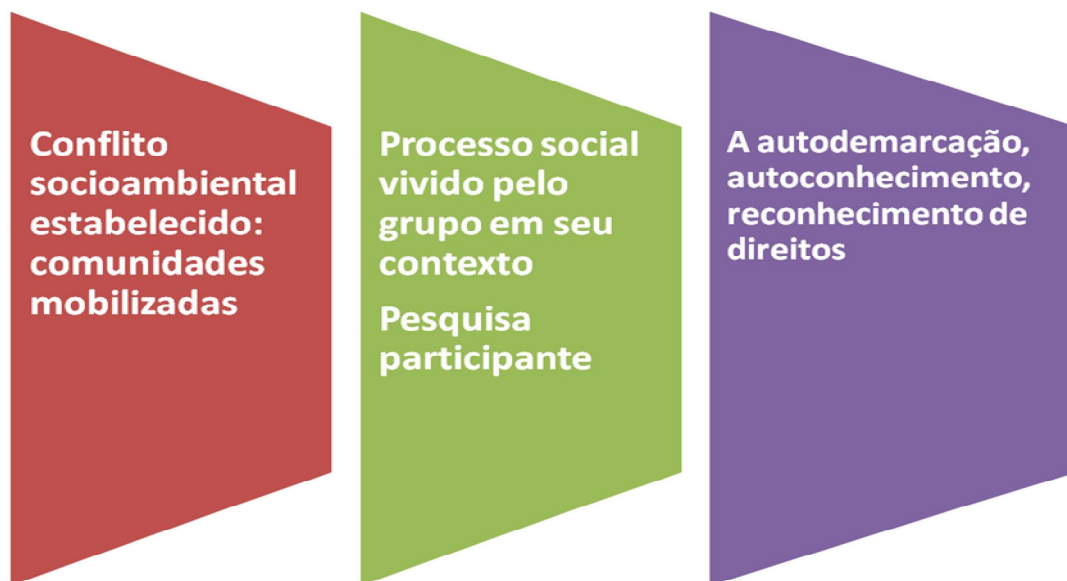
parentesco, de fraternidade e também de conflito entre algumas famílias. A identidade e o pertencimento se fortalecem, com todas as contradições inerentes às relações comunitárias.

Outras técnicas foram utilizadas, como calendários sazonais, rotinas diárias e calendário de festividades, para conhecer e refletir sobre a cultura, a economia, a história e perceber as relações com os problemas vividos no cotidiano. São algumas técnicas adaptadas da caixa de ferramentas de diagnósticos rurais participativos, enriquecidas com o censo da comunidade e mediadas por membros da própria comunidade.

Um elemento fundamental nesse trabalho é o mapa da comunidade, tal como já foi apresentado na noção de mapeamento participativo. Elaborado pela comunidade em um processo de reflexão e exercício de memória de como era a comunidade antes da monocultura de eucalipto, o mapa materializa as demandas territoriais e políticas da comunidade mobilizada em termos do que ela considera ser seu direito, seu território.

O reconhecimento de direitos, a introjeção da ideia de direitos violados se constrói e se explicita a partir de uma dinâmica da qual o conflito socioambiental é um elemento importante e desencadeador, em certos aspectos, de um fortalecimento comunitário, identitário.

Esquema do processo comunitário relacionado ao conflito





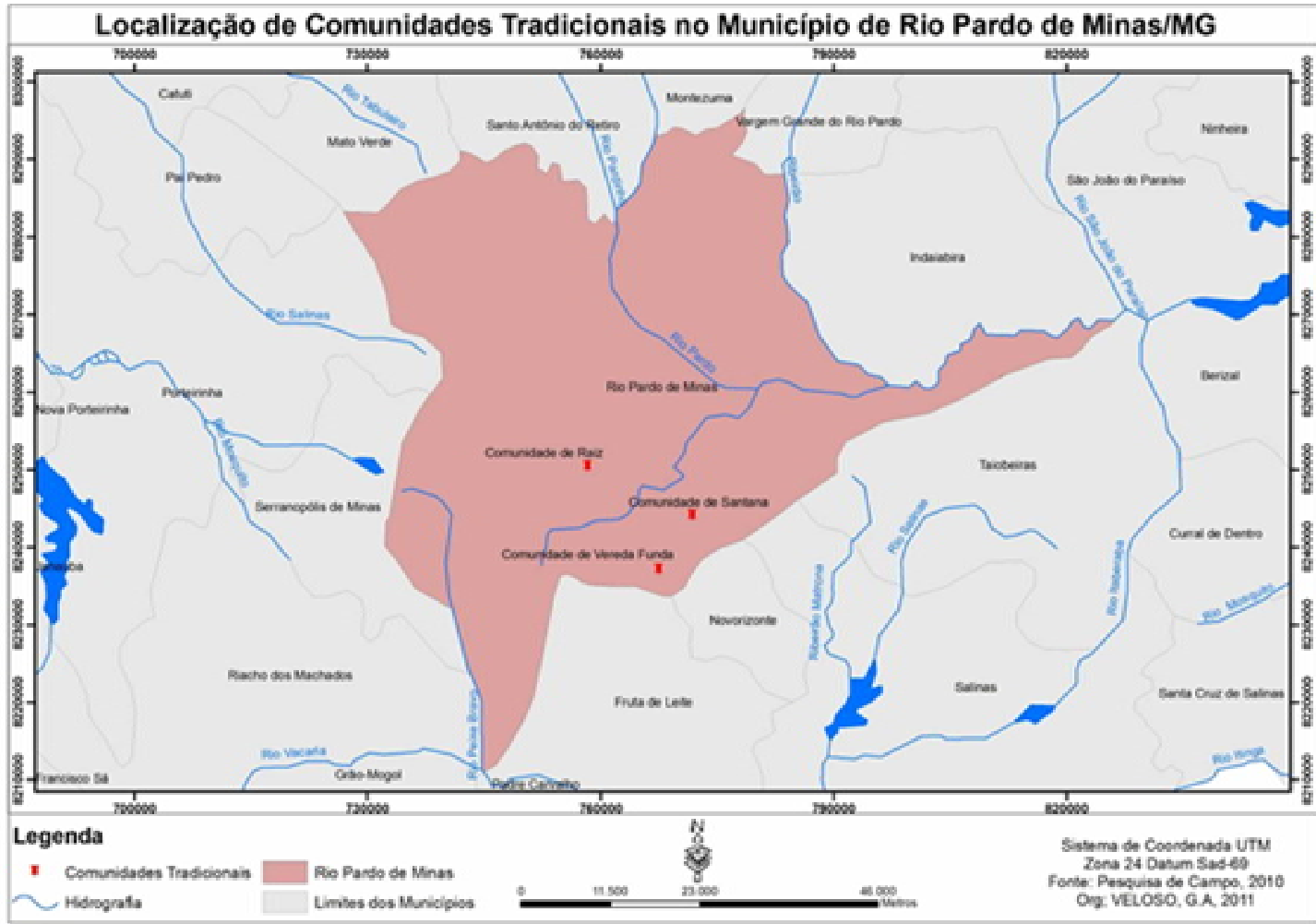
Algumas características das comunidades que auxiliam no entendimento das comunidades tradicionais geraizeiras em seu contexto contemporâneo serão aqui focalizadas.

Cada comunidade, apesar de passar por processos semelhantes, vivenciou o conflito de forma diferente, em momentos diferentes e com suas especificidades. A comunidade de Vereda Funda iniciou em 2004 o processo diagnóstico, quando fui convidada para coordenar a pesquisa que precisavam fazer para pleitear as terras junto ao Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER. Em final de 2004 e início de 2005 acirrou-se o enfrentamento com a empresa monocultora de eucalipto, que ocupou suas terras e abriu caminho para várias outras comunidades que viram, a partir dela, possibilidades de reação e perspectivas de reconstrução.

A comunidade de Raiz deu algum apoio à comunidade de Vereda Funda, na época da ocupação, em 2004, e ficou maturando seu movimento mais organizado até 2007. Em 2008 resolveu avançar na retomada de suas terras. A comunidade de Santana não esteve inicialmente integrada na luta das outras comunidades. Só em 2008 começou a mobilizar-se para somente em 2009 investir no diagnóstico. As três comunidades representam três estágios diferentes da caminhada, que podemos classificar como: começo, Santana; meio, Raiz e fim, Vereda Funda.

A comunidade de Raiz situa-se na bacia hidrográfica do Riacho dos Cavalos e as comunidades de Vereda Funda e de Santana na bacia hidrográfica do córrego Santana, ambos afluentes da margem direita do alto curso do rio Pardo, no município de Rio Pardo de Minas, norte de Minas Gerais.

A seguir o mapa com a localização das comunidades estudadas.



Mapa 11- Localização das comunidades de Vereda Funda, Santana e Raiz, município de Rio Pardo de Minas.  
 Fonte: Pesquisa de Campo. Brito, 2010. Org. Veloso, G. A. 2011.

## 4.2 A COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA

O primeiro diagnóstico da comunidade de Vereda Funda foi realizado em 2004. Outro foi realizado em 2010, no âmbito da pesquisa das “Chácras” de café, já apresentado anteriormente.

Essa comunidade teve sua origem por volta de 1850; é típica de geraizeiros e afetada pela monocultura de eucalipto. As famílias que a compõem na atualidade são descendentes das primeiras que ocuparam a localidade. Parte de sua área foi considerada terra pública e arrendada para a empresa de reflorestamento Companhia Siderúrgica Guanabara-Cosigua, que passou seus direitos para a empresa Florestaminas S. A. Os agricultores-extrativistas ficaram ilhados pelo eucalipto, além da grande restrição no espaço e no seu modo peculiar de vida.

Vereda Funda vivenciou um processo de mobilização mais intenso desde 2002, articulada com o Sindicato de trabalhadores Rurais e com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Em 2004 a área arrendada pela empresa foi ocupada, período no qual a comunidade deu início ao processo de reapropriação de seu território.

### 4.2.1 A pesquisa de 2004 – Vereda Funda: Histórico

O nome Vereda Funda, segundo os moradores, tem origem na vereda que existia em uma das entradas da comunidade, que é bem espalhada pelo território, compreendendo os seguintes grupos de vizinhança: Barra; Boa Vista; Cabeceira da Boa Vista; Cabeceirão; Cambaúba; Castainha; Gangorra; Ilha; Malhadinha; Matos dos Cavalos; Olhos D’água; Pedra Branca; Porcos; Vereda Funda; Ponte Grande.

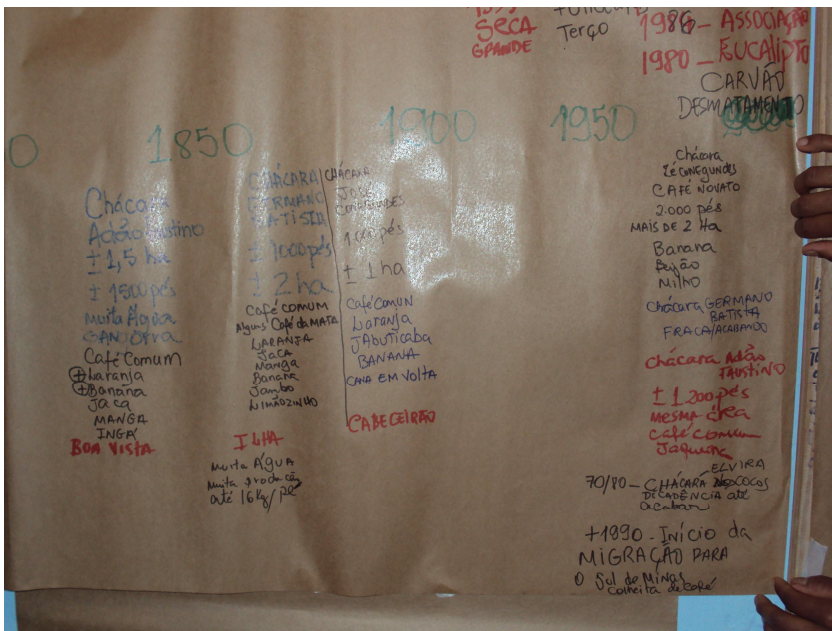
Na “árvore genealógica”, construída com a colaboração dos moradores mais idosos, foram registradas mais de cinco gerações a partir da memória sobre os antepassados. Chega-se até o século XIX com as famílias de: Adão Faustino, Jerônimo Carvalho, José Batista, Bibiano Teodoro dos Santos, Sabina Rodrigues, José Conegundes, Germano Pereira, José Carlos de Oliveira. As famílias que constituem a comunidade de Vereda Funda são descendentes das famílias citadas.

Em seguida é apresentada fotografia do exercício de produção da árvore genealógica em 2004 e 2010. No ano de 2004, a atividade foi realizada em três etapas: na primeira, em reunião com os mais idosos da comunidade, foi realizado um levantamento dos nomes e sobrenomes de todas as famílias ali residentes. Na segunda etapa, em reunião com parte da comunidade, foram montados os ramos principais e mais antigos. Na terceira reunião, com toda a comunidade, foi desenvolvida uma atividade em que cada pessoa escrevia seu nome em um papel e em seguida encontrava seu local nos ramos ali apresentados.



Fotografia 8- Exercício de produção da árvore genealógica feito pela comunidade de Vereda Funda, em 2004. Fonte: Sindicato dos trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas

No ano de 2010, foi feito um novo exercício de memória, conjugado com uma linha do tempo, buscando resgatar também a existência das “chácras” de café.



Fotografias 9 - Exercício de linha do tempo genealógica feito pela comunidade de Vereda Funda, em 2010. Fonte: Pesquisa de campo.

O diagnóstico da comunidade de Vereda Funda, realizado em 2004<sup>45</sup>, foi de fundamental importância para o entendimento coletivo do significado da monocultura de eucalipto na vida da comunidade e para seu posicionamento diante das disputas com a empresa.



Fotografia 10 – Fotografias dos cartazes de apresentação dos dados da pesquisa na comunidade.  
Fonte: Pesquisa de campo.

Depois da realização do diagnóstico houve uma problematização sobre a realidade que a pesquisa apontava: chamou muito a atenção dos moradores o fato de os aposentados e dos que migravam serem os maiores responsáveis pela maior parte da sustentação material da comunidade.



Fotografia 11 – Reunião da Comunidade Vereda Funda no caramanchão.  
Fonte: CAA-NM.

<sup>45</sup> Os dados das pesquisas encontram-se no Anexo

A foto acima retrata uma reunião da comunidade de Vereda Funda, num caramanchão construído pela comunidade em área que estava sob posse da empresa, em 2004. Na foto abaixo vemos o caramanchão, utilizado na reunião dos geraizeiros, já destruído pela empresa monocultora de eucalipto.



Fotografia 12 – Caramanchão da comunidade de Vereda Funda destruído.  
Fonte: CAA-NM.

Na madrugada do dia 21 de Novembro de 2004 ocorreu a ocupação da área pelos moradores da comunidade, com apoio de várias outras comunidades, assim como de várias organizações: CAA-NM, CPT, MST, entre outras organizações e grupos.



Fotografia 13 – Foto do acampamento no primeiro dia de ocupação.  
Fonte: CAA/NM.

Depois de um conflito acirrado em várias instâncias, o grupo consolidou o território de Vereda Funda, desde então reconquistado. A história da comunidade de Vereda Funda é longa e densa e como história está sendo construída. O quadro a seguir apresenta uma síntese por meio de seus principais eventos.

ANO	EVENTOS IMPORTANTES
<b>Aprox. 1850</b>	Memória das famílias que estabeleceram a comunidade – Adão Faustino, Jerônimo Carvalho, José Batista.
<b>Aprox. 1930</b>	Revoltosos – Coluna Prestes passa pela região.
<b>1939</b>	Grande seca.
<b>1970</b>	Grupos de reflexão orientados pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – da Igreja Católica. Grupos que se reuniam para estudar e debater o roteiro de reflexão – grupo de oração da Igreja Católica.
<b>De 1980-82</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plantio de eucalipto pelas empresas Florestaminas e Cosigua.</li> <li>• Contrato de arrendamento com a Florestaminas, de 1980 a 2003, de uma área com 5.328 ha.</li> </ul>
<b>1986</b>	Criação da Associação de Lavradores da Comunidade de Vereda Funda.
<b>1990</b>	Decadência das nascentes e córregos e migração forte para o Sul de Minas para colher café.
<b>2002 -2003</b>	Mobilização em torno da finalização do contrato da empresa com o Estado em terras da comunidade.
<b>2004</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa-ação na comunidade de Vereda Funda.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação de área com eucalipto, acampamento e derrubada de fornos de carvão.</li> <li>• Construção da primeira versão do projeto de reconversão agroextrativista da comunidade.</li> <li>• Requerimento da área ao Estado de Minas Gerais, através do Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER.</li> </ul>
<b>2006</b>	Encontro de atingidos pela monocultura de eucalipto na comunidade de Vereda Funda.
<b>2005-2010</b>	Conflitos com a empresa de eucalipto, problemas com a polícia, audiências públicas.
<b>2008</b>	Conferência Geraizeira em Vereda Funda.
<b>2010</b>	Reconhecimento do direito da comunidade sobre a área, pelo Estado de Minas Gerais.
<b>2011</b>	Área repassada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – para implantação de Assentamento Agroextrativista.

Quadro 5 – Histórico da comunidade de Vereda Funda.  
Fonte: Pesquisa. BRITO, Isabel C., 2011.

A reapropriação territorial de Vereda Funda é resultado de um processo vivido por esses grupos de famílias com sua história e identidade, em conjunto com novas aprendizagens formuladas e reformuladas na luta pela terra. Reafirma-se uma cosmovisão diferenciada da racionalidade mercantil, na qual são levados em consideração valores como o compadrio, a amizade, tecendo uma malha de solidariedade. Uma das diretrizes da reapropriação territorial é a reconversão extrativista, projeto que visa ao ordenamento territorial das terras pleiteadas. Carrara (2007) aponta que a reconversão agroextrativista não é um retorno aos modos de produzir do passado, mas uma atualização para o novo contexto vivido pelas comunidades e destaca do projeto

a proposta de recuperação das áreas degradadas pela monocultura do eucalipto e a restauração do cerrado já totalmente comprometido. Esse caso retrata uma reconversão propriamente dita, no significado mais direto do termo, onde se pretende recuperar o território em três aspectos: dominial, produtivo e ecológico. (CARRARA, 2007, p. 103).

A comunidade de Vereda Funda está em estágio de implantação do projeto sócio-produtivo de reconversão agroextrativista, pensado a partir das diretrizes gerais do projeto idealizado coletivamente no encontro de Brejinho em 2004, que reuniu comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto da região de Rio Pardo de Minas.

A área reapropriada e reconhecida pelo Estado é de 4.906 ha; é administrada pela Associação Comunitária de Vereda Funda, que planejou um ordenamento territorial com base em estudos e mapeamento dos solos, da vegetação e dos recursos hídricos e num intenso processo de mobilização e participação comunitária. A associação contou com uma rede de colaboradores de ONG's, do Estado, de universidades e com o Sindicato de



Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, que fez a ponte entre a comunidade e as diversas assessorias.

Esse ordenamento territorial, com base no conhecimento geraizeiro sobre o seu território, na participação das famílias, na conexão com a rede regional, nacional e internacional da qual a comunidade passou a fazer parte, possibilitou uma espécie de tradução do contexto e da situação atuais pelos geraizeiros, conformando o seu modo de vida ao século XXI.

Nesse aspecto, os geraizeiros de Vereda Funda avançam numa experiência de regularização fundiária tentando conciliar suas tradições, necessidades e princípios com o que o Estado reconhece e aceita como propriedade.

O plano de uso do território da comunidade de Vereda Funda garante o direito à terra aos membros da comunidade, mas determina que não será emitido título individual de propriedade. A regularização fundiária se dará de forma coletiva, através de Contrato de Direito Real de Uso, firmado entre o INCRA e a Associação dos Moradores de Vereda Funda. Assim, a venda e a compra de terras, sem a permissão da Associação dos Moradores e do INCRA, é proibida.

A área e a gestão do território, conforme o estatuto que regulamenta as formas de seu uso, contemplam

parcela Familiar – que deve representar até no máximo 40% do projeto, com lotes de tamanho máximo de 10 hectares por família. Nestas parcelas os moradores terão autorização para alterar o uso do solo, mas seguindo a legislação ambiental e o Plano de Utilização do PAE-Vereda Funda.

Parcela de Produção Agroextrativista – essas parcelas serão de uso comunitário, regido por um regulamento interno e o manejo previsto deve estar de acordo com o Plano de Utilização do PAE.

Parcela de Infra-estrutura comunitária – são parcelas de uso comunitário destinadas à instalação de infra-estrutura para o beneficiamento da produção, viveiro de mudas, escolas, casas de saúde, áreas de lazer, entre outros.

Parcela de Preservação Ambiental – são áreas de reserva legal, proteção permanente, e uso restrito, têm por objetivo a proteção e conservação das cabeceiras de nascentes e córregos e áreas que porventura ainda contenham remanescentes da vegetação nativa. Objetiva também garantir os ciclos ecológicos e a perpetuação de espécies da fauna e flora. Com critérios e sob diferentes níveis, a parcela de uso restrito pode-se constituir como área de uso direto através de plano de manejo sustentável e de acordo com a legislação em vigor, viabilizando a coleta de frutos, plantas medicinais, apicultura, etc. Nestas áreas fica proibida a solta de gado bovino. (Plano de uso do território de Vereda Funda. Projeto de Reconversão Agroextrativista, vide anexo).

O plano está em execução desde 2008, bem antes do reconhecimento oficial da posse do território. O projeto já apresenta alguns resultados, sobretudo no que tange às nascentes, com a recuperação florestal de algumas delas e a construção de trezentas bacias de contenção de água de chuva. A construção de alguns equipamentos infra-estruturais

comunitários, entre outros projetos, são ações desenvolvidas pela comunidade. A realidade da comunidade de Vereda Funda se transformou nos últimos anos, principalmente pelo encaminhamento da questão da terra: a partir da reconquista do território não existiu mais família sem terra.

A questão do espaço necessário para a reprodução social das famílias foi um dos aspectos que mudou com a ampliação do território. A área sob posse da comunidade em 2004, ou seja, a soma das áreas das famílias, era de 1.537 ha. Cerca de 45% das famílias tinham cinco hectares ou menos e 40% delas eram comodatárias – categoria utilizada localmente para designar pessoas que moram na terra, mas não são dela proprietárias e nem pagam aluguel a quem elas pertencem, que são parentes ou amigos. Todas as famílias, hoje em dia, têm no mínimo dez hectares de terra, conforme previsto no projeto de reconversão agroextrativista, além de acesso à área de uso comunitário.

Algumas das principais transformações perceptíveis ocorridas entre 2004 e 2011 na comunidade de Vereda Funda, que têm como marco o processo de reapropriação territorial, estão organizadas por temas e sistematizadas no quadro a seguir:

<b>TEMA</b>	<b>ANTES DO CONFLITO E DA REAPROPRIAÇÃO</b>	<b>APÓS A REAPROPRIAÇÃO</b>
<b>ÁGUA</b>	<p>Do total de 45 minas de água existentes na comunidade antes da implantação da monocultura de eucalipto, seis foram consideradas sobreviventes no ano de 2004, embora não-perenes.</p> <p>Foi registrado um processo crescente de desabastecimento hídrico das famílias, das propriedades e da comunidade.</p>	<p>Pelo menos uma mina de água, a mina Malhadinha, foi restabelecida de forma perene e outras três que haviam secado voltaram a correr.</p> <p>Os moradores da comunidade relataram um processo de restabelecimento do abastecimento hídrico através da restauração dos cursos d'água, da contenção de erosões e assoreamentos do leito dos córregos e do sistema de bombeamento e distribuição.</p>
<b>TERRA E TERRITÓRIO</b>	<p>Toda área de chapada e parte de encostas estavam sob o controle da empresa de eucalipto (4.906 ha), desde a década de 1980.</p> <p>Manutenção e aprofundamento da concentração fundiária atingem a reprodução familiar e provoca a falta crescente de espaço para os filhos.</p> <p>Processo erosivo intenso e</p>	<p>Posse, controle e uso de 4.906 ha reapropriados pela comunidade desde 2004.</p> <p>Ampliação do espaço de produção agroextrativista (mínimo de dez ha por família, além das áreas destinadas à produção familiar, entre um e três ha).</p> <p>Processo erosivo contido parcialmente com a construção de 300 bacias de contenção de água de enxurrada e o reordenamento do uso e da ocupação do solo</p>

TEMA	ANTES DO CONFLITO E DA REAPROPRIAÇÃO	APÓS A REAPROPRIAÇÃO
	descontrolado.  Contaminação do solo e da água por agrotóxicos.	(zoneamento agro-ambiental).  Reconhecimento, pela comunidade, da devastação da vegetação nativa e da contaminação da água, casos de câncer e leishmaniose, e seus efeitos sobre sua saúde.
VEGETAÇÃO	100% ocupada pela monocultura do eucalipto (4.906 ha).	Reordenamento territorial: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 25% Reserva Legal.</li> <li>✓ 10% Área de Uso Restrito.</li> <li>✓ 30% – Área de Produção Familiar e usos afins.</li> <li>✓ 20% – Área de Produção Agroextrativista.</li> <li>✓ 10% – Área de Infra-estrutura comunitária (escolas, unidades de beneficiamento da produção, viveiros, área de lazer, etc).</li> </ul>
PRODUÇÃO	Produção e beneficiamento de produtos pelas famílias de agricultore(a)s diminuem. Perda de agrobiodiversidade e de modos de plantar.	Estímulo à potencialização da produção, à recuperação de “chácras” de café, à implantação de roças e a unidades de beneficiamento de frutas e café.  Fortalecimento do extrativismo e das culturas tradicionais.  Aumento da produtividade.
ORGANIZAÇÃO	Organização comunitária e religiosa.  Baixa infra-estrutura escolar.	Fortalecimento das organizações comunitária e religiosa e surgimento da organização cooperativista para a dinamização da produção agroextrativista da comunidade – COPAV.  Construção da Escola família-agrícola <sup>46</sup> de Formação Agroecológica de Vereda Funda.  Organização de grupo de mulheres.
DINÂMICA SOCIO-CULTURAL	Desaparecimento de práticas culturais e alimentares.  Migração permanente e sazonal crescentes.	Valorização de práticas como a Folia de Reis, ressurgimento de danças e de festas.  Intercâmbio com comunidades

<sup>46</sup> Escola família agrícola (EFA) é uma modalidade de escola baseada na pedagogia da alternância e voltada para o campo. Lá o aluno estuda alguns períodos do ano na escola, e parte na propriedade rural onde mora. Geralmente se localiza na zona rural e tem o objetivo de valorizar o meio rural e proporcionar uma educação adequada às famílias de agricultores.

TEMA	ANTES DO CONFLITO E DA REAPROPRIAÇÃO	APÓS A REAPROPRIAÇÃO
	Jovens migrando para a cidade para estudar.	vizinhas.  Diminuição da migração sazonal.  Atividades produtivas envolvendo jovens, como viveiro de mudas, “chácra” de café e beneficiamento do café.

Quadro 6 – Quadro comparativo da situação das transformações relacionadas à reapropriação territorial – Comunidade de Vereda Funda.

Fonte: Levantamento da pesquisa de campo.

A situação da comunidade de Vereda Funda em 2011, se comparada àquela vivida em 2004, registra mudanças quantitativas e qualitativas. Entre as mudanças quantitativas destaca-se o acesso a terra, quando houve um aumento de pelo menos dez ha de terra para cada família, numa comunidade onde 21,4% tinham até dois ha, e 23,8% tinham entre dois e cinco hectares.

Essa nova conjuntura fundiária mudou as perspectivas de vida e de produção da comunidade. Apesar de a área reconquistada estar degradada pela monocultura de eucalipto, a comunidade projeta, recupera e constrói uma perspectiva de futuro.



Fotografia 14 – Terreiro de secagem de café.

Fonte: Diagnóstico Vereda Funda, 2011.

As perspectivas renovadas quanto à terra, à água e à produção deram origem a alguns projetos que estão sendo empreendidos pela comunidade, como o de beneficiamento do café de “chácra” e de frutas do cerrado. Há uma unidade de desidratação de frutas e confecção de doces; projetos de criação de uma padaria e de constituição de uma escola família agrícola na comunidade.



Fotografia 15 – Colheita de café na “chacra”, Vereda Funda, 2010.  
Fonte: CAA-NM.

As chácaras de café estão sendo revitalizadas. Sua existência foi identificada, no diagnóstico sobre o tema, nas propriedades de 69 famílias. A origem delas data de pelo menos dez anos seguintes a 1850.

Esses projetos materializam os principais desafios e preocupações: produzir, viver da produção e educar crianças e jovens. A educação à qual tem acesso é considerada pelos geraizeiros de baixa qualidade e inadequada aos interesses da comunidade. Os conteúdos são trabalhados nas escolas, segundo relatos dos agricultores, de forma a desvalorizar seu modo de vida. Eles apontam a “deformação” dos jovens.

A nucleação, que leva os que cursam o Ensino Médio para estudar na cidade, é uma forma de incentivá-los a sair das comunidades e “não os prepara para nada”. A maioria dos jovens da comunidade que frequenta essas escolas não consegue prosseguir nos estudos nem ter uma profissão, conforme relato a seguir:

muitas vezes na escola os meninos são massacrados, deformados e nós temos que reformar. No nosso projeto tem um centro de formação, mas vai ficar esquisito. Aprende aqui e desaprende lá. Precisamos de ter uma escola nossa, e é rápido. Tá muito difícil para os jovens da comunidade estudar. (Comunidade de Vereda Funda, Encontro de planejamento, 24/9/2009).

A dimensão simbólica da comunidade também se ressignificou em vários aspectos. O ser diferente ganhou novas representações, como ser geraizeiro ou ser lavrador. A construção do discurso dos geraizeiros de Vereda Funda se fez a partir das vivências históricas e sociais, no contexto do conflito e diante da assimetria de poder em relação às empresas de eucalipto. Uma das estratégias utilizadas foi a potencialização das redes de

solidariedade, e as ações no período de disputa direta se deram sempre a partir do grupo, de mutirões.

O elemento religioso foi fundamental na releitura dos direitos da comunidade e do pertencimento a ela. O que se iniciou como comunidade religiosa passou a ser comunidade religiosa de luta. Esse elemento se reproduziu na vivência dos jovens da comunidade. A organização por parentesco facilitou a divisão do trabalho a ser realizado. A perspectiva de solidariedade ampliou a capacidade de ação da comunidade, que passou a dar suporte a outras na organização de suas lutas.

Os cultos que sempre existiram foram dinamizados, assim como a Folia de Reis, as festas e as cirandas. A celebração religiosa inicia e finaliza reuniões e encontros. Os problemas da comunidade são tratados também nas celebrações que, como um catalisador das reflexões, propicia momentos de comunhão.

A consciência do contexto sociocultural da comunidade e o acionamento da identidade e da cultura são inspirações das recriações geraizeiras. Suas comunidades tradicionais passam a ser sujeitos de direitos institucionalizados, no contexto sociopolítico nacional do século XXI, ao acionar essa identidade. Ela significa modo de ser e de viver e foi ativada na disputa do “povo da terra” em oposição às empresas, que se tornaram entes todo-poderosos na década de 1980/90 e não estão materializadas em pessoas ou lugares, mas nas “firmas”, nome utilizado localmente para designá-las.



Fotografia 16 – Culto ao final de reunião do grupo de jovens da comunidade de Vereda Funda, 2010.  
Fonte: Pesquisa de campo.

A implicação da religiosidade na forma de perceber o mundo, ou seja, na matriz do *ethos* das comunidades, é uma referência na forma de agir, nas crenças e na reprodução da vida. A interpretação geraizeira da religiosidade de matriz católica deu ênfase à partilha. As comunidades pesquisadas se fundaram a partir do pertencimento a uma comunidade religiosa. Os cultos dinamizaram a fundação da comunidade política, que passou a ser a possibilidade de garantir o pertencimento a “um lugar” – o das famílias, dos primos, dos tios, dos avós – e a permanência nele.

O lugar de pertencimento do geraizeiro se diferencia pela forma de sustento: extrativismo, roça, quintal, criação de gado. Ele se modificou ao longo do tempo e se tornou mais complexo com as restrições advindas da implantação da monocultura de eucalipto, o que levou o geraizeiro a fazer diversas traduções. A dinâmica da comunidade passou a incorporar novos hábitos e a busca por restabelecer hábitos e costumes perdidos, a partir das relações que as comunidades criaram nessa busca pela permanência e pela reconstrução dos lugares de vida.



Fotografia 17 – Mutirão para construção de estruturas para abastecimento hídrico na comunidade. Vereda Funda, 2010. Fonte: CAA-NM

A análise do processo social proposta por Turner, por meio do conceito de drama social, em que a situação limite vivida pelo grupo é denominada “liminaridade”, é uma forma de compreender a experiência vivida por essas comunidades. Diante dessa liminaridade, elas processaram um conjunto de conhecimentos coletivos para atuarem num contexto onde sempre estiveram em desvantagem. A consciência do significado atual de tradicionalidade

para uma comunidade rural acionou e reforçou aspectos de sua identidade. Isso possibilitou o entendimento do contexto em que perderam suas terras e a posição que poderiam ocupar usando a “inteligência comunitária” (modo de pensar e agir construído pelos grupos em situação de liminaridade) para reestruturarem-se de maneira a se posicionarem e agirem para garantir sua forma de ser, de viver e seu território.

As experiências dessas comunidades apontam aspectos importantes no que tange à “tradicionalidade”, como apresenta Brandão (2010). Muito além de características e especificidades de um grupo, comunidade ou sociedade, a “tradicionalidade”, na comunidade geraizeira, representa um modo de vida que tem sua dinâmica vinculada à sua identidade e ao processo histórico-social vivenciado pelo grupo. Essa tradicionalidade foi acionada, nas tensões territoriais, para promover mudança.



Fotografia 18 – Coordenadora do grupo de produção na unidade de produção de doce e desidratação de frutas da comunidade de Vereda Funda, 2010.  
Fonte: Pesquisa de campo.





Fotografia 19 – Reunião na sede da comunidade de Vereda Funda, 2010.  
Fonte: Pesquisa de campo.

A valorização do parentesco é outra continuidade marcante. As comunidades têm na origem algumas famílias que as estruturaram a partir da mistura e da aceitação de pessoas de fora da comunidade, em geral pelo casamento de um dos membros. Os que chegaram, passaram a fazer parte da família e, de alguma forma identificados com ela, tornaram-se parentes entre si, vinculados pela e com a terra. Relações de parentesco entre comunidades diferentes também foram identificadas.

#### 4.3 A COMUNIDADE DE RAIZ

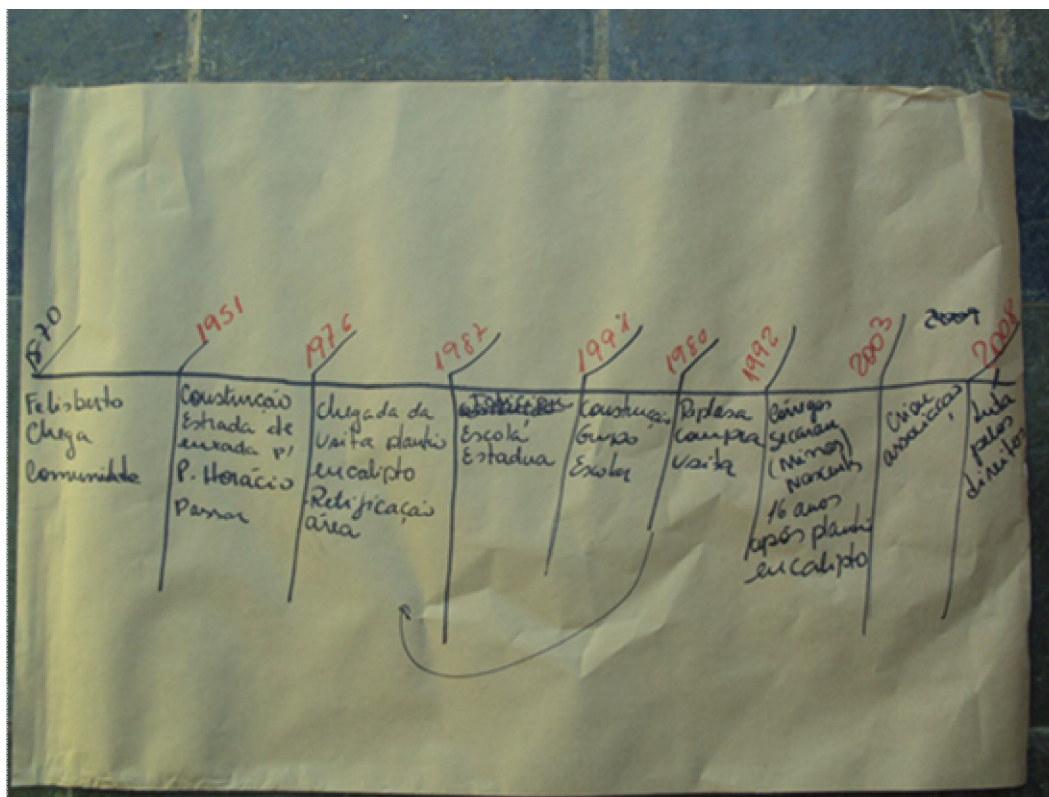
O mapeamento e levantamento de dados sobre a comunidade de Raiz e seu histórico foram realizados em setembro de 2009, em trabalho de campo. Algumas lideranças da comunidade já haviam participado de atividades na comunidade de Vereda Funda e em encontros promovidos pelo STR/RPM. A partir daí solicitaram ao STR/RPM o início de um trabalho de diagnóstico da comunidade visando à recomposição do território.



Fotografia 20 – Reunião de planejamento do diagnóstico na Comunidade Raiz, realizada na escola da comunidade.  
Fonte: Diagnóstico, 2008.

A partir da reunião de planejamento foram desenvolvidas as atividades de diagnóstico, tais como: árvore de famílias, histórico da comunidade (linha do tempo), esboço do mapa da autodemarcação, calendários produtivos, entre outros.

A árvore de famílias, árvore genealógica da comunidade, foi produzida a partir da memória de seus membros e contou com a participação dos idosos, o mais velho com cerca de oitenta anos. Ela recuou até aproximadamente 1840, com a família de Leonardo Ramos de Oliveira e Zulmira, considerados os primeiros na localidade. A data de 1870, porém, quando se fez um esforço de resgatar a partir da memória coletiva o histórico da comunidade, através da linha do tempo, surgiu como marco fundamental, com a chegada de Felizberto.



Fotografia 21 – “Linha do tempo” da comunidade de Raiz.  
Fonte: Diagnóstico Raiz, 2008.

Conforme relato dos moradores, a comunidade já estava estruturada, com a maioria das famílias nas suas áreas, nos anos entre 1910 e 1920, tinha uma dinâmica produtiva com agricultura, e muita criação de gado.

Todo mundo tinha seu gadinho, não tinha quem não gostava ou não queria, quase tudo criava, tinham roça de mandioca e feijão e do que era preciso pra viver. A água era com fartura, tinha seca sim, mas mesmo com seca aqui dava muita coisa. Em época de seca o pessoal da caatinga vinha socorrer aqui. (Relato de morador da comunidade de Raiz, 25/4/2009, Seminário de Devolução).

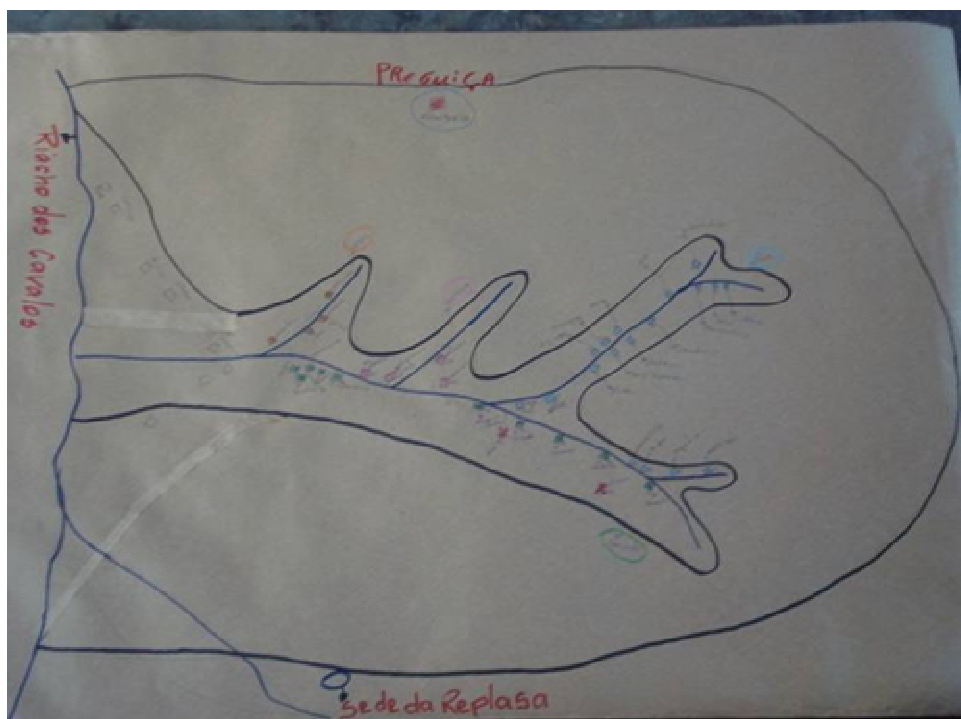
Os moradores relataram a abertura com enxada, por eles mesmos, em 1931, de uma estrada para permitir passagem de carro. Até então o transporte era feito a cavalo e com burros, por meio de trilhas:

Era uma dificuldade mesmo; se alguém arruinasse, ficasse muito doente, não tinha como chegar em um lugar com recurso. Tinha que dar jeito aqui mesmo ou morria mesmo. Só Deus. Tinha os parentes e amigos que socorria, mas podia fazer o quê? Quando era grave num tinha jeito não. Muitas mulher morreu sem precisão, de mal. (Relato de moradora da comunidade de Raiz, 25/4/2009, seminário de devolução).

Segundo relato dos moradores, havia mais moradores nas décadas de 1960 e 1970 do que na atualidade. Na pesquisa foram contadas 161 pessoas em 38 famílias. Eles cultivavam café, arroz, feijão, mandioca e cana; alimentavam o gado com pasto nativo.

Muitos, dizem eles, “criavam misturado”, ou seja, sem separação do gado; cada um sabia quais eram suas reses, que pastavam juntas.

Durante o diagnóstico foi desenhado o mapa da comunidade pelos moradores a partir da memória e das divisas conhecidas pela geraizeiros. Um elemento importante na construção do mapa foi a referência da malha hídrica da comunidade.



Fotografia 22 – Mapa do território da comunidade de Raiz.  
Fonte: Comunidade de Raiz, Diagnóstico Participativo, 2008.

Havia Festas Juninas, Folia de Reis e rezas nas casas. As festas e as rezas estão ligadas. A religiosidade do geraizeiro está no cotidiano das relações, das ações, da produção e da organização do grupo. O dia do padroeiro da comunidade, São Sebastião, 20 de Janeiro, é comemorado com muita alegria e levantamento do mastro, que acontece durante os festejos; é um momento de mobilização de toda a comunidade, quando se juntam devoção e festa.

Algumas expressões que têm uma significação de ressalva são recorrentes na fala dos geraizeiros, como “só Deus” e “abaixo de Deus”. “Só Deus”, como na fala transcrita acima, tem o significado de algo quase impossível, sobre o qual não se tem muito a fazer. “Abaixo de Deus” tem o significado oposto e representa força própria, como a seguir: “Eu ia dizer só que não era fácil não, mas o pessoal vivia lá com seu trabalho na roça, daqui mesmo, do gadinho, tinha muito pequi mesmo, vivia mesmo era só do nosso trabalho, abaixo de Deus” (Seminário de devolução/2009).

O plantio de eucalipto teve início na comunidade em 1976, com o desmatamento feito pela Usina Siderúrgica Itaguera – Usita. A empresa Replasa ocupou o lugar da Usita em 1980, quando foram abertas estradas para dar acesso à plantação.

A primeira escola na comunidade foi municipal, iniciada numa casa velha; passou a ser estadual em 1987. A construção de uma nova escola aconteceu em 1992.

Os moradores relataram que começaram a sentir a falta d'água em 1992, devido ao secamento de córregos, cabeceiras e minerações (nascentes).

A capela foi construída em 2001 com trabalho em mutirão e fundos angariados através de leilão.

Sempre teve os cultos nas casas das pessoas, uma pessoa ficava de organizar. Depois que facilitou o transporte, de vez em quando reza uma missa aqui, mas a coordenadora vai em Rio Pardo e traz os folhetos e a gente se junta na igreja, faz o culto toda semana ou na igreja ou na casa de alguém. (Moradora da comunidade de Raiz – 26/4/2009).

A associação de agricultores foi criada em 2003 e sua sede foi construída em 2008, em mutirão, prática muito utilizada na comunidade para construção de prédios coletivos, às vezes particulares e para trabalhar na terra.

A busca de solução para a falta d'água e a possibilidade de fazer projetos para melhorar a comunidade foram os principais motivos apresentados para a criação da associação:

(...) estamos vivendo muitas dificuldades, encurralados, sem opções para continuar vivendo da forma que queremos, dificuldades na educação, na saúde, na vida, na criação dos filhos. Já não tem mais animais por falta de espaço, sem água, alguma coisa tinha que fazer. (Morador da comunidade de Raiz – 26/4/2009).

A comunidade de Raiz era composta em 2008 por cerca de quarenta famílias, das quais foram entrevistadas<sup>47</sup> 38. Vinte e duas famílias tinham como origem a própria comunidade, duas vinham de comunidades vizinhas a Raiz, nove da sede do município e cinco de outros municípios próximos de Rio Pardo de Minas, como Montezuma-MG, Indaiabira-MG e Mortugaba-BA.

Havia 161 pessoas, 52% do sexo feminino e 47% do sexo masculino. Cerca de 55% delas não havia frequentado escola, 37,3% tinham o ensino fundamental incompleto, 16,8% chegaram ao ensino médio e 8,1% o completaram. Duas pessoas – 1,2% – frequentaram o ensino superior.

---

<sup>47</sup> As informações gerais coletadas encontram-se no anexo



Fotografia 23 – Capela e sede da associação da comunidade de Raiz, 2009.  
Fonte: Isabel Brito, 2009.

A comunidade tem cinco localidades, na maioria em torno das cabeceiras, áreas de nascentes de água em torno das quais os moradores se organizam espacialmente. As famílias, por exemplo, se agrupam em cabeceiras.

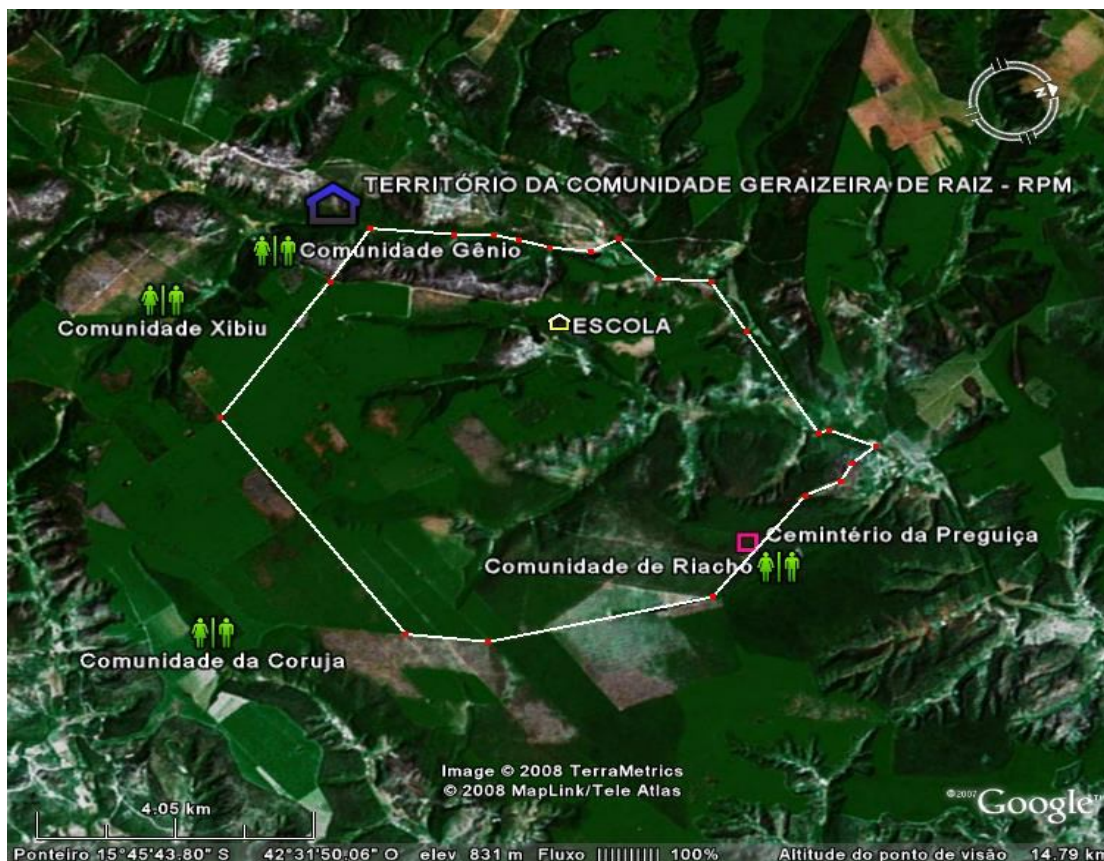
Vinte e duas famílias moram na região central, denominada de Raiz, em torno do córrego Raiz, perto da sede da associação e da capela. Nove famílias moram na localidade de Cercado que, segundo os moradores da comunidade, “tempos atrás” ficava cercada pela água do riacho Raiz. Outro grupo de cinco famílias se encontra na região denominada de Riacho dos Cavalos, chamada também de “cabeceirinha”, próxima ao córrego de mesmo nome, e duas famílias residem na divisa entre a comunidade de Raiz e a de Cocos, que está iniciando sua organização na tentativa de também retomar suas terras da empresa monocultora de eucalipto. Solicitou a realização de diagnóstico. Alguns de seus membros participaram de etapas do diagnóstico e de reuniões de intercâmbio entre comunidades atingidas.

Além de serem fontes de alimentação, a agricultura e a pecuária, apesar da pouca terra disponível, têm papel importante na geração de renda na comunidade: 26% vêm delas.

A partir do mapa<sup>48</sup> inicial, feito pela comunidade, foi construído o mapa a seguir, com delimitação do território total da comunidade e o georreferenciamento.

---

<sup>48</sup> Apresentado no capítulo 1.



Mapa 12 – Delimitação do território da comunidade de Raiz.  
Fonte: CAA/ NM.

Após a devolução da pesquisa, em 2009, a comunidade de Raiz mobilizou-se para ocupar a área pleiteada, parou tratores para impedir o replantio na área. Nas atividades programadas pela comunidade de Raiz, outras comunidades participaram. A comunidade de Raiz lançou um manifesto na defesa do seu território, apresentado em anexo.

Em 2010, essa comunidade fez uma ocupação na área demandada pela empresa, foi aberto um processo judicial que citava criminalmente alguns membros da comunidade. O processo, tramitado na justiça comum, ordenou a reintegração de posse à Replasa e a desocupação da área pelos moradores da comunidade. Apesar de terem retirado os barracos de lona construídos na área, os moradores da comunidade continuaram com o “domínio” sobre a terra. Não deixam as máquinas da empresa entrar em área de Cerrado em regeneração, nem em área que consideram da comunidade.



Fotografia 24 – Comunidade de Raiz impedindo o avanço do trator sobre seu território.  
Fonte: STR-RPM.

O conflito vivido pela comunidade de Raiz, inclusive com seu revés, não arrefeceu a convicção que eles têm do direito à área. A empresa faz recorrentemente algumas investidas na área, mas não optou, ainda, por enfrentamento com a comunidade. Esta é a situação até 2012: a comunidade não entra na área, mas a empresa também não.

#### 4.4 A COMUNIDADE DE SANTANA

A comunidade de Santana, conforme já relatado, dentre as três comunidades, foi a que mais tardiamente encampou o movimento dos atingidos pela monocultura de eucalipto. A investida da empresa Procel, para replantar eucalipto em áreas abandonadas pela empresa, onde já havia rebrota de Cerrado, levou à mobilização da comunidade.

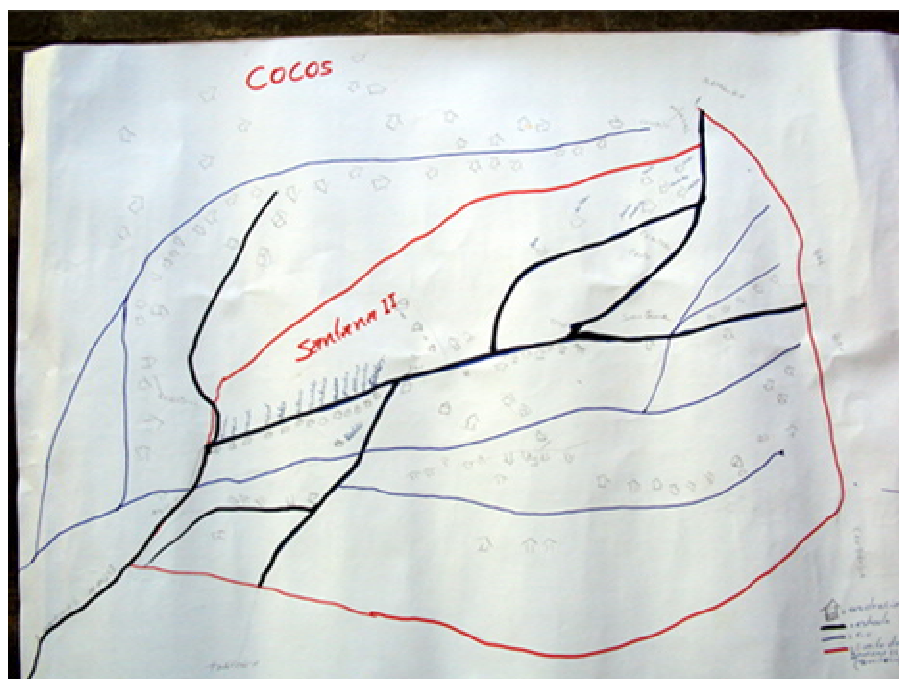
Santana situa-se no município de Rio Pardo de Minas, a aproximadamente quarenta e cinco quilômetros de sua sede. Seu nome faz referência, no catolicismo popular, a Santa Ana, mãe de Maria, avó de Jesus e padroeira da comunidade, cujo dia é comemorado com uma semana de festejos, em julho.

A área referente à Santana, segundo relatos de seus moradores, era da senhora Mariazinha de Jacó, dona de vários escravos, que realizavam o trabalho em sua propriedade. Alguns contam que membros de gerações passadas de suas famílias foram escravos de Mariazinha, que não teve herdeiros. Depois que ela morreu, seus ex-escravos permaneceram no local, vivendo do cultivo da terra e da colheita de frutos do cerrado.

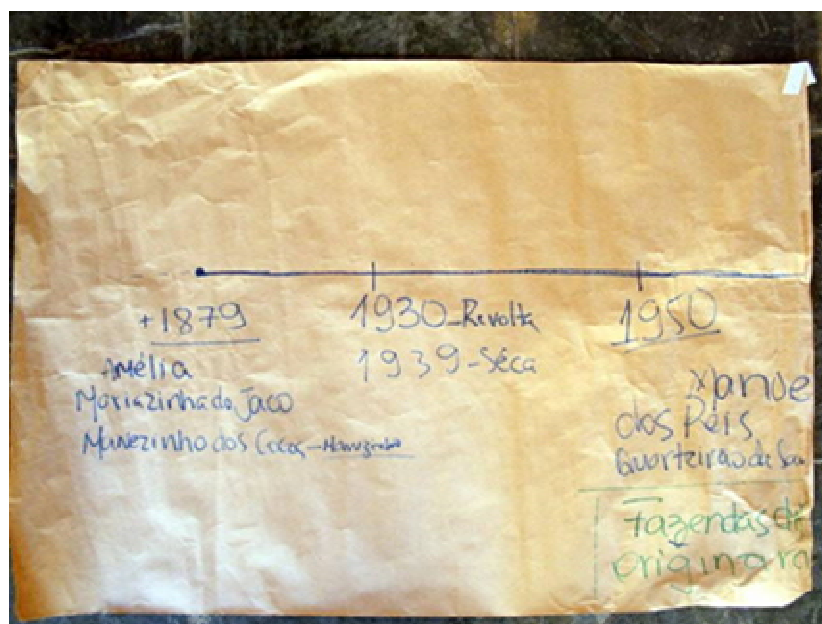


Santana teria surgido a partir desses escravos e de famílias que chegaram e se fixaram ali. A árvore genealógica de seus membros, desenvolvida durante o trabalho, aponta que o nome original da comunidade era “fazenda”.

Fazenda Santana deu origem, conforme indicado na pesquisa, ao que hoje corresponde a três comunidades: Santana I, Santana II e Travessa de Santana. A comunidade pesquisada é Santana II.



Fotografia 25 – Mapa da comunidade Santana  
Fonte: Diagnóstico Santana, 2009.



Fotografia 26 – Linha do tempo da comunidade Santana  
Fonte: Diagnóstico Santana, 2009.

A ideia de que formam uma comunidade é produto híbrido da fazenda ancestral com a “comunidade religiosa”, noção forte nessa parte do Norte de Minas: a pessoa que encaminha os cultos e as providências relativas à agenda religiosa e social comum, que inclui festejos e devoções, é chamada pelos moradores de “coordenador da comunidade”.

As celebrações são os compromissos semanais da comunidade: os momentos de encontro, em cujo âmbito são conversadas questões relativas a toda a vida da comunidade e é estabelecida a agenda de atividades e reuniões. As festas são confraternizações entre as famílias, que envolvem rituais compartilhados na comunidade. A bandeira da santa tem significado de proteção e de domínio: a comunidade Santana é domínio de Santa Ana. As fogueiras e bandeiras das festas juninas de Santo Antônio e de São João são manifestações de fé e momentos de festa que reforçam o sentido de pertencimento à comunidade.

As culturas agrícolas eram de início, conforme relatado, de milho, feijão e arroz. Depois, com a chegada das novas famílias, na geração dos avós, passaram a ser cultivados também o café, a mandioca e a cana, esta nas áreas mais secas, tendo a rapadura como principal produto, até o aparecimento dos alambiques. Hoje em dia, a cana é plantada, sobretudo, para a fabricação de aguardente, mas também para complementar a alimentação do gado. Um produto de tradição regional, a cachaça de Rio Pardo de Minas, produzida nessas pequenas comunidades de forma artesanal, com fermentação natural, é considerada uma das melhores de Minas Gerais. Várias famílias em Santana são produtoras. Santana se difere das outras comunidades estudadas por ter uma maior dinâmica econômica, em função da produção de cachaça, de rapadura, de farinha de mandioca e de goma<sup>49</sup>.

A abundância de água aparece nos relatos na forma de rios permanentes e inúmeras cabeceiras, relacionadas ao pequi e a outros frutos do cerrado, coletados nas partes mais altas: as chapadas. O pequi servia para alimentação e extração de óleo. O rufão, cujo nome científico é *Peritassa campestre*, é um arbusto típico do cerrado, de cuja semente as comunidades tradicionais retiram o óleo que, segundo elas, tem propriedades curativas de dor de garganta, sinusite, tosse, gripe e bronquite, entre outros males. A semente é também utilizada, embebida em cachaça, para fazer fricções que aliviam dores.

O relato de uma moradora é esclarecedor quanto à dinâmica de vida na comunidade:

Sou nascida e criada aqui. Meu pai nasceu nessa fazenda e meu avô veio da caatinga. Ele lavrava roça, milho, feijão, mandioca, era lavrador de mão cheia. O cerrado era uma enxurrada de frutas, dava pra fazer coisa demais, óleo de pequi, óleo de rufão, uma beleza. Vendia muito em Rio Pardo, em Porteirinha, vinha gente da caatinga também pra trocar aqui na comunidade. Aqui sempre fez muita farinha, goma. Quase todos daqui sempre teve gado também. O gado era criado solto, mas campeava ele, ficava sempre por perto. (Moradora da comunidade de Santana, 2009).

---

<sup>49</sup> A goma é extraída da mandioca, um tipo de polvilho, é utilizada para fazer biscoito de goma. Muito consumido na região.

Os membros da comunidade, quando se referem à caatinga, aludem a Porteirinha, a Serranópolis e a Riacho dos Machados, municípios limítrofes a Rio Pardo de Minas, separados da região de cerrado pela Serra Geral, que é a denominação dada à Serra do Espinhaço nesse trecho. As relações dos gerais com a caatinga, e dos geraizeiros com os caatingueiros, são interpretadas como de complementaridade e contraste. (DAYRELL, 2000; FIÚZA, 2004). Dayrell, ao analisar o modo de vida dos geraizeiros e a forma como organizam a produção, destaca esta relação:

Em Porteirinha, região de Caatinga, os seus habitantes nomeiam de geraizeiros os agricultores que descem dos planaltos, onde estão localizados os gerais, para venderem seus produtos nos mercados locais (...). Assim como os geraizeiros, os habitantes das regiões dominadas pela Caatinga são conhecidos como caatingueiros por serem assim denominados pelas populações que residem nas áreas de gerais. (DAYRELL, 2000, p. 217).

Um calendário das atividades produtivas em relação às culturas plantadas em Santana foi elaborado pela comunidade. A lista foi iniciada, não por acaso, pela “panha do café no sul”, que tem enorme importância para a manutenção das famílias: a migração para a colheita do café, em geral no Sul de Minas, ocorre entre maio e agosto. O plantio do feijão da seca, chamado na região de feijão de Santana, é feito em março e também se destaca.

ATIVIDADES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
PANHA DE CAFÉ NO SUL												
PLANTIO DE FEIJÃO DA SECA												
COLHEITA DE FEIJÃO DA SECA												
PLANTIO DE PORTA												
VACINAÇÃO DO GADO												
PLANTIO DE FEIJÃO DE SANTANA (MILHO)												
COLHEITA DE FEIJÃO DE SANTANA (MILHO)												
PLANTIO DE MILHO, FEIJÃO, ARROZ, MANDIÓCA, CAPIM												
COLHEITA DO PLANTIO DAS ÁGUAS												
ROSADA DE PASTOS												
TIRADA DE GOMA												
FEITA DE FARINHA												
PLANTIO DE MANIVA												
COLHEITA DE PIQUI												
VENDA DE LARANJA												
RETIRADA DE MADEIRA PARA SERCA												
REFORMA DA SERCA												
COLHEITA DE CAPIM												
COLHEITA DE CAVA												
VENDA DE MANDIÓCA												

Fotografia 27 – Calendário sazonal.  
Fonte: Diagnóstico de Santana, 2009.

A dinâmica de trabalho se dá a partir das culturas de milho, feijão, arroz e mandioca, mas nela existem a colheita do pequi e a de outros frutos do cerrado, além da criação de

gado, apesar da restrição do acesso à vegetação nativa e às chapadas pela monocultura de eucalipto, que delas ocupou a maior parte. A colheita e o manejo do gado são realizados em pequenos espaços remanescentes de cerrado e em áreas de cerrado em regeneração, depois de abandonadas pela monocultura de eucalipto. Novas técnicas, como o plantio de capim e cana, também são utilizadas para a manutenção do gado.

A mandioca é uma cultura essencial, pois dinamiza a comunidade durante quase o ano inteiro. A produção de farinha e de goma são atividades constantes na comunidade; em geral de responsabilidade das mulheres, assim como a produção do óleo de pequi. A comunidade de Santana é conhecida na região como produtora de farinha e goma.



Fotografia 28 – Lavoura de mandioca na comunidade de Santana.  
Fonte: Diagnóstico Santana, 2009.

Na foto acima podemos ver a roça de mandioca e acima (na parte mais alta) plantio de eucalipto parcialmente abandonado.

A percepção sobre a mudança que ocorreu na vida dos moradores da comunidade de Santana, conforme descrição feita no trabalho de campo, é de que os projetos estatais, o da monocultura de eucalipto e o Pró-Várzea<sup>50</sup>, não a afetou de forma positiva, sobretudo em relação às transformações ambientais:

primeiro chegou essas plantação de eucalipto que acabou com o cerrado e com a água também, foi tudo abaixo. Depois, pra acabar, resolveram mexer no rio, um rio que era uma maravilha, que ia e vinha em cascata, e deu no

<sup>50</sup> Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – Pró-Várzea é um projeto do governo, financiado por entidades internacionais e gerenciado pelo Ibama, visando ao desenvolvimento das comunidades da várzea. Iniciado em 2000 no Estado do Amazonas, teve como objetivo estabelecer as bases técnica, científica e política para a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais das várzeas da região central da Bacia Amazônica, considerada uma das regiões mais vulneráveis da região, e incentivar a participação das populações tradicionais que nela habitavam. Através do projeto Peixes, Pessoas e Águas – PPA, desenvolvido em Três Marias – MG, foi estabelecido um intercâmbio, gerando trabalho para colônias de pescadores em Pirapora, Três Marias e Buritizeiro, situadas no rio São Francisco, estado de Minas Gerais.

que deu. (Relato de moradora da comunidade de Santana em outubro de 2009).

O resultado para o geraizeiro dessas investidas estatais foi, de fato, a escassez de terra e de água para viver. A moradora do relato vive numa propriedade de três hectares e tem uma pequena casa ladeada por uma diversidade de plantas, em “camadas” desordenadas: junto à casa, estão rosas, margaridas e arbustos; a segunda camada produz manga, abacate, laranja, banana, mamão e pequi; a terceira abriga uma plantação de abacaxi e uma parreira de maracujá; e, um pouco mais distante, há uma camada de cana. O galinheiro fica ao lado, depois do abacateiro. Essa família geraizeira criava gado, fazia farinha e produzia cachaça até a entrada da monocultura de eucalipto. No ano de 2009, com apenas três ha de terra, reproduz no seu quintal a diversidade em que vivia. A falta de terra limitou a lavoura e impossibilitou a criação de gado. Ela produz um pouco de feijão, de mandioca e de milho, tudo “pra uso”, e compra cana para produzir a cachaça que vende. Essa família tem tradição na fabricação da cachaça.

Ela migra de três a seis meses por ano para trabalhar no Estado de São Paulo, quando vão todos: mulher, homem e cinco filhos. Esse tipo de “saída”, porém, pode causar dificuldades, como aconteceu com o plantio de tomate, como relato a seguir:

Da última ida para Guarapuava/SP, no ano passado, o “patrão”<sup>51</sup> nos contratou para tocar 18 mil pés de tomate. Precisamos até de às vezes chamar uns “camaradas” para dar conta do trabalho. Ficamos lá seis meses e a plantação deu errado por causa do excesso de chuva e o patrão no final não queria pagar nada para nós. Foi prejuízo pra todo mundo; fizemos uma coisa que não gostamos. Ameaçamos ir ao Ministério do Trabalho, pois não tínhamos carteira assinada, nem nada e dois dos meninos eram menores. Aí o patrão nos deu 3 mil reais, o que deu para pagar a passagem de volta e sobrou um troco; mas para uma empreitada dessa, com tanto custo, é quase nada. Fora o perigo do veneno. Eu mesma já desmaiei duas vezes por causa do veneno. A gente fica todo molhado de veneno. Eu não gosto que os menino mexam com veneno, mas não tem jeito... (Relato de moradora da comunidade de Santana, em outubro de 2009).

A realidade da migração é marcante na maioria das comunidades da região, mesmo em Santana, que tem maior capacidade produtiva do que as outras comunidades atingidas pela monocultura. Ela faz parte da estratégia utilizada para permanecer no lugar, mas motiva a comunidade para reaver suas terras, na expectativa de poder produzir e viver ali com mais tranquilidade.

A comunidade de Santana apresenta características diferenciadas das comunidades de Raiz e de Vereda Funda (antes da retomada de sua área). É uma comunidade com mais terras e que tem a agricultura mais forte (ver Anexo 10). A principal questão de Santana com a monocultura de eucalipto é a da água, apesar de haver agricultores com pouca terra.

---

<sup>51</sup> O “patrão” é quem contrata os serviços. Não é necessariamente o dono da terra. Camaradas são pessoas contratadas, que vendem serviço por um dia ou mais, ajudantes.

O processo de reflexão pós-diagnóstico da comunidade de Santana se deu de forma mais lenta. Ainda não aconteceu a demarcação da área. O diagnóstico só foi finalizado em 2010. Apesar de a comunidade acompanhar o movimento dos encurralados pela monocultura de eucalipto, não deu continuidade imediata ao processo de retomada das terras. A organização e vigilância da comunidade são constantes e a investida da Procel,<sup>52</sup> empresa que pretendia replantar eucalipto nas áreas de Santana, arrefeceu diante da resistência da comunidade.

#### 4.5 O DRAMA SOCIAL DOS ENCURRALADOS

A história das comunidades de Vereda Funda, Raiz e Santana é aqui interpretada na perspectiva de Victor Turner, que desenvolve uma abordagem focalizada na ação social e constrói uma leitura do processo social em que ressalta a importância dos ritos em contextos de conflitos.

O observador, na abordagem de Turner denominada “drama social”, codifica as unidades processuais em termos de sequências de eventos sociais, numa estrutura temporal, tendo como perspectiva “unidades de processo anarmônico ou desarmônicos que surgem em situação de conflito”. (TURNER, 2008, p. 33). Essa é uma leitura utilizada para descrever e analisar mudanças e continuidades nas comunidades.

A perspectiva a partir da qual a vida humana é vinculada ao tempo, seu produto e sua produtora, num “mundo em devir”, é o ponto de partida de Turner para focar o processo de drama social, que estratifica em quatro fases observáveis: ruptura de relações sociais formais, crise crescente, ação corretiva, e reintegração do grupo social perturbado.

A primeira fase está relacionada à ruptura abrupta do modo de vida que vinha se reproduzindo por várias décadas nas comunidades, pelo rompimento, devido a ações externas relacionadas às empresas, dos códigos e condutas estabelecidos internamente e que regulavam a vida em comunidade. A implantação da monocultura de eucalipto promoveu uma abrupta ruptura do modo de vida local, conforme o relato a seguir:

Eu nem sabia como é que ia chegar essa história dessa companhia, falei com um amigo, e perguntei: mas sim, você poderia me explicar para mim, quando essas companhias chegar, qual é o primeiro sinal que a gente vai descobrir que esse povo vai tomar as terras da gente? Ele falou assim: Vai vim, vai vim um trator aí, uma máquina aí. Eu falei: “então tá bom, essa máquina com certeza, essa máquina vai ficar zoando aí.” Desse jeitinho... no pedacinho que tem lá em casa, se eu não tivesse atravessado ele, abaixo de Deus, eu também não tava lá mais não, porque não tinha como ficar, aí agente atravessou a máquina, e falei: “aqui vocês não pode tomar tudo, eu não vendi, não dei.” Ele falou: “a máquina não pode parar.” Eu falei pra ele: “então dá uma ré na máquina e desvia ela para outro lugar.” Ele

---

<sup>52</sup> Há uma mudança constante em relação aos nomes das empresas, que se fundem, passam direitos, mudam de nome. Em Santana, o contrato inicial está vinculado à empresa (Planta 7), depois surge o nome da Rio Dourado empreendimentos Rurais, que utiliza o nome em Santana de Procel.

não teimou comigo, também, marcou direto e deixou uma areazinha. Aquele pedacinho de cerrado que a senhora viu lá.  
(Relato de morador colhido durante Diagnóstico da comunidade de Vereda Funda, 2004).

A crise instalada após o processo de ruptura foi crescente. Ela começou com a perda do espaço, a progressiva invasão de agentes externos na comunidade e a violência simbólica, que são a imposição de valores, de um modo de vida e a negação da forma de vida comunitária, identificada com o passado de atraso e sem perspectivas de futuro.

A migração para realizar trabalho temporário na colheita de café no Sul de Minas e no Estado de São Paulo e a falta de água são marcos do agravamento da crise. Uma resistência que redimensiona e reavalia a perspectiva comunitária nasce ao mesmo tempo, considerando que os objetivos das empresas monoculturas de eucalipto eram diferentes dos objetivos da comunidade. A consciência da insuficiência de terra para a reprodução social, do assoreamento de córregos e nascentes e do risco de perda do lugar de existência radicaliza a crise.

A fase da ação corretiva começa no limite da existência, quando as lideranças da comunidade iniciam uma articulação visando buscar possíveis saídas para a crise aguda, com o acionamento de ajuda externa para pensar os mecanismos possíveis, a organização e o fortalecimento da comunidade para o entendimento da crise instalada, do autoconhecimento e da perspectiva do exercício de direitos. Nesse contexto, a possibilidade de reconstituição da ordem comunitária e de reapropriação das terras se abriu.

É na fase corretiva que tanto as técnicas pragmáticas como a ação simbólica alcançam sua mais plena expressão. Pois aqui, a sociedade, grupo, comunidade, associação, seja qual for a unidade social, está em seu momento mais “autoconsciente” e pode atingir a clareza de pensamento de uma pessoa **encurralada**, lutando pela vida. (TURNER, 2008, p. 36, grifo meu).

É Interessante que a ideia de encurralamento apontada por Turner surge com denominação semelhante no movimento geraizeiro. É recorrente entre eles o uso da expressão “encurralado”; inclusive no movimento geraizeiro muitos se autodenominam “encurralados pela monocultura de eucalipto”. O reconhecimento do encurralamento é um ponto-chave do processo de conflito.

A quarta fase desse drama social se deu com a reconquista da terra e o estabelecimento de uma ordem na qual passou a ter relativa autonomia quanto a escolhas como de tipos de vida, de agricultura e de educação queriam para si.

A reestruturação comunitária pela revitalização de várias práticas da comunidade, como a ciranda<sup>53</sup>, desenham, a partir da vitória que foi o reconhecimento do direito à terra, a

---

<sup>53</sup> Ciranda era uma dança comum nas festas da comunidade que desapareceu. Com a reconstrução histórica da comunidade, a dança foi citada e posteriormente “encenada” da forma que acontecia nas

reintegração do grupo social perturbado. A ciranda, uma dança típica da comunidade de Vereda Funda, foi “ressuscitada” e, recriada, virou uma espécie de símbolo, como um canto de vitória, sendo dançada em reuniões e em comemorações.

A comunidade de Vereda Funda estaria no clímax, no modelo apresentado por Turner (2008), mas trata-se de um resultado temporário, relativo às perturbações advindas das rupturas de 1982. Mudanças ocorreram no campo interno da comunidade e em relação ao ambiente externo: alteração na posição da comunidade no contexto regional e na sua auto-estima, além de melhorias concretas no cotidiano de trabalho e na abertura de perspectivas, que impactaram comunidades próximas.

	<b>Ruptura</b>	<b>Crise</b>	<b>Ação corretiva</b>	<b>Reintegração I</b>
Vereda Funda				
Raiz				
Santana				

Quadro 7 – Comunidades e estágios dos conflitos, segundo fases dos dramas sociais de TURNER.

A comunidade de Raiz já teve iniciada a fase da ação corretiva, com a demarcação e ocupação da área, e vive o drama da crise, da disputa cotidiana. Sua condição de força “moral” impede o trabalho da empresa, apesar de a justiça ter, inicialmente, se manifestado em favor da empresa. A comunidade de Santana, apesar de não ter entrado na fase de ação corretiva, mantém a situação sob controle; é uma comunidade maior, com mais força “econômica” e tem condições de esperar o momento que acha mais conveniente para avançar.

#### 4.6 GERAIZEIROS E SUAS RECRIAÇÕES

O cerrado, em suas diferentes formas, é parte da vida dos geraizeiros que têm características peculiares. Os geraizeiros se instalavam em seus espaços e os organizavam a partir de uma lógica construída por eles, baseada no entendimento da natureza ao seu redor e na busca pela integração com a ela. A apropriação do espaço era composta por formas de propriedade diferentes e construída socialmente, o que gera certa dificuldade de categorizá-la. Segundo categorias trabalhadas por Lefebvre, essas formas seriam uma junção de propriedade coletiva, propriedade indivisa e propriedade privada, o que para o autor significa

a parte do solo que não é, ou não foi ainda concedida aos grupos elementares, quando a propriedade privada já se estabilizou. A indivisão coexiste, portanto, com a propriedade privada, ainda que haja um

---

festas. Com o processo de reapropriação, houve ressignificação dessa dança, que passou a ser “dançada” em diversos momentos, mas principalmente nos eventos relacionados ao movimento dos “encurralados pela monocultura de eucalipto. Virou “dança de luta”.



antagonismo muito marcado entre esses dois termos. As pastagens, as montanhas, as florestas, as águas, permaneceram assim e permanecem ainda, parcialmente, na sociedade rural francesa. (LEFEBVRE, 1986, p. 153).

As terras denominadas “terras de solta” pelos geraizeiros, as chapadas, partes mais altas e planas onde havia pasto nativo para o gado e onde praticavam o extrativismo de frutas, plantas medicinais e madeiras, podem ser consideradas como uma espécie de propriedade indivisa. Não era comum a utilização de cercas. A chapada era área de uso comum, regime de propriedade diferenciado e não reconhecido pelo Estado, onde foi estruturada uma forma de organização espacial e uso conhecida apenas de forma genérica.

O regime de propriedade, isto é, como os grupos se apropriam do território, tem origem na forma como eles se estabelecem nele. Duas formas são consideradas pelo Estado no Brasil: as terras privadas e as terras públicas. Little (2002) afirma que existem formas de apropriação do território que vão além do privado e do público; no território geraizeiro, é possível identificar um regime diferenciado, as terras de uso comum.

Pozo (2002) informa sobre o uso comunal na região Norte de Minas: “conhecida na região como campos gerais, gerais, e chapadas, se originou de enormes extensões de terra que não foram apropriadas privadamente” (POZO, 2002, p. 84). Essas áreas são categorizadas pelo autor como “terras de solta”, nas quais as famílias administravam os recursos existentes por meio de mecanismos próprios de governança; denominação também utilizada pelos geraizeiros.

O território geraizeiro corresponde também ao que Almeida (2004) denomina de “terras tradicionalmente ocupadas”, consideradas como elemento fundante do reconhecimento de direitos de comunidades tradicionais,

que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. Não obstante suas diferentes formações históricas e suas variações regionais, elas foram instituídas no texto constitucional de 1988 e reafirmadas nos dispositivos infraconstitucionais, quais sejam, constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais. (ALMEIDA, 2004, p. 9).

As noções de espaço e território, subentendidas na problematização do uso social da terra pelo geraizeiro, referem-se a formas de vivência e não só ao estabelecimento de limites. Santos (2000, p.15) considera que o que o território tem de permanente “é ser nosso quadro de vida”; ou seja, é a experiência vivida, seu uso e a relação com o espaço que constrói o território.

O decreto que trata sobre povos tradicionais associa territórios tradicionais a espaços necessários à reprodução do grupo nas suas várias dimensões:

II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles

utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007)

A institucionalização do modo de ser e viver da comunidade tradicional, materializada na noção de territórios tradicionais, fortaleceu o reconhecimento da identidade em luta por seu território. Esse arcabouço legal, porém, não tem assegurado diretamente o direito da comunidade tradicional deter a posse do território, mas o de disputá-lo. Little considera que “o fato de que território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p. 3).

O território da comunidade geraizeira e sua forma de ocupação dos espaços são consequências da sua experiência no cerrado, do seu modo de vida, que agrega costumes e práticas de várias origens. O extrativismo feito pelo geraizeiro não é coleta simples, mas com cuidado em relação às áreas onde colhe: um extrativismo conduzido, que pode ter referência na agricultura indígena. A colheita do pequi, feita em família, momento de trabalho e de lazer ao mesmo tempo, com brincadeiras, sons e assobios, é bastante peculiar dessas comunidades. O percurso da colheita não é aleatório, mas predeterminado a partir do conhecimento das plantas e do terreno, da vivência da terra de onde se tira o sustento. O gado, em geral, não é solto na própria área de colheita, mas mais afastado; também não se solta gado em área de colheita de outras famílias.

As áreas de solta e de coleta podem ser coincidentes, mas há uma tentativa de separação. São áreas onde se pressupõe liberdade delimitada por acordos estabelecidos pelo uso e pelo consentimento. É o costume que determina e tem origem familiar: se o pai podia, o filho tem direito, que pode ser cedido, emprestado, dividido, de acordo com a necessidade. A ordem de precedência nos usos dos espaços tem como matrizes a família, o entendimento do ambiente e o respeito a ele, além da consideração das necessidades de cada um. Isso reflete no ordenamento das comunidades, nos usos das áreas.

Brandão (2010), ao caracterizar comunidade tradicional, conforme visto no capítulo 1, apresenta o vínculo como elemento que produz o território, que congrega as experiências de vida e as vivências posteriores. O território é o elemento central na existência da comunidade, que faz a ligação entre o passado e o presente.

As redes de parentesco são uma chave para o entendimento da comunidade geraizeira. As famílias que se estabeleceram no local no início da formação das comunidades são reconhecidas por terem dado origem à maioria das famílias. Esses laços familiares estruturam a comunidade geraizeira a partir do cuidado, da solidariedade. Há

situações em que, apesar de a família ter apenas três ou cinco ha<sup>54</sup>, cede uma pequena parte para que um amigo ou parente que não tenha terra possa trabalhar.

As expressões culturais, os costumes e as tradições também estão associados às famílias, pois nelas se reproduzem e são transmitidas de geração para geração. Os melhores exemplos são expressões vivas da cultura geraizeira: a Folia de Reis, as festas de São José, a viola, os levantamentos de mastros nas festas de santos, as fogueiras, todas se transformando e sendo recriadas à medida que ocorrem as transformações na vida da comunidade. A viola é uma tradição geraizeira que passa pela família; existem famílias de tocadores de viola, assim como famílias de foliões. Habilidades específicas que resultam de pesquisa, criação e desenvolvimento de tecnologias, como a carpintaria, a produção de cachaça e a “cháçra” de café se estabelecem de geração para geração, se adequando e se contextualizando através de talentos que constroem a comunidade nas suas particularidades ligadas às transformações ambientais, econômicas e sociais.

Os geraizeiros têm conhecimento sobre o cerrado e sua flora, em especial a medicinal; têm experiência em uso social do território e desenvolveram as tecnologias agrícolas adequadas à ocupação dos diferentes espaços. Manuela Carneiro da Cunha (1999) denomina esse conhecimento tradicional de conhecimento local, referindo-se “a um produto histórico que se constrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração (...) um processo de investigação e recriação”. (CUNHA, 1999, p. 156). Essa perspectiva traz luz para o entendimento do existir geraizeiro no século XXI, com sua persistência na terra e sua luta por ela.

As recriações geraizeiras de seu modo de vida permitiram traduções e relações que fortaleceram a tradição e sua transmissão de geração a geração. As informações e pressupostos, os modos de aprendizado, pesquisa e experimentação, e a natureza do que se transmite, formatam uma produção de conhecimento tradicional diferente da produção de conhecimento da ciência ocidental nos seus pressupostos. Cunha (1999) chama a atenção para a importância dessa diferença, por ela se constituir em uma modalidade própria de conhecer, pesquisar e resolver problemas. A maneira como os geraizeiros lidam com a água, a partir do conhecimento sobre a malha hídrica no lugar onde moram, revela inventividade em diversas formas de uso, sempre considerando os movimentos e os ciclos naturais. A natureza desse conhecimento pode ser apreendida a partir do entendimento das práticas religiosas como construtoras de uma inteligência comunitária e de uma “autoridade” de defesa do lugar, elaboradas pela memória e pela história.

---

<sup>54</sup> O módulo rural regional é de 62 ha.



Fotografia 29 - Casa geraizeira típica  
Fonte: Isabel Brito, 2011

A vida em uma comunidade geraizeira inclui a forma como geraizeiro concebe o espaço onde mora, o conhecimento e experimentado de cada porção de seu território, e do que é melhor fazer em cada uma delas adequando necessidades ao ambiente, e criando ambientes, como as “*chácras*” de café, que simulam o ambiente natural de produção do fruto.

O café tem um simbolismo interessante ligado aos costumes geraizeiros, que é bastante apreciado e muito consumido pelas famílias. Está relacionado à hospitalidade, um dos mecanismos de reciprocidade apontados por Sabourin (2009). O café é servido às visitas com fartura e a qualquer hora: é o companheiro da conversa, “do prosear”. A partir das formas de reciprocidade sintetizadas por Sabourin, as geraizeiras são identificadas como aquelas que cuidam da gestão de recursos comuns, favorecem a ajuda mútua, o compartilhamento de recursos e a hospitalidade. O autor, em seu estudo sobre camponeses no Brasil, considera que a expressão da reciprocidade se dá “por meio de formas de solidariedade, na produção ou na redistribuição de alimentos, que constituem o nível do real; mas ela existe também ao nível do plano simbólico, através da reza, do canto, do compartilhamento do verbo.” (SABOURIN, 2009, p. 52).

O paradigma da dádiva (CAILLÉ, 1998), que concebe a existência de uma lógica diferenciada da lógica mercantil utilitarista, ajuda a compreender analiticamente a visão de mundo dos geraizeiros e sua forma organizativa, assim como a forte religiosidade e os laços de parentesco. Caillé (1998), a partir de Mauss, questiona o reducionismo utilitarista e destaca a natureza das relações sociais baseadas no dar, receber e retribuir, considerando

que é o vínculo e não a equivalência e a racionalidade instrumental que sustentam a dádiva, símbolo do compartilhamento de valores, da solidariedade. Uma rede social interdependente e baseada na família estrutura a vida geraizeira.

A movimentação para ativar as potencialidades dessa rede geraizeira, em contraposição à ideologia individualista, fortalece laços internos e consolida laços externos de reciprocidade. O sentimento de pertencimento a um grupo que é associado a um lugar e a um modo de vida, da mesma forma, passa a gerar reciprocidades entre comunidades onde predominam a sociabilidade primária, baseada nas relações de família, parentesco, aliança, amizade e camaradagem. (CAILLÉ, 1998).

A forte presença da espiritualidade religiosa destaca-se entre as continuidades marcantes. Ela, por meio de rituais católicos relacionados à vida cotidiana e à vivência da terra, aproxima as pessoas; é uma fonte de sociabilidade e realimenta a identidade. A religiosidade está imbricada com a constituição da família e do grupo, com seus valores e sua ética. A organização das comunidades é perpassada por ela: é com as lideranças religiosas que os agentes da mudança se orientam, o que inclui a representação política, simbolizada na direção da associação. Isso não significa que o processo seja simples e linear; pelo contrário, há divergências e consensos, mas que acabam numa unidade de ação, quando esta é necessária. Essa unidade de ação das comunidades geraizeiras já tem história e desdobramentos.

Temple (2009), ao tratar das estruturas elementares da reciprocidade, classifica-as em binária e ternária. A sociabilidade binária, para a autora, seria a reciprocidade restrita a dois, ou partilha. A reciprocidade ternária seria “uma relação na qual você atua sobre o parceiro e ao mesmo tempo, você estaria sujeito à relação de outro parceiro. A cadeia é contínua e se fecha numa rede ou num círculo”. (TEMPLE, 2009, p. 3).

A reciprocidade ternária é matriz da responsabilidade, mote explicativo para a organização das comunidades geraizeiras e para o sistema de reciprocidade que envolve e expande uma rede que se articula em torno da defesa dos territórios dessas comunidades.

A responsabilidade gerada por essa reciprocidade, junto com a indissociabilidade entre os gerais e o geraizeiro, conduz a padrões de percepção e de relação com a natureza e entre pessoas que, compartilhados entre as comunidades, permitem o reconhecimento dos valores mútuos, reelaborados a partir dos contextos social, histórico e do conflito. A reciprocidade impulsiona e fortalece a relação entre as comunidades no conflito com a monocultura.

A organização e movimentação dos geraizeiros para o enfrentamento da eucaliptocultura seguem os padrões do denominado ecologismo popular, mas têm como diferencial as características do povo geraizeiro: a reciprocidade, a forte relação com o

cerrado e a dinâmica histórica regional. Uma rede que potencializou a luta dos geraizeiros por seu território formou-se a partir dessas características e de suas reivindicações.

Identidade é uma palavra-chave na mudança da dinâmica geraizeira, e falar de identidade é falar de alteridades, em contraponto ao pensamento hegemônico no contexto da globalização. A identidade geraizeira se vincula à territorialidade, forma de organizar o território, aos modos de cultivar a terra, à religiosidade e, na atualidade, sobretudo à noção dos direitos de ser e de permanecer no lugar.

Essa identidade, presente nas comunidades de Raiz, Santana, Vereda Funda e em muitas outras da região, destaca algumas dimensões importantes para a compreensão do “drama social” em curso e das mudanças e continuidades relacionadas à história dos lugares. Ela se consolida na diferença complementar com os vizinhos da caatinga, e se torna mote de um movimento político reivindicatório, pois se estabelece uma identidade coletiva além da comunidade. As comunidades passam a ter uma identidade de resistência coletiva.

A pesquisa participante, o processo do Diagnóstico Rural Participativo foi importante na construção dessa identidade coletiva de resistência e no esclarecimento dos direitos que esses grupos têm e não são observados. O mapeamento participativo é um marco na reconstrução do território, assim como a árvore genealógica é fundamental na afirmação da ancestralidade e de direitos, com a linha do tempo há um compartilhamento da história do grupo contada pelo próprio grupo, sua trajetória de resistência. Todos esses elementos acrescidos de informações sobre a situação fundiária e produtiva do grupo e da decadência ecológica sentida pelas famílias (falta de água, contaminação, baixa fertilidade) apontam ao caminho do fortalecimento das resistências e da reapropriação territorial como forma de garantir que hajam gerações futuras nas comunidades.

## **CAPÍTULO 5. MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES E O COMPLEXO INDUSTRIAL FLORESTAL**

No contexto do conflito em tela, apresentam-se dois grupos que se movimentam a partir dessa dinâmica. Um é formado pelos Geraizeiros, suas associações e organizações de apoio. O outro é formado pelas empresas eucaliptocultoras e siderúrgicas que compreendem o Complexo Industrial-florestal. Neste capítulo será apresentado o movimento dos geraizeiros a partir da noção de rede e, para melhor entendimento das forças em jogo no conflito, apresentam-se também as principais relações estabelecidas pelo Complexo Industrial Florestal.

As resistências à monocultura de eucalipto foram fortalecidas nos anos 1990, num contexto de redemocratização, rearticulação dos movimentos sociais do campo, consolidação de direitos, como os das comunidades tradicionais e, principalmente, de declínio ecológico das áreas onde foram instaladas as plantações. O movimento de contraposição à monocultura de eucalipto na região vivencia uma contradição da dinâmica sociopolítica: um processo de democratização e um contexto de fascismo territorial.

Transformações também aconteceram nas formas de estruturação das empresas de eucalipto e em seu posicionamento perante este novo contexto: redemocratização, consolidação dos direitos sociais e trabalhistas, emergência da questão ambiental, processo socioeconômico globalizado e crescentes demandas do mercado.

Diferentes concepções, objetivos e interesses conformam esses dois grupos. Suas características e estratégias frente ao conflito apresentam continuidades e descontinuidades. Diante da movimentação político-econômica e social do Brasil e da região estudada, nos últimos vinte anos, a descrição desse conflito socioambiental não é simples, por se tratar de um quadro em transformação constante, e por estar associado às diversas dimensões da vida social e às transformações políticas, macroeconômicas e tecnocientíficas relacionadas ao processo de globalização.

A abordagem a partir das redes permite captar a interação entre o microssocial e o macrossocial, que se torna mais complexa no contexto da globalização e das novas tecnologias de informação e comunicação. O emprego da noção de redes no estudo dos conflitos socioambientais abre caminho para a realização de uma análise capaz de captar sua dialética, o conjunto de elementos que compõem o contexto histórico, político, cultural, econômico e ambiental, além das relações estabelecidas entre essas instâncias. Essa abordagem ajuda, ainda, a entender a conexão entre a dinâmica dos conflitos e as relações de poder, visto que valoriza as conexões.

Além da ideia de um conjunto de nós interconectados, Castells define redes como

(...) estruturas abertas capazes de expandir-se (*sic*) de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo valores ou objetivo de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaça ao seu equilíbrio (CASTELLS, 2002, p. 566).

Cohen (2003), ao destacar a noção de rede como estrutura, cuja capacidade de agir é maior que a soma de suas partes, aponta para uma nova forma de atividade associativa que se junta às anteriores e que potencializa a articulação entre grupos locais e grupos não-locais, por meio de meios eletrônicos que facilitam interações comunicativas em diferentes escalas.

A descrição e a análise dos grupos participantes nesse conflito socioambiental apoiam-se na utilização da noção de atores-rede e também no modelo clássico de leitura da realidade que vislumbra a sociedade de uma forma tripartite: sociedade civil, mercado e Estado (COHEN, 2003; SCHERER-WARREN, 2006).

Os atores e instituições relacionados ao mercado estão, para Cohen e Arato (1992), envolvidos com a produção econômica; e os atores e instituições relacionados com o Estado estão envolvidos com o poder deste. A sociedade civil diferencia-se do Estado e do mercado por ser uma esfera social marcada pela interação comunicativa, noção por meio da qual Cohen demarca uma diferença entre a noção de sociedade civil por ele utilizada e a noção de sociedade civil na acepção liberal. O mecanismo coordenador do mercado, para o autor, é o dinheiro; o do Estado é o poder; e o da sociedade civil é a interação comunicativa.

Entendendo a interação comunicativa como o grande mecanismo coordenador da sociedade civil, em vez do dinheiro ou do poder, e interpretando a autonomia de comunicação – a liberdade dos atores na sociedade para organizar, criticar e reafirmar normas, valores, identidades e significados por meio da interação comunicativa – como traço característico da sociedade civil, procuramos enfatizar o potencial crítico desta última no que se refere às normas e projetos, sua capacidade de exercer influência na sociedade política e a importância de proteger a sociedade civil contra a “colonização” pelo dinheiro ou pelo poder. (COHEN, 2003, p. 10).

Se a interação comunicativa é a força motriz da sociedade civil, que lhe proporciona a capacidade de interferir nos rumos da sociedade como um todo, pode também ser considerada como um dos elementos importantes das redes que, ao se formarem na sociedade civil, pretendem alcançar seus objetivos a partir de uma interação comunicativa que atravesse diferentes escalas.

Scherer-Warren (2006), ao tratar das novas configurações da sociedade civil no Brasil neste contexto de globalização e informatização, a concebe em três níveis distintos: o associativismo em nível local, ou seja, manifestações locais ou comunitárias organizadas; as formas de articulação inter-organizacionais, que atuam como mediadoras e interlocutoras; e a mobilização e articulação na esfera pública dos diversos sujeitos com objetivos comuns, resultando na “rede de movimento social”.



A autora parte de Melucci (1989), que vê os movimentos sociais como forma de ação coletiva demarcada pela solidariedade, pelo conflito e pelo rompimento dos limites do sistema em que ocorre a ação. Ela afirma que rede de movimento social “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

## 5.1 A REDE MOVIMENTO SOCIAL DOS GERAIZEIROS

A rede dos geraizeiros é considerada, neste trabalho, como o campo que reúne as comunidades da região do Alto Rio Pardo em conflito com o complexo industrial-florestal e que envolve diferentes níveis de relações e representações.

Os geraizeiros do Alto Rio Pardo vêm se fortalecendo a partir das relações internas, da consolidação e atualização de sua identidade e da construção de uma rede de apoio e colaboração. Esse caminho pode ser analisado considerando elementos relativos à sua identidade, conforme os processos de formação da identidade apontados por Castells: sua identidade legitimadora, porque são sujeitos de direitos constitucionais; sua identidade de resistência, pois lutam contra a extinção de seu modo de vida e de sua concepção de mundo; e sua identidade de projeto, pois se colocam em processo de produção de uma identidade politizada (CASTELLS, 2008) e crítica em relação ao projeto desenvolvimentista localmente representado pela monocultura de eucalipto.

A identidade de projeto se referencia num processo de reconhecimento territorial e identitário composto, sobretudo a partir da ideia de reapropriação territorial, que se materializa nas proposta de reconversão agroextrativista e de criação de uma reserva extrativista e, diz respeito à retomada do território socialmente construído, com seus aspectos espaciais, simbólicos e afetivos.

A identidade produzida pelos geraizeiros no âmbito do conflito socioambiental extrapola o campo do reconhecimento territorial e identitário. Sousa Santos (2009) salienta que o reconhecimento da diversidade cultural não representa necessariamente o da diversidade epistemológica. Sousa Santos e Meneses afirmam que “epistemologia é toda noção ou ideia, reflectida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido”. (SOUSA SANTOS; MENESES, 2009, p. 9). O novo surgimento político de povos e visões de mundo do sul e a proliferação de alternativas são partes de uma globalização contra-hegemônica e “destaca-se pela ausência de uma tal alternativa singular”, além de se caracterizar pela diversidade epistemológica.

Sousa Santos, nessa perspectiva, aponta a ascensão do fascismo social no contexto de quebra da lógica do contrato social e de domínio do Estado pelo mercado: “Tenho

descrito esta situação como ascensão do fascismo social, um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 37). O fascismo social, para o autor, pode conviver com a democracia política liberal.

O estudioso refere-se ao fascismo territorial como uma das dimensões do fascismo social, que

existe sempre que actores sociais com forte capital patrimonial retiram ao Estado o controlo do território onde actuam ou neutralizam esse controlo, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses. (SANTOS, 2009, p. 38).

Os geraizeiros do Alto Rio Pardo explicitam o fascismo territorial e apresentam sua percepção de mundo. A rede de movimentos sociais geraizeiros vem construindo um percurso que vai além da posição de vítima do sistema, pois direciona seu potencial para uma crítica da sociedade e propõe para si um modo de vida diferenciado. Assim, buscam poder escolher sua própria forma de inserção no mundo globalizado. Os geraizeiros articulam, em consonância com os saberes ambientais em que baseiam sua reprodução social, uma questão central dos movimentos sociais rurais: a luta pelo acesso à terra e pelo direito de permanecer com uma racionalidade diferenciada em relação a ela e à natureza de forma geral. As reivindicações geraizeiras não estabelecem a destruição do capitalismo como projeto, mas o respeito e o reconhecimento da diversidade de formas de viver.

A interação comunicativa que conforma a rede geraizeira se utiliza de distintas linguagens em diferentes espaços-tempos. Novas possibilidades surgem das tendências conflitantes entre globalização e identidade, que interagem na sociedade em rede, caracterizada, afinal, pelo aprofundamento da globalização. Trata-se, como expõe Castells, de um mundo novo, de revolução tecnológica e transformação do capitalismo, paralelas ao avanço das expressões identitárias coletivas.

A compreensão dessas identidades e movimentos que destoam do processo globalizador é muito importante, porque

movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos: em outras palavras, *eles são o que dizem ser*. Suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência dos movimentos, como se somente pudessem existir revelando as contradições estruturais “reais”. Como se para vir ao mundo tivessem de carregar consigo essas contradições, da mesma forma que o fazem com suas armas e bandeiras. (CASTELLS, 2008, p. 94).

O autor distingue o movimento ambientalista como uma das fortes expressões dos movimentos sociais nas últimas décadas. Considera, ao tratar de identidade, adversários e metas sociais:

(...) identidade refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, em nome de que se pronuncia. Adversário refere-se ao principal inimigo do

movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento. Meta social refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove. (CASTELLS, 2008, p. 95).

Os geraizeiros, nesse sentindo, quando afirmam suas identidades, fortalecem sua rede ao invés de se dividirem, pois tornam-se mais cômicos de seu adversário global e do tipo de sociedade que almejam ou, pelo menos, da impossibilidade de sua existência em uma sociedade “monocultural”. Orientados pela necessidade de reapropriação da natureza para garantir o acesso a ela, buscam fortalecer e ampliar seus territórios.

A identidade é produzida nos contextos sociais e culturais e é por meio das representações que se ligam aos sistemas de poder (SILVA, 2002). “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa lugar central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade” (SILVA, 2002, p. 91).

O fortalecimento da rede geraizeira faz parte do contexto de emergência de grupos como sujeitos políticos buscando direitos essenciais, com base em direitos diferenciados. O Estado<sup>55</sup> nacional legitima a emergência desses grupos sociais diferenciados ao reconhecer a existência de uma pluralidade etno-ecológica no conjunto da sociedade brasileira.

A rede denominada “rede dos geraizeiros” neste trabalho é composta por comunidades geraizeiras, associações formadas por essas comunidades e por seus associados, sindicatos municipais de trabalhadores rurais, organizações não-governamentais (ONG's), setores de instituições públicas de pesquisa e redes de redes.

### 5.1.1 Formação da Rede dos Geraizeiros

O encontro das comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto, realizado em 2003 na comunidade de Brejinho, Município de Rio Pardo de Minas, deu início a uma série de movimentações articuladas que marcam a consolidação da rede dos geraizeiros. Um projeto comum foi germinado nesse encontro, que explicitou uma identidade territorial que permanecia latente durante o período de encurralamento. “Encurralado” foi o termo usado para expressar o sentimento dos geraizeiros frente às áreas de eucalipto.

Um canal de comunicação entre as comunidades foi aprofundado no encontro de Brejinho, por meio das associações locais, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio

---

<sup>55</sup> A portaria IBAMA nº 22, de 10 de Fevereiro de 1992, como visto no capítulo 2, criou o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT. A lei nº 10.678, de 23 de Maio de 2003, criou a Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. A Comissão de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais foi criada por decreto em 27 de dezembro de 2004, reeditado em 2005 com o nº 10.048. Em 07 de Fevereiro de 2007 surgiu o Decreto 6.040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Pardo de Minas, que tem o papel estratégico de articulador entre as comunidades, entre elas e os órgãos públicos e as organizações não-governamentais, dentre as quais destacam-se o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Aquele encontro marcou o limite entre a fase de violação de direitos e a fase do conflito socioambiental. O projeto gerado nesse encontro aponta as principais diretrizes para a retomada de parte dos espaços perdidos para a monocultura. Os geraizeiros apropriaram-se do termo comunidade, antes usado como significado de comunidade religiosa<sup>56</sup>, e transformaram seu sentido para designar o grupo de referência de uma determinada localidade, a comunidade é também a unidade de articulação, no contexto do conflito socioambiental.

A maioria das comunidades tem uma associação com poder de representar seus associados e a própria comunidade. A diretoria ou coordenação da associação é eleita e representa legalmente a comunidade. A relação entre a associação e o Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR do município é estreita: os geraizeiros, associados massivamente ao sindicato, contribuem financeiramente como agricultores individuais e ele os representa, enquanto comunidade ou pessoa. Por meio dele é viabilizado o exercício de vários dos direitos dos trabalhadores rurais, como as aposentadorias, auxílio maternidade.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares do Município de Rio Pardo de Minas – STR/RPM –, com cerca de oito mil associados, tem forte presença na região, conta com infra-estrutura e recursos. Sua história começou na década de 1980, com a demanda dos trabalhadores das empresas eucaliptocultoras por seus direitos, já que viviam em condições precárias e havia vários casos de trabalho escravo constatados. O sindicato foi oficialmente fundado em 18 de março de 1984 e, 27 anos depois, em 2011, contava com seis funcionários e estava organizado em secretarias: de Política Salarial, Políticas Sociais e Previdência Social; de Reforma Agrária, Meio Ambiente e Agricultura Familiar e de Formação Sindical, Jovens e Mulheres. Um agricultor, liderança da comunidade Vereda Funda e do movimento dos encurralados, foi eleito, em 2010, seu presidente e reeleito em 2012.

O STR/RPM faz parte do sistema CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e criou, com outros sindicatos do Alto Rio Pardo, o Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Organizados – MASTRO, uma experiência interessante em associativismo rural, do ponto de vista organizativo. Apesar de todos os sindicatos de trabalhadores rurais pertencerem ao sistema CONTAG, o MASTRO

---

<sup>56</sup> A igreja católica tem um importante papel na organizações das comunidades locais, é a partir dos trabalhos de padres e grupos de oração que há o fomento da agregação, da participação comunitária, do associativismo, ainda anteriormente a criação da CPT – Comissão Pastoral da Terra.

foi criado como estrutura alternativa, para tratar questões políticas, organizativas, estratégicas e pensar os problemas regionais. Ele não tem estrutura física ou poder de deliberação. É um “órgão” consultivo formado pelas diretorias dos sindicatos; uma rede de apoio com capacidade de articulação e próxima à realidade dos municípios.

A seguir será apresentada, graficamente, a rede dos geraizeiros, em seus vários níveis e com suas principais relações. O referido esquema de rede, assim como o esquema de rede a ser apresentado na seção seguinte, foi construído a partir das informações levantadas em campo e gerado automaticamente por um software de análise de redes; neste caso, o software UCINET 6.0, largamente utilizado pelos pesquisadores da área.

Os quadrados coloridos representam as instituições/organizações/comunidades e as linhas com setas bidirecionais indicam a existência de uma relação entre estes. A posição dos membros, uns em relação aos outros, não tem um significado específico neste esquema.

Os membros estão assim posicionados somente para possibilitar visualização das ligações, evitando a sobreposição de linhas, fazendo com que os que têm maior número de relações estejam mais ao centro. A definição das relações se deu a partir da sua menção pelos membros entrevistados ou a partir do conhecimento de parcerias entre as instituições/comunidades.

Os quadrados em preto representam pontos do Estado e os demais a Sociedade Civil que, no entanto, destacamos, como diferencia Scherer-Warren (2006): associativismo em nível local, ou seja, manifestações locais ou comunitárias organizadas, identificadas com quadrados vermelhos; e as formas de articulação interorganizacionais, que atuam como mediadoras e interlocutoras, identificadas com quadrados azuis.



O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas é o elo mais importante da rede, pois faz mediações externas e internas; tem a anuência direta dos seus sócios e grande representatividade. Parte de seu trabalho se dá em torno da “seguridade social”, mas ele tem atuado também no apoio aos agricultores em seu direito à terra e em vários aspectos do desenvolvimento sociopolítico-econômico das comunidades rurais do município.

Dentre as organizações não governamentais da rede, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM – é a organização não-governamental que tem ação mais abrangente na rede, como assessoria técnica, política e fazendo a articulação entre órgãos públicos e outras redes.

O CAA-NM foi criado em 1989 e emergiu como parte da reação à expansão capitalista no campo e à expropriação das terras. É uma organização de assessoria técnica e política aos agricultores, agricultoras e a suas organizações, como sindicatos, associações e cooperativas, que reúne grupos desses trabalhadores, comunidades indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de diferentes partes da região para buscar alternativas ao projeto da “revolução verde”<sup>57</sup>.

A ONG atua também em parceria com as redes Articulação Nacional de Agro-ecologia – ANA; Articulação do Semi-árido Brasileiro – ASA; Rede Cerrado; Rede Alerta Contra o Deserto Verde; Articulação Mineira de Agro-ecologia – AMA; Articulação do Semiárido de Minas Gerais – ASA/MG. O sítio eletrônico da organização apresenta sua missão:

O legado do CAA-NM é colaborar, enredado nas organizações de agricultores, agricultoras e extrativistas dos sertões norte-mineiros, no desenvolvimento de propostas para uma sociedade solidária, justa e democrática. Com enfoque na agroecologia, métodos e práticas de uma agricultura e mundo rural sustentável são desenvolvidos e disseminados.

Temas Principais:

1. Manejo da (agro)biodiversidade da caatinga e do cerrado, beneficiamento e comercialização da produção.
2. Gestão territorial, direito humano à alimentação e segurança alimentar, e políticas públicas.
3. Metodologias participativas, etnoecologia, formação de capital social e mudanças societárias. (<http://www.caa.org.br/site.php?pagina=historia>, acesso em 15/07/2012).

---

<sup>57</sup> Porto Gonçalves esclarece: “A própria denominação revolução verde é todo um complexo técnico-científico, financeiro, logístico e educacional (formação de engenheiros e técnicos em agronomia) montado contando, inclusive, com a criação de organismos internacionais como o CGIAR e com o envolvimento de grandes empresários, como os Rockefellers. Os resultados dessa verdadeira cruzada foram de grande impacto não só pelos números que nos são apresentados, mas, sobretudo, pela afirmação da ideia de que só o desenvolvimento técnico e científico será capaz de resolver o problema da fome e da miséria. Pouco a pouco, a ideia de que a fome e a miséria são um problema social, político e cultural vai sendo deslocada para o campo técnico e científico, como se esse estivesse à margem das relações sociais e de poder que se constituem, inclusive, por meio dele” (GONÇALVES, 2006, p. 226).

A forma organizativa do CAA-NM é peculiar. O órgão máximo é a Assembleia Geral, que é composta, em sua maioria, por agricultores e agricultoras, indígenas, quilombolas, geraizeiros, catingueiros e vazanteiros das diferentes regiões do Norte de Minas. Ela elege, entre seus membros, um Conselho Diretor com oito componentes, para dar a direção institucional. Este, por sua vez, escolhe quem irá ocupar a Coordenação do Conselho Diretor, composta pelo diretor geral, pelo secretário e pelo tesoureiro.

A Coordenação do Conselho Diretor escolhe a Coordenação Executiva, entre os membros da equipe técnica que a organização mantém. Ela pode ser constituída por um ou mais participantes, que terá ou terão o papel de coordenar a execução dos planos técnicos-políticos. Um dos três membros do Conselho Diretor em 2010 era originário do sindicato de Rio Pardo de Minas e um dos líderes do Movimento dos Encurralados pela Monocultura de Eucalipto.

O CAA-NM, nesse mesmo ano, contava com cerca de 60 sócios, representando vários segmentos. A organização atuava em 38 municípios do Norte de Minas, participava de diversos espaços de articulação de políticas já citados, e fazia parte de conselhos como: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar – CONDRAF; Conselho Nacional de Florestas – CONAFLO; Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar – CEDRAF, Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNDSPT; Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA; Conselho Nacional do Cerrado – CONACER e Conselho Nacional de Combate a Desertificação – CNCD. O CAA se articula com várias outras entidades, em nível regional e nacional, e tem como parceiro histórico a entidade que colaborou com a sua fundação: a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

A CPT foi fundada em 1975, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – com o propósito de realizar trabalho pastoral junto aos trabalhadores no campo, e estendeu sua ação em torno da defesa dos seus direitos, atuando nas diversas questões e problemas relacionados a eles, como terra, água, grandes projetos, produção e ecologia. Atualmente, ela possui 21 regionais distribuídas por todo o país, articuladas em seis grandes regiões que correspondem às regiões brasileiras. Cada regional tem uma coordenação eleita em assembleia. A CPT atua nas localidades por meio de equipes, que são as células básicas de sua organização e de seu trabalho (CPT, 2011). A Comissão tem 12 equipes regionais em Minas Gerais, das quais quatro atuam em diferentes frentes no Norte de Minas.

Ela se articula com os vários organismos vinculados à CNBB, como a Pastoral Popular Luterana e a Igreja Metodista, e com os movimentos sociais, via Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo e Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar. Em



termos de articulação internacional, é membro da Pax Christi Internacional e componente da Via Campesina Brasil. (CPT, 2011).

A Via Campesina é um movimento internacional, criado em 1993, que congrega cerca de 150 organizações de camponeses, sem terra, trabalhadores do campo e indígenas, em 70 países na África, Europa, Ásia e América. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, além da CPT, são os participantes da Via Campesina no Brasil.

A Comissão Pastoral da Terra articula trabalhadores rurais, camponeses e trabalhadores sem terra do Norte de Minas, atuando nas comunidades e na conexão dela com sindicatos e organizações locais, nacionais e internacionais, para promover os direitos humanos. A CPT foi uma das organizações que articulou a criação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais da região norte de Minas.

A CPT nacional anualmente publica um relatório sobre os conflitos no campo brasileiro; em sua edição de 2010, apontou novidades em relação aos sujeitos sociais envolvidos em conflitos de terra:

(...) o retorno depois de mais de 30 anos do protagonismo dos posseiros na luta pela terra em 2010. Entre os 638 conflitos de terra existentes em 2010, um total de 235 (36,8%) deles envolveram camponeses posseiros em suas diferentes denominações regionais: posseiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, seringueiros, castanheiros, vazanteiros, geraizeiros e pescadores. Em segundo lugar ficaram os Sem-Terra, com 185 conflitos (29%), e, a seguir, vieram os assentados com 65 casos (10,2%). Os três principais e diferentes tipos de camponeses comandaram a luta pela terra no ano de 2010. (CPT-a, 2011, p. 59).

O relatório revela que, dos 31 conflitos por terra registrados em Minas Gerais, 17 eram no Norte de Minas, dos quais quatro no município de Rio Pardo de Minas.

Um encontro com a finalidade de criar Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – foi realizado em 2011 na comunidade de Vereda Funda, no Município de Rio Pardo de Minas. As CEB's são uma iniciativa eclesial que surgiu no início da década de 1960, visando construir práticas reflexivas a partir de núcleos, comunidades rurais e urbanas, na direção de uma igreja crítica e compromissada com os pobres: é um espaço popular de religião.

A prática de discutir a Bíblia a partir da realidade vivida pelos grupos e de uma perspectiva crítica já existia, em algumas comunidades, o que foi estimulado por padres vinculados às CEBs. Um núcleo municipal, porém, ainda não havia sido criado, e esta foi a proposta daquele encontro na comunidade de Vereda Funda, que reuniu diversas comunidades da região.

Abaixo foto deste primeiro encontro das CEB's no município de Rio Pardo de Minas. A foto apresenta um dos lemas das CEB's.



Fotografia 30 – Primeiro encontro das CEB's do município de Rio Pardo de Minas, em Vereda Funda. Fonte: BRITO, Isabel, 2011.

Apesar do primeiro encontro das CEB's ter acontecido em 2011, a atuação da igreja nas comunidades do alto rio Pardo, como mobilizadora social, data da década de 1970.

A Rede Alerta contra o Deserto Verde é uma articulação da sociedade civil que congrega movimento, comunidades, sindicatos, igrejas e organizações que atuam no contexto das monoculturas de eucalipto, tanto para produção de celulose quanto de Carvão. A Rede atua nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Teve papel importante na articulação do movimento dos geraizeiros com outros grupos atingidos pela monocultura de eucalipto em todo o Brasil e com o Movimento Mundial pelas Florestas tropicais (*World Rainforest Movement – WRM*), que atua desde década de 1990 na denúncia dos problemas relacionados às plantações industriais de árvores em todo o mundo. Denomina-se “uma rede internacional de grupos de cidadãos do Norte e do Sul envolvidos em esforços para defender as florestas do mundo”. (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 8).

## 5.2 A MOVIMENTAÇÃO DAS COMUNIDADES

A prática de encontros e intercâmbios entre as comunidades tornou-se recorrente a partir da estruturação da rede geraizeira e é, inclusive, uma das formas de existência dessa

rede. A comunicação entre as comunidades foi facilitada e se intensificou também com a utilização de telefones móveis, os celulares que, apesar da dificuldade de sinal nas localidades, chegam a propiciar, em momentos de enfrentamento direto, pedidos de auxílio entre as comunidades. Os locais onde há recepção de sinal da telefonia móvel são conhecidos nas comunidades que os utilizam como “posto telefônico”.

A forma dialógica dessa rede pode ser abstraída a partir do relato de um daqueles intercâmbios, realizado em 23 e 24 de Setembro de 2009, na comunidade de Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas. Foi um encontro de comunidades impactadas pela monocultura de eucalipto (Riachinho, Fazenda Areião, Raiz, Santana, Vereda Funda, Buracão, Caixão, Lagoinha, Barra, Mumbuca Riacho e Caiçara) e de organizações, como CPT, MST, MPA, CAA-NM e o STR de Rio Pardo de Minas.

Esse intercâmbio teve como pauta central a reflexão sobre a retomada das terras pelas comunidades e a preparação para uma audiência pública, esperada para novembro de 2009. Identificou-se que em muitas áreas há a denominada “rebrotas”, que consiste no remanescente de material lenhoso oriundo dos plantios realizados pelas empresas, sobretudo nas décadas de 1970/1980. Esse material tem valor econômico. A rebrota surge, aproximadamente, a partir do 21º ano, logo após a realização do 3º corte da plantação (é realizado um corte a cada sete anos), o que coincide, muitas vezes, com os fins de vigência dos contratos de muitas áreas. A comunidade impedir que a empresa tenha acesso à rebrota é uma forma de iniciar a demarcação do território, assim como a empresa continuar utilizando a rebrota depois de findo o contrato significa a manutenção do domínio sobre o território.

O relato da situação das comunidades gerou a formação de grupos, no encontro, que discutiram questões específicas sobre retomada e utilização da terra. O quadro a seguir sistematiza parte das problematizações feitas nos grupos de geraizeiros que compõem essa rede. Ele reflete as necessidades atuais dos geraizeiros e seus projetos de futuro.

Os grupos trabalharam a partir das seguintes questões ou temas: direito sobre a terra, conservação e restauração do Cerrado, organização da produção e formas de continuidade da luta. Questões ambientais, produtivas e políticas interagem com as anteriores.

<b>Tema/ Grupo</b>	<b>Direito sobre a terra</b>	<b>Conservação e restauração do cerrado</b>	<b>Organização da produção</b>	<b>Como dar continuidade à luta</b>
<b>Grupo I</b>	“Terra para produzir e não para prejudicar a natureza.”	“Organizar, diversificar a produção, deixar o cerrado brotar.”	“Organizar as comunidades para aproveitar o que tem no cerrado e produzir.”	“Unir e fazer reuniões, trocar experiências.”
<b>Grupo II</b>	“Reforçar o direito à terra e garantir para filhos e netos.”	“Água é o principal.”	“Organizar as pessoas pra organizar a produção.”	“Unir as pessoas, as comunidades.”
<b>Grupo III</b>	“Queremos as terras, temos direito, queremos pra plantar e ter cerrado de novo.”	“Evitar queimadas e venenos, proteger as nascentes, plantar plantas nativas.”	“Primeiro pegar a terra, depois decidir o que vai fazer com ela; o cerrado não gera renda para que as pessoas possam viver do cerrado, como antigamente, talvez precise do eucalipto.”	“Buscar apoio dentro e fora.”
<b>Grupo IV</b>	“Direito e necessidade de resgatar as terras para as famílias atuais e as que virão para produzir comida.”	“Para conservar precisa conter as enxurradas.”	“Se organizar bem a produção dá para ter cerrado, roça e, se quiser, até eucalipto.”	“União, boas parcerias; projeto de uso das áreas.”
<b>Grupo V</b>	“Tem direito à terra porque pertencia aos pais e avós e era de uso do povo, por isso tem direito à terra, quer a terra para o Cerrado, pra plantar.”	“O eucalipto vai arruinar cada vez mais a vida dos agricultores, ninguém vive de eucalipto, nem de emprego de eucalipto; ele serve só pros empresários continuarem dominando.”	“Recuperar o Cerrado, criação de gado, recuperar os minadouros para poder plantar produzir inclusive eucalipto.”	“Tem que organizar a força dos pequenos”, apoio às lideranças para mobilizar e circular informações.”

Quadro 8 – Relato dos grupos.  
Fonte: Pesquisa de campo.

As questões da água e da união, e as reflexões sobre o papel do eucalipto no contexto da reapropriação foram destacadas. Alguns consideram que o eucalipto é uma realidade e não dá para se livrar dele de uma vez só. Outros pensam que o eucalipto vai piorar cada vez mais a vida. Outros, ainda, pensam em incorporar o eucalipto nos sistemas de produção. A utilização do eucalipto para gerar renda e viabilizar economicamente a recuperação do cerrado e o avanço no projeto de reconversão agroextrativista é uma opção considerada.

É dado particular destaque a essa situação porque aponta um caminho para a recuperação das áreas degradadas pela monocultura de eucalipto. Tanto a utilização da rebrota quanto a manutenção de áreas com eucalipto ou a plantação. Ao conhecimento dos geraizeiros sobre o Cerrado e as plantas do cerrado agregou-se o conhecimento sobre o

eucalipto, manejo, plantação e colheita, o que representa uma idiosincrasia do movimento dos geraizeiros frente às questões da sociedade globalizada do século XXI.

#### 5.2.1 A estratégia de reapropriação territorial via retomada de áreas arrendadas pelas empresas

A reapropriação territorial está circundada pelo contexto já exposto: decadência ecológica, caracterizada principalmente pela falta de água; vencimento dos contratos das terras arrendadas pelas empresas e reconhecimento pelos geraizeiros do direito de permanecer no local e de reaver o território. Essa possibilidade mudou a forma como eles se relacionavam dentro das comunidades e entre elas, e também a maneira como viam as empresas.

As comunidades passaram a entender os motivos pelos quais perderam o domínio sobre essas terras e a ter uma visão prospectiva com sua retomada, o que pode ser melhor visualizado a partir da experiência de Vereda Funda.

A sequência de mapas a seguir retrata o processo de reapropriação territorial marcado pela reconversão agroextrativista. O primeiro deles foi a delimitação da área feita a partir do diagnóstico. O segundo foi construído a partir do primeiro, marcando os limites da área sobre uma imagem de satélite. O terceiro mapa é o croqui do projeto de reconversão agroextrativista, ou seja, é uma espécie de zoneamento agro-ecológico, construído após a ocupação. O quarto mapa apresenta a situação da área em termos de tipo vegetação e o quinto mapa, que se encontra nos anexos, retrata a área reapropriada após oficialização do reconhecimento.

O primeiro, Mapa 13, foi elaborado pela comunidade em 2004, a partir do processo de diagnóstico, resultante da memória do território. É a primeira referência do novo território da comunidade, a partir da qual foi demarcada a área que se assemelhava àquela anterior à chegada das empresas eucaliptocultoras. Esse é o mapa-matriz da luta pelo território.

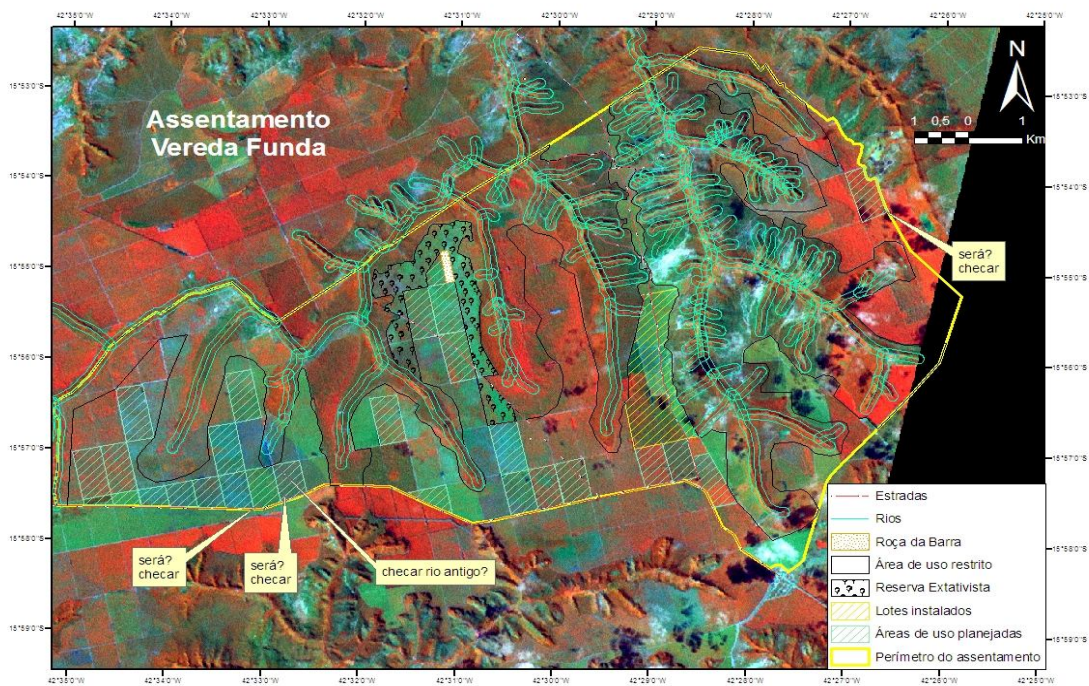


Mapa 13 - Mapa da área de Vereda Funda, feito pela comunidade  
 Fonte: Diagnóstico da comunidade, 2004.

**Legenda**

- Área de campo cerrado ocupada pelo eucalipto
- Área de Cerrado ocupada pelo eucalipto
- Terra ocupada pelas famílias
- Rio e córregos
- Perímetro da área da comunidade de Vereda Funda

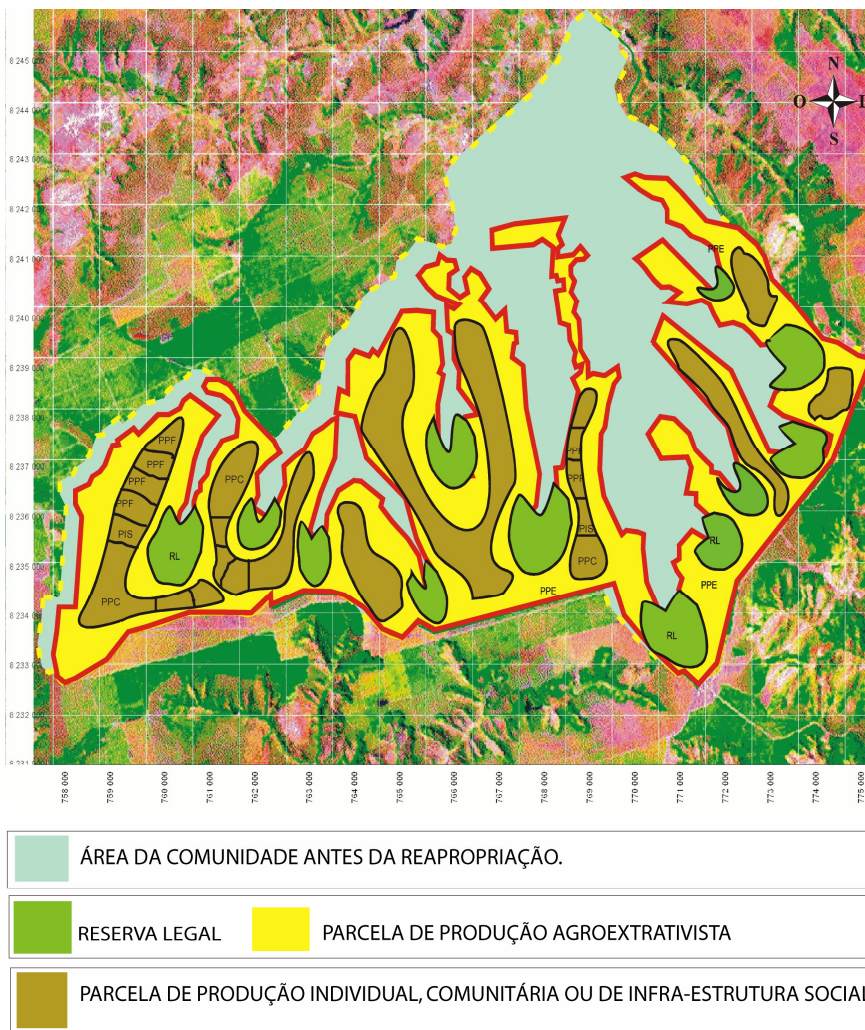
O Mapa 14, abaixo, foi construído no ano de 2004, a partir da autodemarcação do território. Esse foi o primeiro mapa georreferenciado, que delimitou o território da comunidade e precisou a área demandada junto aos órgãos públicos do Estado de Minas Gerais. Diversos membros da comunidade se reuniram e percorreram os limites do território, munidos de GPS (Sistema de Posicionamento Global, na sigla em inglês) e marcando os pontos de referência para a elaboração do mapa.



Mapa 14 – Mapa de Vereda Funda georreferenciado.  
 Fonte: Levantamento da comunidade/ CAA-NM, 2004.

Esse mapa já dialoga para fora da comunidade, na sua reivindicação ao Estado para reconhecimento dos seus direitos. Já é considerada nesse mapa a ideia do assentamento.

O mapa 15 apresenta um croqui da proposta de uso e ocupação do território de Vereda Funda, debatida ao longo de 2005 e elaborada junto aos moradores das sete cabeceiras de nascentes localizadas dentro da área reapropriada. O projeto para a área considera a proteção dos mananciais hídricos e da vegetação, a necessidade das famílias e a aptidão agro-ecológica de cada área.

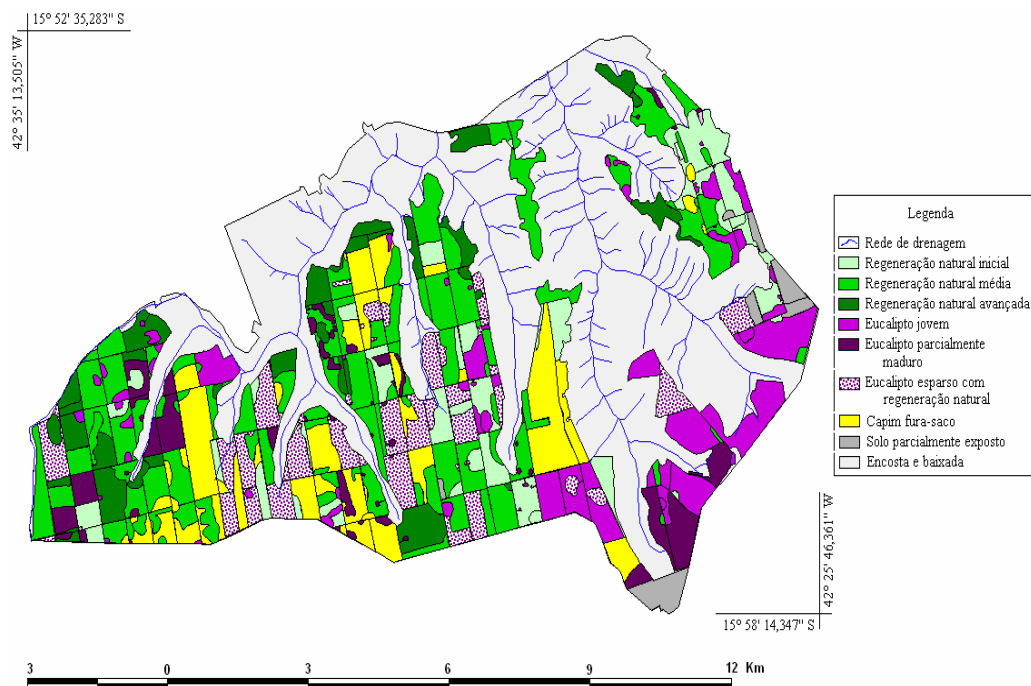


Mapa 15 – Croqui da proposta de uso e ocupação do território de Vereda Funda.  
 Fonte: Comunidade de Vereda Funda/ CAA-NM, 2005.

O mapa 16 apresenta um levantamento da vegetação, elaborado pela Embrapa/Cerrado, a pedido dos moradores da comunidade, diagnosticando o estado inicial da área.

Por fim, o quinto mapa, anexo 6, elaborado em 2011, inclui a demarcação da Reserva Legal, que não existia até então. Esse é o mapa oficial, que foi utilizado como base para a transferência da terra do Estado de Minas Gerais (através do ITER/MG) para a União (por meio do INCRA) representando a consolidação do processo de reapropriação territorial da comunidade de Vereda Funda.





Mapa 16 – levantamento da vegetação da área da comunidade de Vereda Funda.  
 Fonte: EMBRAPA/Cerrado, ano 2009 .

Essa sequência de mapas busca apresentar uma representação cartográfica no âmbito do processo de reapropriação territorial de Vereda Funda. Representa um processo de luta no qual o significado de território está materializado.

O quinto mapa (anexo 6) do processo de reapropriação territorial exprime o projeto para área na sua fase de execução e apresenta já resultados da experiência vivida, suas possibilidades e seus obstáculos. As áreas que têm remanescentes de eucalipto estão sendo manejadas para que seu uso sustente parte do projeto de reconversão agroextrativista e a reapropriação territorial.

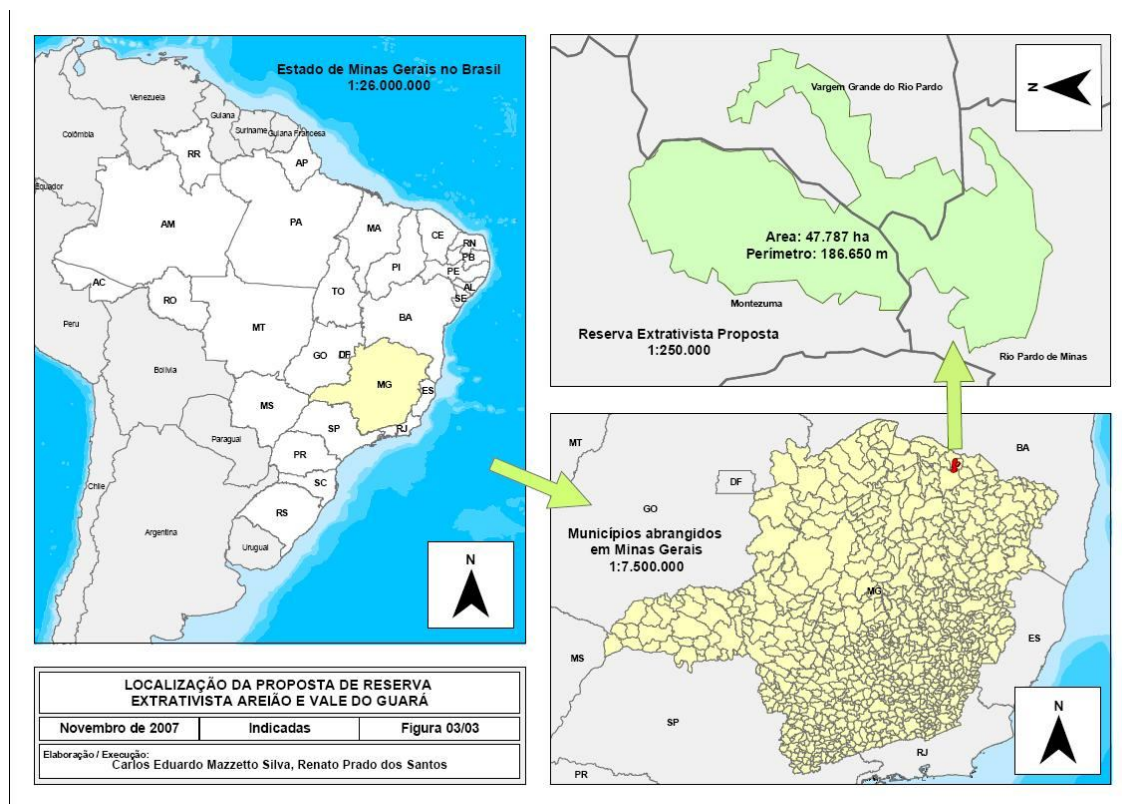
A experiência de reapropriação territorial é significativa no quadro de concentração de terra por que passam a região e o Estado de Minas. Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 1996, 2006) indicam concentração de terras. Os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 ha no Norte de Minas em 1996 eram 837 e ocupavam 2.481.040 há, 41,81% da área total da região. O número de propriedades nessa categoria havia passado, em 2006, para 1.104, em 4.001.206,80 ha, o que corresponde a 51,9% da região. A tendência para a próxima década é aumentar essa concentração da propriedade. A dinâmica atual de compra e venda de terras na região aponta para isso, sobretudo a partir do anúncio da implantação de um pólo minerador de petróleo, gás e minerais: ouro, minério de ferro, entre outros, o que é agravado pelo processo de aquisição de pequenas glebas de terras de agricultores por grandes empresas. As retificações cartoriais que ampliam ainda mais essas áreas das terras devolutas.

A concentração de terras aparece também em dados do Estado de Minas Gerais, pelos quais o número de estabelecimentos com mais de 1000 ha passou de 3.443, em 8.898.971 ha (1996), para 4.529, 11.665.516 ha em 2006: um aumento de 1%.

A reapropriação territorial é o revés desse contexto de concentração de terras na região, pois tende a estancar a tendência de migração dos agricultores e amplia as áreas de trabalho, promovendo distribuição de terras.

### 5.2.2 A reapropriação territorial via a criação da RESEX

O movimento dos atingidos pela monocultura de eucalipto alertou para as consequências da expansão da monocultura e para a importância do cerrado para as comunidades geraizeiras. A escassez de terra é um problema dos geraizeiros da região. Algumas de suas comunidades, com o intuito de resguardar uma das poucas áreas remanescentes de cerrado, pleitearam a constituição de uma unidade de conservação (UC). Surgiu então a proposta de criação, na região do Areião e do Vale do Guará, de uma reserva extrativista<sup>58</sup> com 47.000 há, entre os municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo.



<sup>58</sup> As reservas extrativistas são um tipo de unidade de conservação classificada como de uso sustentável, diferente das de proteção integral. Elas têm o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos.

As reservas extrativistas no Brasil surgem em reação ao modelo de uso e ocupação adotado nas décadas de 60 e 70 na Amazônia, baseado no desmatamento intenso. As reservas extrativistas, em contrapartida a esse modelo, surgem como proposta de uso e ocupação territorial visando sustentabilidade. A ideia de reserva extrativista é oposta ao modelo pensado para a Amazônia, que expulsava povos e comunidades tradicionais para dar lugar a empreendimentos econômicos. (ALLEGRETTI, 1994; Cunha, 2001). As reservas extrativistas, segundo Allegretti (2002), foram inspiradas nas reservas indígenas, para que os seringueiros pudessem dar continuidade às atividades extrativistas, a autora aponta que as mesmas representam uma combinação “peculiar de reforma agrária e proteção do meio ambiente. A política pública conquistada foi a que instituiu as Reservas Extrativistas como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e os moradores destas áreas como beneficiários da Política Nacional de Reforma Agrária” (ALLEGRETTI, 2002, p.18)

O movimento dos seringueiros pelo direito à terra e aos espaços de vida na floresta desenvolveu suas estratégias de luta com base no chamado “empate” e na proposição da reserva extrativista. Gonçalves considera que

a construção da identidade seringueira não estava dada a *priori*, ela foi sendo tecida nos embates concretos que os seringueiros se viam obrigados a travar em circunstâncias singularíssimas nos anos 1970 e 1980 (tempo) nas regiões do vale do rio do Acre, ao longo das BR-364 e BR-317, no estado do Acre (...). (GONÇALVES, 2003, p. 369).

A reserva extrativista foi um marco para o sistema nacional de conservação porque pressupunha a preservação da biodiversidade com a participação ativa das comunidades que historicamente a integravam, rompendo com as perspectivas hegemônicas, baseadas no preservacionismo puro e na intocabilidade dos recursos (DIEGUES, 1996). Ela se consolidou no cenário nacional e internacional, ainda na década de 80. Essa modalidade de unidade de conservação, moldada a partir do movimento dos seringueiros do Acre e da necessidade de manutenção dos territórios, é uma iniciativa dos movimentos sociais que se transformou em política pública conhecida e debatida por diferentes setores sociais (CUNHA, 2001).

Ela está presente no “Projeto de Assentamento Extrativista” – PAE<sup>59</sup>, no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária, e faz parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC<sup>60</sup>, regulamentado em 30 janeiro de 1990, como uma unidade de manejo sustentável dos recursos naturais. A criação

---

<sup>59</sup> Conforme a Portaria 627, de 30 de julho de 1987, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

<sup>60</sup> Artigo 9º, da Lei 7.804, de 18 de julho de 1989, e Decreto 98.897/1990.

das reservas extrativistas está associada ao reconhecimento territorial de comunidades tradicionais da floresta e se multiplicou em outros biomas. Assim, surgiram novas demandas por delimitação de RESEX's, como é o caso das reservas em pauta: do Areião e do Vale do Guará.

Essas reservas são geridas pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais – CNPT, um órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – que nasceu com a função de gerenciar, executar, assessorar e monitorar os programas dessas unidade de manejo sustentável, a partir das demandas dos povos e comunidades tradicionais e em trabalho conjunto com elas. O conselho consultivo do CNPT é formado por vários representantes de entidades indígenas, das comunidades extrativistas, dos pescadores artesanais e outros segmentos civis, e tem por objetivo propor diretrizes e políticas para a atuação desse organismo. O CNPT conta, também, com os conselhos regionais, que acompanham nesse âmbito suas ações e atividades. Suas estruturas são formadas pelo superintendente do IBAMA, por uma autoridade indicada pelo governo do Estado e por representantes da sociedade civil. Os escritórios regionais estão instalados nas várias partes do país onde o CNPT desenvolve projetos sustentáveis; sua finalidade é executar os programas e planos destinados a viabilizar as reservas extrativistas.

A criação das reservas extrativistas se dá, necessariamente, a partir de uma reivindicação de povos e comunidades tradicionais ao CNPT. Essas populações se organizam numa entidade que as representa e que recebe a concessão de uso da área para mantê-la, por meio de programas concretos, como unidades de manejo sustentável. São essas populações organizadas que elaboram o plano de utilização dos recursos naturais, definindo as regras de uso econômico e social das atividades implantadas na reserva. Essas regras são expressas em portarias pelo IBAMA e publicadas no *Diário Oficial da União*. Os moradores, além disso, devem administrar e fiscalizar seu funcionamento e monitorar seus projetos. O conselho deliberativo dessa unidade de manejo sustentável é formado pelo órgão responsável por sua administração e por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais moradoras na reserva. (BRASIL, 2000).

A polêmica sobre a possibilidade de conciliar populações humanas com proteção ambiental surge no processo de “ambientalização” da RESEX, cuja natureza social e territorial deve, então, ser ressaltada. Vários autores, de toda forma, apontam que foram os povos e comunidades tradicionais que preservaram nossa (agro)biodiversidade e conservaram as matas até a primeira metade do século XX. Esse é ponto de partida das RESEX, conforme observa Allegretti (1994) os extrativistas funcionam como guardiões do

território, dos recursos naturais e as reservas extrativistas potencializam esta ação dos extrativistas.

Lúcia Cunha (2001) ressalta que a novidade das Reservas Extrativistas, conforme assinalado, é assegurar mediante instrumentos jurídicos a permanência das populações extrativistas em suas áreas tradicionais, contribuindo para a redução do êxodo rural e para a diminuição dos conflitos fundiários. A autora nota que as reservas extrativistas também apresentam a vantagem de se constituírem em áreas de estoque de recursos naturais destinados à pesquisa, que levem à implantação de programas econômicos adaptados às condições da floresta tropical úmida e que elevem o nível de vida das populações tradicionais.

A multiplicação desse tipo de unidade de conservação no cerrado aconteceu de forma mais forte a partir de 2006, embora as primeiras tenham sido criadas em 1992. (ICMBio-MMA, 2010).

### 5.2.3 Reserva extrativista no cerrado

Estudos recentes mostram, como aponta Ribeiro (2008), que o cerrado teve sua paisagem modificada pela intensificação das atividades econômicas ali desenvolvidas desde os anos 1970. O estudo de Klink e Machado (2005) afirma que as taxas anuais de desmatamento são mais altas, e a destruição é três vezes maior no cerrado do que na Amazônia. A situação de degradação despertou a atenção da comunidade científica e de ambientalistas: a região passou a ser considerada um *hotspot*<sup>61</sup> de biodiversidade.

As duas primeiras RESEX foram criadas em 1992: Mata Grande, no Pará; e Extremo Norte, no Tocantins. Treze anos depois, em 2005, 2006 e 2007, foram criadas mais quatro no cerrado: Marinha Caeté Taperuçu, em Bragança, estado do Pará; Recanto das Araras da Terra Ronca, no Tocantins; Lago do Cedro, no Município de Aruanã, no Estado de Goiás; e Chapada Limpa, no Maranhão. (BRASIL, 2009a).

A história de resistência das comunidades locais, que culminou com a demanda de criação de reserva extrativista ou reserva de desenvolvimento sustentável<sup>62</sup> do Areião e Vale

---

<sup>61</sup> *Hotspot*, conforme a *Conservation Internacional*, se refere a regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta. A organização destaca vinte e cinco regiões mais ricas e ameaçadas no mundo. Na lista dos 25 *hotspots*, o Brasil tem 2 regiões: A mata Atlântica em 5º lugar e o Cerrado em 11º da lista. Mais informações sobre o tema consultar [http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/capa\\_hotspots.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/capa_hotspots.pdf).

<sup>62</sup> A Reserva de Desenvolvimento Sustentável foi criada recentemente, no âmbito do SNUC, com funções similares às da Reserva Extrativista. Ela é descrita como “uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptado às condições ecológicas locais; desempenham um papel fundamental na manutenção da diversidade biológica”. Sua especificidade parece decorrer do fato de não estar centrada na atividade extrativista e prever em seu interior zonas de amortecimento e corredores ecológicos, além das áreas de uso sustentável. Ver SNUC, Ministério

do Guará, começa nos anos 90: moradores da comunidade de gua Boa, na parte Oeste da chapada do Areião (Município de Rio Pardo de Minas), resistiram  expropriao de suas terras, acionando a polícia do município de Taiobeiras, que expulsou grileiros<sup>63</sup> que tentavam controlar a rea.

A chapada do Areião pode ser entendida como o epicentro para a motivao de criao da RESEX.  uma área historicamente importante para as comunidades. Ela compreende cerca de 3.600 ha de terras altas; tem relevo relativamente plano, com remanescente de vegetao nativa bastante preservado, o que confere às nascentes que surgem, tanto a leste quanto a oeste da chapada, água abundante durante todo o ano às comunidades mencionadas.

Além da questão histórica que está relacionada  memória dos tropeiros, das antigas áreas de coleta e de criao de gado, o provimento de água está entre os principais motivos de resistência e luta das famílias das comunidades locais na defesa do território: nas chapadas vizinhas ocupadas pela monocultura do eucalipto, as minas e nascentes tornaram-se escassas e os cursos d'água, que eram perenes, transformaram-se em intermitentes, agravando as condioes de vida das famílias.

A rea do Areião sofreu um novo ataque em 2003; dessa vez realizado pela empresa PROCEL<sup>64</sup>, que iniciou a realizao de aceiro da demarcao da área com o uso de tratores para início do desmatamento. Nesse momento, algumas comunidades de Rio Pardo de Minas se juntaram àquela comunidade, e se articularam com o STR de Rio Pardo de Minas, CAA/NM e Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão. Apresentaram um requerimento e realizaram manifestao em frente ao fórum, o que resultou no embargo das aoes de desmatamento da chapada do Areião pela Promotoria Pública da Comarca de Rio Pardo de Minas, dando início ao processo de criao da Reserva Extrativista do Areião e Vale do Guará.

Essas aoes desencadearam um conjunto de articulaoes junto ao IBAMA, ao Ministério do Meio Ambiente – MMA – e a outras comunidades da região que viviam o mesmo processo de resistência ao avanço do desmatamento e da expropriao de seus territórios. Assim, a proposta de criao da RESEX Areião foi ganhando visibilidade e espaço nos órgãos governamentais e nas comunidades locais, que culminou na ampliao da proposta inicial, de 4.000 ha, para 47.000 ha, abrangendo comunidades como Roça do Mato e Vale do Guará, que também vinham enfrentando a expropriao de seus territórios tradicionais.

---

do Meio Ambiente (Lei n 9.985, de 18 de junho de 2000). Essa unidade de manejo s está em funcionamento, até o momento, no Estado do Amazonas, e em âmbito administrativo estadual.

<sup>63</sup> Grileiro  denominao utilizada para quem se apossa ilegitimamente e ilegalmente de terra. Geralmente quem se apropria de terras públicas e utiliza documentos falsos.

<sup>64</sup> de propriedade do Sr. José Angelo de Macedo Saporit, que se apresentou como dono da rea.

Uma visita técnica conjunta, realizada na região pelo IBAMA/MG, pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, pelo STR de Rio Pardo de Minas e pelo STR de Riacho dos Machados, ainda na fase de reconhecimento de possíveis limites para a RESEX, resultou na apresentação de um relatório com uma breve descrição da situação da região e recomendações.

Uma hipótese inicial considerava como área da RESEX as terras que se estendiam do Município de Riacho dos Machados – onde comunidades locais solicitam a criação da RESEX Tamanduá – até os limites ao norte da RESEX do Areião e Vale do Guará, nos municípios de Montezuma e Vargem Grande do Rio Pardo, passando pelo Município de Rio Pardo de Minas: uma área de cerca de 100.000 ha. A proposta, no decorrer do processo, foi dividida em duas áreas: a RESEX do Tamanduá (27.000 ha) e a do Areião e Vale do Guará (47.000 ha). Os estudos ambientais, fundiários e socioeconômicos posteriores, realizados como parte do processo de criação da RESEX, foram decisivos para a proposta de delimitação da sua área.

É necessário esclarecer, aqui, que o termo extrativista presente nessa unidade de manejo refere-se à atividade principal desenvolvida há séculos pelas comunidades, e não a uma forma exclusiva de atividade econômica. Os seringueiros, atualmente, por exemplo, praticam a atividade extrativa em conjunto com a agricultura sustentável, a criação de pequenos animais<sup>65</sup>, a pesca, a caça e mesmo a criação de gado em algumas áreas. Como diz Allegretti:

a base extrativista atualmente existente na região assegura a ocupação e a proteção de largas extensões daquele território (...) [mas] não constitui, no entanto, a base exclusiva sobre a qual se pretende o desenvolvimento econômico regional. Ou seja, Reserva Extrativista define um território, um espaço e uma forma de regularizar o acesso a ele. Não define porém o tipo exclusivo de economia que se pretende ali desenvolver. Estabelece, sim, uma condicionalidade – a sustentabilidade. (ALLEGRETTI, 1994, p.19).

A necessidade de pensar a reserva extrativista de uma forma dinâmica, a partir da natureza de sua criação e em consonância com as características ambientais e culturais da região fica patente no caso do Norte de Minas e de suas comunidades tradicionais. Uma das características que conforma a identidade geraizeira é a criação de gado e é uma das questões, portanto, que mais preocupa os geraizeiros no âmbito da criação e gestão de uma reserva extrativista.

---

<sup>65</sup> A criação de gado, pequenos rebanhos, nas Reservas Extrativistas da Amazônia sempre ocorreu, o gado como atividade complementar da economia das famílias, como poupança. Segundo Pantoja, Costa e Postigo(2009) em cadastramento realizado em 1991 na Reserva Extrativista do alto Juruá, na Amazônia, 24,5% das famílias criavam gado.

A consulta pública sobre a criação da RESEX foi outro capítulo dessa história que ainda não terminou. Ela foi realizada em 2011, na sede de dois municípios: Montezuma, em 24/11/2011, e Rio Pardo de Minas, em 25/11/2011.

O documento distribuído de consulta pública para criação da reserva do Areião e Vale do Guará afirma que

a proposta para a criação de uma RESEX na região Areião e Vale do Guará surgiu a partir do pedido da Associação de Agricultores e Agricultoras de Riacho de Areia e Água Boa, protocolado no Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2005. Já no início a proposta foi apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, além de ser área de desenvolvimento constante de projetos da Embrapa Cerrados. Entre 2005 e 2011, o MMA, o IBAMA e o ICMBio realizaram várias visitas nos locais e reuniões, bem como estudos de diagnóstico ambiental e diagnóstico socioeconômico da área (...) (ICMBio-MMA, 2011, s. p.).

Apesar do processo de criação da RESEX Areião e Vale do Guará já ter passado da etapa da consulta pública, ainda há um trajeto a cumprir até sua efetiva criação. A criação de uma reserva extrativista e a reconversão agroextrativista são complementares e têm como protagonistas as comunidades tradicionais geraizeiras que, a partir do reconhecimento e fortalecimento da sua identidade, consolidam a luta por seu território no Alto Rio Pardo, para o que a rede dos geraizeiros é fundamental.

### 5.3 O COMPLEXO INDUSTRIAL-FLORESTAL

O complexo Industrial florestal também atua na forma de redes. A rede da monocultura de eucalipto articula empresas, instituições e organizações vinculadas ao agronegócio e suas estratégias estão em consonância com as diretrizes da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF, da Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS e da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil – CNA.

A principal estratégia da rede da monocultura é a atuação no Poder Legislativo. A frente parlamentar mineira de silvicultura, por exemplo, tem como signatários 50 deputados do total de 77 que constituem a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Sua congênere no âmbito Federal reúne 206 dos 514 deputados da Câmara, além de 36 senadores. Os dados são de 2011.

Uma agenda estratégica do setor de florestas plantadas, elaborada em 2009, contém planos para os cinco anos seguintes, em que a principal ação é a revisão do Código Florestal cujas metas são: ampliar os prazos e valores de financiamento do plantio de florestas de eucalipto e pinus, criar uma política nacional de apoio às atividades relacionadas ao plantio de florestas e superar os gargalos de infra-estrutura.

A Agência Câmara de Notícias informou, em 2011:



a Frente Parlamentar da Silvicultura e Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf) lançaram na quarta-feira (21 – Dia Mundial da Árvore) a Agenda Legislativa da Silvicultura. Segundo o coordenador da frente, deputado Paulo Piau (PMDB-MG), a agenda reúne os principais pleitos do setor de silvicultura para o Congresso Nacional e os ministérios. Na opinião do deputado, o principal destaque, entre as reivindicações, é a votação ainda este ano do novo Código Florestal, atualmente em tramitação no Senado.

Além do código, também aparecem no documento: atividade de florestas plantadas, licenciamento ambiental, incentivos ambientais, compensação ambiental, unidades de conservação e outros temas como legislação trabalhista, direito de propriedade, mudanças climáticas, desenvolvimento da biotecnologia e restrições à aquisição de terras por estrangeiros. (AGÊNCIA Câmara de Notícias, 2011, s. p.).

Os objetivos declarados da Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS – que, fundada em 1955, é também uma associação representativa do setor florestal no âmbito nacional, são:

- Congregar todos os que se dedicam à formação, recomposição e utilização sustentável das florestas;
  - Estudar e difundir tecnologias de preservação dos recursos naturais renováveis e defesa do meio ambiente em geral;
  - Participar e promover estudos e campanhas destinadas a garantir a reposição florestal e a disponibilidade de matérias-primas de base florestal;
  - Participar da elaboração de planos e programas florestais em conjunto com órgãos do Poder Público e da Iniciativa Privada;
- Incentivar o aprimoramento da legislação florestal. (SBS, 2012, s. p.).

### 5.3.1 As empresas de base “florestal” na região de Rio Pardo de Minas

A caracterização a seguir compreende as empresas denominadas de “base florestal” que atuam na região do Alto Rio Pardo. Significativos investimentos estatais e privados realizados entre 1970 e 1990 propiciaram o crescimento no Estado de Minas Gerais do setor de silvicultura, por meio do plantio de eucalipto voltado para as fábricas de celulose e produção de carvão vegetal para o setor siderúrgico. O perfil econômico do setor é de utilização de capital intensivo em produção voltada para o mercado externo.

A matéria-prima utilizada por essas empresas é o eucalipto<sup>66</sup>, cujos plantios estão distribuídos em diversos municípios da região. Além dos plantios próprios, algumas empresas mantêm programas de fomento para produtores rurais.

Muitos projetos continuam em funcionamento, mesmo após o término da linha de créditos externos, e constituem o conjunto das empresas de base florestal que atua na

---

<sup>66</sup> O Eucalipto é transformado em carvão, fonte de energia para as siderúrgicas. Também é a matéria prima para a pasta de celulose, base para a fabricação de papel. No norte de Minas as plantações de eucalipto são destinadas à produção de carvão.

região. Essas empresas, em sua grande maioria, têm a produção voltada para o carvão vegetal destinado às indústrias siderúrgicas e de ligas de ferro. Elas, em conjunto com empresas de base florestal, voltadas para a produção de celulose, laminados e outros produtos de origem madeireira, constituem as organizações estaduais e nacionais como a Associação Mineira de Silvicultura, a Associação Brasileira de Florestas e a Sociedade Brasileira de Silvicultura, que representam os interesses do setor.

Os projetos cuja produção madeireira está voltada para outros fins aparecem na região em número bem menos significativo. Trata-se de plantações para abastecimento próprio como produção de cerâmicas; de produtos madeireiros, como postes e mourões; de carvão para churrasco; lenha; óleo de eucalipto; entre outros. A atuação de algumas dessas empresas, no entanto, merece destaque, em função da sua repercussão na região, como é o caso da Meneguetti,<sup>67</sup> Indústria de Óleo de Eucalipto.

O crescimento da monocultura do eucalipto praticamente parou com o fim dos incentivos fiscais. As empresas, a partir do vencimento dos contratos de arrendamento e diante das demandas das comunidades para reaver áreas, começaram a se mover no sentido de garantir a base necessária à sua produção: a terra. Outras áreas de monoculturas de eucalipto não-demandadas nem pelas próprias empresas e nem por comunidades rurais permaneceram sob baixa intervenção, tornando-se aos poucos áreas abandonadas após o plantio do eucalipto. A pressão pela posse dessas terras passou a ficar bastante acirrada no início deste século.

As empresas iniciaram ações de legalização de posse da terra por usucapião à medida que os contratos de arrendamento assinados com o Estado de Minas Gerais começaram a vencer, pois as terras ocupadas por elas eram, em grande parte, devolutas<sup>68</sup>.

A primeira e única empresa a negociar com o Instituto de Terras de Minas Gerais a renovação do contrato foi a Gerdau, que devolveu parte das terras arrendadas e priorizou

---

<sup>67</sup> A Meneguetti responde a processo judicial referente às retificações de limites de propriedades de forma irregular. Atualmente, essa empresa tem se apresentado como parceira de outras, de siderurgia, como o grupo Itaminas/Replasa, no processo de expropriação territorial das comunidades tradicionais da região, estando envolvida em inúmeros conflitos com famílias de agricultores.

<sup>68</sup> Apesar de ter sido debatido o assunto, pouco foi feito para haver a restituição de terras ao Estado de Minas Gerais. Sobre o tema 'terras devolutas em Minas Gerais', a revista *Isto É* produziu, em 15 de julho de 1998, uma longa matéria, sob o título "Uns sim, outros não". Segundo os jornalistas Alan Rodrigues e Luiza Villaméa, "há dois anos (1996) o governo de Minas Gerais deveria ter recebido de volta 23,6 mil ha dos 265,1 mil que arrendou a partir de 1975 para 19 reflorestadoras no norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha". Boa parte dos contratos assinados entre as empresas e o Estado ainda na década de 70 venceriam entre os anos de 1998 e 2002. Ainda existem alguns contratos por vencer. Segundo *Isto É*, "as empresas ignoram o compromisso firmado de criar distritos florestais em troca de incentivos fiscais. Não cumpriram sua parte e além de não devolver as áreas que exploraram por mais de duas décadas, estão tentando incorporar a propriedade ao seu patrimônio, com base na lei do Usucapião, que dá direito ao imóvel àquele o que explorar por 20 anos ininterruptos" (WRM, 2002, s. p. ).

outras, renovando o contrato de arrendamento destas até 2017, procedimento “legal”, que está sendo questionado no Poder Judiciário. As empresas arrendaram essas terras por preços baixos há três décadas, numa época em que não havia limite para alienação de propriedades públicas, mas a legislação mudou e todos os contratos começaram a vencer a partir de 2003. A orientação da Advocacia Geral do Estado – AGE era para que eles fossem cancelados, mas acabaram prorrogados em 2008.

Uma comissão especial no próprio ITER – Instituto de Terras de Minas Gerais foi criada para avaliar esses contratos. O titular da Secretaria Extraordinária de Assuntos para a Reforma Agrária – SEARA determinou essa criação. O relatório final da comissão concluiu que o preço do arrendamento desses contratos está bem abaixo dos valores de mercado, além de outro problema grave: os contratos renovados compreendem cerca de 65 mil ha, ou 650 quilômetros quadrados de terras não-contíguas, mas a Constituição Mineira proíbe o arrendamento de terras devolutas acima de 250 ha e a Constituição Federal determina que toda alienação ou concessão de área devoluta superior a 2.500 ha precisa de prévia aprovação do Congresso Nacional, a não ser que ela seja destinada à reforma agrária.

As empresas, para complicar a situação, alegam que agiram de boa-fé e que a proposta de renovação, incluindo os valores pactuados, foi iniciativa do próprio governo e, assim, ameaçam com pedidos de indenização, caso sejam obrigadas a deixar as áreas. A SEARA garante que os contratos foram feitos à revelia, já que o ITER tem autonomia funcional, por ser um instituto. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público abriu um inquérito para avaliar esses contratos, sua legalidade e as condições em que foram firmados.

A comissão do ITER alega que o arrendamento nos atuais termos vai trazer um prejuízo de R\$ 98,7 milhões aos cofres do estado até o fim de todos os contratos, previsto para 2024. Os 65 mil ha foram arrendados por R\$ 6.679.433,77, pelos 16 anos de uso, valor que, pelo preço de mercado, deveria ser de R\$ 105.389.904,60. O preço do hectare em alguns contratos é de R\$ 7,00 por ano, contra cerca de R\$ 130,00 pagos a proprietários particulares da mesma região.

Esse também é o entendimento da Advocacia Geral do Estado, que considerou “irrisório” o valor cobrado por hectare arrendado. “Os valores cobrados por hectare não acompanham a evolução do preço de mercado e não foram corrigidos por índices oficiais, nem mesmo por portaria do ITER, como previsto em lei”, diz um trecho do relatório final, concluído em novembro de 2011.

Seis empresas plantadoras de eucalipto tiveram seus contratos aditivados: Gerdau S/A; Energética Florestal; Rio Rancho; Rima Industrial; Replasa Reflorestadora e Suzano Bahia Sul Papel e Celulose. Todas alegam que os contratos foram prorrogados de acordo

com a lei e em comum acordo entre as partes. Muitas já começaram o plantio nessas terras de mais um ciclo de eucalipto, que é de sete anos. A decisão sobre o que vai ser feito está nas mãos da AGE, que estuda a melhor saída jurídica para o caso.

As empresas têm realizado várias tentativas para efetivar o controle sobre as terras no Alto Rio Pardo e garantir sua produção de base florestal. Além das iniciativas de usucapião, mais recentemente a estratégia das empresas vem sendo a de legitimar legislativamente a permanência de suas atividades em terras estatais e devolutas. Alguns deputados estaduais entraram com o projeto de emenda à Constituição Mineira PEC 75-100/04, que propõe decuplicar a extensão de terra que o governo pode ceder à iniciativa privada, que passaria de 250 ha para 2.500 ha, legitimando a concessão estatal de terras públicas para a apropriação privada.

São muitos casos confusos que envolvem as terras públicas da região. Um deles envolve a empresa Gerdau que, como parte da estratégia de ampliação da produção de carvão para a siderurgia, devolveu quatro mil hectares ao Estado que, via ITER/MG, repassou para uma “cooperativa”, sem autorização legislativa ou licitação. A cooperativa fez contrato com a Gerdau para exploração da área. Em 26 de abril de 2011, o contrato de autorização de uso de terras públicas nº PRO/009/2007/INTER, firmado com a Cooperativa de Silvicultura e Agropecuária do Alto Rio Pardo Ltda – COOSARP, foi suspenso pelo juiz de direito da Comarca de Rio Pardo de Minas/MG, em função de Ação Popular. A justiça determinou ainda que “cesse imediatamente a exploração de madeira e ou exploração de carvão vegetal existente no imóvel objeto do referido contrato”, tornando indisponíveis “os bens imóveis da GERDAU Aços Longos S. A., da COOSARP e do Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária”.

O Governo de Minas Gerais, segundo a ação popular, cedeu à Coosarp o uso da Fazenda Vale da Aurora, localizada em Rio Pardo de Minas, mediante contrato de autorização de uso firmado em julho de 2007. Esse imóvel, no entanto, havia sido antes objeto de contrato de arrendamento firmado entre a Ruralminas e a Gerdau e, portanto, já vencido o contrato, teria que ter sido devolvido ao Estado.

Em sua sentença o Juiz escreveu:

Insta observar que ainda que se adotasse a modalidade concessão de direito real de uso, o ITER somente poderia conceder a área, para fins específicos de uso e cultivo da terra até o limite de 250 ha (duzentos e cinquenta ha) e por tempo certo de até 10 (dez) anos, conforme previsto no artigo 22 da Lei Estadual 11.020/93, sem prejuízo da observância de prévia autorização legislativa e prévio procedimento licitatório, o que foi inobservado, o que por si só, já acarreta lesão ao patrimônio público.

Se não bastasse, em juízo sumário, tenho por configurada a lesão ao erário estadual, visto que a celebração do referido contrato, sem a observância das exigências e finalidades constitucionais e legais poderá ter lhe ocasionado um prejuízo aproximado de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais, documento de ff.1036/1051), visto que o imóvel ora cedido

possuía remanescente de floresta de eucalipto, patrimônio pertencente ao Estado em função do Termo de Devolução de Terras Devolutas Integrante dos Distritos Florestais levado a efeito pela requerida GERDAU e teria sido explorado pela requerida COOSARP. (JUSBRASIL, 2011, s.p.).

O mais grave, segundo documentos constantes na Ação Popular, é que a Gerdau, após “devolver” o imóvel, formalizou com a Coosarp, com a interveniência do ITER, um instrumento de compra e venda de madeira de eucalipto extraída no próprio imóvel cedido.

A empresa Replasa, ligada ao grupo Itaminas de Siderurgia, controla, em apenas uma localidade do Município de Rio Pardo de Minas, nove mil dos doze mil hectares lá reivindicados, dos quais 3.000 ha pela comunidade de Raiz. Também já objeto de investigação, as sete matrículas que totalizam estes 12.000 ha estão sendo avaliadas por suspeita de terem sido produzidas a partir da aquisição de pequenas glebas de terra de moradores locais, seguida de sua retificação junto aos órgãos públicos do estado e da região.

Conforme relatos das lideranças das comunidades, a empresa Replasa, mais recentemente, tem trabalhado em parceria com a empresa Meneguetti de óleo de eucalipto, que tem diversificado suas atividades por meio da destoca<sup>69</sup> e preparo das áreas para novos plantios de eucalipto pela Replasa. O grupo Meneguetti tem prestado serviços em outras áreas na região além das da Replasa, o que tem trazido à tona diversos conflitos com comunidades tradicionais pela posse da terra.

As principais empresas de base florestal do complexo siderúrgico e de ligas de ferro que atuam no Alto Rio Pardo são Gerdau Aços Longos, Italmagnésio Nordeste, Companhia Ferro Ligas Minas Gerais – MINASLIGAS – e Grupo Itaminas-Replasa. As empresas dos produtores independentes de ferro gusa são Cisam, Ciderprata e Ciderpita.

O discurso verde está presente no *marketing* das empresas, pois possibilita o aumento dos lucros usando, por exemplo “seqüestro de dióxido de carbono da atmosfera”. Uma grande empresa monocultora de eucalipto de Minas Gerais foi a primeira no mundo a receber certificados temporários de reduções de emissões no âmbito dos mecanismos de desenvolvimento limpo – MDL do protocolo de Quioto. O discurso verde é justificativa e argumento para investimentos e procedimentos que, na realidade, causam grandes impactos ambientais e sociais, muito distantes que estão de um ordenamento territorial baseado na sustentabilidade.

A atuação no Poder Legislativo visa retirar os entraves para a expansão da monocultura e atuar sobre os inconvenientes da legislação, flexibilizando-a, na terminologia empresarial. O discurso verde busca justificar a atividade.

---

<sup>69</sup> Retirada dos tocos de eucalipto, resíduo dos último corte.

Se, na implantação da monocultura, na década de 1970, o Estado totalitário garantiu abundância de terras e subsídios à atividade, na atualidade os interesses das empresas monocultoras de eucalipto utilizam o sistema político para conseguir expandir suas áreas e obter financiamento público.

A rede da monocultura de eucalipto, quando não consegue mudar a legislação, ou seja, retirar os entraves para sua expansão, utiliza seu poder político e econômico para “flexibilizá-la”. O caso de uma grande empresa eucaliptocultora, que atua em Minas Gerais, foi acompanhado durante a pesquisa de campo. Essa empresa, no processo de renovação da licença ambiental para silvicultura e produção de carvão, reuniu 26 fazendas de sua propriedade, localizadas em diversas macrorregiões do Estado (em diferentes biomas e que atingem diferentes populações), em único processo de renovação de licenciamento, que foi analisado e julgado numa única Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM, apesar de o Ministério Público ter indicado que o procedimento adequado seria a análise dos processos nas respectivas regionais da SUPRAM onde estão alocados os empreendimentos. O processo teve prosseguimento e, além da renovação do licenciamento ter sido feita em bloco, numa única unidade, foi renovada a licença de uma fazenda nunca antes licenciada; portanto, não podia ser renovada.

Outro procedimento comum nos relatórios de impacto ambiental e nos processos de análise do impacto de grandes áreas é desconsiderar áreas adjacentes como, por exemplo, o carreamento de terras e enxurrada para dentro dos cursos d’água como impacto ambiental causado pelo empreendimento, apenas por eles não estarem dentro da propriedade objeto do licenciamento, comum nas plantas topográficas de muitos plantios de eucalipto nas chapadas. Típico caso de “adequação ambiental”. O Estado, em termos de política ambiental, comporta-se na lógica do paradigma da “adequação ambiental”, em que a interpretação de leis e normas se dá sob a luz da viabilização de empreendimentos econômicos (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005)

Esses são alguns exemplos para compreender como se articulam as concepções e as práticas da rede da monocultura de eucalipto e de como essa rede se movimenta, no contexto do conflito socioambiental, usando seu poder econômico e político. O discurso e a prática ambiental das empresas de eucalipto não têm comprometimento com a realidade socioambiental concreta e com as pessoas do lugar, mas sim com as necessidades econômicas de seus empreendimentos.

Um desenho esquemático da rede da monocultura de eucalipto é apresentado a seguir. Como mencionado anteriormente, os quadrados coloridos representam as instituições/organizações e as linhas com setas bidirecionais indicam a existência de uma relação entre elas. A posição dos quadrados uns em relação aos outros, na figura, não tem

qualquer significado neste esquema. Na ilustração a seguir os quadrados em preto representam o mercado, mais especificamente as empresas da monocultura de eucalipto; os quadrados vermelhos identificam as formas de articulação inter-organizacionais que atuam como mediadoras e interlocutoras; os pontos do Estado são identificados com quadrados azuis; por fim, o Banco Mundial está destacado em amarelo.

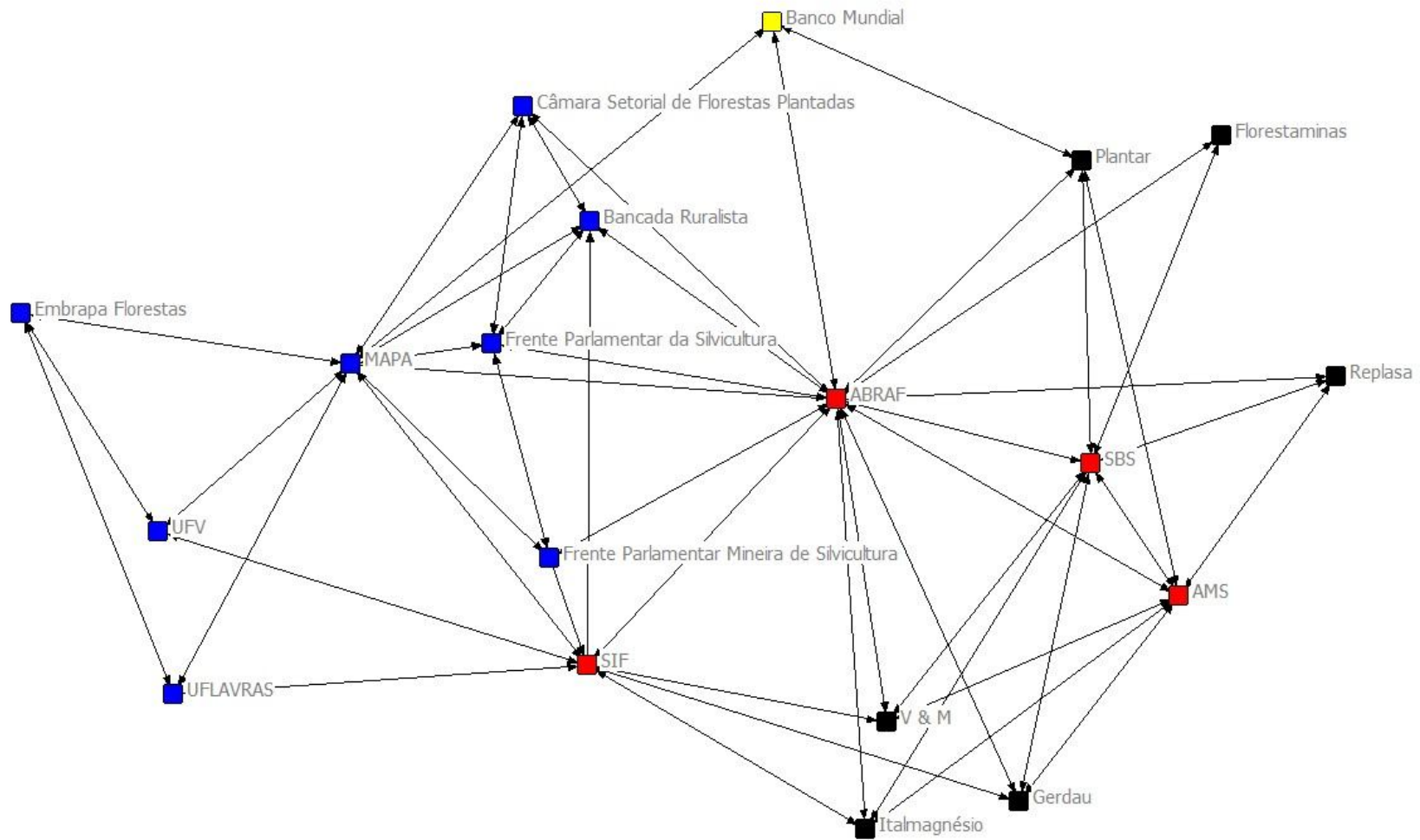


Ilustração 3 – Rede da Monocultura de Eucalipto.  
 Fonte: Pesquisa de campo.



#### 5.4 AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS

Os diferentes grupos organizam suas estratégias no contexto da forte assimetria de poder econômico e político existente entre eles e com base na trajetória do conflito. A atuação da rede de geraizeiros se concentra na articulação entre as comunidades e as organizações locais; uma estratégia forte, que consegue mobilizar os recursos locais, mas que não apresenta uma ação efetiva nos fóruns decisórios, apesar de pressioná-los. O acesso da rede dos geraizeiros se dá por meio de comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e de audiências públicas. A atuação dessas comissões foi e é importante para coibir desmandos dos órgãos policiais locais, para apontar publicamente algumas ações ilegais e fortalecer o moral das comunidades. A rede dos geraizeiros, porém, tem poucos recursos efetivos de representação de seus interesses no contexto desse conflito, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e no Congresso Nacional. Apesar disso, por se tratar de uma rede de movimentos sociais, conseguiu considerável eco para as suas reivindicações conseguindo adesões tanto em instituições públicas de desenvolvimento e pesquisa como no meio científico.

A rede da monocultura de eucalipto, por outro lado, não tem uma articulação local evidente, mas é forte e incisiva nos planos regional, estadual e nacional, os quais utilizam as frentes parlamentares para garantir seus interesses e interferir na formulação de políticas governamentais. A rede também é subsidiada com informações e suporte técnico por instituições públicas de pesquisa e tem mecanismos para pautar os meios de comunicação.

A identidade, à luz do que foi levantado em relação às redes que atuam nesse conflito socioambiental, é a base propulsora da resistência dos geraizeiros e elemento importante na articulação da rede de movimentos sociais. Essa rede, porém, não é impulsionada apenas pela identidade, há também outros elementos relacionados ao modelo monocultural, ao capitalismo global, que hoje se apresenta não só como um modo de produção, mas como um regime civilizacional, vem sendo questionado, criticado e tensionado, a despeito de sua força e hegemonia.

A epistemologia e o projeto da rede de geraizeiros apontam uma contradição que se diferencia da contradição clássica, relacionada às classes sociais (capital e trabalho). Essa contradição está relacionada a identidades e relações com a natureza, e produz movimentos como o dos atingidos pela monocultura de eucalipto e a rede da qual ele participa, que se conecta com outros grupos e articulações de base identitária e também com grupos socioambientalistas regionais, nacionais e mundiais. Verifica-se, nesse contexto, uma solidariedade socioambiental que extrapola fronteiras.

As noções de fascismo social e fascismo territorial se aplicam à análise do conflito socioambiental estudado e ajudam a entender a lógica de atuação da rede da monocultura. Não há necessidade de um regime de exceção para que esta tenha êxito, pois dispõe de força suficiente para impor seus interesses “democraticamente”. Isso fica confirmado pela constatação do avanço na concentração de terras apresentada na análise dos censos agropecuários de 1996, de 2006 e pela “flexibilização” da legislação ambiental.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diversas perspectivas de abordar a temática ambiental, que emergiu com força no final do século XX e se consolidou como um dos principais temas da sociedade contemporânea e de grande interesse para a ciência. Uma dessas perspectivas é focalizar a partir da relação interativa sociedade-ambiente e toda sua complexidade e transversalidades. Este é o primeiro desafio a que se propõe esta tese, que trata dos geraizeiros - comunidade tradicional que não considera o ambiente dissociado de si, mas parte de seu modo de vida - em conflito com a monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais.

O estudo do processo histórico de formação da região Norte de Minas e das comunidades geraizeiras apontou que as características de colonização e dominação têm se perpetuado ao longo da história da região. Porém, é no século XX com o processo de modernização conservadora e com a expansão das relações capitalistas de produção na região que há abalo significativo no modo de vida geraizeiro e maior depredação dos ecossistemas da região.

Os conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais têm como elemento importante os modos de identificação diferenciados dessas comunidades na relação com o mundo natural por sua histórica relação com modos diferenciados de viver e se relacionar com o meio. São reflexos do processo histórico, da dinâmica de ocupação territorial do Brasil. Vistos a partir das comunidades geraizeiras, refletem o elitismo<sup>70</sup> que funda a nação e que se mantém até o século XXI. Duas formas de relação com o território são encontradas desde a colonização: uma, baseada na exploração; a outra, na sustentação.

A forma como os geraizeiros se constituíram como coletividade, sua identidade coletiva, sua história e o contexto socioambiental que vivenciaram deram origem a modos de viver, de ser e de produzir que detêm um saber ecológico, vê os gerais como um produto da vivência em um ambiente natural e como uma parte fundamental da própria dinâmica de sua existência, é parte de sua identidade. As comunidades geraizeiras, por outro lado, conviveram, desde sua origem, com um tipo de racionalidade na qual predomina a dissociação cultura e natureza (naturalismo) e que é representada, na lógica do Estado desenvolvimentista, pela monocultura de eucalipto. Há por parte dos geraizeiros um processo de explicitação dessas diferentes lógicas de relação com o território, no contexto do conflito socioambiental.

A identificação e diferenciação do território não reduziu a noção de identidade a atributos culturais, mas ampliou-a na possibilidade de mobilizar recursos humanos e políticos com os objetivos de manter e expandir seus territórios. Este não é um processo exclusivo ou restrito

---

<sup>70</sup> Sistema que favorece as elites, com prejuízo da maioria.

aos geraizeiros, mas manifesta-se e multiplica-se em diversos grupos e territórios no Brasil. A interpretação dada às manifestas diferenças e identidades que povoam o cenário nacional denotou a categoria comunidades tradicionais.

**A categoria “povos e comunidades tradicionais”** está imbricada com a noção de conflitos socioambientais à medida que as terras dessas comunidades foram expropriadas, privatizadas e degradadas. Diversos autores, citados ao longo do texto, como Little, Brandão e Dayrell, entre outros, apontaram a relação do processo fundiário nacional com a dimensão política da categoria das comunidades tradicionais que, no âmbito do norte de Minas Gerais, estão associadas à experiência de vida em um território cercado ou ameaçado e ao manejo e manutenção da biodiversidade.

As comunidades geraizeiras perderam parte significativa de seu espaço. Com o reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais, constante na carta constitucional de 1988 e nos dispositivos constitucionais consequentes, algumas portas foram abertas por essas comunidades que passaram a ter status jurídico e meios alternativos de disputar a terra, de lutar pelo lugar de vida, de alimentar uma rede (relações sociais) e de avançar no espaço do conflito socioambiental.

A noção de conflito socioambiental tem amadurecido desde o final do século XX e na sua trajetória traz uma importante interpretação sobre o ambiente como um campo de disputas materiais e simbólicas e revela as diversas contradições da sociedade, principalmente no meio rural brasileiro, a questão territorial, marcada por contínuos processos de expropriação e depredação do ambiente natural.

**O processo de resistência**, a vivência da disputa pelo território trouxe muitas transformações às comunidades tradicionais, sobretudo na organização interna e na forma de se relacionar com o mundo externo. Além dos geraizeiros, outras comunidades tradicionais como quilombolas, vazanteiros, entre outros, vêm se posicionando criticamente frente às disputas em torno do ambiente, organizando elementos e discursos num processo de resistência, dando visibilidade aos conflitos socioambientais que refletem o processo histórico e também as complexidades e tensões da sociedade presente. Conflitos que são travados nos locais de moradia das comunidades e nos espaços decisórios de poder. O conflito socioambiental acontece em distintos lugares, com distintas formas de representação. Se nas décadas de 1970 e 1980, em plena ditadura militar, as comunidades geraizeiras não tinham articulação suficiente para reagir ao confisco de seus territórios, nem para contestar as imposições relativas a seus modos de produzir e viver, na década seguinte, com os ares da redemocratização, surgiram mais fortemente as vozes da resistência.

As comunidades se articularam em âmbito local e por meio de diversas organizações, em vários níveis, que culminam com mobilizações nas esferas públicas local, estadual, nacional e internacional. Estas articulações consolidaram uma crítica que se constituiu em uma voz dissonante dos processos desenvolvimentistas e da ideologia do mercado capitalista, e se afirma como outra visão de mundo, no momento em que se explicita a crise promovida pela financeirização<sup>71</sup> da economia mundial. Várias redes de comunidades vêm se formando, além de haver uma conexão entre essas redes.

A cartografia social e os mapas de conflitos ambientais destacaram-se neste contexto, nos anos 2000. Eles buscam apresentar os conflitos por meio de um tipo diferente de cartografia, que não é polarizada em sociedade e natureza. Mas sim, que representa o território e os conflitos que nele se estabelecem divergindo da visão hegemônica. Eles mostram a realidade a partir de uma perspectiva diferenciada que dialoga com o interior das localidades, fortalecendo o “sentimento” de direitos e com seu exterior, na disputa pelo significado do território, de natureza e de desenvolvimento.

**Os mapas de conflitos** ambientais problematizam em diversos aspectos as questões relacionadas à terra, ao território, aos recursos naturais. Focalizam a interseção dos problemas socioambientais-econômicos-culturais que afetam os grupos menos privilegiados economicamente da sociedade. Eles apontam, em diferentes regiões do país, que há desigualdade de acesso aos recursos naturais, aos espaços de poder e às decisões sobre os recursos naturais e os territórios. O Mapa de conflitos ambientais de Minas Gerais e outros produzidos são importantes não só pela construção de uma narrativa contra-hegemônica sobre a realidade socioambiental, mas também pelo seu valor como banco de dados que pode ser acessado de forma livre em qualquer lugar do mundo, por agregar informações, permitir uma visão panorâmica e uma visão localizada, tematicamente e espacialmente. Introduce de forma dinâmica no meio científico abordagens diferenciadas sobre ambientes e sociedades, como, por exemplo, a justiça ambiental.

A concentração de recursos e de poder por uma minoria da população é algo naturalizado, como se fosse a única forma possível de existência social. Os mapas refletem de forma significativa um matiz plural da realidade socioambiental brasileira e mineira e apontam situações concretas de violação de direitos dando-lhes visibilidade e possibilitando conexões com outros grupos.

---

<sup>71</sup> PAULA (2010) aponta que a crise atual é consequência da financeirização ocorrida para tratar a crise de 1970, e apresenta dados referentes à relação PIB mundial / ativos financeiros, que tiveram a seguinte evolução: 1980 – PIB 10 trilhões / ativos financeiros 12 trilhões; 1990 - 20 trilhões / 90 trilhões; e 2007 PIB 50 trilhões / ativos financeiros 400 trilhões.

O conflito com a monocultura de eucalipto é um dos casos emblemáticos constante no mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais, mapa, que tem no Norte de Minas um foco importante, apesar de haver eucalipto por todo o estado. Não por coincidência, também é no norte que se concentram as comunidades tradicionais, indicando claramente a relação entre conflitos socioambientais e comunidades tradicionais. Os “lugares de vida” são incomensuráveis para as comunidades, pois neles estão a história de cada uma delas, seu antepassados. São nesses lugares que se encontram as áreas mais saudáveis e com mais recursos, como água e solo, cobiçados pelo agronegócio, como no caso da área disputada pelas comunidades do entorno do Areião.

O exemplo da comunidade de Canabrava, também tratado no mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais, aponta que além da identidade legitimadora e de resistência, a identidade de projeto é fundamental para a orientação das comunidades no jogo dos conflitos socioambientais. As intervenções realizadas com objetivo de mediar ou facilitar o conflito fragilizaram o processo de politização, de fortalecimento da identidade de projeto da comunidade, incluindo-a no projeto da monocultura. A trajetória da comunidade de Canabrava em comparação com as comunidades identificadas com o processo de reapropriação territorial, onde não houve mediação ou facilitação do conflito, mas explicitação das diferenças, politização e fortalecimento da identidade de projeto, tem um percurso totalmente diferente, onde há agregação comunitária e territorial ao invés de desagregação.

O conflito socioambiental envolvendo os geraizeiros pode ser interpretado em termos de novas formas de enfrentamento das desigualdades e do desafio da sustentabilidade. As estratégias utilizadas pelos geraizeiros remetem a questões relacionadas à plausibilidade de um reordenamento territorial a partir das comunidades tradicionais: um tratamento concreto para um problema estrutural de concentração da base material e de poder que tem origem histórica e que tende a se agravar.

O número de estabelecimentos com mais de mil hectares no Norte de Minas aumentou cerca de 10%, em dez anos, conforme os censos agropecuários de 1996 e 2006, refletindo o processo de concentração de terra na região. Na comunidade de Vereda Funda<sup>72</sup> ocorreu o movimento inverso, onde um estabelecimento com 4.906 ha está agora acessível aos membros familiares dos oitenta e quatro estabelecimentos (que ocupavam 1.537 ha antes da reapropriação), dos quais aproximadamente 45% possuíam áreas com cinco hectares ou

---

<sup>72</sup> A comunidade de Vereda Funda teve seu território reapropriado aumentando sua área de 1.537 ha para 6.437 ha.

menos. Uma nova forma de pensar e realizar “reforma agrária” se configurou: uma experiência concreta de sustentabilidade e promoção da justiça social e ambiental.

A experiência de reconversão agroextrativista de Vereda Funda já apresenta algumas transformações positivas. A comunidade, em oito anos, restabeleceu vínculos produtivos e organizativos e recupera ambientalmente seu território degradado pela monocultura, realizando um reordenamento territorial e uma espécie de zoneamento socio-agroecológico<sup>73</sup>. São vários os projetos que mobilizam a comunidade, como a fábrica de frutas desidratadas, torrefação de café, escola família agrícola, aproveitamento do material lenhoso deixado pela monocultura, barraginhas para contenção de enxurradas. Além dos projetos a comunidade atua como dinamizadora do processo de reapropriação territorial.

Há, conforme apontado no capítulo IV, indícios de novos atores na questão da luta pela terra no Brasil, que inserem novas questões, como a da identidade e da sustentabilidade. Os geraizeiros se movimentam no conflito socioambiental não só reagindo à ameaça ao seu modo de vida, mas articulando a rede da qual fazem parte.

A pesquisa realizada permitiu identificar que a reapropriação territorial utiliza duas iniciativas de reordenamento territorial empreendidas pelos geraizeiros: a reapropriação territorial, relacionada às terras consideradas públicas e que são ocupadas por empresas eucaliptocultoras; e a manutenção de áreas de extrativismo via criação de reserva extrativista.

A estratégia de reapropriação territorial denota uma reação à ameaça ao modo de vida geraizeiro e seu amadurecimento, com valorização do associativismo, da participação e do engajamento. Os geraizeiros, em confluência com os movimentos ambientalistas e de luta pela terra, se articularam na formação de uma rede de apoio que passou a identificar ameaças e possibilidades em termos de disputas territoriais, manutenção das áreas de extrativismo das comunidades e de recomposição de seus territórios.

Os geraizeiros em conflito identificam a implantação de novas áreas de monocultura e a chegada de empresas mineradoras como ameaças aos seus territórios. As possibilidades de aumentar as áreas para agricultura e extrativismo, e de restaurar e proteger os recursos hídricos são grandes motivadores da ação geraizeira. Há a priorização das áreas consideradas terras públicas e de alta importância ecológica, ou seja, áreas de nascentes, de cerrado nativo. Um reordenamento territorial tem no projeto de reconversão agroextrativista um modelo de produção e contenção da degradação ambiental provocada pela monocultura.

---

<sup>73</sup> Vide mapa em anexo.

A alternativa de criação da reserva extrativista, encontrada pela rede dos geraizeiros para resguardar uma área de cerrado importante para as comunidades, traz para análise vários aspectos relacionados aos geraizeiros, ao cerrado e às políticas ambientais a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Os geraizeiros se constituíram conciliando extrativismo, criação de gado e agricultura, três atividades centrais em suas vidas, e foi desta forma que mantiveram ambientalmente saudáveis as áreas sob seu domínio. A proposta de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável na forma de Reserva Extrativista, legalizando a preservação da área que já é realizada pelos geraizeiros, foi o artifício utilizado para proteger aquelas áreas do avanço da monocultura.

A reserva extrativista, entre os modelos existentes no SNUC, foi o que havia de mais próximo do “mundo geraizeiro”, porém ainda bastante distante de um modelo que resguarde o modo tradicional geraizeiro de vida e produção. Este fato demonstra a necessidade de uma visão mais ampla sobre os biomas e populações do Brasil por parte das políticas ambientais. As consultas públicas realizadas no processo de criação da unidade de conservação evidenciaram, no discurso do ICMBio, que a criação de gado não é vetada em reservas extrativistas, nem em reservas de desenvolvimento sustentável, e que essas reservas surgem justamente a partir da luta e da necessidade das comunidades tradicionais da Amazônia. O SNUC, porém, não regulamenta esta questão fundamental do modo de vida das comunidades tradicionais do cerrado. Os parâmetros, quando as reservas extrativistas foram concebidas, estavam associados ao extrativismo na Amazônia, à sua dinâmica social. Desta forma, constata-se no trabalho, a necessidade de se regulamentar o SNUC a partir dos diferentes povos e biomas e das diversas tradições de manejo e de uso sustentável da diversidade socioambiental. Fica a questão sobre quais outras alternativas que os geraizeiros têm para manter suas áreas tradicionais de solta e extrativismo protegidas da expansão da monocultura e da mineração?

A rede do movimento social dos geraizeiros se articula em vários níveis, tem ressonância e potencial de expansão. Porém, o conjunto dessas forças não consegue espaço relevante de representação política nos espaços institucionalizados de poder, como os legislativos estadual e federal. Esta dificuldade pode ser explicada pelo fato dos privilegiados pelo modelo agrário brasileiro, não observarem de forma passiva o constructo da rede socioambiental das comunidades tradicionais. Eles captam, antes dos próprios movimentos sociais, a mudança de eixo da luta pela terra que se deslocou em direção ao reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais, diante do bloqueio à “mitológica” e inacessível reforma agrária.

A elite agrário-industrial, que comanda inclusive uma “bancada ruralista” no Congresso Nacional, interfere nos rumos das políticas governamentais, por meio da rede do agronegócio,



para manter seus privilégios e interesses, colocando questões como privatização das terras públicas, Código Florestal, legislação ambiental e demarcação de terras indígenas e quilombolas na ordem do dia<sup>74</sup> do governo, do Congresso e da Assembléia estadual. A reação conservadora tem buscado, por um lado, agir sobre os dispositivos de garantia de direitos e, por outro, investir no discurso da conservação ambiental promovida pelas “florestas” de eucalipto que fixam carbono e estariam impedindo o desmatamento da Amazônia. Ideias associadas à lógica de crescimento rápido e produção rápida.

O Estado desenvolvimentista do século XXI incorpora, por um lado, algumas demandas da rede do movimento social dos geraizeiros e, por outro, subordina a formulação das políticas públicas governamentais ao mercado mundial de commodities.

O Estado, em termos de política ambiental, comporta-se na lógica do paradigma da “adequação ambiental”, em que a interpretação de leis e normas se dá sob a luz da viabilização de empreendimentos econômicos. O caso do licenciamento da empresa monocultora de eucalipto em que as normas são interpretadas conforme a necessidade empresarial ilustra bem o paradigma da adequação ambiental. As empresas monocultoras de eucalipto não têm dificuldades em licenciar seus empreendimentos, estando inclusive inseridas no mercado de carbono.

Uma política agrária ou fundiária não foi estabelecida no Estado de Minas Gerais. O órgão responsável pelas terras, o Iter – Instituto de Terras de Minas Gerais, está fragilizado por recorrentes denúncias de corrupção. O Instituto Estadual de Florestas também vem sofrendo com denúncias de corrupção e, especificamente em relação à questão dos conflitos em torno da monocultura de eucalipto, está sob investigação do Ministério Público, devido a relações de alguns de seus funcionários com a “máfia do carvão”, entre outros eventos relacionados à corrupção. Nem a política agrária e nem a ambiental favorecem o movimento dos geraizeiros no que se refere a uma distribuição melhor de terras e à sustentabilidade ambiental.

Este estudo mostra que o movimento dos geraizeiros pela manutenção dos seus territórios e do cerrado vem se consolidando como uma forma de ecologismo, movimento que busca proteger a natureza da ação predatória. O ecologismo promovido pelos geraizeiros se

---

<sup>74</sup> A “bancada ruralista” é composta em 2012 por aproximadamente 117 parlamentares, porém sua capacidade de articulação extrapola esse número, pois articula o campo agrário-empresarial. Nesta legislatura, encabeça projetos polêmicos e de interesse direto da elite agrária conservadora do país, tais como: proposta de emenda à constituição – PEC nº 215, que busca retirar da competência da União a demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação e o reconhecimento de áreas remanescentes de quilombos; a obstrução da PEC 438/2001, que prevê confisco de propriedades e destinação para reforma agrária das propriedades em que forem encontrados trabalhadores escravos; revisão do Código Florestal visando “flexibilizar” a legislação ambiental, com anistia para crimes ambientais, redução e descaracterização das Áreas de Proteção Permanente – APPs e redução da reserva legal na Amazônia.

encaixa no modelo denominado “ecologismo popular” ou “ecologismo dos pobres”, baseado na resistência de grupos populares ao avanço das atividades que degradam e expropriam territórios e atua num contexto de assimetria de poder e injustiça ambiental. Além de tentar bloquear o avanço da degradação o ecologismo popular geraizeiro vem praticando e propondo estratégias de viver e produzir no cerrado sem degradá-lo, como por exemplo, a produção de café das chácaras tradicionais. Vários governos, organizações e fóruns vêm empenhando esforços para pensar caminhos que levem à sustentabilidade. Os geraizeiros, com seu modo de vida e seus projetos, têm apresentado uma forma sustentável de viver e de produzir, que já existe e que se atualizou frente aos embates no conflito socioambiental vivenciado por eles. Para além de um ecologismo popular os geraizeiros e sua organização vêm disputar no campo da sustentabilidade, desmistificar a idéia de comunidade tradicional relacionada a isolamento, à imutabilidade, apontando inovações e possibilidades tanto ecológicas como organizativas.

A base metodológica do trabalho foi a pesquisa participante, a experiência da pesquisa reforça a idéia já estabelecida que é um tipo de pesquisa que não tem modelo único, a realidade (que sempre é diversa) é a principal diretriz da pesquisa. A pesquisa-ação empreendida nas comunidades teve vários facilitadores, um deles foi o fato da pesquisa ser uma demanda das próprias comunidades e das redes das quais elas fazem parte. O processo da pesquisa - discussão sobre a demanda, planejamento, treinamento, aplicação das técnicas de DRP, Censo da comunidade, sistematização, seminário de devolução, planejamento – é permeado de constante reflexividade crítica em relação à situação das comunidades e do conflito em que elas estão envolvidas. As informações geradas são instrumentos a serem utilizados nas diferentes disputas travadas nas diferentes dimensões do conflito socioambiental, como no campo científico, visto que é um campo de forças e um campo de lutas que conserva ou transforma.

A pesquisa participante foi importante para o entendimento das problemáticas nas quais as comunidades estão envolvidas e refletiram para além das comunidades pesquisadas, em comunidades próximas que se enxergaram no mesmo contexto. Os elementos considerados centrais foram: a “recomposição mental do território” feita a partir da construção do mapa da comunidade antes da entrada da monocultura de eucalipto demarcados pelos “marcos de memória” e depois materializados pela auto-demarcação; a construção da árvore genealógica das comunidades registrando a ancestralidade e os laços familiares; e os dados relativos à situação socioeconômica das comunidades que apontaram para a dependência das aposentadorias e migração sazonal para a sustentação das mesmas. A pesquisa em si representou uma rica experiência, um processo intenso de sistematização de conhecimentos, e

compartilhamento de informações, foi eficaz nos seus propósitos que era de produzir informações sobre a comunidade. Sensibilizar para o entendimento sobre os direitos dessas comunidades e auxiliou na construção do discurso argumentativo para a disputa territorial.

Um dos fortes argumentos para a implantação do eucalipto na região foi a idéia de geração de emprego e renda. A pesquisa mostrou que é insignificante a renda advinda da monocultura para as comunidades, este é um argumento muito popularizado entre as comunidades. Este é um dos exemplos de como a pesquisa é utilizada no dia a dia da comunidade, nos enfrentamentos.

A pesquisa participante se mostrou como forma de pesquisa interessante tanto para as comunidades como para fins acadêmicos. Como qualquer modalidade de pesquisa tem suas vantagens e desvantagens. Como vantagem há possibilidade de captação das diferentes dimensões sociais; há facilidade de trânsito das informações, os dados são analisados ainda em campo, há um retorno rápido para as comunidades e a possibilidade contínua de renovação, mudanças. Como desvantagem, a dificuldade por parte dos pesquisadores vinculados às universidades de acompanhar mais a longo prazo os diversos processos desencadeados pela pesquisa; um certo descrédito no meio acadêmico, onde há uma postura cartesiana e dogmática hegemônica, principalmente em termos de reconhecimento científico de informações geradas no âmbito das comunidades e das organizações não acadêmicas. Até a atualidade cobra-se “neutralidade” do pesquisador. A pesquisa participante vem cumprindo o seu papel de “inquieta” a sociedade, a comunidade científica, questionando a objetividade como diretriz única, a hierarquia no conhecimento, a passividade no processo de conhecer.

As experiências geraizeiras devem ser consideradas ao pensarmos em reordenamento territorial. Como no caso de Vereda Funda onde vários projetos produtivos e de recuperação da degradação deixada pela monocultura de eucalipto foram desenvolvidos em sete anos de reapropriação territorial. A expansão das propriedades das famílias permitiu a manutenção dessa comunidade tradicional. O conhecimento da área e da melhor forma de manejar o ambiente dá muitas vantagens aos agroextrativistas ao planejar e fazer investimentos. Os laços que as comunidades têm com o território, a responsabilidade e a solidariedade que fazem parte de seu modo de ser estão conseguindo, pelo menos localmente, disputar com a monocultura de eucalipto e proteger áreas de interesse público para a conservação da biodiversidade.

A utilização da noção de redes para análise da experiência dos movimentos sociais dos geraizeiros permitiu apontar para a importância da articulação entre as comunidades e evidenciou a posição do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas como o principal elo da rede. Ele, associado ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e à

CPT – Comissão Pastoral da Terra são importantes na mediação interna e externa, garantindo o fluxo de informações e a tradução para as comunidades dos elementos presentes no contexto do conflito socioambiental. O fluxo de informações que circula na rede conforma uma interação comunicativa e configura novos arranjos tanto na relação com o mercado como com o Estado.

O estudo aponta que os agentes do mercado têm muito mais capacidade de interferir nas políticas governamentais do que as comunidades, podendo inclusive mudar leis que, de alguma forma, venham a travar a sua liberdade de ação. O Estado, na prática, reforça a assimetria de poder econômico e político que existe entre a rede de movimentos sociais dos geraizeiros e a rede da monocultura do eucalipto: é um Estado que reflete o que Santos (2009) denominou de fascismo social e fascismo territorial.

As comunidades locais da região de Rio Pardo de Minas vêm sendo continuamente afetadas pelas grilagens de terras a cada ciclo desenvolvimentista, inclusive com o desenvolvimentismo verde. Os mesmos meios e discursos da década de 1970 utilizados para a implantação da monocultura de eucalipto estão sendo no início do século XXI utilizados no “novo ciclo da mineração”. Tanto o Estado como o mercado estão atordoados com tantas possibilidades de crescimento e riqueza. O que muda neste novo/antigo cenário é a posição das comunidades da rede de geraizeiros que, continuando seu enredamento, questionam o projeto da monocultura, os projetos de exploração perdulária e rejeitam a colonização exploradora de seu território.

O estudo aponta que os motivos do conflito socioambiental são os mesmos da degradação ambiental e que estes estão relacionados à necessidade de expansão capitalista e à sua necessidade contínua de lucro rápido. Ele revela que a noção de justiça ou injustiça ambiental explica a realidade das comunidades tradicionais geraizeiras e que, apesar do conflito ser socioambiental, a experiência mais madura de conquistas da rede de movimentos sociais dos geraizeiros desembocou em uma solução no campo agrário. A tendência de conflitos ambientais migrarem para o campo agrário e vice-versa é perceptível, o que revela a interseção entre as questões, sobretudo quando vinculadas às comunidades tradicionais.

Identidade e solidariedade aparecem em destaque dentre os vários elementos que conformam o conflito socioambiental que contrapõe geraizeiros e complexo florestal-industrial. Valores importantes, como a solidariedade, na construção das relações nas comunidades e entre as comunidades que lutam pelo seu território são acionados a partir da identificação de suas identidades próprias. A diferença que sustenta os valores que os levam ao conflito é demarcada a partir da identidade e da solidariedade, a partir de onde também e se constrói a forma de resistência, organização e ação no conflito socioambiental. Os geraizeiros se

atualizaram numa sociedade global baseada no consumo e no individualismo, porém mantendo os princípios da solidariedade e da reciprocidade e, apesar dos muitos desafios que têm pela frente, insistem em continuar a fazer parte da História mantendo suas próprias Histórias.

## 7. REFERÊNCIAS

ABRAF-Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário Estatístico da ABRAF 2011 - Ano base 2010**. Brasília, 2011.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios na natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estud. av.**, São Paulo, v.13, n.36, Aug. 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12/01/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000200002>.

ACSERALD, H., HERCULANO, S. E PÁDUA, J. A. (orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ACSERALD, Henri (org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro UFRJ, IPPUR, 2010.

ACSERALD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.

ACSERALD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. 33º Encontro Anual da ANPOCS. GT4. 2009. Caxambu

ACSERALD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

AGÊNCIA Câmara de Notícias- Câmara dos Deputados. Frente da Silvicultura lança agenda com prioridades do setor, 22/09/2011. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/202998-FRENTE-DA-SILVICULTURA-LANCA-AGENDA-COM-PRIORIDADES-DO-SETOR.html> Acesso em 10/05/2012.

ALLEGRETTI, Mary H. Reservas Extrativistas: Parâmetro para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. et al (org) **O Destino da Floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume/ Dumará - Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 2002, 827p., Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS. Brasília: Universidade de Brasília. 2002.

ALIER, J. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**, São Paulo: Cortez, 1999.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagem de valorização. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Refugiados do desenvolvimento**: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996.

ALMEIDA, Alfredo W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, V. 6 nr 1/ Maio 2004.

ALMEIDA, Alfredo W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA COSTA, João Batista. A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar. (org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas**: considerações a partir das ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

ALMEIDA COSTA, João Batista. Cultura, Natureza e Populações tradicionais: o norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, Unimontes, Montes Claros, v.1, n. 3, p. 3-43, 2006.

ALMEIDA COSTA, João Batista. **Mineiro e Baianos- englobamento, exclusão e resistência**. 2003. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de ciências Sociais. Brasília: Universidade de Brasília. 2003.

ALMG. **2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura**. Belo Horizonte: ALMG, 2010.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo Edusp, 1997.

ASSAD et al., A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais. Brasília: Lamparina, 2010

AVRITZER, Leonardo. (1997). Um desenho institucional para o novo associativismo. In: **Lua Nova**. nº 39, p.148-174. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a09n39.pdf>. Acesso em 20/01/2012.

BACHA, Carlos José. O uso de recursos florestais e as políticas econômicas brasileiras - uma visão histórica e parcial de um processo de desenvolvimento. IN **Est. Econômicos**, São Paulo, v. 34, N. 2, p.393-426, Abril- Junho de 2004.

BARBOSA, R. S. et al. Conflitos ambientais no Norte de Minas Gerais/Brasil: Uma agenda de pesquisa. In: BARBOSA, R. S.; GAROWA, D.; IDE, M. H. **Povos e comunidade tradicionais no Brasil**. Montes Claros, editora Unimontes, 2011.

BECK, Ulrich. **La sociedade del riesgo global**. Tradução Jesús Albores Rey. Madrid, Editora Siglo Veintiuno de España editores S.A., 2006.

BECK, Ulrich. **La sociedade del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica S.A., 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O ofício do sociólogo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1990. **Pesquisa Participante**. 8a Ed. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1999. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (no prelo). P 1-365.

BRASIL. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)>. Acesso em: 20 set. 2009.

BRASIL(a). Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado**. Brasília, 2009.

BRASIL. SDT-MDA. **Proposta de Programa de Desenvolvimento Territorial na Micro-região do Alto Rio Pardo**, Brasília, 2004

BRASIL. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente- Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Brasileira**, 1988.

BRASIL. **Lei Federal Nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965.

BRASILa. **Lei Federal Nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965.

BRITO, Isabel. **Comunidade, território e complexo industrial florestal**: o caso de Vereda Funda, norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Unimontes. PPGDS- Programa de pós Graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros, 2006.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. IN: ACSERALD, H., HERCULANO, S. E PÁDUA, J. A. (orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.



CAILLÉ, Alain. Nem holismo, nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.13, n.38. São Paulo,1998.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito** - estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 1.ed .Rio de Janeiro: editora José Olímpio, Coleção Documentos Brasileiros, 1961.

CARDOSO, José Maria. A região Norte de Minas Gerais, um estudo da dinâmica das suas transformações espaciais. IN: OLIVEIRA, M. F. M. e RODRIGUES, Luciene. (orgs.) **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

CARDOSO, José Maria. **A região Norte de Minas Gerais**, um estudo da dinâmica das suas transformações espaciais. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia). UFPE/PIMES– Programa de Pós-graduação em Economia, Recife.

CARNEIRO, E. J. Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos. In: **Revista Rio de Janeiro**. n. 16-17, maio-dez, 2005.

CARRARA, Álvaro Alves. **Reconversão Agroextrativista** - perspectivas e possibilidades para o Norte de Minas. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

CARRARA, Ângelo. **Minas e Currais** – Produção e mercado interno de Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CARVALHO, Isabel e SCOTTO, Gabriella. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro, Ibase,1995.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 2002. (6ª ed. Revista e ampliada).

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 6. ed.

CHAMBERS, R; GUIT, I. **Revista Bosques, Árvores** e Comunidades Rurais. n. 26, março, 1995. p. 4-15 Tradução de Maria Ruth Freitas Takahashi e Marcos Affonso Ortiz Gomes

CHAVES, Edineila. **O sertão de Rio Pardo**: Sociedade Cultura Material e justiça nas Minas oitocentista. Dissertação de mestrado. UFMG. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2004.

CMMAD – Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1998.

COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. **Civil Society and political theory**. Cambridge, Mass., MIT Press.1992.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando categorias. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, n. 3, 2003, pp. 419 a 459 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>. Acessado em 01/12/2011.

CORREIA, João Roberto. **Pedologia e conhecimento local**: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de cerrado em Rio Pardo de Minas- MG. 2005. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia.

COTRIM, Dário Teixeira. **Ensaio Histórico do Distrito de Serra Nova** – Município de Rio Pardo de Minas. Rio Pardo de Minas: A “Penna” Ed. e Gráfica, 2000.

COTRIM, Dário Teixeira. **O Laço Húngaro**. Uma estratégia militar bem sucedida. Montes Claros, MG: Millennium, 2008.

CPT(a). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011. 184 p.

CPT. **Quem Somos**. 2011. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acessado em 15/12/2011.

CUNHA, Lúcia H. de O. **Reservas extrativistas**: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. 2001. Disponível em [www.usp.br/nupaub/resex.pdf](http://www.usp.br/nupaub/resex.pdf). Acessado em 12/12/2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e terra, 2002.

DAYRELL, Carlos. **Geraizeiros Y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais**: la contribución de la Agroecología e la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Huelva:Universidade Internacional de Andalucía, 1998. (Dissertação de mestrado)

DAYRELL, Carlos. Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. IN: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos. **Cerrado e Desenvolvimento**: Tradição e Atualidade. Montes Claros. 2000.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. (orgs.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém, CEJUP, UFPA, NAEA, 1997.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1977.

DIEGUES, Antônio C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec. 1996.

DIEGUES, Antônio C.; ARRUDA, Rinaldo (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec, Nupaub-USP/CEC, 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>. Acesso em: 28/03/2011.

DRUMMOND, J. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, América do Norte, 4, dez. 1991.

DUMONT, Louis. **O individualismo** - uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FANZERES, Anna (coord.). **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados**. Brasília, Secretaria de Biodiversidade e Florestas / Ministério do Meio Ambiente, Março, 2005.

SOCIEDADE Brasileira de Silvicultura. **Fatos e Números do Brasil Florestal**. Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS, 2008. Disponível em <http://www.sbs.org.br/FatoseNumerosdoBrasilFlorestal.pdf>. Acesso em 13/12/2011.

FERREIRA, Leila da Costa. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 77-89, jul./dez. 2004. Paraná, Editora UFPR, p. 83.

FILHO E SALCIDES (s.d.). **A reconstrução da vida para os reassentados da Hidrelétrica Presidente JK, Brasil**. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/15/135.pdf> . Acesso em 13/7/2012.

FIOCRUZ/FASE, 2011. Site **Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Disponível em: [www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=resumo](http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=resumo). Acesso em 10/11/2011.

FIÚZA, Ana Louise Carvalho. **Os dilemas da sustentabilidade e do produtivismo como estratégias de produção para “caatingueiros” e “geraizeiros” norte-mineiros**. Viçosa-MG: UFV, 2004.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: editora. Paz e Terra, 1974

FURTADO, Celso. **Seca e poder** - entrevista com Celso Furtado. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer** – reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária no nordeste meridional** - Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG. 1975. Publicação Especial nº1.

GESTA/UFMG. Projeto Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais. 2008. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/> . Acesso em 13/02/2012.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Tradução Álvaro Cabral. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter. Minas e os gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. IN: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos. **Cerrado e Desenvolvimento**: Tradição e Atualidade. Montes Claros. 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: Ibama, 2003.

GUHA, Ramachandra. The Unquiet Woods: ecological change and peasant resistance in the Himalaya. Berkeley and Los Angeles, 1ª ed. University of Califórnia, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 6. ed., 1989.

GUIVANT, Julia. **A trajetória das Análises de Risco: da periferia ao centro da teoria social**. BIB nº 46, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. A rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAGUETTE, Teresa. **Metodologias qualitativas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HERMET. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HOFFMANN, Valmir Emil; MOLINA-MORALES, F. Xavier; MARTINEZ-FERNANDEZ, M. Teresa. Redes de empresas: proposta de uma tipologia para classificação aplicada na indústria de cerâmica de revestimento. **Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. spe1, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552007000500006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552007000500006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13/03/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552007000500006>.

ICMBio-MMA. **Consulta pública para a criação da reserva extrativista Areião e Vale do Guará**. Mapa 3, 2010. Acessível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/criacao-de-unidades-de-conservacao/lista-de-consultas-publicas.html> Acesso em 10/11/2011.

ICMBio-MMA. **Proposta de Criação de Resex ou RDS Areião/Vale do Guará – Norte de Minas**. Documento subsídio para consulta pública. Brasília: MMA, 2011.

INESC, 2007. **Bancada Ruralista**, o maior grupo de interesse no congresso nacional. Brasília, 2002 (ano VII – nº 12). Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/ARTIGO%20BANCADA%20RURALISTA%202007.pdf/view> Acesso em 10/11/2011.

IBGE, 2010. IBGE Cidades@. Rio Pardo de Minas – Histórico. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 15/01/2011.

JACOBS, M. R. El eucalipto en la repoblación florestal. In: **FAO Forestry Series** (FAO), no. 11/FAO, Rome (Italy), 1981. 735 p. Disponível em [www.fao.org/docrep/004/AC495S/AC459S00.htm](http://www.fao.org/docrep/004/AC495S/AC459S00.htm) Acesso em 13/11/2011.

JUSBRASIL. Notícias Jurídicas. Em Minas Gerais, terras para reforma agrária são desviadas. 03 de maio de 2011. Disponível em [novo-jornal.jusbrasil.com.br/politica/6926660/em-minas-gerais-terras-para-reforma-agraria-sao-desviadas](http://novo-jornal.jusbrasil.com.br/politica/6926660/em-minas-gerais-terras-para-reforma-agraria-sao-desviadas) Acesso em 15/03/2012.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, R. B. A Conservação do Cerrado Brasileiro. In: **Megadiversidade**. v. 1, n. 1, p. 147-155. Jul, 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**, ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Política da Natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.

LEÃO, Regina Machado. **A floresta e o homem**. IPEF- Instituto de Pesquisas Florestais. São Paulo, EDUSP, 2000.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da Sociologia Rural. IN MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**, a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006

LEITE, Ilka Boaventura. Terra e territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil. IN **Seminário América**, 500 anos de dominação, Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

LENZI, Cristiano. **A sociologia sob o signo ecológico**: Um estudo sobre a modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco. 2003. 272f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas.

LITTLE, Paul E. **Simpósio “Natureza e Sociedade**: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia” – 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS. 2002.

LOPES, José S. L. (coord.) ANTONAZ, Diana et. al. **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ. 2004.

LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos. **Cerrado e Desenvolvimento**: Tradição e Atualidade. Montes Claros. 2000.

MACHADO, Bernardo Mata. **A história do sertão Noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Imprensa oficial de Minas Gerais, 1991.

MAIA, Raquel. **Paradoxos da legislação ambiental**: Uma análise de alguns dos conflitos socioambientais em torno das monoculturas de eucalipto na Comunidade de Cana Brava - Norte de Minas Gerais. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). PPGDS - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social Universidade Estadual de Montes Claros.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p. (Coleção Estudos Rurais).

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **Cerrados e camponeses do norte de Minas**: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. Belo Horizonte: IGC-UFMG, 1999. 250 p. (Dissertação de Mestrado)

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **Os Cerrados e a Sustentabilidade**: territorialidades em tensão. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **O cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n.17, p.49-65, jun. 1989.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf> Acesso em 25/11/2011.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo. Martins fontes, 1983.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007. (Eicos)

MYERS, N.; Mittermeier, R. et. al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** 403:853-858, 2000.

NASCIMENTO, Elimar P. Os Conflitos na Sociedade Moderna: uma introdução conceitual. IN: BURSZTYN, M. (org.) **A Difícil Sustentabilidade**: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NASCIMENTO, Elimar P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. 2011. (MIMEO)

NEVES, Antonino da Silva. **Corografia do município do Rio Pardo**. Montes Claros: Vereda Viva, 2008. (Edição comemorativa dos 100 anos da 1ª edição).

NOGUEIRA, Mônica C. R. **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UnB/DAN – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Brasília.

Overbeek W, Kröger M, Gerber J-F. 2012. **Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global**. Conflitos, tendências e lutas de resistência. Relatório EJOLT No. 3, 108 p.

OLIVEIRA, Marcos. F. M. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. IN: OLIVEIRA, M. F. M. e RODRIGUES, Luciene. (orgs.) **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

PANTOJA, Maria. COSTA, Elisa. POSTIGO, Augusto A presença do gado em reservas estrativistas: Algumas reflexões. Revista Pós Ciências Sociais v.6, n.12, 2009 (Dossiê). Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/60/41>. Acessado em 20/12 /2011.

PAULA, João A. de. Crise Econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil. In: ALMEIDA, A. W. B. de et. al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomo II. Rio de Janeiro, 1972.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Belo Horizonte: Minas gráfica editora, 1979.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Serra Geral**, Diamantes, Garimpeiros e Escravos. Belo Horizonte: Cuatiara, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (kayapó). In: RIBEIRO, D. **Suma Etnológica Brasileira**. (Vol.1 Etnobiologia). Petrópolis, Vozes/FINEP, 1986.

POZO, Osmar Vicente Chévez. **Regime de propriedade e Recursos Naturais**: A tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas. Rio de Janeiro. ICHS – CPDA/UFRRJ, tese de doutorado, 2002.

PROJETO “Nova Cartografia Social da Amazônia”. **Apresentação**. Disponível em [http://www.novacartografiasocial.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19&Itemid=27](http://www.novacartografiasocial.com/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=27) , 2011. Acesso em 15/11/2011.

RIBEIRO, Ricardo F. **Da Amazônia para o Cerrado**: As Reservas Extrativistas como Estratégias Socioambientais de Conservação. Revista Sinapse Ambiental, Edição especial, Abril de 2008.

RIBEIRO, Ricardo. **Florestas anãs do sertão** – O Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, Ricardo. **O sertão espiado de fora**, os viajantes estrangeiros descobrem o Cerrado Mineiro na primeira metade do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1997.

RIZZINI, Carlos Toledo. **Árvores e madeiras úteis do Brasil** - Manual de dendrologia brasileira, São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 1990.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. IN: OLIVEIRA, M. F. M. e RODRIGUES, Luciene. (orgs.) **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba**. Uma interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em História Econômica). USP – Pós-graduação em História. São Paulo, 1998.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Ed. Nova Fronteira, 2006. (Biblioteca do Estudante).

SAADI, Allaoua. **A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e suas margens**. GEONOMOS 3(1): 41-63. Disponível em: [http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3\\_1\\_41\\_63\\_Saadi.pdf](http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3_1_41_63_Saadi.pdf). acessado em 20 de Abril de 2011.

SABOURIN, Eric. **Camponeses no Brasil** – Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALCIDES, Eloy; FILHO, Arlete. A reconstrução da vida para Assentados da Hidrelétrica presidente JK, Brasil. (s.d.). Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/135.pdf>. Acesso em: 21/07/2012

SANO, E. E., JESUS, E. T., BEZERRA, H. S. **Uso de um sistema de informações geográficas para quantificação de áreas remanescentes de cerrado**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2001 (Comunicado Técnico).

SANTOS. B.S. e MENESES, M.P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina/CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. IN: SANTOS. B.S. (org) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina/CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2006.



SANTOS, Boaventura Sousa. Das representações Sociais - Prolegómenos a uma concepção moderna de direito. IN revista crítica de Ciências Sociais nº24, 1988 (p.139-172). Disponível em [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia\\_simbolica\\_RCCS24.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia_simbolica_RCCS24.PDF). Acessado em 20 de julho de 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. SOUZA, Adélia. SILVEIRA, Laura. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2000. 5. ed.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão popular, 2007

SBS – Sociedade Brasileira de Silvicultura. Apresentação. Disponível em: <http://www.sbs.org.br/sbs.htm>. Acessado em 16 de Julho de 2012

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. [online]. 2006, vol.21, n.1 [citado 2012-02-21], pp. 109-130 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SEDE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais. Disponível em <http://www.sede.mg.gov.br/pt/noticias/564-governo-de-minas-anuncia-perfuracao-de-poco-pioneiro-para-explorar-gas-no-sao-francisco> . Acessado em: 30/5/2011

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007. SILVA, José Graziano. **O que é a questão agrária**. São Paulo: editora Brasiliense, 1987. 14. ed.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In : MORAES FILHO, E. (org.) **Simmel : Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais)

SOUTO, L. R. Vieira; LÖFGREN, Alberto; PORTO, Aníbal. O corte das mattas e a exportação das madeiras brasileiras. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1919. IN : ENCINAS, José Imaña. **Relíquias Bibliográficas Florestais**. Brasília, UnB, Departamento de Engenharia Florestal, 2001.

TEMPLE, Domenique. **As origens antropológicas da reciprocidade**. Abril de 2009 In: Jornal do Periódico del MAUSS. Disponível em <http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=793>. Acessado em: 30/11/ 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Editora Autores Associados, 1986.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF, 2008.

TURNER, Victor. **Florestas de Símbolos**: Aspectos do ritual Ndembu. Niterói: EdUFF, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978. 2. ed.

VEIGA, José Eli daa. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP : Autores Associados, 2002.

WEID, Jean Marc von der. A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. (págs. 103 à 112). In: BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p

WRM - Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais. **As plantações não são florestas**. Montevidéo, Uruguay: 2003.

WRM. Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. E da Plantar S.A. Reloestamentos ambas certificadas pelo FSC – Forest Stewardship Council. Brasil, Novembro, 2002. Disponível em [www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manejo2.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manejo2.html) Acesso em 10/02/2012.

ZEMELLA, Mafalda P. **O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII**. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1990. Estudos Históricos.

ZHOURI, A. (org.) **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ZHOURI, A. e LASCHEFSKI, K. (orgs.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010. 484 p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental** - desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

## 8. ANEXOS

## ANEXO 1

### Quadro com principais eventos acompanhados entre 2008 e 2011

Data	Local	Evento
31/08 a 2/09/2008	Comunidade Vereda Funda	3ª Conferência Geraizeira
11/10/2008	Comunidade Vereda Funda	Intercâmbio entre comunidades
16/05/2008	Município de Brasilândia de Minas	Reunião da regional colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM para renovação de licença de empresa eucaliptocultora
25/04/2009	Comunidade de Raiz	Seminários de reflexão sobre pesquisa socioeconômica e histórica - Comunidade de Raiz
18/4/2009	Comunidade Vereda Funda	Reunião de criação da Cooperativa de Vereda Funda
28 a 30/08/2009	Montes Claros	Oficina de Cidadania e Justiça Ambiental –Mesorregião norte de Minas - Projeto Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais
23/9/2009	Comunidade Vereda Funda	Reunião de articulação entre as comunidades
24/9/2009	Comunidade de Raiz	Parada de trator da empresa de eucalipto pela comunidade de Raiz, Santana, Brejinho
19 a 21/10/2009	Salão Comunitário – Comunidade Santana	Intercâmbio de comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto – Santana II, Buracão, Vereda Funda, Riachinho, Ribeiro e Raiz
26/10/2009	Rio Pardo de Minas	Audiência Pública da Vara Agrária da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG)
15/12/2009	Rio Pardo de Minas	Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG
24/05/2010	Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas	Audiência Pública da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da ALMG
03/06/2010	Rio Pardo de Minas	1ª Romaria do Areião – Lançamento da pedra fundamental do Santuário de São Francisco, marco da Reserva extrativista do Areião – Vale do Guará
27/08/2010	Rio Pardo de Minas – comunidade de Vereda Funda	Encontro de comunidades sobre educação geraizeira - criação de escola família agrícola
08/09/2011	Comunidade Santana II	Intercâmbio entre comunidades – Santana, Vereda Funda, Terra Quebrada, Tatu

<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Evento</b>
9-10/09/2011	Comunidade Vereda Funda	Seminário Comissão Pastoral da Terra-CPT/Comunidades Eclesiais de Base-CEB's
23/11/2011	Montezuma	Reunião do MASTRO no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Montezuma
24/11/2011	Montezuma	Consulta pública para criação da Reserva extrativista – Resex ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Areião/Vale do Guará
25/11/2011	Rio Pardo de Minas	Consulta pública para criação da Resex ou RDS do Areião/Vale do Guará
16/17/3/2012	Montezuma	Encontro “Diálogos e Convergências” – Associação Nacional de Agroecologia; Rede Brasileira de Justiça Ambiental

## **ANEXO 2**

### **CARTA DA COMUNIDADE GERAIZEIRA DE RAÍZ**

**À COMISSÃO NACIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

**À REDE CERRADO E REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE**

**À SOCIEDADE BRASILEIRA**

**À SOCIEDADE MINEIRA**

**AO NORTE DE MINAS GERAIS**

Hoje, dia 24 de abril de 2008 iniciamos a nossa libertação. Acabamos de promover a auto-demarcação de nosso território. Durante mais de 30 anos sofremos em silêncio aqui no município de Rio Pardo de Minas na região do Norte de Minas Gerais. Vivíamos aqui nas grotas e chapadas plantando as nossas roças, criando os nossos animais na solta, coletando frutos, madeira, lenha e ervas nos cerrados que nos contornam, que vive com nós. Tínhamos água com fartura, pescávamos peixe, a caça vivia do lado, muitos animais silvestres. Toda semana nós íamos para a caatinga, nas feiras de Salinas, de Porteirinha ou de Mato Verde, levando nossos produtos: farinha, rapadura, frutas dos quintais e silvestres, de um tudo um pouco. Até que chegou o pessoal da REPLASA, compraram o direito de alguns, quando vimos fecharam a nossa comunidade e também as comunidades vizinhas. Derrubaram o cerrado o plantou o eucalipto em tudo, nas cabeceiras das águas, beirando as nascentes, só deixando de fora os nossos quintais e onde nós estávamos com a roça plantada.

O eucalipto foi crescendo e a água encurtando, os desmontes da firma foram aterrando as minas de água, os córregos secaram, e tivemos que começar a beber água de carro pipa ou de poço artesiano. Foi muito tempo depois, nos terreninho que nos sobrou, quando íamos abrir uma roça, descobrimos que onde nós

estamos somos considerados reserva nativa da firma, isto é, onde nós vivemos hoje é área de Reserva Legal da REPLASA. O IEF e a polícia vêm cá e nos multa por cortar um pé de árvore, uma lenha ou uma madeira, mas não pára o serviço da firma que derrubou todo o cerrado, plantou nas cabeceiras. O IEF agora está doando muda de graça para um grileiro que acabou com outra cabeceira e plantou mais eucalipto ainda. A REPLASA nos oprime, os seus fiscais nos chamam de ladrão por pegarmos uma lenha para o fogão.

No ano passado, durante uma audiência em Rio Pardo de Minas da Vara Agrária contra um grupo de sem terra que ocupou uns terrenos vizinhos ao nosso, a justiça descobriu que a firma grilou uma grande área de nosso território. Ela tinha documento de \_\_\_ ha e retificou para \_\_\_\_ ha.

Queremos que o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais reconheçam o nosso território e o modo de vida do povo geraizeiro. Queremos recuperar as áreas que foram degradadas pela monocultura do eucalipto, os cerrados, as águas, os animais silvestres. Não queremos ficar vivendo de favores, ou que os nossos filhos saiam para trabalhar no corte da cana ou na colheita do café. Queremos voltar a produzir como antes, explorar com cuidado as nossas riquezas, e que os nossos filhos tenham orgulho de serem geraizeiros.

Comunidade de Raiz, município de Rio Pardo de Minas, aos dias vinte e quatro de abril de 2008.



Início da Auto-demarcação



Marcação das divisas da comunidade e dos locais sagrados





Participação da Comunidade



Máquinas degradando áreas de cabeceiras



Ouvindo as Donas e Velhos da Comunidade





**2- Tempo que mora na comunidade em anos.**

- (1) menos de 1 ano (2) de 1 a 5 (3) de 5 a 10 (4) de 10 a 15 (5) de 15 a 25  
(6) mais de 25 anos

**Localização do domicílio**

- 3) nome da  
localidade \_\_\_\_\_  
4) quanto tempo mora no local atual \_\_\_\_\_

**5- Condição de posse e uso da terra**

- (1) proprietário(a) (2) arrendatário(a) (3) parceiro(a)  
(4) posseiro(a) (5) ocupante (6) agregado (7) comodatário

**Terra (em hectares)**

- 6- Quantidade total \_\_\_\_\_ 7- Quantidade trabalhada \_\_\_\_\_  
8- quantidade que pode ser trabalhada \_\_\_\_\_

**Criação de animais**

tipo	9- bovino	10- equino	11- suíno	12- aves	13- outros
Número					

14- Fonte de abastecimento de água

- (1) poço (2) nascente (3) rio (4) outro \_\_\_\_\_

15- Formas de abastecimento

- (1) encanada até a residência (2) busca na fonte - distância em metros \_\_\_\_\_

16- Existência de banheiro

- (1) sim, com vaso sanitário e instalação para banho  
(2) sim, apenas com vaso sanitário  
(3) não

17- Egotamento sanitário

- (1) fossa séptica (4) outro \_\_\_\_\_  
(2) fossa sem tratamento (3) céu aberto

18- Meio de transporte/locomoção (principal)

- (1) Pé (2) bicicleta (3) moto (4) carro (5) Cavalo (6) outro \_\_\_\_\_

Migração -19- alguém da família vai trabalhar em outros locais? (1) sim (2) NÃO

Quem vai	Para onde vai	Quanto tempo fica	O que faz	Quanto recebe

24- alguém da família se estabeleceu definitivamente em outro local (saiu da comunidade e não voltou)

- (1) NÃO (2) Sim Qual local \_\_\_\_\_

Renda Mensal

25- Agricultura total –renda anual (R\$)\_\_\_\_\_

26- Pecuária total renda anual( R\$)\_\_\_\_\_

27 - salários(mensal)(R\$)\_\_\_\_\_

28- Aposentadoria(R\$)\_\_\_\_\_

por idade\_\_\_\_\_ Por doença\_\_\_\_\_ Outro\_\_\_\_\_

29- Outro benefício previdenciário?

30- Recebe Bolsa Família\_\_\_\_\_ quantas\_\_\_\_\_

Crédito

31-Pegou empréstimo ou outra forma de financiamento no ano passado? (1) SIM (2) NÃO

32. Onde\_\_\_\_\_ 33. quanto\_\_\_\_\_ 34. Para  
quê\_\_\_\_\_

PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO

PRODUÇÃO

CULTURA	ÁREA PLANTADA (HÁ)	QUANTO COLHEU (KG)	QUANTIDADE VENDIDA (KG)	VALOR DA VENDA DO PRODUTO (R\$)

35. BENEFICIA ALGUM PRODUTO ? (1) SIM (2) NÃO

36. O QUE BENEFICIA	37. QUANTO BENEFICIA POR ANO

PARTICIPAÇÃO

NOME	38. STR	39. ASSOCIAÇÃO	40. GRUPO RELIGIOSO	41. PASTORAL	42. OUTRO

## ANEXO 4

### PROGRAMAÇÃO TRABALHO DE BASE

**DATA:** 19, 20 E 21 de outubro.

**LOCAL:** Santana II, Humação, Vereda Funda, Riachinho, Ribeiro e Raiz.

#### PROGRAMAÇÃO:

##### 1. Santana II

Local: Salão Comunitário da Santana

Histórico da ocupação das terras no Brasil - Isahel  
Histórico da Reapropriação Territorial e Reconversão Agroextrativista - slyde show  
Fase atual da comunidade Santana - cartilha e hamer  
Perspectivas Futuras - dialogada  
Equipe de apoio: indicação (homem, mulher e jovem)

---

##### 2. Duracão

Local: Escola

Histórico da ocupação das terras no Brasil - Isahel  
Histórico da Reapropriação Territorial e Reconversão Agroextrativista - slyde show  
Fase atual da comunidade Santana - cartilha e banner  
Perspectivas Futuras - dialogada  
Equipe de apoio: indicação

---

##### 3. Vereda Funda

Local: Cabocirão - 09:00 hs.

Histórico e proposta:  
Mapa com zoneamento:  
Limites e ameaças:  
Plenária e encaminhamentos:

---

Local: Olhos D'água - 10:30 hs

Histórico e proposta:  
Mapa com zoneamento:  
Limites e ameaças:  
Plenária e encaminhamentos:

---

Local: Pincos - 13:00 hs

Histórico e proposta:  
Mapa com zoneamento:  
Limites e ameaças:  
Plenária e encaminhamentos:

---

#### **4. Riachinho**

Local: Igreja do Riachinho

Histórico da ocupação das terras no Brasil - Isabel

Histórico da Reapropriação Territorial e Reconversão Agroextrativista – slide show

Fase atual da comunidade Santana – cartilha e banner

Perspectivas Futuras - dialogada

Equipe de apoio: indicação

---

#### **5. Ribeiro – 19:30 hs.**

Histórico e proposta:

Mapa com zoneamento:

Limites e ameaças:

Plenária e encaminhamentos:

---

#### **6. Raiz**

Local: Escola 08:00 – 12:00 hs.

Histórico e proposta:

Mapa com zoneamento:

Limites e ameaças:

Plenária e encaminhamentos:

## ANEXO 5

### A PRESSA, DE PRESSA—DEPRESSÃO

Vai devagar! Vai devagar!  
Não foi assim desde toda criação?  
Deus criou tudo a seu tempo  
Viu que tudo era bom  
Entregou ao ser humano esta imensidão.

Domina sobre ela, domina!  
Dominar não significa apoderar  
Significa dirigir, conduzir, controlar  
A prudência meu amigo  
Vai além da inteligência  
Vai devagar! Vai devagar!

Pra quê ir na contra mão da vida?  
A nossa e dos outros, vamos atropelar  
Já passamos da velocidade máxima  
Repare na natureza, ela te ensinará  
Que pressa não é correira  
Valorize o que ela tem tudo pra te ajudar

Quem disse que a pressa ajuda  
Trocando o natural pelo artificial  
Temos pressa! Temos pressa!  
É o lucro que nos interessa  
E daí pobre ser humano  
Quem garante sua saúde, seu sucesso  
Levando uma vida dessa?

Troca-se pequizeiro, o pana e o jatobá  
A mangabeira o rufão o murici e mandaguá  
Por eucalipto ou braquiária  
Ninguém come eucalipto, além das nascente sugar  
E quando falta a água em nossa comunidade  
Quem vai vir a nossa sede saciar?  
Por isso é que repito, vai devagar, vai devagar!

E o nosso território nossa liberdade como vai continuar

Somos povos tradicionais  
É aqui o nosso lugar  
Alto lá ó destruidores  
Vocês não são criadores de vida  
Sua missão é dela cuidar

Apego, ganância pra que?  
Estamos aqui de passagem  
E no dia da prestação de contas  
O que você vai fazer?  
Não buscou o poder de amar  
Só viveu para amar o poder  
povo unido jamais será vencido  
Esse é o nosso grito de luta  
Vamos companheiros não tenhamos medo  
Reserva extrativista já!  
É o único jeito que temos  
Para a destruição não continuar.

Descobri que o dinheiro ajuda  
Quando não vem da agressão

Se ele é justo com certeza  
Vale muito ainda que seja tortão  
Mas se faz do verde um deserto  
Das arvores nativas carvão  
Do subsolo arrancar minérios  
A única coisa que ele pode trazer  
É uma triste decepção.

Tudo o que se planta colhe  
E não é bobagem não  
Se você pensa só em destruir  
O que você espera colher?  
Vai devagar! Vai devagar!  
Num futuro bem próximo você colhe  
Sua própria destruição

As catástrofes atualmente  
Não são castigo de Deus não  
É a natureza respondendo  
por toda devastação  
da ganância e da desobediência  
vem todas essas conseqüências  
pra toda a população

Uma árvore do cerrado dura  
de cem, duzentos, quinhentos anos ou mais  
nós as vezes nem chegamos aos cem  
e que hoje dela precisamos  
os que vem depois de nós iguais  
precisam dela também

O dinheiro pode comprar tudo  
coisas interessantes ou não  
mas não compra o ar puro e fresco  
nascentes se acabaram  
chuva e clima moderado  
use a inteligência amigo  
desse aquecimento global  
não queira ser o culpado

É claro que nossas atitudes  
não vão tudo resolver  
mas façamos tudo resolver  
mas façamos nossa parte  
como o belja flor resolve tudo  
e pelo menos a consciência  
diante de Deus vamos ter!

Lúcia



**CARTA DO POVO GERAIZEIRO  
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS E  
AOS GOVERNOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL.**

Muitos anos passaram, na história do Brasil, dos povos que desbravaram o sertão, muito se contou dos fazendeiros com suas fazendas, do poder dos coronéis, mas muito pouco se contou dos povos do sertão, dos que nos gerais não têm, não ficaram nessas moedas, em uma terra de pouca serventia, tinham que as terras eram farras e seu mato de madeira branca. Pois foi nestas terras, nossos Gerais de pouca serventia que fomos buscar o nosso refúgio. Ao longo dos séculos, com o contínuo movimento que herdamos de nossos irmãos, índios, dos negres que fugiram do cativeiro em busca de liberdade, de camponeses pobres que vieram da Europa em busca de sossego, fomos aprendendo a cultivar estas terras, a viver do sistema de cerrado, de seus frutos, com os seus remédios, de sua caça, de seus peixes. Mesmo com muitas dificuldades de acesso a terra, do jugo dos coronéis, com este aprendizado, nós fomos criando nossas famílias, desenvolvendo novas comunicações, sustentando o movimento das feiras e dos mercados, alimentando uma grande população que dependa dos nossos produtos. Chamam-nos em alguns lugares de Geraizeiros, em outros, de Geralistas, porque vivemos dos Gerais, porque vivemos nos Gerais, assim como é conhecido aqui no Sertão, os cerrados. Com os Gerais aprendemos a conviver. Nós, o Povo Geraizeiro, somos um povo agroextrativista. Vivemos das copas, das criações, do extrativismo do cerrado. Também somos extrativistas.

**Uma história que não podemos esquecer**

Durante as décadas de 1970 e 1980 o nosso território foi violentamente expropriado pelas grandes empresas e fazendeiros para implantação de grandes monoculturas de eucalipto e fazendas de gado. Tal situação foi possível pelas políticas do Governo do Estado de Minas Gerais e do Governo Federal que consideraram as terras da população geraizeira como devolutas, terras de ninguém, terras sem uso. Só que nós usávamos estas terras. As fazendas chapadas que foram objeto de cobiça das grandes empresas eram por nós usadas para criação de animais, coleta de frutas, plantas medicinais, madeira e lenha. Além disso garantiam a reserva de água, a coleta dos lençóis que abasteciam toradas, córregos e rios. Mas, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o Congresso Nacional foram sintonizados com os interesses das grandes empresas e quase um milhão de hectares de nossas terras foram alienadas (vendidas) ou arrendadas pelo governo às grandes empresas de eucalipto. Para as elites o Povo Geraizeiro não vale nada. Mas somos nós que abastecemos os mercados com alimentos, com as frutas nativas, com plantas medicinais. É o nosso jeito de trabalhar a terra sempre conservando os cerrados, suas águas, seus animais.

Hoje vivemos uma situação de vulnerabilidade: nossas águas secaram, córregos, nascentes e rios estupidam de areia; nossas matas foram devastadas, nosso povo empobrecido. Passamos a viver encucalitados: pelas grandes refinadoras e fazendeiros que nos tomaram as chapadas, e também pelas grandes barragens que vem nos explorando das grotas e vazantes.

**O que propomos:**

O cruel assassinato de Antônio Joaquim dos Santos, lavrador e extrativista, casado, pai de quatro filhos, por guardas armados da VM – Valter de Azevedo – empresa que vem plantando milhares de ha de monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais, é uma mostra do enorme sofrimento que estamos passando há mais de 30 anos e que conta com a omissão vergonhosa de nossos governantes e legisladores, apesar dos esforços reconhecidos da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do CAQ das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. Este assassinato é um desdobramento de um violento processo de expropriação das populações tradicionais do Norte de Minas em virtude da expansão da monocultura de eucalipto e das grandes barragens na região.

Mas não estamos parados. Já demonstramos o valor de nossa cultura, aproveitando e conservando a biodiversidade dos cerrados, que vale muito mais do que o carvão, do que o ferro, o aço, a celulose, estes produtos e subprodutos que se sajam porque carregam o sangue do nosso sofrimento. Já apresentamos nossas propostas tanto para o Governo Estadual quanto o Federal. Queremos nossos



terras de volta. Queremos recuperar as sítas, as ruínas, voltar com as famílias viventes. A nossa luta não estamos sozinho. Temos do nosso lado as nossas associações, as igrejas, pastores, os sindicatos e Federação dos trabalhadores rurais. Muitas organizações e movimentos de Minas Gerais e do Brasil estão do nosso lado, apoiando a nossa luta como a AGERREV, a Cooperativa Grande Sertão, a CPP, e CAA e MST, o MPA, o MAB, o NASCT, as CARTAS, MASTRO, FEAB, estudantes da UFMG, UNIMONTES, UFF, PLUAEADG, Grupo Teatral Pirraça em Praça, a Via Campesina e muitas outras organizações. Estamos nos reunindo, discutindo, participando da Romaria das Terras e das Águas, da Conferência Geraisera, envolvendo diretamente mais de mil geraizeiros no Norte de Minas Gerais.

Estas são as nossas propostas:

- Devolução imediata de nossas terras que foram arrendadas para empresas monopoladoras cujos contratos já venceram ou estão vencendo. O movimento dos trabalhadores rurais do Alto Rio Pardo tem um projeto para estas áreas denominado: Programa de Reconversão da Monocultura para o Agroecologismo. Queremos a sua imediata execução.
- A Extinção da PLAC sobre Terras Devolutas. O PEC é um Projeto de emenda constitucional elaborado por deputados e com o apoio do Governo do Estado que querem legitimar a doação de nossas terras para os empresários e fazendeiros.
- A imediata suspensão dos desmatamentos das áreas nativas e das áreas de cerrados que estão em processo de regeneração visando o plantio de monoculturas de eucalipto.
- Aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta pelo Ministério Público em todos os plantios da monocultura de eucalipto para recuperação ambiental das áreas que vem provocando inúmeras voçorocas e assoreamento dos cursos d'água. Fazer o afastamento dos plantios com pelo menos 500 metros de distância das nascentes, cursos d'água, e divisas das áreas dos agricultores familiares e agroextrativistas.
- Suspensão definitiva do atual projeto de Barragem de Barizal e sua revisão em consonância com os interesses dos moradores e famílias que lá vivem.
- Implantação de RESEX Ribeirão/Paradiso (municípios de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo, Monteazema e Santo Antônio do Rio Preto) e da RESEX Córrego Preto / Peixe Bravo (município de Riacho dos Machados)

Vamos ficar aguardando no posicionamento do Governo do Estado de Minas e do Governo Federal para que se manifestem com propostas efetivas frente à este processo de violência e de degradação ambiental que estamos sofrendo. Somos milhares de famílias que vivemos nesses ambientes e a omissão mais uma vez do Estado vai nos obrigar a tomar medidas mais drásticas para fazer valer os nossos direitos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

Assinam esta carta:

Geraiseros das comunidades do Assentamento Tapera, Barreiro, Bom Fim, Boa Vista, Brejão, Brejo, Curinga, Cachoeira Um, Cuiçara, Catanduva, Cedeto, Corço Verde, Córregos, Cristal Novo, de Muzela, Fazenda Barcos, Fazenda Cereja, Fazenda Furnas, Fazenda Peri Peri, Fazenda Pindaíba, Fria de Leite, Furna, Lagoa de Pedra, Lagoa Grande, Lagoinha, Mucambo, Mucambo da Onça, Monuca, Muquém Urú, Muzelo, Onça de Mato, Padre Cândido, Raiz, Riachão, Ribeirão do Jequi, Roça do Mato, Sanguinho, Salina, São Bartolomeu, São João, São José das Contendas, Simão Guedes, São Novo, Tebispinha, Tamburil, Tapera, Vale do Gauro, Vargem de Salina, Vargem Grande, Vereda Funda, Organizações: Cáritas Janáiba, CPP, CAA, Cooperativa Grande Sertão, Estudantes da UFMG, UNIMONTES, UFF e CFFPE, FEAB, Grupo Teatral Pirraça em Praça, MAB, Mastro, MST, NASCT, Povo Nakulúbi, NTRs do Alto Rio Pardo, Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, ASA Minas Gerais e Comissão Regional de Populações Tradicionais.

Bocuíva, 20 de abril de 2007

## **ANEXO 7**

### **PLANO DE UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO VEREDA FUNDA**

#### **1. FINALIDADES DO PLANO:**

Este plano de utilização objetiva definir mecanismos que venham assegurar a reocupação e utilização sustentável das terras públicas reapropriadas pela comunidade de Vereda Funda, mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos e procedimentos a serem seguidos pelos moradores, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira sobre o meio ambiente, beneficiando diretamente e indiretamente as famílias que vivem no território e no seu entorno, estimulando a produção, a segurança alimentar e geração de emprego agrícola e não agrícola, através da transição para sistemas agroextrativistas, tendo como referência os potenciais ecossistêmicos e culturais do território e a melhoria da qualidade de vida.

Objetiva também manifestar ao INCRA o compromisso dos moradores de respeito à legislação ambiental e, ao mesmo tempo, oferecer um instrumento que norteie a fiscalização do cumprimento das normas aceitas por todos os beneficiários do PAE Vereda Funda e, ainda, integrar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

O presente Plano servirá de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e sócio cultural.

#### **2. FILOSOFIA E ESGTRATÉGIA QUE NORTEIAM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS NO PAE VEREDA FUNDA:**

As oportunidades de geração de renda e de culturas para o autoabastecimento dos moradores do Projeto Agroextrativista de Vereda Funda serão baseadas em condições produtivas, que não destruam as bases ecológicas e permitam sua manutenção ao longo dos anos, para as gerações futuras.

Entre as distintas atividades produtivas dos moradores encontram-se práticas agrícolas, hortícolas, extrativista, artesanais e criação de animais. A combinação dessas atividades depende das condições ecológicas oferecidas pelo meio natural e principalmente da criatividade, união e interesse individual das famílias beneficiárias do projeto.

Uma estratégia comercial global para os produtos agroextrativistas, visando a geração de renda, será complementar às estratégias individuais de sobrevivência com base no

ecossistema da área e na produção agroextrativista tradicional. A comercialização da produção deve atender primeiramente às necessidades locais e o excedente será vendido para mercados fora da área.

A MÃO DE OBRA .....A SER UTILIZADA.....

Os direitos adquiridos sobre descobertas dentro da área do PAE devem ser formalizados mediante convênio entre a Associação de moradores e os interessados, fixando-se uma taxa que a associação receberá com a sua comercialização.

### **3. RESPONSABILIDADES NA EXECUÇÃO DO PLANO**

Todos os moradores, na qualidade de co-autores e co-gestores na administração do PAE, de forma coletiva ou individual, são responsáveis pela execução deste plano de utilização.

Respondem, hierarquicamente, pelo encaminhamento para a solução dos problemas que surgirem durante a execução do Plano, dentro de suas competências legais e dependendo da situação:

1. Conselho Deliberativo da Associação dos Moradores
2. Assembléia Geral
3. Incra.

A associação dos moradores do PAE reunirá trimestralmente os representantes dos núcleos comunitários, para que sejam levantados os problemas que estão ocorrendo na execução deste plano de utilização objetivando subsidiar o Conselho Deliberativo da Associação, em suas decisões.

### **4. DIREITO À TERRA**

No PAE-Vereda Funda, não será emitido título individual de terra. A regularização fundiária se dará de forma coletiva, através de Contrato de Direito Real de Uso, firmado entre o Incra e a Associação dos Moradores de Vereda Funda. Assim, a venda e a compra de terras, dentro do PAE-Vereda Funda, sem a permissão da Associação dos Moradores e do Incra, é expressamente proibida, pois põe em risco o direito de toda comunidade.

Qualquer intervenção de pessoas estranhas à área do PAE-Vereda Funda deverá ser prévia e explicitamente autorizada pela Associação dos Moradores e pelo Incra e estar em conformidade com este plano de utilização.

Caso haja desistência do direito de uso por uma das famílias beneficiárias no Contrato do Direito Real de Uso, as transferências das benfeitorias deverão ter a anuência prévia da Associação de Moradores do PAE-Vereda Funda e estarem em conformidade com a avaliação técnica do Incra.

O fórum de decisão para substituir e/ou assentar novas famílias na área desse Projeto é a Assembléia Geral da Associação de Moradores do PAE-Vereda Funda e o Incra.

A Associação de moradores do PAE-Vereda Funda concederá aos beneficiários do projeto, de conformidade com o Contrato do Direito Real de Uso firmado junto ao Incra e com o cadastro das famílias beneficiárias no Sipra/Incra, o “Termo de Reconhecimento de Ocupação” (de acordo com o modelo anexo) que o habilitará à exploração dos recursos naturais, bem como o obrigará ao cumprimento das orientações contidas neste plano de utilização e será, principalmente, o documento comprobatório de que o morador é beneficiário contemplado neste projeto.

#### **5. INTERVENÇÕES AGROEXTRATIVISTAS:**

Cada família praticará as atividades agroextrativistas nas parcelas de produção familiar ou nas áreas de uso coletivo respeitando costumes e tradições, de acordo com sua força de trabalho, dentro da lei ambiental.

Cada família poderá fazer uso produtivo de sua parcela de produção familiar para agricultura, agroextrativismo e criação de animais de pequeno porte.

As famílias ficam responsáveis pela conservação e manutenção de suas ocupações, devendo realizar atividades que ajudem na sua melhoria, tais como: aceiros, limpeza e conservação de acessos.

Os beneficiários do PAE-Vereda Funda poderão utilizar áreas para produção de alimentos, parcelas de produção agroextrativista e parcelas de infraestrutura comunitária, de forma individual ou coletiva, respeitando o limite máximo, por família beneficiária do projeto, a ser definido em assembléia da associação de moradores.

As intervenções agroextrativistas devem estar em conformidade com a legislação ambiental vigente e com a anuência dos órgãos ambientais.

Todas as famílias devem fazer fossas sanitárias, tratar a água que será utilizada para consumo doméstico e fazer fossa para acomodação do lixo. É proibido jogar lixo a céu aberto.

A construção e manutenção das infra-estruturas do projeto será discutida e decidida comunitariamente e encaminhada através da Associação de moradores do PAE-Vereda Funda que providenciará as ações que viabilizarão sua execução.

#### **6. INTERVENÇÕES NA FAUNA:**

A criação de animais em pastagens cultivadas é permitida dentro dos limites aprovado em Assembléia dos Moradores prevista no item 02 e com a devida aprovação dos órgãos competentes, ficando a construção de cercas, currais, bebedouros e outras instalações por conta dos criadores.

Os danos causados pela invasão de animais provenientes de criações em áreas de cultivo deverão ser imediatamente indenizados, sem apelação, conforme o estabelecido pelo Conselho Deliberativo da Associação dos moradores do PAE-Vereda Funda. É permitido a criação de bovinos em pastagens naturais, em locais previamente zoneados para a atividade, respeitando-se a tradição e os costumes dos moradores, desde que haja instalações adequadas. Não é permitida a caça, a captura ou qualquer outra intervenção sobre animais silvestres que contrarie a legislação ambiental vigente.

#### **7. INTERVENÇÕES NO SUBSOLO:**

Fica proibida qualquer atividade de extração de minérios. A extração de areia ou pedra será permitida desde que esteja em conformidade com os órgãos ambientais e que não cause impactos ao meio ambiente na área do PAE-Vereda Funda.

#### **8. INTERVENÇÕES NAS ÁREAS DE USO COMUM:**

As áreas de uso comum, as parcelas de produção agroextrativista, parcelas de infra-estrutura comunitária, parcelas de uso restrito, áreas de preservação permanente e reserva legal, serão utilizados pelos moradores do projeto, respeitando as tradições, os costumes e a legislação ambiental, ficando a associação de moradores com a responsabilidade de resolver os problemas que venham a surgir entre os moradores.

Os caminhos e estradas serão conservados por todos os que os utilizam, sendo permitida a abertura de novas vias de acesso com a expressa autorização do Conselho Deliberativo da Associação e do Incra.

Todos os moradores do PAE-Vereda Funda terão livre acesso aos caminhos e estradas do projeto.

## **9. FISCALIZAÇÃO DO PAE:**

Cada morador é um fiscal deste projeto como um todo, cabendo a qualquer um denunciar à associação de moradores ou ao Incra, as irregularidades que estejam sendo praticadas dentro ou no entorno do PAE-Vereda Funda, que contrarie este plano de utilização, bem como a legislação ambiental vigente.

## **10. PENALIDADES:**

As pessoas estranhas ao projeto que invadirem e/ou usarem os recursos naturais dentro dos limites do PAE-Vereda Funda, sem a prévia autorização da Associação de moradores será penalizada com sua expulsão da área, cabendo ao infrator indenizar todos os danos causados e pagar todas as multas estabelecidas na legislação ambiental vigente.

O beneficiário do projeto que contrariar as normas constantes deste Plano de Utilização estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) advertência verbal;
- b) advertência por escrito;
- c) embargo das atividades;
- d) perda definitiva da Autorização de Uso, no caso de reincidência.

Tais penalidades serão impostas pelo Conselho Deliberativo da Associação de Moradores. Dependendo da gravidade da infração cometida, a ordem das penalidades, acima descrita, não será necessariamente seguida.

O morador que considerar injusta a penalidade imposta poderá recorrer à Diretoria Executiva da Associação num prazo de 10 (dez) dias a partir da data do recebimento da notificação, por escrito, da punição. Caso sua defesa não seja acatada em primeira instância, o morador poderá recorrer ao Incra.

Além das punições constantes deste Plano de Utilização os moradores e a associação estão sujeitos às penalidades da Lei Ambiental, impostas pelo Ibama.

## **11. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

O presente Plano de Utilização fica sujeito a alterações em qualquer de suas normas, sempre que o aparecimento de novos conhecimentos possa contribuir para a melhoria do processo de consolidação do Projeto de Reconversão Agroextrativista de Vereda Funda; ou a qualquer tempo, por problemas verificados na execução do Plano de Desenvolvimento ou mesmo do próprio Plano de Utilização.

As propostas para alteração do Plano de utilização poderão ser feitas, formalmente, por qualquer morador, à presidência da associação de moradores do PAE-Vereda Funda e, se acatada pelo Conselho Deliberativo, será colocada para votação em Assembléia Geral e, se aprovada, encaminhada ao Incra para análise e aprovação.

As propostas de alteração do plano não podem entrar em conflito com as finalidades e filosofia do PAE.

## ANEXO 8

### [Nota do MASTRO e do CAA-NM sobre a situação dos Geraizeiros do Alto Rio Pardo e a ação da família Meneghetti](#)

Por [racismoambiental](#), 22/12/2011 16:09

O MASTRO – Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Organizados do Alto Rio Pardo e o CAA-NM (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas) denunciaram na tarde de ontem (21) a situação de extrema violência que estão expostas as comunidades rurais geraizeiras dos municípios de Fruta de Leite, Novorizonte e Rio Pardo de Minas, região Norte do Estado de Minas Gerais. Segundo relatos dos agricultores e ocorrência policial lavrada, eles estão sendo perseguidos pela família italiana Meneghetti, de empresários famosos no ramo de deslitar e outros, além de terem sido agredidos por jagunços a mando da mesma. Até o momento, encontra-se desaparecido o senhor Gerino Alves da Costa, da comunidade São Miguel, que estava num grupo que foi vítima de disparos dos jagunços da empresa, no dia 20 de dezembro. Neste dia, 60 geraizeiros sofreram atentado, quando uma parati com jagunços da empresa atiraram contra eles. Cinco lideranças estão sendo ameaçadas de morte pela família Meneghetti.

Além da violência contra os geraizeiros, a família iniciou um processo de grilagem de vastas extensões de terras públicas nos Municípios de Fruta de Leite, Novorizonte e Rio Pardo de Minas, região Norte do Estado de Minas Gerais. Para colocar em prática o esquema fraudulento de grilagem, o Sr. José Edineo Meneghetti, comprou cerca de 100 glebas de terras com área máxima de 10 ha, e após estratégia, iniciou o registro irregular destas em cartório.

Eliseu José de Oliveira, da coordenação do MASTRO, reafirma que estas denúncias já foram apresentadas em vários momentos públicos, para várias autoridades, inclusive na última audiência realizada na Comissão Parlamentar de Minas e Energia, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que aconteceu no dia 02 de dezembro deste ano, em Taiobeira. “O Estado quase sempre chega depois que o povo foi agredido, que teve o seu direito violado. Pedimos que o Estado cumpra o seu papel, antes que aconteça algo mais sério na nossa região”, reforça.

O caso já é do conhecimento do Procurador de Justiça Estadual Afonso Henrique de Miranda Teixeira do CAO – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais. O Procurador já acionou a Vara de Conflitos Agrários e a Delegacia local para tomar as devidas providências.

Para maiores informações, André Alves de Souza – 9931-9387 e 3222-6937.

Veja a nota completa abaixo:

### **FAMÍLIA MENEGHETTI GRILA TERRAS PÚBLICAS E ATERRORIZA GERAIZEIROS DA REGIÃO DO ALTO RIO PARDO**

No ano de 2007, a família Meneghetti, proprietária da empresa DESTILARIA MENEGHETTI LTDA, com sede na cidade de São João do Paraíso, representada pelo Sr. José Edineo Meneghetti, iniciou um processo de grilagem de vastas extensões de terras



públicas nos Municípios de Fruta de Leite, Novorizonte e Rio Pardo de Minas, região Norte do Estado de Minas Gerais. Para colocar em prática o esquema fraudulento de grilagem, o Sr. José Edineo Meneghetti, comprou cerca de 100 glebas de terras com área máxima de 10 ha. Depois de formalizados os registros destas aquisições, requereu a retificação de todas as glebas junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Salinas/MG. Assim, áreas de 03 hectares transformaram-se em 200 hectares; áreas de 05 foram transformadas em 400 ha; áreas 10 transformaram-se em 900 hectares e assim por diante. Segundo levantamento feito por lideranças geraizeiras, nesse esquema fraudulento, já foram realizados 95 registros e todos estes registros foram retificados, tendo sido grilados cerca de 16.000 hectares de terras públicas.

Para realizar a retificação das áreas, a Família Meneghetti, com o apoio de alguns membros da Polícia de Meio ambiente e do ex-prefeito municipal de Novorizonte, procurou os confinantes das respectivas áreas e os convenceram a assinar Termo de Anuência, ao argumento de que se tratava de um “abaixo assinado” para proibir o plantio de eucalipto naquela região. Por possuir baixíssimo grau de escolaridade e pelo fato de os Meneghetti virem acompanhados de “autoridade” policial, as famílias assinaram os documentos sem conhecer o conteúdo.

Depois de feitas as retificações fraudulentas em que se formalizou a grilagem de cerca de 16.000 hectares, os “Meneghetti” começaram a aterrorizar centenas de famílias geraizeiras das comunidades de Cabeceira do Macaúbas, Lagoinha, Mumbuca, São Miguel, Martinópolis, Campo Verde, Cutica, Caixão, Cabeceira da Barra, Ribeirão, Jundiá e Vereda Funda. Desde o início deste ano, os Meneghetti, de posse dos títulos fraudulentos, com maquinário pesado e escoltados por milícia armada, formada por ex-policiais militares, começaram a invadir as comunidades e aterrorizar seus moradores. Como em cenas de filme sobre a máfia italiana, os Meneghetti derrubaram casas, destruíram cercas, abriram carreadores, derrubaram matas, inclusive nas nascentes que abastecem as comunidades. Nem mesmo uma área de quase cinco mil hectares pertencente ao Governo Federal escapou à sanha criminosa da “Famiglia” de italianos. Há cerca de 20 dias, os Meneghetti invadiram comunidade de Vereda Funda, onde está sendo implantando, pelo INCRA, um projeto de Assentamento Agroextrativista e destruíram quase três quilômetros de cerca de arame, causando à comunidade um prejuízo de cerca de dez mil reais.

Por último, dia 20 de dezembro, a organização criminosa, escoltada por quatro jagunços armados e portando maquinário pesado, invadiu a Fazenda São Miguel. Quando ficaram sabendo da invasão, cerca de 60 geraizeiros se mobilizaram e foram até o local onde as máquinas estavam em plena atividade. Quando as lideranças se aproximaram do operador da patrol para pedi-lo que interrompesse os trabalhos, os pistoleiros que se encontravam em uma parati preta, começaram a atirar em direção dos trabalhadores que, desesperados, buscaram refúgio na mata. Ocorre que o Sr. Gerino Alves da Costa, um morador da comunidade São Miguel, que estava junto do grupo no momento dos disparos, encontra-se desaparecido. As lideranças registraram o fato na Delegacia da Polícia Civil de Salinas e os policiais civis se comprometeram em realizar as buscas. Mas até o momento, o Sr. Gerino continua desaparecido. A esposa, Dona Clemência Barbosa, e filhos, desesperados, procuram seu paradeiro. Os Geraizeiros, indignados apelam às autoridades para por fim ao terror e à bandidagem promovidos pelos Meneghetti que estão agindo impunemente na região do Alto Rio Pardo.

Há que se ressaltar, ainda, que, segundo a própria vítima, D. Clemência, em seu relato perante à Autoridade Policial (civil): “Na data de ontem (21), por volta das 15:00 hs., a polícia militar foi até sua residência procurar pelo senhor Gerino Alves, dizendo: “nós estamos cassando homem para matar”, fato também presenciado pela testemunha Renilsa Alves da Costa e Rosa dos Santos, residentes no povoado de Entroncamento. Na ocasião, os policiais adentraram e reviraram toda a casa, porém não o encontrando o mencionado.”

Na mesma oportunidade, também foi registrado Boletim de Ocorrência pelo fato de também estarem sendo ameaçados pelos Meneghetti e pela própria Polícia Militar, as lideranças Orlando dos Santos, João Pereira Nunes, Wilson Ferreira dos Santos e Gilvan Gonçalves de Almeida.

Assinam:

**MASTRO**

**Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas**



# Quadrilha das terras mandava dinheiro para paraíso fiscal

Fraude envolvendo secretário estadual desviou R\$ 200 milhões e fazenda do Estado foi vendida a R\$ 164

A "Operação Grilo", da Polícia Federal e Ministério Público, descobriu depósitos em Montevidéu, no Uruguai, feitos por acusados de apropriação ilícita de terrenos públicos. O secretário Manoel Costa foi afastado de outro cargo que ocupava no Governo de Minas, e a testemunha, que fazia parte do esque-

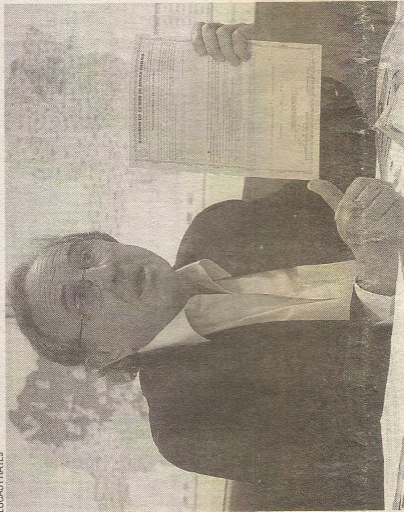
PÁGINA 3, POLÍTICA

## Governo exonera Manoel Costa de conselho

LUCAS FRATES

O ex-secretário extraordinário de Regularização Fundiária, Manoel Costa (PDT), foi exonerado ontem da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Alimentar (Consea) de Minas Gerais. O ato foi publicado no "Minas Gerais" e aconteceu um dia após a "Operação Grilo", que culminou na exoneração de Costa do primeiro escalão do Governo tucano.

Também foi nomeado ontem o novo responsável pelo Instituto de Terras (Iter). Por enquanto, a autarquia ficará a cargo do controlador-geral do Estado, Moacyr Lobato de Campos Filho. Ele irá acumular as funções até o Governo escolher o novo diretor-geral do Iter. A autarquia é subordinada à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária. Nela, o Ministério Público e a Polícia Federal encontram diversas irregularidades. O diretor, Evandro Carvalho, foi preso durante a operação bem como outros servidores. Escutas telefônicas em poder das autoridades mostram que terras no Norte de Minas eram tomadas de agricultores ou do próprio Estado para favorecer a mineradora Vale e a empresa Floresta Em-



Ex-secretário não resistiu às acusações de fraude em Minas

preendimentos. Em uma das gravações, os integrantes da quadrilha Ricardo de Carvalho Rocha e Orozino Carvalho combinam com um homem que seria ligado à mineradora, a divisão de R\$ 41 milhões, que teriam sido repassados para a grilagem de terras. "Ricardo pergunta se o pessoal" já está assinando as escrituras. Luciano diz que o Bernardo está analisando e que o valor total seria de R\$ 41.000.000,00", diz a escuta.

## CONEXÃO INTERNACIONAL

Ação aponta relação do esquema com empresa de fora

É preciso mencionar ainda, que a empresa FLORESTA EMPREENDIMENTOS LTDA tem mais de 98% do seu capital pertencente a empresa SUNRISE PARTICIPAÇÕES LTDA. Trata-se de uma empresa cujo capital social está registrado em nome de WILES INTERNACIONAL S/A, que tem sede em MONTEVIDÉU, na REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, conhecido paraíso fiscal que abriga parte dos volumosos recursos públicos desviados ou subtraídos das Administrações Públicas do Brasil. Também possui capital da empresa SUNRISE, o empresário MARCOS GONÇALVES MACHADO sabidamente envolvido em crimes de sonegação fiscal.

Dessa forma, os diálogos telefônicos colhidos em razão de autorização judicial confirmam que, em conjunto e sob patrocínio das empresas VALE S/A e FLORESTA EMPREENDIMENTOS LTDA, a vigorosa atuação dos grileiros ALTEMAR ALVES FERREIRA e BRENO RODRIGUES. Estes, sob a colorida capa de empresários e corretores de terras, dedicam-se exclusivamente "arranjar" a documentação utilizadas nas fraudes e a proceder invasões de terras na região — expulsando delas, sob violência e grave ameaça, antigos e modestos agricultores que lá habitam e sobrevivem. Valendo-se do concurso de outros colaboradores e contando ainda com efetiva participação dos servidores públicos aqui mencionados, passam o dia "dependurados" ao telefone mantendo tenebrosas negociações à custa do patrimônio público, do meio ambiente e de valores sócio-culturais.

# MPF denuncia Ivonei Abade por falsificação

MARCELO AZEVEDO/VALM

MONTES CLAIROS - O Ministério Público Federal (MPF), nesta cidade do Norte de Minas, denunciou ontem o ex-produtor de Janauilha, Ivonei

Delator da fraude está ameaçado de morte

GIRELENO ALENCAR

das pelo delator mostram como ocorreu o esquema. A

galemar@hojopendula.com.br

investigações com seus co-

tatos ou mesmo intimida-

FRAUDE DO ITER

# Ação propõe multa de R\$ 600 milhões

As autoridades constaram o pagamento de R\$ 41 milhões, que teria sido feito pela mineradora Vale a grileiros ligados ao Iter

GUILHERME BERGAMINI/LIM



Os dez acusados de envolvimento no esquema de grilagem de terras no Norte de Minas podem ser condenados a pagar multas que somam R\$ 600 milhões. Este foi o valor pedido à Justiça na ação civil pública que instruiu a Operação Grilo, deflagrada na última terça-feira pelo Ministério Público Estadual (MP) e Polícia Federal.

O valor corresponde a três vezes o dano causado ao erário, de R\$ 200 milhões.

A ação ainda terá que ser julgada.

Apenas em uma das operações, as autoridades constaram o pagamento de R\$ 41 milhões, que teria sido feito pela mineradora Vale a grileiros ligados ao Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter).

Em uma das interceptações telefônicas, gravadas com autorização judicial, o suspeito de grilagem Ricardo de Carvalho Rocha combina com o outro acusado Orózino Marques Carvalho agilidade nas procurações "para que o dinheiro seja depositado".

"Ricardo diz que tem participação em todas as escrituras, e diz que sua parte seria de R\$ 7 milhões e o restante seria de Orózino", relata a gravação.

A conversa é concluída mencionando o valor de R\$ 41 milhões pelas transações.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou, no dia 28 de agosto, o pagamento dos valores, segundo as investigações.

## Opúsculo sobre a condição humana

ISAIAS CALDEIRA VELOSO

tenho completos 52 anos. Creio já ter visto tudo. Nada que é humano me surpreende, como já não surpreendia outros há centenas de anos. A história da civilização é pendular: parte de uma ruptura no tecido social, com os insurgentes devastando a ordem estabelecida, levando ao fio da espada aqueles detentores do poder, vingando-se de antiga submissão, sem contemplação, do ou piedade, até que, chegando ao ponto de exaustão, a mesma espada volte-se contra os revoltosos, e com mesma intensidade, aplica-lhes os castigos e punições que prescreviam, levando-os ao cadafalso.

Danton e Robespierre não me deixam mentir. No regime militar, com o qual convivi na minha mocidade, eram comuns histórias de humilhações e execrações públicas, orde qualquer autoridade, desde o praça menos graduado, brancia seu poder em praça pública ou nas ante-salas das delegacias, vergando aqueles que ousavam discordar da doutrina e pensamento dominantes. A desgraça do totalitarismo são as palavras de ordem: "Ame-o ou deixe-o", era o jargão contra quem discordava do regime vigente, tornando malditos os insurgentes ou adversários. Contra esse estado de coisas lutamos, combatemos o bom combate, enchendo praças e ruas de descontentes, insubmissos à ordem estabelecida, onde o apogeu deu-se com a campanha das "diretas já", redundando, aos trancos e barrancos, no País e na democracia que temos hoje.

### Preso, em Montes Claros, Ivonei Abade Brito era diretor do Iter

Segundo a ação, o pagamento foi feito em parcela única e em espécie diretamente aos grileiros.

Além de Ricardo e Orózino, receberam a quantia outros três envolvidos.

A Vale nega os pagamentos e informa que não realizou compra (DEM), respectivamente prefeitos

de Indaíabira e de Vargem Grande do Rio Pardo, negaram participação.

Os dois dizem "desconhecer qualquer tipo de atividade nesse sentido" e que estão sendo vítima de uma "campanha".

# Esquema de terra usava paraíso fiscal

Ex-secretário Manoel Costa é acusado de ter adquirido imóvel da Secretaria Estadual da Fazenda por apenas R\$ 164

AMÁLIA GOULART  
amaliagoulart@hojeemdia.com.br

O esquema de apropriação ilícita de terras públicas, chefiada, segundo as investigações do Ministério Público Estadual (MPE), pelo ex-secretário estadual extraordinário de Regularização Fundiária, Manoel Costa (PDT), utilizava-se de paraísos fiscais para operar. No inquérito da "Operação Grilo", deflagrada na última terça-feira, consta que uma das duas mineradoras beneficiadas, a Floresta Empreendimentos, fazia uma triangulação com outras duas empresas sediadas em Montevidéu, no Uruguai.

A Floresta tem mais de 98% de seu capital registrado em nome da Sunrise Participações Ltda. Já a Sunrise está registrada em nome da Willes International S/A, "sediada em Montevidéu, no Uruguai, conhecido paraíso fiscal que abriga parte dos volumosos recursos públicos desviados ou subtraídos das administrações públicas do Brasil", diz

CARLOS ROBERTO



Endereço na Pampulha onde agentes da Polícia Federal apreenderam documentos e uma arma

trecho da ação produzida pelo MP. Ainda detém ações da Sunrise, o empresário Marcos Gonçalves Machado, preso na operação. Em um dos depoimentos, o empresário é acusado de promover, por meio de violência, a saída de uma família de uma fazenda em Rio Pardo de Minas para que servidores do Instituto de Terras (Iter) providenciassem o registro da mesma em nome de integrantes da quadrilha.

A investigação mostrou que a Floresta atuou para desalojar outras famílias que ocupavam 5 mil hectares de terras no Norte de Minas. Na "Operação Grilo", nove pessoas foram presas, entre elas o ex-diretor-geral do Iter, Ivonei Abade. Manoel Costa é apontado como líder do grupo. O ex-secretário é acusado ainda de ter adquirido quatro imóveis provenientes do Iter, por "valores simbólicos". Todos teriam sido registrados em nome de "laranjas". Segundo a ação, um deles, localizado em São Sebastião do Rio Verde, foi adqui-

rado da Secretaria Estadual da Fazenda por apenas R\$ 164. Trata-se de um imóvel rural com 164 metros quadrados. "Nada obstante tratar-se de imóvel urbano em nome da Secretaria de Estado de Fazenda, edital assinado por Manoel Costa, então diretor em exercício do órgão, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 09/06/2010, revela que a posse do referido imóvel foi legitimada a partir da eficiente atuação do Iter", diz a ação.

O ex-secretário negou ser proprietário dos imóveis e desafiou as autoridades responsáveis pelo processo. "Se está registrado em meu nome quero que proveni", afirmou. Quando questionado sobre a possibilidade de utilizar terceiros nos registros ele disse que "não tem esse negócio de laranja". Ontem, não foram encontrados representantes da Floresta. Segundo o Governo, a Advocacia Geral do Estado ainda não teve acesso ao processo e por isso não pode emitir nenhum parecer sobre o caso.

## ANEXO 10 - Dados sobre as comunidades

### VEREDA FUNDA - Dados gerais sobre a comunidade no ano de 2004

Nº de domicílios	84
Nº de pessoas residentes	340
Média de residentes por domicílio	4
Razão de sexo <sup>75</sup>	112
Taxa de analfabetismo	22 %

Quadro 9 – Dados gerais sobre a comunidade de Vereda Funda, 2004.  
Fonte: Pesquisa de campo.

O nível de escolaridade da população de Vereda Funda era muito baixo. Somente 4% conseguiram chegar ao ensino médio e 22% das pessoas com mais de sete anos eram analfabetas. Esse foi um dos dados que mobilizou muito a comunidade de Vereda Funda. Nas reflexões houve questões não só em relação ao número de analfabetos, mas também em relação aos que iam para a escola e tinham dificuldades, em função da má qualidade do ensino e da dificuldade de acesso à escola.

#### Condições de moradia

Na comunidade de Vereda Funda, 49% das famílias utilizavam água originada de poços com coleta manual.

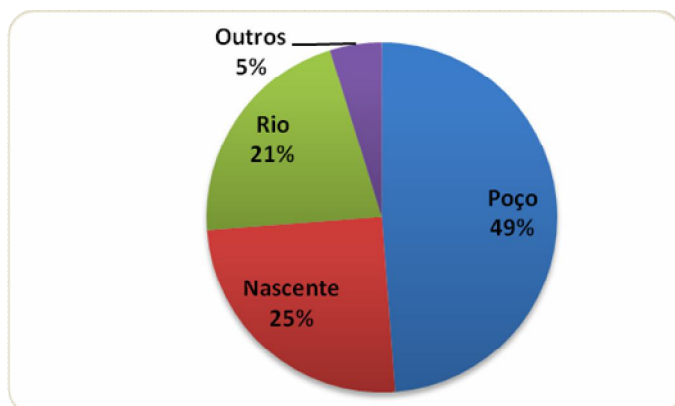


Gráfico 2- Percentual dos domicílios por fontes de abastecimento de água domiciliar na comunidade Vereda Funda, 2004.  
Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre as 84 famílias visitadas, aproximadamente 61% tinham fossa e 39% não dispunham de nenhuma forma de esgoto sanitário.

<sup>75</sup> Razão de sexo: número de homens para cada grupo de 100 mulheres, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

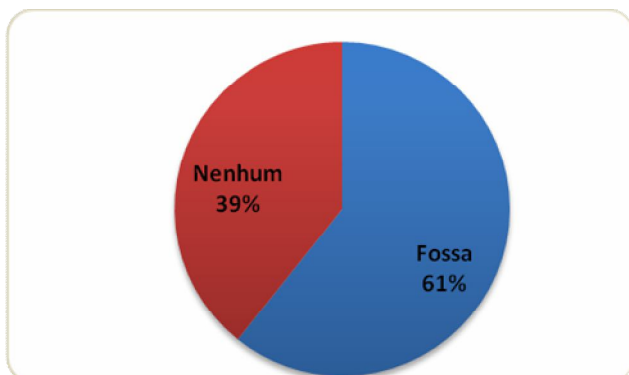


Gráfico 3- Percentual dos domicílios por forma de esgoto sanitário, na comunidade Vereda Funda, 2004.  
Fonte: Pesquisa de campo.

### Fontes e condições de renda

A totalidade da renda da comunidade, não considerando a renda advinda da agropecuária, era composta por renda vinda da migração sazonal, das aposentadorias, dos benefícios sociais – como a bolsa escola, o vale-gás, o cartão-cidadão, o Programa Fome Zero e as pensões por doença e invalidez; além dos empregos formais.

Tabela 5 – Renda monetária dos moradores de Vereda Funda em R\$ (sem agropecuária) no ano de 2004.

Origem da renda	Renda Anual (R\$)
Migração	88.700,00
Aposentadorias	221.520,00
Benefícios sociais	23.220,00
Salários	24.700,00
<b>Total</b>	<b>358.140,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

Considerando a Tabela 4, a renda *per capita* anual da comunidade em 2010 estava em torno de R\$1.053,00, e a mensal, de R\$87,70. A renda advinda da agropecuária não foi considerada nessa seção pelo fato de a maioria dos moradores que tinha cultivos ter declarado serem estes para consumo próprio.

No gráfico abaixo destaca mais claramente o peso das aposentadorias e da migração na composição da renda das famílias.

A migração sazonal, e às vezes definitiva, constituiu fonte de renda importante em Vereda Funda. O percentual de migração era significativo nas famílias da comunidade, pois constituía a segunda maior entrada de renda (25%). Em 2004, 37% das famílias tinham pessoas que migravam para trabalhar em outras cidades de Minas Gerais e de São Paulo, em sua maioria na colheita de café.



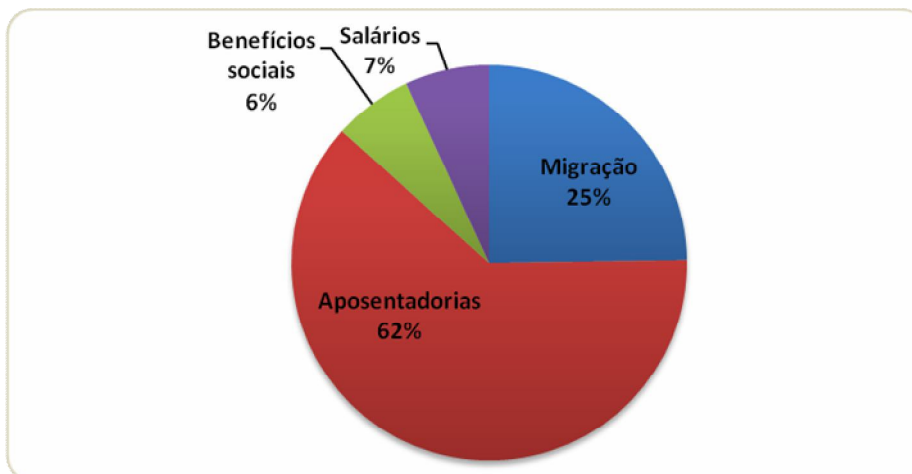


Gráfico 4- Participação percentual na renda da comunidade, de acordo com a atividade na comunidade de Vereda Funda, 2004.

Fonte: Pesquisa de campo.

Eram poucos os moradores da comunidade que tinham emprego formal, aproximadamente 2% deles. Da renda que entrava na comunidade, 5% advinham de salários do Complexo Industrial Florestal e 2% do setor público.

### Ocupação e uso da terra

#### Distribuição fundiária

Em Vereda Funda, contabilizou-se 84 famílias, das quais 78 declararam o tamanho aproximado de sua área, enquanto as outras seis informaram não possuir área alguma. A área total dos moradores da comunidade compreende aproximadamente 1.537,30 ha, uma média de 4,5 ha por pessoa e de 18,2 ha por família. Essas terras nem sempre são agricultáveis e com pouca disponibilidade de água. Mesmo assim, a área total cultivada declarada pelos entrevistados é de aproximadamente 212 ha.

Os 1.537,30 ha sob a posse da comunidade estão distribuídos conforme tabela a seguir:

Tabela 6 – Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Vereda Funda, 2004.

Área (ha)	Nº de estab.	%	% Acumulada
0 – 5 ha	38	45,2	45,2
5 – 10 ha	16	19,0	64,2
10 – 20 ha	10	11,9	76,1
20 – 50 ha	16	19,0	95,0
50 – 100 ha	1	1,3	96,3
100 – 200 ha	3	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Pesquisa de campo.

45,2% das famílias viviam com até 5 ha; quase 65% viviam com até 10 ha. A área total da comunidade, incluindo a área arrendada para a eucaliptocultura, somava 8.988 ha. Desse total, 7.451 ha encontravam-se sob domínio de uma empresa e 1.537 ha estavam sob posse das 78 famílias de lavradores de Vereda Funda.

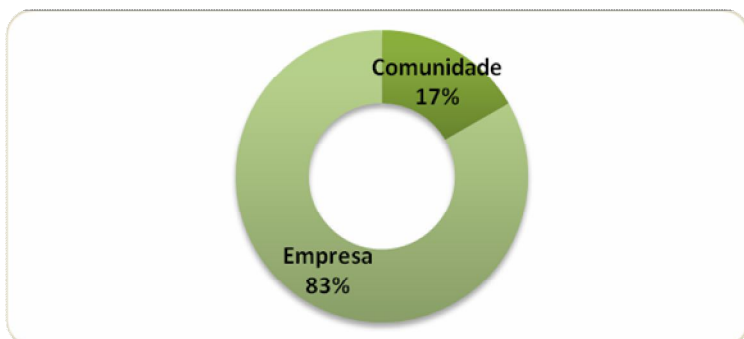


Gráfico 5 – Distribuição da ocupação das terras na comunidade de Vereda Funda, 2004.  
Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto às condições de posse da terra, em 2004, em Vereda Funda, 54,8% eram proprietários. Destaca-se o percentual de comodatários, que não são proprietários nem pagam aluguel para os proprietários (geralmente parentes ou amigos), os quais cedem o terreno para ser trabalhado sem nenhuma remuneração em troca.

Tabela 7 – Condição de posse da terra na comunidade Vereda Funda, 2004.

	Nr. de propriedades	%
Proprietário(a)	46	54,8
Parceiro(a)	2	2,4
Posseiro(a)	2	2,4
Comodatário	34	40,5
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

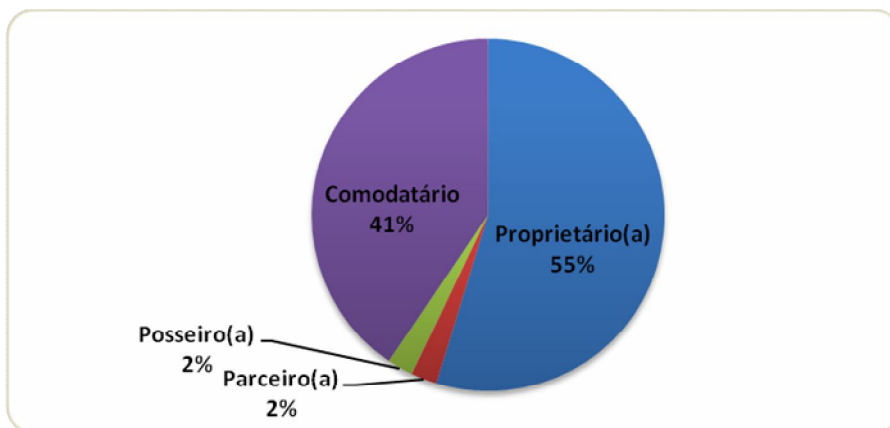


Gráfico 6 – Percentual por tipo da condição de posse da terra na comunidade de Vereda Funda, 2004.  
Fonte: Pesquisa de campo.

Os 34 comodatários ocupavam 248 ha, aproximadamente 16% da área sob domínio da comunidade e perfaziam 40% das famílias da comunidade. Tinham uma área média disponível de 7,2 ha para sobreviver.

### Principais cultivos

Os principais cultivos da comunidade eram mandioca, feijão e milho, conforme distribuição na tabela que segue.

Tabela 8 – Número de famílias que cultivam determinadas culturas na comunidade de Vereda Funda, 2004.

Cultura	N ° de famílias que plantam
Abacaxi	1
Andu	1
Arroz	4
Café	8
Cana-de-açúcar	2
Feijão	26
Frutas	1
Hortaliças	1
Mandioca	44
Milho	18

Fonte: Pesquisa de campo.

Não havia terra suficiente para que a agricultura fosse uma fonte de renda monetária. Porém, por meio dela, era garantida grande parte da alimentação e expectativa de possível excedente para venda. Assim, dezoito famílias declararam vender algum excedente da produção, geralmente ligados a produtos beneficiados, como a farinha e o café torrado.

Apesar da falta de terras, a dinâmica da agricultura em Vereda Funda mostrava-se ativada pela necessidade de sobrevivência.

Atividades	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Colheita de frutas												
Colheita Pequi												
Colheita feijão												
Colheita fava e catador												
Colheita de café												
Colheita de arroz												
Colheita andu												
Colheita de mandioca												

Atividades	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Migração			■	■	■							
Preparo de horta			■									
Preparo da terra para o plantio de feijão da seca				■						■		
Preparo das terras (Santana)						■						
Plantio de arroz						■			■			
Plantio de alho					■							
Plantio de milho												
Plantio de mandioca										■		
Colheita de frutas											■	■

Quadro 10 – Calendário das atividades ligadas à agricultura, da comunidade de Vereda Funda, 2004.

Fonte: construção coletiva em reunião com grupos de mulheres da comunidade Vereda Funda, em ago. 2004.

## RAIZ - Dados Gerais da comunidade em 2008

Nº de domicílios	38
Nº de pessoas residentes	161
Média de residentes por domicílio	4
Razão de sexo	89
Taxa de analfabetismo	31 %

Quadro 11 – Dados gerais sobre a comunidade de Raiz, 2008.  
Fonte: Pesquisa de campo.

### Condições de moradia

Na comunidade de Raiz, mais de metade (58%) da água utilizada pelas famílias tem origem de nascentes, e quase 25% é oriunda de poços. Em cerca de 87% dos domicílios a água é encanada até a residência.



Gráfico 7 – Percentual de domicílios por fontes de abastecimento de água na comunidade de Raiz, 2008.  
Fonte: Pesquisa de campo.

O esgoto sanitário é precário na comunidade. Em 16% dos domicílios o esgoto é lançado a céu aberto; a maioria das famílias (57,9%) utiliza fossa sem tratamento; apenas 16% conta com fossas sépticas.



Gráfico 8 – Percentual de domicílios por forma de esgoto sanitário na comunidade de Raiz, 2008.  
Fonte: Pesquisa de campo.

### Fontes e condições de renda

A renda da comunidade de Raiz, que advém da agropecuária, está relacionada à venda de excedente de produção dirigida para consumo e troca.

Tabela 9 – Renda monetária agropecuária dos moradores de Raiz, em R\$, no ano de 2008.

Origem da renda	Renda Anual (R\$)
Agricultura	14.010,00
Pecuária	7.430,00
<b>Total</b>	<b>21.440,00</b>

Fonte: Pesquisa de Campo.

A renda vinda da migração sazonal, das aposentadorias e dos empregos formais tem percentual pequeno, como demonstram a tabela e gráfico a seguir.

Tabela 10 – Renda monetária (sem agropecuária) dos moradores de Raiz, em R\$, no ano de 2008

Origem da renda	Renda Anual (R\$)
Migração	40.052,00
Aposentadorias	13.675,00
Bolsa família	1.600,00
Salários	6.925,00
<b>Total</b>	<b>65.252,00</b>

Fonte: Pesquisa de Campo.

A renda *per capita* anual da comunidade, contabilizando a agropecuária, está em torno de R\$ 538,45. Retirando a atividade agropecuária, é R\$405,29. A renda *per capita* mensal estaria em torno de R\$ 44,87<sup>76</sup>.

No gráfico abaixo, vemos o peso da migração sazonal, necessária à geração de renda para comunidade, em contraposição aos salários de empregos formais e à agropecuária, que juntos não totalizam 35% da renda gerada na comunidade.

A migração sazonal é, portanto, fonte de renda essencial para a comunidade de Raiz. A taxa de migração é alta. 58% das famílias têm membros que migram anualmente para trabalhar em outros locais. A maioria homens, somente duas mulheres migram para trabalhar, acompanhando o marido. Em 34% das famílias membros migraram definitivamente.

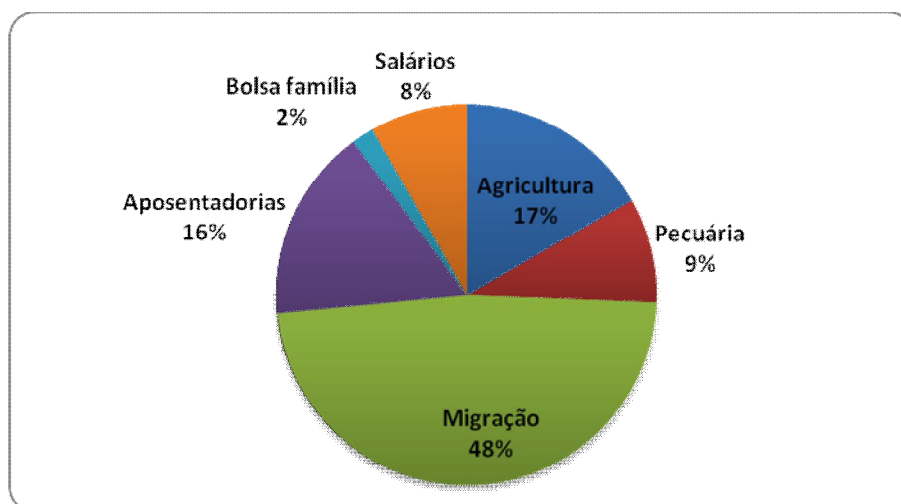


Gráfico 9 – Participação percentual na renda da comunidade, de acordo com a atividade.  
Fonte: Pesquisa de campo.

## Ocupação e uso da terra

### Distribuição fundiária

Na comunidade de Raiz a quantidade total de terra sob sua posse é de cerca de 800,3 ha. A faixa predominante de área das propriedades é de 0 a 5 ha. Quase 50% das propriedades da comunidade (44,7%) não chegam a ter 10 ha.

<sup>76</sup> Considerando 4 o número médio de pessoas por família, a renda seria de R\$179,48. O bolsa família considera extremamente pobres as famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 e pobres, famílias com até R\$140,00.

Tabela 11 – Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Raiz, 2008.

Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	% Acumulada
0 – 5 ha	12	31,6	31,6
5 – 10 ha	5	13,2	44,7
10 – 20 ha	8	21,1	65,8
20 – 50 ha	7	18,4	84,2
50 – 100 ha	5	13,2	97,4
Não informado	1	2,6	100,0
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Pesquisa de Campo.

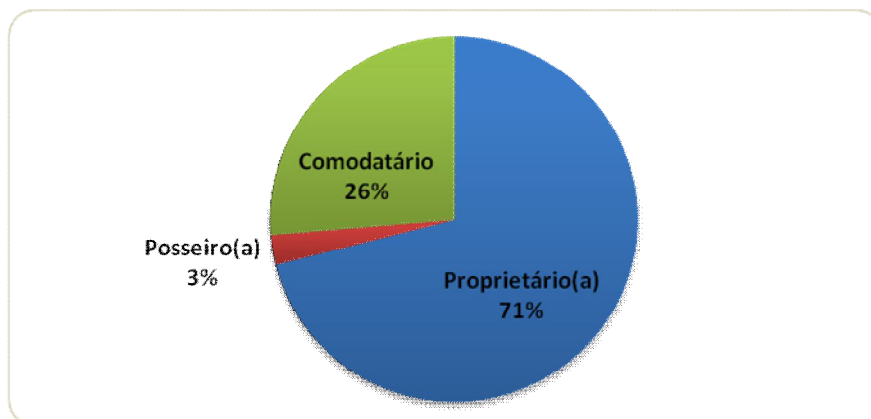


Gráfico 10 – Condição de posse da terra na comunidade Raiz, 2008.

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 12 – Condição de posse da terra na comunidade Raiz, 2008.

	Número de propriedades	%
Proprietário(a)	27	71,1
Posseiro(a)	1	2,6
Comodatário(a)	10	26,3
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo.

### Principais cultivos

Os principais cultivos da comunidade são milho, mandioca e feijão, conforme distribuição na tabela que segue:

Tabela 13 – Número de famílias que cultivam determinadas culturas na comunidade de Raiz, 2008.

Cultura	Nº de famílias que plantam
Nenhuma	2
Banana	1
Eucalipto	1



Feijão	8
Mandioca	12
Milho	14

Fonte: Pesquisa de campo.

A agricultura, porém, mesmo com pouca terra, mobiliza as atividades da comunidade. As atividades produtivas listadas pelas mulheres (ver Fotografia 21) apresentam um pouco de seu cotidiano na comunidade. Elas têm elevada auto-estima e ocupam espaço na liderança dos grupos religioso e político: quem lidera com mais influência em Raiz é uma mulher de cerca de cinquenta anos.

Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Plantio de feijão												
Cuidar do Gado (ANIMALES)												
Cuidar de casa												
Fazer oxi												
Plantar mandioca												
Plantio de milho												
Plantio de arroz												
colheita de feijão												
colheita de milho												
colheita de oxi												
colheita de café												
Cuidar dos filhos												
Cuidar da beleza feminina												
Festa Junina												
Dia Internacional da mulher												
Problema da comunidade												

Fotografia 31 – Quadro de atividades desenvolvidas por grupo de mulheres da comunidade de Raiz  
Fonte: Diagnóstico, 2008.

As principais culturas são de feijão, mandioca, milho, arroz e café. Quase metade das famílias produz café de “chácra”, que a plantação cultivada com outras plantas e árvores frutíferas. Essa é a forma tradicional de cultivar café dos geraizeiros do Alto Rio Pardo. É importante destacar que, apesar da restrição das áreas, há diversidade de cultivos.

Outro ambiente formado pelo geraizeiro, que é importante na sua dinâmica produtiva, é o quintal, que fica ao redor da casa e, em geral, tem uma pequena horta, um pomar com manga, laranja, tangerina, abacate e banana, e criação de galinha e de porcos.

A migração para trabalhar na colheita de café, geralmente no Sul de Minas ou em São Paulo, é incluída pelos agricultores na dinâmica de trabalho. Geralmente são os homens que migram, com o objetivo de ganhar dinheiro para capitalizar a produção e complementar os recursos necessários à manutenção da família no local.

Cerca de 58% das famílias da comunidade de Raiz tinham, na ocasião do diagnóstico, membros que migravam para trabalhar anualmente na colheita de cana e café no Sul de Minas e em São Paulo (migração sazonal). A maioria dos que migrava era homem. Apenas duas mulheres migraram para trabalhar, acompanhando o marido.

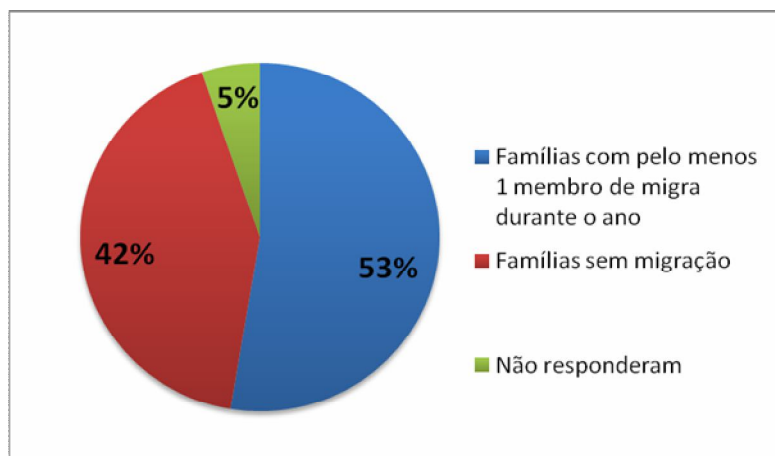


Gráfico 11 – Percentual de famílias com membros que migram, 2008.  
Fonte: Diagnóstico Raiz, 2008. Org. BRITO, Isabel Cristina.

O tempo de migração é variado, a maioria de um a três meses. Chega a 16% o percentual de famílias com membros que migram por 4 meses ou mais. Um agricultor declarou, a respeito da migração, que

é ruim e não é. O ruim é ser obrigado a ir. Fico com saudade da cama, da família, e é lida dura que maltrata, mas precisa ir, não tem jeito não. Se não fosse isso essa comunidade nem existia mais, ia viver de quê? De eucalipto? De pedra? Eu não tenho terra que dê assim pra plantar; o jeito é ir. (Relato de morador da comunidade de Raiz, 2008).

Tabela 14 – Tempo de Migração das famílias – Comunidade de Raiz

Tempo de migração	Número de famílias	%
Menos de 1 mês	1	3%
1 a 2 meses	6	16%
3 meses	7	18%
4 meses ou mais	6	16%
Não responderam	2	5%
Não migram	16	42%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>

Fonte: Diagnóstico da Comunidade de Raiz, 2008.

A migração tornou-se uma tática para repor as perdas causadas pela monocultura de eucalipto e conseguir recursos para sustentar-se na comunidade, investir na roça e adquirir alguns bens, como bicicleta, motocicleta e geladeira.

O dinheiro que circula na comunidade de Raiz vem, em primeiro lugar, da migração e, depois, da agricultura e de pensões por aposentadoria, conforme mostra o gráfico 2.

### SANTANA - Dados Gerais da comunidade em 2009

Nº de domicílios	67
Nº de pessoas residentes	262
Média de residentes por domicílio	4
Razão de sexo	105

Quadro 12 – Dados gerais sobre a comunidade de Santana, 2009.  
Fonte: Pesquisa de campo.

### Condições de moradia

Na comunidade de Santana mais de 60% das famílias utilizam água originada de poços e 27% têm como fonte as nascentes. Mais de 90% das famílias têm água encanada até o domicílio.

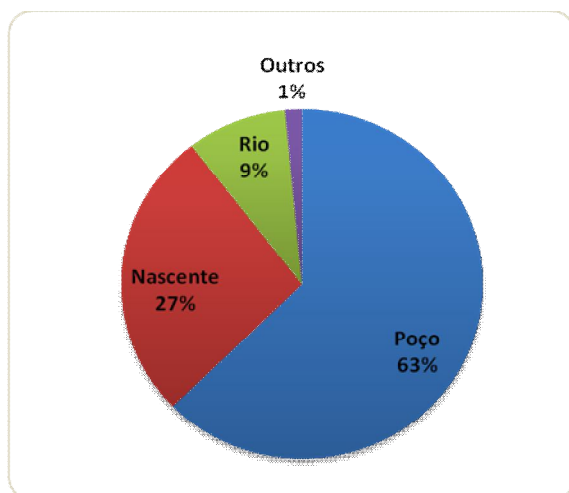


Gráfico 12 – Percentual dos tipos de fontes de abastecimento de água domiciliar na comunidade Santana, 2009.  
Fonte: Pesquisa de campo.

As condições de saneamento são muito precárias. Em mais de 20% dos domicílios o esgoto é lançado a céu aberto. 63% das famílias têm fossa sem tratamento.

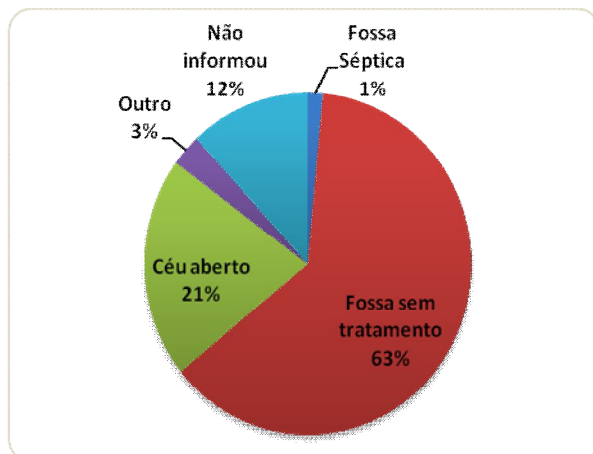


Gráfico 13 – Percentual dos domicílios por formas de esgoto sanitário.  
Fonte: Pesquisa de campo.

## Fontes e condições de renda

Na composição da renda da comunidade de Santana destacam-se a agricultura e a migração sazonal.

Tabela 15 – Renda monetária agropecuária dos moradores de Santana, em R\$, no ano de 2008.

Origem da renda	Renda Anual (R\$)
Agricultura	125.800,00
Pecuária	5.400,00
<b>Total</b>	<b>131.200,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 16 – Renda monetária dos moradores de Santana, em R\$ (sem agropecuária), no ano de 2004.

Origem da renda	Renda Anual (R\$)
Migração	85.300,00
Aposentadorias	17.530,00
Benefícios sociais	35.256,00
Salários	5.175,00
<b>Total</b>	<b>143.261,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

Considerando as Tabelas 16 e 17 a renda *per capita* anual da comunidade está em torno de R\$1.047,56. A renda por domicílio anual é, em média, de R\$4.096,22.

Na composição da renda da comunidade, em primeiro lugar vem a agricultura, contribuindo com 46%; em seguida, a migração representa mais de 30% da fonte de renda da comunidade.

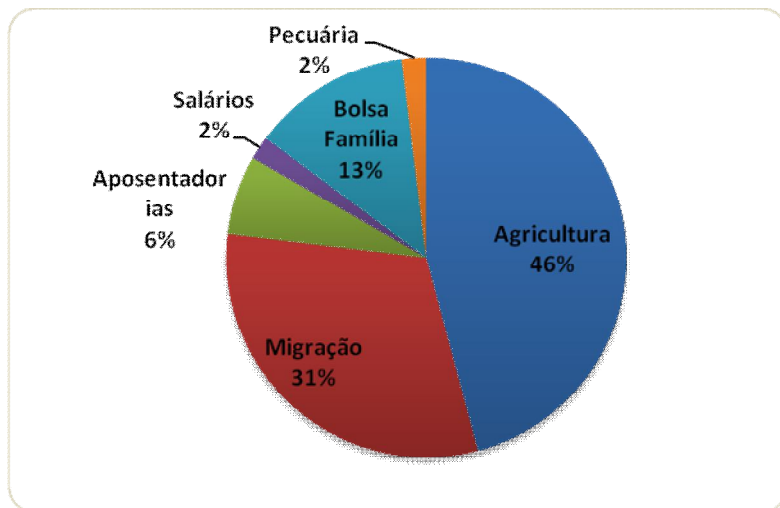


Gráfico 14 – Participação percentual na renda da comunidade, de acordo com a atividade. Santana, 2009. Fonte: pesquisa de campo.

A taxa de migração na comunidade de Santana é alta. Mais de 58% das famílias da comunidade têm pessoas que migram anualmente para trabalho em outros locais.

### Ocupação e uso da terra

#### Distribuição fundiária

A comunidade Santana ocupa atualmente uma área de 941,41 ha. Quase 30% das propriedades têm até 5 ha. A maioria dos estabelecimentos (47,8%) tem entre 10 e 50 ha.

Tabela 17 – Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Santana, 2008.

Área (ha)	Nº de estab.	%	% Acumulado
0 – 5 ha	19	28,4	28,4
5 – 10 ha	9	13,4	41,8
10 – 20 ha	17	25,4	67,2
20 – 50 ha	15	22,4	89,6
50 – 100 ha	1	1,5	91,1
100 – 200 ha	1	1,5	92,6
Não informada	5	7,5	100,0
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Pesquisa de campo.

Sobre o perfil da condição de posse e uso da terra na comunidade, 70% são proprietários e 12% posseiros, como demonstram a tabela e o gráfico abaixo:

Tabela 18 – Condição de posse da terra na comunidade Santana, 2009.

	Número de propriedades	%
Proprietário(a)	47	70,1
Posseiro(a)	8	11,9
Ocupante	1	1,5
Agregado(a)	4	6,0
Comodatário	7	10,4
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

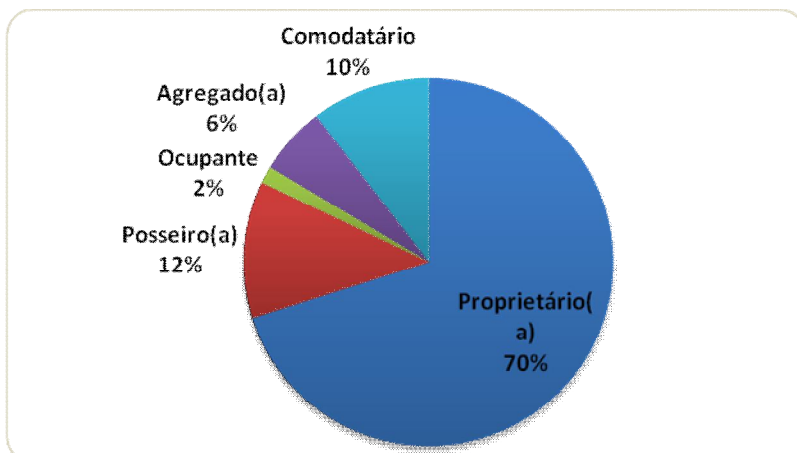


Gráfico 15 – Percentual das propriedades por condição de posse da terra na comunidade de Santana, 2009.  
Fonte: Pesquisa de campo.

### Principais cultivos

Os principais cultivos da comunidade são: cana, milho e feijão.

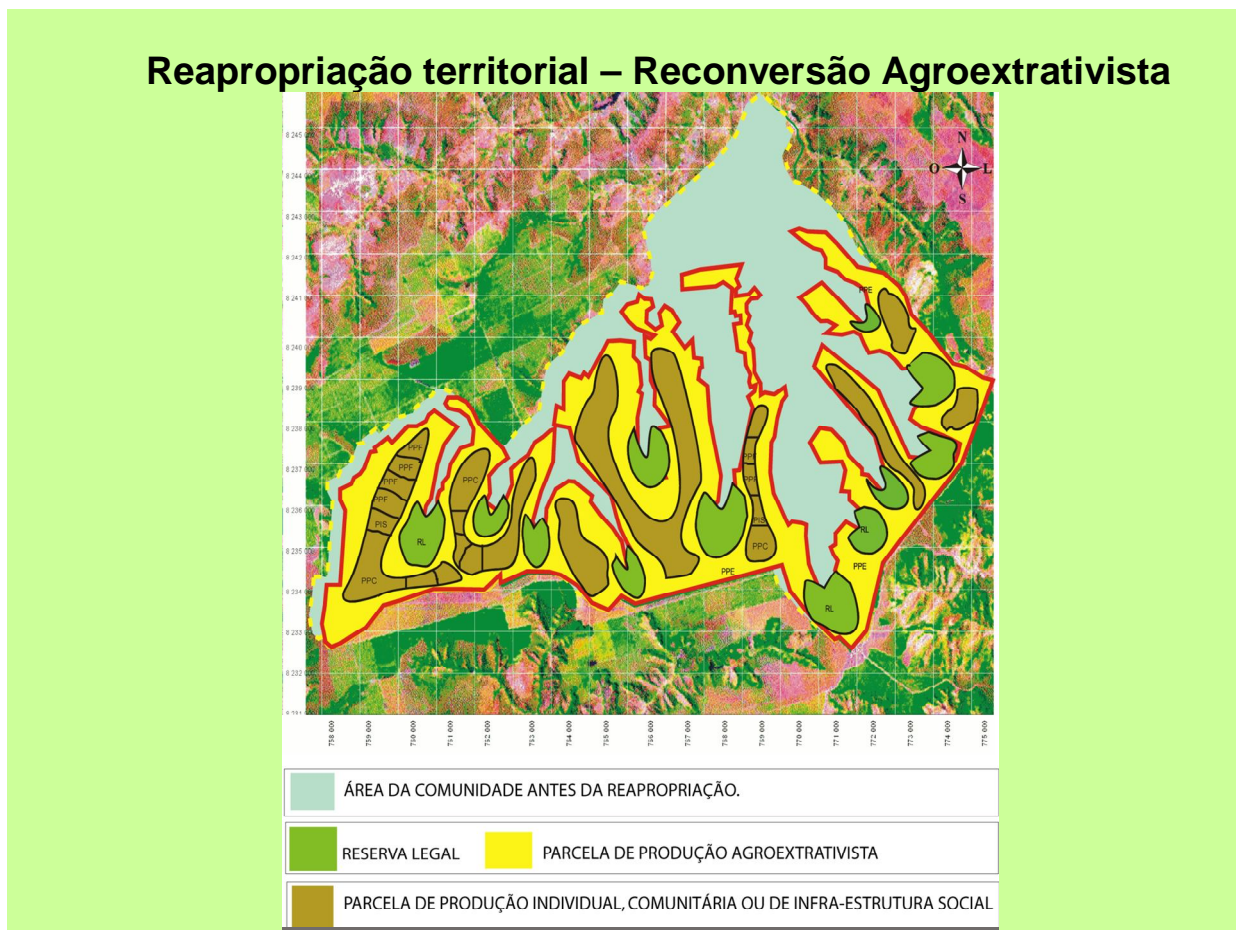
Tabela 19 – Número de famílias por culturas que plantam na comunidade de Santana, 2009.

Cultura	N <sup>o</sup> de famílias que plantam
Arroz	4
Café	8
Cana	15
Cana de açúcar	1
Feijão	12
Mandioca	5
Milho	14
Tomate	3
Nenhuma	5

Fonte: Pesquisa de campo.

## ANEXO 11 – MAPA

### Reapropriação territorial – Reconversão Agroextrativista



Fonte: CAA – NM; STR- Ripo Pardo de Minas

## ANEXO 12

### Esquema da Pesquisa nas comunidades

